



MINISTERIO DA FAZENDA

Arm. 1 Prat. 7

Obr. 69 Vol. 19

BIBLIOTHECA

~~73~~
REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

RECEITA GERAL

PARA O

EXERCICIO DE 1927

Lei n. 5.127, de 31 de dezembro de
1926, orça a Receita Geral da Republica
dos Estados Unidos do Brasil para o
exercicio de 1927.



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

1927



LEI N. 5.127, de 31 de dezembro de 1926

Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1927

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1º. A receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil, inclusive a destinada a applicação especial, no exercicio de 1927, é orçada em 140.605:000\$, ouro, e 1.155.736:000\$, papel, e será realizada com o producto do que fôr arrecadado dentro do exercicio, sob os seguintes titulos:

RECEITA ORDINARIA

I

Rendas dos impostos

I

Importação, entrada, sahida e estadia de navios e addicionaes

Ouro

Papel

1. Direitos de importação para consumo — Decretos ns. 3.617, de 19 de março de 1900 (1), e leis ns. 1.144, de 30 de dezembro de 1903; 1.313, de 30 de dezembro de 1904; 1.452, de 30 de dezembro de 1905; 1.616, de 30 de dezembro de 1906; 1.837, de 31 de dezembro de 1907; 2.321, de 30 de dezembro de 1910; 2.524, de 31 de dezembro de 1911; 2.719, de 31

(1) Decreto n. 3.617, de 19 de março de 1900 — Approva a revisão da Tarifa das Alfândegas e Mesas de Rendas.

2. 2%, ouro, sómente sobre os
ns. 93 e 95 (cevada em grão).
96, 97, 98, 100 e 101 da classe
7ª da Tarifa (cereaes) (5) impor-

pena de incorrerem na multa do § 8º do art. 27 do decreto n. 14.039, de 28 de janeiro de 1920.

§ 3º. A falta da factura commercial sujeitará o importador á multa estatuida no § 5º do art. 27 do mesmo decreto.

Art. 20. Os addidos commerciaes enviarão semestralmente ás Alfandegas da Republica, para onde houver exportação de mercadorias do paiz em que servem, prospectos, catalogos e quaesquer outras relações de preços das fabricas e estabelecimentos commerciaes exportadores.

Paragraphe unico. Essas listas de preços serão, quanto possivel, acompanhadas de informações ou attestados obtidos nas bolsas de mercadorias, camaras de commercio e institutos congeneres, e servirão ás alfandegas para a apuração da veracidade dos preços das facturas consulares.

Art. 25. Ficam expressamente abolidos os abatimentos, isenções e reduções de direitos, excepto os decorrentes das disposições preliminares da Tarifa da Alfandega e os constantes de leis especiaes e de contractos com o Poder Executivo Federal.

Art. 26. Os navios, vapores, paquetes ou outras embarcações que entrarem nos portos da Republica antes das 19 horas o que só forem franqueados a visita da Alfandega depois dessa hora, pagarão a metade das taxas das visitas extraordinarias, independentemente de requerimento dos consignatarios; os que entrarem depois daquella hora, pagarão as taxas já estabelecidas para as visitas extraordinarias, si seus consignatarios requererem semelhantes visitas.

Art. 27. Continúa em vigor o art. 33 da lei n. 4.625, de 31 de dezembro de 1922; eliminado, porém, o n. 2 do art. 608 da Consolidação das Leis das Alfandegas.

Art. 34. A importação de adubos com applicação na agricultura ou fertilizantes da terra, quer naturaes, quer resultantes de misturas, será regulada pelas disposições da lei especial n. 4.802, de 9 de janeiro de 1924.

Art. 42. Fica o Governo autorizado a restringir pela melhor forma ou a prohibir a importação de qualquer producto estrangeiro, sempre que verificar que os fabricantes, representantes ou importadores desse producto, concedendo vantagens especiaes aos commerciantes que se comprometam a não vender o similar nacional, procuram embarçar ou prejudicar a venda deste ultimo e assim a industria nacional.

Art. 44. Continúa em vigor o art. 30 da lei n. 4.783, de 21 de dezembro de 1923, assim redigido: Art. 30. O oleo combustivel, gazolina e kerozene, quando embarcados a granel, ficam incluídos na secção VIII da Consolidação das Leis das Alfandegas.

Art. 48. Afim de fomentar a industria do fião de seda, fica creada a taxa adicional de 3 % (tres por cento) sobre todos os direitos de importação cobrados nas Alfandegas da Republica sobre as mercadorias e artigos da classe 18ª da Tarifa vigente.

O producto dessa taxa adicional será distribuido, pelo Ministerio da Agricultura, entre as empresas de fião de casulos de seda que trabalham com bacias de fião de cinco ou mais cabos, que tenham utilizado casulos nacionaes, e de accordo com o numero de bacias que possuíam no anno anterior. A distribuição desse auxilio será regulada pelo Ministerio da Agricultura, tendo especialmente em vista fomentar e melhorar a produção de casulos nacionaes, não podendo ser concedido a pessoas ou empresas que explorarem a tecelagem empregando mais de cem teares.

Art. 54. O papel para impressão de jornaes continuara a gosar da redução dos direitos de importação, na forma do art. 1º, n. 1, da lei n. 4.440, de 31 de dezembro de 1921 o o *couché*, do peso maximo de 100 grammas por metro quadrado, a isenção dada pelo art. 1º, n. 1, da lei n. 3.446, de 31 de dezembro de 1917.

§ 1º. O papel para impressão de jornaes, revistas ou jornaes illustrados devera ser especialmente fabricado, contendo finigranas ou simplesmente traços transparentes ou marcas de agua (*carvé*) em toda sua largura ou comprimento, com espaços de 5 em 5 centimetros.

§ 2º. As empresas jornalisticas e de revistas são obrigadas ao registo de que trata a circular do Ministerio da Fazenda n. 6, de 28 de janeiro de 1924.

(5) Tarifa das Alfandegas e Mesas de Rendas :

.....
Classe 7ª : legumes, farinaceos e cereaes — art. 93 : arroz com casca, pilado ou sem casca, kilo \$160 de direitos, razão 15 %/. Art. 95 : Cevada em grão, torrefacida ou malto,

de 1869, art. 1º, § 4º (20); 5.321, de 30 de junho de 1873, art. 9º (21); leis ns. 126 A, de 21 de novembro de 1892, art. 1º (22) 265, de 24 de dezembro de 1894, art. 1º, n. 3 (23); 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915 (24); 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (25) e decreto n. 16.766,

despacho, na forma por que se pratica para a armazenagem, ou em separado, si aquelle já estiver concluido.

Art. 697. Ficam sujeitos ao expediente da Capatazia, na forma do artigo antecedente : 1º, as mercadorias estrangeiras, despachadas para consumo, que se embarcaram nas pontes e caes da Alfandega ou Mesa do Renda, ou de armazens e depositos externos mantidos a custa o por conta da Fazenda Publica ; 2º, todos os volumes de generos de produção e manufactura do paiz, que descarregarem ou embarcaram nas referidas pontes e caes ; 3º, qualquer serviço ou trabalho, a que a Capatazia não esteja obrigada ou que for feito a pedido ou a requerimento da parte, ou o dever ser por conta desta e á sua custa, na forma do presente regulamento.

(20) Decreto n. 1.750, de 20 de outubro de 1869 — Determina que a lei n. 1.507, de 26 de setembro de 1867, continue em vigor no exercicio 1869-1870, com diversas alterações, enquanto não for promulgada a respectiva lei do orçamento. — Art. 1º, § 4º: Em substituição do imposto que pagam actualmente as mercadorias a titulo de doca e de capatazias, o Governo fixara o cobrara uma taxa pelo serviço de descarga e embarque de mercadorias nas Alfandegas e seus trapiches segundo o peso e capacidade dos volumes. Poderá igualmente diminuir ou abolir os dias de estadia livre para os generos armazenados, estabelecendo neste ultimo caso uma taxa pela demora dos volumes nos armazens, tendo em attenção a mesma base do peso e da capacidade. Estes serviços poderão ser contractados com alguma companhia que offereça garantias.

(21) Decreto n. 5.321, de 30 de junho de 1873 — Reorganiza o serviço das Capatazias e da Doca da Alfandega do Rio de Janeiro e dá diversas providencias.

Art. 9º — As taxas que se denominam de embarque e desembarque continuarão a ser as mesmas que actualmente se cobram, a saber :

Por volume do peso não excedendo a 50 kilogrammos, \$040 ; por dezena ou fracção de dezena do kilogrammo, \$020.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os volumes que constituírem bagagem, o primamento dita, de passageiros, os quaes não são sujeitos a taxa alguma.

(22) Lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1892 — Orça a receita para o exercicio de 1893 — Art. 1º. Expediente das capatazias, elevadas as taxas a \$100 e a \$050.

(23) Lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894 — Orça a receita para o exercicio de 1895 — Art. 1º, n. 3: Expediente das capatazias, elevadas as taxas a \$150 e \$075.

(24) Lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1916.

Art. 1º, n. 4 :

Dito (expediente) de Capatazias, mantidas as taxas em vigor para os generos de importação estrangeira o fixadas as taxas em um real e meio por kilo de generos de produção nacional, exportados para o estrangeiro ou para portos nacionaes ou importados de portos nacionaes, em um real por kilo de minérios do manguez e de ferro e areias monaziticas exportadas para o estrangeiro e em meio real por kilo de sal, assucar o carvão de pedra nacionaes, exportados ou importados de portos nacionaes, taxas essas que serão desde ja obrigatoriamente extensivas tambem aos portos em que houver obras de melhoramentos, de accordo com as disposições constantes dos respectivos contractos.

(25) Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1924.

meros 126 A, de 21 de novembro de 1892, art. 1º (34); 265, de 24 de dezembro de 1894, art. 1º, n. 4 (35); 2.035, de 29 de dezembro de 1903 (36); art. 1º, n. 5, da lei n. 2.210, de 28 de dezembro de 1909 (37); art. 1º, n. 5, da lei n. 2.321, de 30 de dezembro de 1910 (38); art. 1º, n. 5, da lei n. 2.719, de 31 de dezembro de 1912 (39); art. 1º, n. 5, da lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913 (40); 4.230, de 31 de dezembro de 1920, art. 14 (41); 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (42); e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (42 A)...

400:000\$000

6. Taxa de estatística — Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, artigo 1º, n. 5 (43); decreto n. 3.547,

(34) Lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1892 — Orça a receita para o exercício de 1893 — Art. 1º — Armazenagem — Elevadas as taxas a 1, 2 e 3 %.

(35) Lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894 — Orça a receita para o exercício de 1895 — Art. 1º, n. 4 — Armazenagem — Elevadas as taxas a 1 1/2, 2 1/2 e 3 1/2 %.

(36) Lei n. 2.035, de 29 de dezembro de 1908 — Orça a receita para o exercício de 1909.

(37) Lei n. 2.210, de 28 de dezembro de 1909 — Orça a receita para o exercício de 1910.

(38) Lei n. 2.321, de 30 de dezembro de 1910 — Orça a receita para o exercício de 1911.

(39) Lei n. 2.719, de 31 de dezembro de 1912 — Orça a receita para o exercício de 1913.

(40) Lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913 — Orça a receita para o exercício de 1914, com as seguintes modificações: Armazenagem — Ficando isentas nas Alfandegas do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, até seis mezes, as mercadorias destinadas aos paizes vizinhos, e até dois mezes as mercadorias destinadas às localidades brasileiras da fronteira, de conformidade com as instruções que o Governo Federal expedir para acautelar o depósito, transporte e entrega das mesmas, processado nas ditas Alfandegas o respectivo despacho si as Mesas de Rendas não estiverem habilitadas a fazel-o.

(41) Lei n. 4.230, de 31 de dezembro de 1920 — Orça a receita para o exercício de 1921.

Art. 14. Ficam isentas de armazenagem as mercadorias que, ainda na Alfandega, forem devolvidas aos portos de onde vieram exportadas.

(42) Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 — Orça a receita geral da Republica para o exercício de 1924.

(42 A) Decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 — Declara em vigor o orçamento da receita geral da Republica para o exercício de 1924, até que o Congresso Nacional ultimo a votação do de 1925.

(43) Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 — Orça a receita para o exercício de 1898 — Art. 1º, n. 5 — Taxa de estatística: Por volume até 100 kilos, \$010; por 100 kilos ou fracção que exceder, \$005; por 100 kilos de sal, carvão, guano e em geral mercadorias importadas a granel, \$010; por animal de raça cavallar, \$200; idem suino, caprino e bovino, \$100; por um \$040.

Nota — Serão considerados, para imposição desta taxa, como mercadorias a granel, os grandes machinismos para qualquer fim, a louça de ferro, panelas, fogareiros, fogões, grelhas, etc., etc., bem como as ferramentas grossas, como enxadas, pás, picaretas, alviões, etc., fóra de qualquer envoltorio.

bro de 1879 (55); leis ns. 3.018, de 5 de novembro de 1880, artigo 5º (56); n. 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 1º, n. 7 (57); 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (58), e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (59)....

| Ouro | Papel |
|-------------|-------------|
| 15:000\$000 | 10:000\$000 |

9. 10 % sobre o expediente dos generos livres de direitos de consumo — Leis ns. 25, de 30 de dezembro de 1891, art. 1º, n. 8 (60); 265, de 24 de dezembro de 1894, art. 1º (61); 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 1º, n. 8 (62); 741, de 26 de dezembro de 1900, art. 1º, n. 8 (63); 953, de 29 de dezembro de 1902, art. 1º, n. 7 (64); n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 e 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (65),

(55) Decreto n. 7.554, de 26 de novembro de 1879 — Manda observar o regulamento para a cobrança dos impostos de doca e pharões.

(56) Lei n. 3.018, de 5 de novembro de 1880 — Orça a receita para o exercicio de 1881-1882 — Art. 5º — Ficam isentas do imposto de doca as embarcações miúdas e as que pertencerem aos navios.

(57) Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 — Orça a receita para o exercicio de 1898 — Art. 1º, n. 7 — Imposto de docas — As taxas de pharões e docas serão pagas em ouro, ao cambio de 27 d. por 1\$, quando recahirem sobre embarcações estrangeiras.

(58) Vide nota n. 52.

(59) Vide nota n. 52.

(60) Lei n. 25, de 30 de dezembro de 1891 — Orça a receita para o exercicio de 1892 — Art. 1º, n. 8 — Adicionaes — 10 % adicionaes sobre o expediente dos generos livres de direitos de consumo, das capatazias, armazenagem, imposto de pharões e de doca.

(61) Lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894 — Orça a receita para o exercicio de 1895 — Art. 1º, n. 8 — 10 % adicionaes sobre os impostos de expediente do generos livres de direitos de importação, pharões e docas. Ficam supprimidos os impostos de 10 %, adicionaes sobre os direitos de expediente das capatazias e armazenagens.

(62) Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 — Orça a receita para o exercicio de 1898 — Art. 1º, n. 8 — 10 % sobre o expediente dos generos livres de direitos de consumo, pharões e docas. Ficam dispensadas do adicional de 10 %, sobre os impostos de pharões e docas as embarcações estrangeiras.

(63) Lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900 — Orça a receita para o exercicio de 1901 — Art. 1º, n. 8 — 10 % sobre o expediente dos generos livres de direitos de importação, pharões e docas, nos termos da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 1º, n. 8, não comprehendido o porto do Rio de Janeiro.

(64) Lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902 — Orça a receita para o exercicio de 1903 — Art. 1º, n. 7 — 10 % sobre o expediente dos generos livres de direitos, inclusive para soccorro naval.

(65) Lei n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1920 — Art. 1º, n. 9... estendendo-se a cobrança a parto ouro.

Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1924.

| | Ouro | Papel |
|--|--------------|-------------|
| e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (66)..... | 190:000\$000 | 30:000\$000 |
| 10. 2% ouro sobre o valor official da importação, nos termos do artigo 2º, § 1º, da lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 (66 A), excepto as taxas arrecadadas nos portos contractados, de accordo com as leis ns. 1.746, de 13 de outubro de 1869 (67); | | |

(66) Decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 — Declara em vigor o orçamento da receita geral da Republica para o exercicio de 1924 até que Congresso Nacional ultimo a votação do de 1925.

(66 A) Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 — Orça a receita geral da Republica para 1926.

Art. 2º § 1º. A taxa de 2% ouro, sobre o valor official da importação, exceptuadas as mercadorias de que trata o n. 2 do art. 1º, será arrecadada pelas Alfandegas do Pará, Maranhão, Parnaíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Mato-Grosso e incorporada á receita geral.

(67) Lei n. 1.746, de 13 de outubro de 1869 — Autoriza o Governo a contractar a construção, nos diferentes portos do Imperio, de docas e armazens para carga, descarga, guarda e conservação das mercadorias de importação e exportação.

Art. 1º. Fica o Governo autorizado para contractar a construção, nos diferentes portos do Imperio, de docas e armazens para carga, descarga, guarda e conservação das mercadorias de importação e exportação, sobre as seguintes bases:

§ 1º. Os emprezarios deverão sujeitar á approvação do governo imperial as plantas e os projectos das obras que pretenderem executar.

§ 2º. Fixarão o capital da empresa e não poderão augmental-o ou diminui-l-o sem autorização do Governo.

§ 3º. O prazo da concessão será fixado conforme as difficuldades da empresa, não podendo ser, em caso nenhum, maior de 90 annos. Findo o prazo, ficarão pertencendo ao Governo todas as obras e o material fixo e rodante da empresa.

§ 4º. A empresa deverá formar um fundo de amortização por meio de quotas, deduzidas de seus lucros liquidos, e calculadas de modo a reproduzir o capital no fim do prazo da concessão.

A formação desse fundo de amortização principiará, o mais tardar, 10 annos depois de concluidas as obras.

§ 5º. Os emprezarios poderão perceber, pelos serviços prestados em seus estabelecimentos, taxas reguladas por uma tarifa proposta pelos emprezarios e approvada pelo governo imperial.

Será revista esta tarifa pelo governo imperial de cinco em cinco annos; mas a redução geral das taxas só poderá ter logar quando os lucros liquidos da empresa excederem a 12%.

§ 6º. Poderá o Governo conceder ás companhias de docas a faculdade de emittir titulos de garantias das mercadorias depositadas nos respectivos armazens, conhecidos pelo nome de *warrants*. Em regulamento especial devera estabelecer as regras para a emissão destes titulos e seu uso no Imperio.

§ 7º. O Governo poderá encarregar as companhias de docas o serviço de capatazias o de armazenagem das alfandegas.

Expedirá, neste caso, regulamentos e instruções para estabelecer as relações da companhia com os empregados encarregados da percepção dos direitos das alfandegas.

§ 8º. Em cada contracto estipulará o Governo as condições que julgar necessarias para assegurar a mais minuciosa e exacta fiscalização e arrecadação dos direitos do Estado.

§ 9º. Ao Governo fica reservado o direito de resgatar as propriedades da companhia, em qualquer tempo, depois dos 10 primeiros annos da sua conclusão.

O preço do resgato será fixado de modo que, reduzido a apolices da divida publica,

de 8 de janeiro de 1900 (44), e leis n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 (45); 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (46); e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (47).....

1.200:000:000

7. Imposto de pharões — Decreto n. 6.053, de 13 de dezembro de 1875, art. 2.º (48); lei n. 2.940, de 31 de outubro de 1879, art. 18, n. 2, § 2.º (49); decreto n. 7.554, de 26 de novembro de 1879 (50); leis ns. 489, de 15 de dezembro

(44) Decreto n. 3.547, de 8 de janeiro de 1900 — Crea um serviço especial de estatística commercial na Alfandega do Rio de Janeiro.

(45) Lei n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1920 — Art. 1.º, n. 6 — Elevadas ao dobro as taxas em vigor.

(46) Vide nota n. 42.

(47) Vide nota n. 42 A.

(48) Decreto n. 6.053, de 13 de dezembro de 1875 — Manda executar as disposições do art. 11 da lei n. 2.670, de 20 de outubro de 1875, concernentes a varios impostos que se arrecadam nas Alfandegas :

Art. 2.º Para auxilio das despesas que o Estado faz com a collocação de pharões e balizas, e outras de melhoramento dos portos do Imperio a bem da navegação, se cobrara dos navios estrangeiros que derem entrada nos mesmos portos, venham elles de outros estrangeiros ou nacionaes, com carga ou em lastro, simplesmente com passageiros ou colonos, arribados ou em franquia, uma taxa com a denominação de imposto do pharões, na seguinte proporção: de 20\$ dos navios até 200 toneladas; de 30\$ dos de mais de 200 até 400; de 40\$ dos de mais de 400 até 700; de 50\$ dos de mais de 700 toneladas.

§ 1.º Os paquetes a vapor das linhas regulares, quer venham da Europa ou da America do Norte, quer do Pacifico ou do Rio da Prata, em direitura ou de torna-viagem, pagarão o imposto unicamente nos dois primeiros portos brasileiros em que derem entrada, e desse pagamento pedirão certificado para obterem a isenção do imposto nos demais portos em que quizerem tocar na mesma viagem.

§ 2.º Não e devido o imposto quando a embarcação, saindo de um porto em que o tiver pago, tocar ou der entrada em outro da mesma provincia.

As embarcações empregadas na pequena cabotagem, isto é, na navegação entre portos de uma mesma provincia, pagarão a taxa a que forem sujeitas uma vez sómente em cada semestre.

§ 3.º Das embarcações que já tiverem pago no 1.º semestre do corrente anno financeiro seis vezes o imposto de ancoragem, não se cobrara o de — pharões — no 2.º semestre do mesmo anno.

§ 4.º Para a cobrança da taxa que competir a cada navio se aceitará a lotação que constar da respectiva carga de registro, passaporte ou documento equivalente; e, na falta destes documentos, ou no caso de virem os navios arqueados em outra medida, que não a tonelada, a Alfandega do porto da entrada procederá a verificação da capacidade do navio, e cobrara a taxa segundo a sua lotação em toneladas de 2,83 metros cubicos.

19, lei n. 2.940, de 31 de outubro de 1879 — Fixa a despesa e orça a receita para os exercicios de 1879-1880 e 1880-1881. Art. 13, n. 2, § 2.º. Fica elevada ao duplo a taxa do imposto de pharol estabelecido no decreto n. 6.053, de 13 de dezembro de 1875.

(50) Decreto n. 7.554, de 26 de novembro de 1879 — Manda observar o regulamento para a cobrança dos impostos de docas e pharões.

Ouro

Papel

de 1897, art. 1º, n. 2.035, de 29 de dezembro de 1908; art. 1º, n. 7, da de n. 2.210, de 28 de dezembro de 1909, art. 1º, n. 7, da de n. 2.321, de 30 de dezembro de 1910, art. 1º, n. 7, da de n. 2.719, de 31 de dezembro de 1912 (51); lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (52). Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 (52 A)

800:000\$000

8. Dito de docas — Leis ns. 2.792, de 20 de outubro de 1877, art. 11, § 5º (53), e 2.940, de 31 de outubro de 1879, art. 18, n. 2 (54); decreto n. 7.554, de 26 de novem-

(51) Leis ns. 489, de 15 de dezembro de 1897 — Orça a receita para o exercício de 1898 — Art. 1º, ns. 6, 7 — Imposto do pharões e de docas — As taxas do pharões e docas serão pagas em ouro, ao cambio de 27 d. por 1\$, quando recaírem sobre embarcações estrangeiras: 2.035, de 29 de dezembro de 1908 — Orça a receita para o exercício de 1909: 2.210, de 28 de dezembro de 1909 — Orça a receita para o exercício de 1910: 2.321, de 30 de dezembro de 1910 — Orça a receita para o exercício de 1911, e 2.719, de 31 de dezembro de 1912 — Orça a receita para o exercício de 1913 — com a seguinte modificação: Imposto de pharões, sendo abolida a cobrança nos portos dos rios e lagoas onde não houver pharões, salvo quando, para demandar esses portos, for necessario penetrar em barra ou porto que tenha pharol.

(52) Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 — Orça a receita geral da Republica para o exercício de 1924.

Decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 — Declara em vigor o orçamento da receita geral da Republica para o exercício de 1924, até que o Congresso Nacional ultime a votação do de 1925.

(52 A) Vide nota n. 18 c.

(53) Lei n. 2.792, de 20 de outubro de 1877 — Fixa a despesa e orça a receita para os exercicios de 1877-1878 e 1878-1879.

Art. 11. Fica prorrogada a autorização dada ao Governo no art. 11, n. 4, da lei n. 2.670, de 20 de outubro de 1875, para rever a Tarifa das Alfandegas: podendo, no uso que fizer desta autorização:

§ 5º. Restabelecer o imposto de estadia na doca e ampliar a sua cobrança as pontes e caes de trapiches ou armazens exteriores das Alfandegas, reduzindo a metade as taxas do art. 1º do decreto n. 3.986, de 23 de outubro de 1867, a que se refere o art. 8º do decreto n. 5.321, de 30 de junho de 1873, e ficando isentas da contribuição em geral as embarcações miudas empregadas na descarga, embarque e desembarque.

(54) Lei n. 2.940, de 31 de outubro de 1879 — Fixa a despesa e orça a receita para os exercicios de 1879-1880 e 1880-1881 — Art. 18, n. 2 — Cobrar-se-ão pela estadia das embarcações, na doca da Alfandega da Côrta, e segundo a tabella que o Governo organizar, as seguintes taxas: Os navios e saveiros que atracarem ao caes da doca, na parte exterior, \$600 por metro de caes occupado por dia de effectiva descarga, e \$300 por dia em que não effectuar descarga. Dos que atracarem na parte interior e sobre a mesma base, \$800 por dia de effectiva descarga o \$400 por dia em que não se effectuar a descarga. Dos que permanecerem na doca, sem atracarem ao caes, cobrar-se-hão por tonelada metrica de arqueação \$100 por dia util e \$050 por dia feriado.

Ouro

Papel

bro de 1879 (55); leis ns. 3.018, de 5 de novembro de 1880, artigo 5º (56); n. 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 1º, n. 7 (57); 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (58), e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (59)....

15:000;000

10:000;000

9. 10% sobre o expediente dos generos livres de direitos de consumo — Leis ns. 25, de 30 de dezembro de 1891, art. 1º, n. 8 (60); 265, de 24 de dezembro de 1894, art. 1º (61); 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 1º, n. 8 (62); 741, de 26 de dezembro de 1900, art. 1º, n. 8 (63); 953, de 29 de dezembro de 1902, art. 1º, n. 7 (64); n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 e 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (65),

(55) Decreto n. 7.554, de 26 de novembro de 1879 — Manda observar o regulamento para a cobrança dos impostos de doca e pharões.

(56) Lei n. 3.018, de 5 de novembro de 1880 — Orça a receita para o exercício de 1881-1882 — Art. 5º — Ficam isentas do imposto de doca as embarcações miudas e as que pertencerem aos navios.

(57) Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 — Orça a receita para o exercício de 1898 — Art. 1º, n. 7 — Imposto de docas — As taxas de pharões e docas serão pagas em ouro, ao cambio de 27 d. por 1\$, quando recahirem sobre embarcações estrangeiras.

(58) Vide nota n. 52.

(59) Vide nota n. 52.

(60) Lei n. 25, de 30 de dezembro de 1891 — Orça a receita para o exercício de 1892 — Art. 1º, n. 8 — Adicionaes — 10 % additionaes sobre o expediente dos generos livres de direitos de consumo, das capatazias, armazenagem, imposto de pharões e de doca.

(61) Lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894 — Orça a receita para o exercício de 1895 — Art. 1º, n. 8 — 10 % additionaes sobre os impostos de expediente de generos livres de direitos de importação, pharões e docas. Ficam supprimidos os impostos de 10 % additionaes sobre os direitos de expediente das capatazias e armazenagens.

(62) Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 — Orça a receita para o exercício de 1898 — Art. 1º, n. 8 — 10 % sobre o expediente dos generos livres de direitos de consumo, pharões e docas. Ficam dispensadas do adicional de 10 % sobre os impostos de pharões e docas as embarcações estrangeiras.

(63) Lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900 — Orça a receita para o exercício de 1901 — Art. 1º, n. 8 — 10 % sobre o expediente dos generos livres de direitos de importação, pharões e docas, nos termos da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 1º, n. 8, não comprehendido o porto do Rio de Janeiro.

(64) Lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902 — Orça a receita para o exercício de 1903 — Art. 1º, n. 7 — 10 % sobre o expediente dos generos livres de direitos, inclusive para soccorro naval.

(65) Lei n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 — Orça a receita geral da Republica para o exercício de 1920 — Art. 1º, n. 9.... estendendo-se a cobrança a parte ouro.

Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 — Orça a receita geral da Republica para o exercício de 1924.

| | Ouro | Papel |
|--|--------------|-------------|
| e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (66)..... | 190:000\$000 | 30:000\$000 |
| 10. 2% ouro sobre o valor official da importação, nos termos do artigo 2º, § 1º, da lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 (66 A), excepto as taxas arrecadadas nos portos contractados, de accordo com as leis ns. 1.746, de 13 de outubro de 1869 (67); | | |

(66) Decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 — Declara em vigor o orçamento da receita geral da Republica para o exercicio de 1924 até que Congresso Nacional ultime a votação do de 1925.

(66 A) Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 — Orça a receita geral da Republica para 1926.

Art. 2º § 1º. A taxa de 2% ouro, sobre o valor official da importação, exceptuadas as mercadorias de que trata o n. 2 do art. 1º, será arrecadada pelas Alfandegas do Pará, Maranhão, Parnahyba, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Matto-Grosso e incorporada á receita geral.

(67) Lei n. 1.746, de 13 de outubro de 1869 — Autoriza o Governo a contractar a construção, nos diferentes portos do Imperio, de docas e armazens para carga, descarga, guarda e conservação das mercadorias de importação e exportação.

Art. 1º. Fica o Governo autorizado para contractar a construção, nos diferentes portos do Imperio, de docas e armazens para carga, descarga, guarda e conservação das mercadorias de importação e exportação, sobre as seguintes bases:

§ 1º. Os emprezarios deverão sujeitar á approvação do governo imperial as plantas e os projectos das obras que pretenderem executar.

§ 2º. Fixarão o capital da empresa e não poderão augmental-o ou diminuil-o sem autorização do Governo.

§ 3º. O prazo da concessão será fixado conforme as difficuldades da empresa, não podendo ser, em caso nenhum, maior de 90 annos. Findo o prazo, ficarão pertencendo ao Governo todas as obras e o material fixo e rodante da empresa.

§ 4º. A empresa deverá formar um fundo de amortização por meio de quotas, deduzidas de seus lucros liquidos, e calculadas de modo a reproduzir o capital no fim do prazo da concessão.

A formação desse fundo de amortização principiará, o mais tardar, 10 annos depois de concluidas as obras.

§ 5º. Os emprezarios poderão porceber, pelos serviços prestados em seus estabelecimentos, taxas reguladas por uma tarifa proposta pelos emprezarios e approvada pelo governo imperial.

Será revista esta tarifa pelo governo imperial de cinco em cinco annos; mas a redução geral das taxas só poderá ter lugar quando os lucros liquidos da empresa excederem a 12%.

§ 6º. Poderá o Governo conceder ás companhias de docas a faculdade de emittir titulos de garantias das mercadorias depositadas nos respectivos armazens, conhecidos pelo nome de *warrants*. Em regulamento especial devesa estabelecer as regras para a emissão destes titulos e seu uso no Imperio.

§ 7º. O Governo poderá encarregar as companhias de docas o serviço de capatazias e de armazenagem das alfandegas.

Expedirá, neste caso, regulamentos e instrucções para estabelecer as relações da companhia com os empregados encarregados da percepção dos direitos das alfandegas.

§ 8º. Em cada contracto estipulara o Governo as condições que julgar necessarias para assegurar a mais minuciosa e exacta fiscalização e arrecadação dos direitos do Estado.

§ 9º. Ao Governo fica reservado o direito de resgatar as propriedades da companhia, em qualquer tempo, depois dos 10 primeiros annos da sua conclusão.

O preço do resgato será fixado de modo que, reduzido a apolices da dívida publica,

Ouro

Papel

3.314, de 16 de outubro de 1886 (68), que ficam em depósito para attender às obrigações dos respectivos contractos — Lei numero 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (69); e decreto numero 16.766, de 2 de janeiro de 1925, (70), lei n. 4.934, de 31 de dezembro de 1925 (70 A).....

10.000:000\$000

11. Taxa de 1 a 5 réis por kilogrammo de mercadorias carregadas ou descarregadas, de accôrdo com o art. 2º, § 2º, desta lei (71) — Lei n. 4.783, de 31 de dezembro

produza uma renda equivalente a 8 % de todo o capital effectivamente empregado na empresa.

§ 10. Os empresarios poderão desapropriar, na fórma do decreto n. 1.664, de 27 de outubro de 1885, as propriedades e as benfitorias pertencentes a particulares, que se acharem em terrenos necessarios á construcção das suas obras.

§ 11. O Governo fará inspecionar a execução e o custo das obras, para assegurar o exacto cumprimento dos contractos que houver estabelecido.

§ 12. Os armazens das docas construidas pelos empresarios gozarão de todas as vantagens e favores concedidos por lei aos armazens alfandegados e entrepostos.

§ 13. As empresas estrangeiras serão obrigadas a ter representantes, nas localidades em que tiverem seus estabelecimentos, para tratarem directamente com o Governo imperial. As questões que se suscitarem entre o Governo e os empresarios a respeito dos seus direitos e obrigações, poderão ser decididas no Brasil por arbitros, dos quaes um sera de nomeação do Governo, o outro do empresario e o terceiro por accôrdo de ambas as partes, ou sorteado.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrario.

(68) Lei n. 3.314, de 16 de outubro de 1886 — fixa a despesa geral do Imperio para o exercicio de 1886-1887 e 2º semestre de 1887, e da outras providencias.

Art. 7º Paragrapho unico:

4º O Governo podera estabelecer em favor das empresas que se organizarem para melhoramentos dos portos do Imperio, além das vantagens a que se refere a lei n. 1.716, de 13 de outubro de 1869, uma taxa unica maior de 2 % em referencia ao valor da importação, e de 1 % ao da exportação, de cada um dos ditos portos. As taxas destinadas a aquelle serviço serão arrecadadas directamente pelo Estado, e calculadas de maneira que não excedam o necessario para o juro correspondente ao capital das empresas, a razão de 6 % ao anno e para a respectiva amortização no maximo prazo de 10 annos.

Si o Governo julgar mais conveniente effectuar os respectivos melhoramentos por conta do Estado, podera applicar o producto das mencionadas taxas as obrigações que neste sentido contrahir.

(69) Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1924.

(70) Decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 — Declara em vigor o orçamento da receita geral da Republica para o exercicio de 1924 até que o Congresso Nacional ultimo a votação do de 1925.

(70 A) Vide nota n. 66 A.

(71) Art. 2º, § 2º — A taxa de um a cinco réis por kilogrammo de mercadorias que forem carregadas ou descarregadas segundo o seu valor, destino ou procedencia sera cobrada em todos os portos.

| | Ouro | Papel |
|--|--------------|-----------------|
| de 1923 (72) e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (73), tudo nos termos do n. IX do art. 2º da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900 (74)..... | | 13.000:000\$000 |
| 12. Taxa adicional de 0,2% sobre todos os direitos de importação para consumo. Lei n. 4.934, de 31 de dezembro de 1925, art. 2º, § 3º (75)..... | 243:000\$000 | 182:000\$000 |

II

Imposto de consumo, de accôrdo com os arts. 3º a 10 e 16 da Lei n. 4.934, de 31 de dezembro de 1925

| | Ouro | Papel |
|---|------|-------|
| Suprimidas as palavras e semelhantes da letra c, do § 9º, do art. 4, da mesma lei (75 A)..... | — | — |

(72) Vide nota n. 69.

(73) Vide nota n. 77.

(74) Lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900. Orça a receita geral da Republica para 1901 —

Art. 2º. E' o Governo autorizado:

IX. A cobrar das navios, que se utilizarem dos portos em que forem executadas, a custa da União, obras tendentes ao melhoramento das respectivas entradas e ancoradouros, a taxa de 1 a 5 centos kilogramma de mercaderia que for por elles carregada ou descarregada, segundo o seu valor, destino, ou procedencia.

O producto desta taxa, que sera tambem proporcionada ás necessidades do serviço, constituirá, para cada porto, um fundo especial, destinado exclusivamente ao respectivo melhoramento.

Parágrafo unico. Para accrescer a execução das obras referidas, poderá o Governo aceitar doativos ou mesmo auxilios a titulo oneroso, offerecidos pelos Estados, Municipios ou Associações interessadas no melhoramento, contanto que os encargos resultantes de tais auxilios não excedam ao producto da taxa indicada.

(75) Lei n. 4.884, de 31 de dezembro de 1925, art. 2º, § 3º. A taxa de 0,2% (dois decimos por cento) sobre a totalidade dos direitos de importação para consumo e destinada ao custeio dos serviços de revisão e estatística dos despachos aduaneiros pelo emprego de machinas classificadoras e totalizadoras Hollerith sera incorporada á receita ordinaria.

(75 A) Lei n. 4.934, de 31 de dezembro de 1925. Orça a receita geral da Republica para 1926.

Art. 3º. As leis e decretos em vigor, que providenciam sobre a cobrança dos impostos de consumo, transporte, operações a termo, vendas mercantis a taxa de viação, serão observados com as alterações constantes desta lei. O imposto de consumo incide sobre os seguintes productos:

1. Fumo;
2. Bebidas;
3. Phosphoros;
4. Sal;
5. Cabello;

II. Cigarros e cigarrilhas nacionaes, por vintena ou fracção:

| | |
|---------------------------------------|-------|
| Até o preço na fabrica, de \$150..... | \$020 |
| De mais de \$150 até \$450..... | \$100 |
| De mais de \$450..... | \$150 |

III. Cigarros e cigarrilhas estrangeiras, por vintena ou fracção, \$500.

IV. Rapé por 125 grammas ou fracção, peso liquido, \$060.

V. Fumo desfiado, picado, migado ou em pó, por 25 grammas ou fracção, peso liquido, \$100.

VI. Fumo em corda ou em folha, estrangeiro, por kilogramma ou fracção, peso liquido, \$300.

VII. Os cigarros e cigarrilhas fabricados com fumo preparado na propria fabrica, além do imposto de \$020, \$100 e \$150, pago em estampilhas appostas aos mesmos, pagarão por vorta lançada, pela repartição arrecadadora, nas guias de aquisição das mesmas estampilhas, mais \$050 por vintena ou fracção, correspondente ao fumo empregado.

VIII. O fumo em corda ou folha, estrangeiro, quando for desfiado, picado, migado ou reduzido a pó, em fabrica nacional, pagará mais \$100, além do imposto pago nas alfandegas, por 25 grammas ou fracção, ficando, outrossim, sujeito ao regimen do fumo de produção nacional.

§ 2º

Bebidas

Sobre:

- a) aguas mineraes naturaes;
- b) aguas mineraes artificiaes;
- c) aguas denominadas syphão ou sôda, entendendo-se por syphão a agua potavel adicionada simplesmente de gaz carbonico, hydromel, cidra, ginger-ale, refrescos gazosos, suco de fructas ou plantas não fermentado e outras bebidas que se lhes possam assemelhar;
- d) xaropes de limão, groselha, gomma, orchata e outros proprios para refrescos;
- e) cerveja;
- f) amargos e aperitivos, taes como: amer-picon, bitter, fernet, vermouth, ferro-quina Bisleri, vinhos quindados, amaro felsina e outras bebidas semelhantes;
- g) bebidas constantes do n. 130 da actual Tarifa das Alfandegas;
- h) bebidas constantes do n. 131 da actual Tarifa das Alfandegas, comprehendendo a aguardente e bebidas semelhantes, nacionaes, de fructas e plantas, exceptuadas a canna e a mandioca;
- i) vinhos artificiaes e demais bebidas fermentadas, que possam ser assemelhados ou sejam rotulados e vendidos como vinhos de uva, espumoso, ou *champagne*, comprehendidos os vinhos adicionados de agua e alcool e os vinhos naturaes estrangeiros, que venham a ser transformados em espumosos;
- j) bebidas denominadas, e como taes rotuladas, «vinhos de canna» e semelhantes, quando não forem preparadas exclusivamente pela fermentação do suco de fructas, ou plantas do paiz, assim consideradas aquellas a que se tenha adicionado alguma outra substancia para conservar, adoçar ou colorir;
- k) vinho natural, nacional, de uva ou de qualquer outra fructa ou planta;
- l) graspa, assim comprehendida a aguardente extrahida do bagaço ou dos residuos de uva, aguardente de canna (cachaça) ou de mandioca (tiquira), de produção nacional, e alcool de uva, canna, mandioca, milho ou batata;
- m) alcool de fructas, cereaes ou plantas, que não sejam uva, canna, mandioca, milho ou batata;
- n) capsulas de acido carbonico para o preparo de aguas pelo systema Sparklets e outros.

A saber:

I. Aguas mineraes naturaes:

| | |
|-----------------------|-------|
| Por meia garrafa..... | \$015 |
| Por meio litro..... | \$020 |
| Por garrafa..... | \$030 |
| Por litro..... | \$040 |

IX. Vinhos artificiaes e demais bobidas fermentadas semelhantes:

| | |
|-----------------------|--------|
| Por meia garrafa..... | \$500 |
| Por meio litro..... | \$750 |
| Por garrafa..... | \$1000 |
| Por litro..... | \$1500 |

X. Bebidas denominadas vinho de canna, de fructas e semelhantes, obrigada a rotulagem com a palavra «Nectar»:

| | |
|-----------------------|-------|
| Por meia garrafa..... | \$150 |
| Por meio litro..... | \$225 |
| Por garrafa..... | \$300 |
| Por litro..... | \$450 |

XI. Vinho nacional natural de uva ou de qualquer fructa ou planta, inclusive o vinho e o succo do cajú não fermentado e sem alcool de qualquer natureza:

| | |
|-----------------------|-------|
| Por meia garrafa..... | \$030 |
| Por meio litro..... | \$045 |
| Por garrafa..... | \$060 |
| Por litro..... | \$090 |

XII. Grapa e agua-dente pura de canna ou de mandioca, nacional, e alcool de uva, canna, mandioca, milho ou batata, de qualquer grão:

| | |
|-----------------------|-------|
| Por meia garrafa..... | \$100 |
| Por meio litro..... | \$150 |
| Por garrafa..... | \$200 |
| Por litro..... | \$300 |

XIII. Alcool que não seja de uva, canna, mandioca, milho, ou batata, de qualquer grão:

| | |
|-----------------------|-------|
| Por meia garrafa..... | \$300 |
| Por meio litro..... | \$300 |
| Por garrafa..... | \$400 |
| Por litro..... | \$600 |

XIV. Capsulas de acido carbonico para preparo de aguas, pelo systema Sparkle, e outros, a saber, por capsula:

| | |
|---|-------|
| De capacidade de produção até meia garrafa..... | \$030 |
| De mais de meia garrafa até meio litro..... | \$045 |
| De mais de meio litro até garrafa..... | \$060 |
| De mais de garrafa até litro..... | \$090 |

Nas capsulas de produção superior a um litro ou fração, será cobrado na razão acima.

§ 3º

Fhosphoros

Sobre:

a) os de madeira, cera ou de qualquer outra especie, a saber:

| | |
|---|-------|
| I. Cartoeinha ou caixinhas contendo até 20 palitos..... | \$015 |
| II. Caixa ou cartoeira contendo até 60 palitos..... | \$030 |
| III. Cada 60 palitos a mais ou fração dessa quantidade, contidos na mesma caixa ou cartoeira..... | \$030 |

§ 4º

Sal

Sobre:

- a) o chlorureto de sodio grosso, moído ou triturado;
b) idem refinado ou purificado, a saber:

| | |
|---|-------|
| I. Grosso, moído ou triturado, de qualquer procedencia, por kilogramma ou fracção, peso bruto..... | \$020 |
| II. Refinado ou de qualquer modo beneficiado, nacional, acondicionado em volumes que não sejam frascos de vidro ou louça, por kilogramma ou fracção, peso bruto..... | \$020 |
| III. Refinado ou purificado, de qualquer modo acondicionado, estanhoiro, por 250 grammas ou fracção, peso liquido.... | \$025 |
| IV. Refinado ou purificado, nacional, acondicionado em frascos de vidro ou louça, por 250 grammas ou fracção, peso liquido..... | \$025 |
| V. O sal grosso adquirido para ser refinado ou purificado e acondicionado em frascos de vidro ou louça pagará sómente o accrescimo do imposto, quando ficar provado por meio de guia ou de nota o pagamento da primeira taxa. | |

§ 5º

Calçado

Sobre:

a) botas compridas de montar, botinas, cothurnos, sapatos, borzequins, chinellos, sandalias e alpercatas de couro, pelle ou outro qualquer tecido, de algodão, lã, linho, palha ou seda ou simplesmente com mescla de seda, com sola de qualquer especie, comprehendendo-se como "borzequim" o calçado grossoiro, de meia gaspa, talão, inteirico e diçeto, cano, curto e ilhos communs, e por "alpercata" a chinella de couro grossoiro ou de panno, com gaspa inteirica ou não, sem salto, e que se prende ao pé por meio de tiras;

b) sapato de qualquer qualidade proprio para banhos, e alpargatas, assim comprehendidas as chinellas de panno com sola de corda;

c) sapatos, galochas, botas e cothurnos de borracha.

d) perneiras de couro ou panno, consideradas como taes as polainas que cobrem a perna e parte da botina, ou apenas a perna, a saber, por par:

I. Botas compridas de montar, 2\$500;

II. Botinas e cothurnos de couro, pelle ou qualquer tecido de algodão, lã ou linho, simples ou mixto;

Vendidas no varejo, com preço marcado nas mesmas pelos fabricantes, até 2\$5000;

| | |
|-------------------------------------|-------|
| Até 0,22 de comprimento..... | \$400 |
| De mais de 0,22 de comprimento..... | \$800 |

Acima de 25\$ ou sem preço marcado pelo fabricante:

| | |
|-------------------------------------|--------|
| Até 0,22 de comprimento..... | \$800 |
| De mais de 0,22 de comprimento..... | 1\$000 |

III. Botinas de tecido de seda ou de qualquer tecido com mescla de seda:

| | |
|-------------------------------------|--------|
| Até 0,22 de comprimento..... | 1\$500 |
| De mais de 0,22 de comprimento..... | 2\$500 |

IV. Sapatos e borzequins de couro, pelle ou qualquer tecido de algodão, lã ou linho, simples ou mixto;

Vendidas no varejista, com preço marcado nas mesmas pelos fabricantes, até 18\$000:

| | |
|------------------------------|-------|
| Até 0,22 de comprimento..... | \$200 |
| De mais de 0,22..... | \$400 |

Acima de 18\$ ou sem preço marcado pelo fabricante:

| | |
|-------------------------------------|-------|
| Até 0,22 de comprimento..... | \$400 |
| De mais de 0,22 de comprimento..... | \$900 |

V. Sapatos e borzeguins de qualquer tecido de seda ou simplesmente com mescla de seda, de qualquer comprimento, 2\$000;

VI. Chinellas, sandalias e alpacatas de couro, pelle ou tecido de algodão, lã, linho ou palha, simples ou mixto, \$150;

VII. Chinellas e sandalias de seda ou velludo de seda ou simplesmente com mescla de seda, 1\$000;

VIII. Sapatos, galochas, botas e cothurnos de borracha:

| | |
|-------------------------------------|-------|
| Até 0,22 de comprimento..... | \$150 |
| De mais de 0,22 de comprimento..... | \$300 |

IX. Sapatos de qualquer especie, proprios para banhos e alpacatas \$150,

X. Pernieiras ou polainas:

| | |
|---------------|--------|
| De couro..... | \$800 |
| De panno..... | 1\$500 |

§ 6º

Perfumarias

Sobre todas preparações mixtas destinadas ao uso de tocado e outros fins, taes como:

a) oleos, loções, cosmeticos, cremas, brilhantinas, bandolinas, pós, pastas e extractos, para uso dos cabellos, pelle, unhas, lenços, etc.;

b) agua de Colonia, aguas e vinagres aromaticos, de qualquer especie;

c) tintas para cabellos e barba;

d) dentifricios, ainda que medicinaes;

e) pós, cremos e outros preparados para conservar, tingir ou amaciar a pelle;

f) sabões em forma, paus, pó, barra ou liquidos, para qualquer fim, ainda que não sejam perfumados e os medicinaes, quando perfumados, exceptuado o sabão commum para lavagem de roupas e casas;

g) pastilhas e lentilhas aromaticas, para qualquer fim;

h) bisnagas e lança-perfumes, para folguedos carnavalescos e outros fins:

Por objecto, a saber:

| | |
|--|--------|
| I. De preço até 2\$, duzia..... | \$040 |
| II. De mais de 2\$ até 5\$000..... | \$080 |
| III. De mais de 5\$ até 10\$000..... | \$150 |
| IV. De mais de 10\$ até 15\$000..... | \$300 |
| V. De mais de 15\$ até 20\$000..... | \$400 |
| VI. De mais de 20\$ até 25\$000..... | \$500 |
| VII. De mais de 25\$ até 30\$000..... | \$600 |
| VIII. De mais de 30\$ até 45\$000..... | \$700 |
| IX. De mais de 45\$ até 60\$000..... | 1\$500 |
| X. De mais de 60\$ até 120\$000..... | 3\$000 |
| XI. De mais de 120\$ até 150\$000..... | 4\$000 |
| XII. De mais de 150\$ até 200\$000..... | 6\$000 |
| XIII. De mais de 200\$ até 300\$000..... | 8\$000 |

d) aguas mineraes naturaes medicinaes de fontes estrangeiras:

| | |
|-----------------------|-------|
| Por meia garrafa..... | \$200 |
| Por meio litro..... | \$300 |
| Por garrafa..... | \$400 |
| Por litro..... | \$600 |

Para os effeitos de incidencia da taxa considera-se cada ampoula como unidade;

e) incidem no imposto de que trata este paragrapho sómente os productos que forem considerados especialidades pharmaceuticas pelo Departamento Nacional de Saúde Publica.

Fica revogado, para todos os effeitos, o decreto n. 14.713, de 8 de março de 1921 (§56), ficando os productos de que trata este paragrapho sujeitos ao decreto n. 14.648, de 26 de janeiro de 1921 (§37), salvo quanto ao sello que lhe for applicado, que terá a effigie de Oswaldo Cruz.

§ 8º

Conservas

Sobre:

a) carnes em conserva, de produção nacional, acondicionadas em latas, tinas, barricas ou caixas, e as linguas secas, de fumeiro e em salmoura, a granel ou de qualquer modo acondicionadas;

b) salame de carne bovina;

c) carne em conserva, de procedencia estrangeira;

d) conserva de carne de qualquer especie, presunto, linguas afiambradas, chouriços, linguiças, salchicha, salame de carne de gado, suino, ou ovelhim, mortadellas, *galantina*, queijo-porco, salpicão, morcella, extencos, caldas, pastas, geleas e outras preparações semelhantes não medicinas, comprehendendo-se por *chouriço* a tripa grossa cheia de carne com gorduras e temperos e seca ao fumo; por *linguiça* o chourico delgado; e por *morcella* a tripa cheia de sangue de porco;

e) peixes, camarões, ostras e outros mariscos, de qualquer especie, em conserva de vinagre, azeite ou de qualquer outro modo preparada;

f) doces de qualquer especie e fructas preparadas em calda, a sugar crystallizado, massa, gelêa, etc.;

g) legumes e fructas em conserva, simples e misturados, em massa, salmão, a espirito ou de qualquer outro modo preparados;

h) fructas secas e passadas;

i) massa de mo-darda, molho inglês, colorantes e condimentos culinarios succedaneos da manteiga e outras preparações semelhantes;

j) biscoitos, bolachas e semelhantes acondicionados em latas e outros envoltorios;

k) chocolate commum de refeição, em pó ou em massa a saber:

| | |
|--|-------|
| I. Carnes e peixes em conserva, de produção nacional, e linguas secas de fumeiro ou em salmoura, por kilogramma ou fracção, peso bruto..... | \$050 |
| II. Salame de carne bovina, acondicionada em boxigas ou tripas, quando de igual preço, por 250 grammas ou fracção, peso bruto..... | \$030 |
| III. Doces de qualquer especie, fructas preparadas em calda, assucar crystallizado, massa, gelêa, etc., fabricados no país, por 250 grammas..... | \$050 |
| IV. As demais conservas, por 250 grammas ou fracção, peso bruto..... | \$075 |

(356) Decreto n. 14.713, de 8 de março de 1921 — Approva o regulamento para cobrança e fiscalização do sello sanitario.

(357) Decreto n. 14.648, de 26 de janeiro de 1921 — Approva o novo regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo.

As conservas alimenticias, quando acondicionadas em recipientes de louca ou vidro, pagarão o imposto pelo peso liquido legal, fixada em 30 % do peso bruto a tara do envoltorio externo.

No peso bruto das demais conservas comprehende-se tão somente o da mercadoria no seu primeiro envoltorio, externo ou interno.

§ 9º

Vinagre e azeite

Sobre:

- a) o vinagre commum ou de cozinha, o composto para conservas, como o aromatizado à Estragon e semelhantes;
b) o acido acetico liquido, solido, ou crystallizado ou crystallizavel;
c) o azeite de oliveira e semelhantes, destinados à alimentação, a saber:

I. Vinagre:

| | |
|-----------------------|-------|
| Por meia garrafa..... | \$010 |
| Por meio litro..... | \$015 |
| Por garrafa..... | \$020 |
| Por litro..... | \$030 |

II. Acido acetico:

1º, liquido:

| | |
|-----------------------|-------|
| Por meia garrafa..... | \$200 |
| Por meio litro..... | \$300 |
| Por garrafa..... | \$400 |
| Por litro..... | \$600 |

2º, solido:

| | |
|---|-------|
| Por 250 grammas ou fracção, peso bruto..... | \$150 |
|---|-------|

III. Azeite:

| | |
|-----------------------|-------|
| Por meia garrafa..... | \$100 |
| Por meio litro..... | \$150 |
| Por garrafa..... | \$200 |
| Por litro..... | \$300 |

§ 10

Velas

Sobre:

- a) as de sebo, stearina, espermacete, parafina, cera e semelhantes, a saber:
Por 250 grammas ou fracção, peso liquido:

| | |
|--|-------|
| I. De sebo, ou de qualquer outra materia semelhante, simples ou compostas..... | \$010 |
| II. De stearina, espermacete, parafina ou de composição..... | \$025 |
| III. De cera animal ou vegetal, simples ou compostas..... | \$035 |

As velas de cera acondicionadas em pacotes, caixas, maços, etc., pagarão o imposto correspondente ao peso total das velas contidas em cada volume.

§ 11

Bengalas

Sobre:

As de qualquer especie, a saber, por unidade:

| | |
|--|--------|
| I. Do preço até 5\$000..... | \$500 |
| II. De mais de 5\$ até 10\$000..... | 1\$000 |
| III. De mais de 10\$ até 50\$000..... | 2\$500 |
| IV. De mais de 50\$ até 100\$000..... | 5\$000 |
| V. De mais de 100\$, por 100\$ excedente ou sua fracção..... | 2\$500 |

§ 12

Tecidos

Sobre ou para qualquer fim, simples, mixtos ou compostos, a saber:

- a) de algodão, em peças ou já reduzidos a sacco;
- b) de canhamo, juta ou outras fibras, em peças ou já reduzidas á sacco;
- c) de linho;
- d) de lã;
- e) de seda, ou de borra de seda;
- f) rendas feitas a machinas das materias discriminadas nas letras anteriores;
- g) fitas, tiras e entremeios bordados, das materias constantes das letras anteriores, a saber:

I. Tecidos de algodão, por metro ou fracção:

| | |
|--|-------|
| Crús..... | \$025 |
| Branços ou alvejados..... | \$040 |
| Tintos ou estampados..... | \$060 |
| Bordados, crús, brancos ou alvejados, tintos ou estampados.... | \$100 |

II. Tecidos de canhamo, juta ou outras fibras não especificadas, simples ou mixtos, por metro ou fracção:

| | |
|------------------------------------|-------|
| Crús..... | \$050 |
| Branços, tintos ou estampados..... | \$060 |

III. Tecidos de linho puro, por metro ou fracção:

| | |
|---|-------|
| Crús..... | \$150 |
| Branços, tintos ou estampados..... | \$200 |
| Bordados crús, brancos, tintos ou estampados..... | \$300 |

IV. Tecidos de linho com outras fibras ou com algodão, por metro ou fracção:

| | |
|--|-------|
| Crús..... | \$100 |
| Branços, tintos ou estampados..... | \$150 |
| Bordados crús, brancos, tintos e estampados..... | \$200 |

V. Tecidos denominados alpacas, flanela, cassas, lilaz, durantes, damascos, merinós, princetas, serafinas, gorgorão, riscado, *royal*, setim da China e outros semelhantes; os de ponto de meia ou malha, tonquins, rissos, velludos, baetões, baetilhas e semelhantes, por metro ou fracção:

| | |
|--|-------|
| De lã e algodão ou de lã e linho ou outras fibras..... | \$300 |
| De lã pura..... | \$400 |

IX. Lenços, por unidade:

| | |
|--|--------|
| De algodão puro, simples | \$020 |
| Guarnecidos de rendas ou bordados..... | \$040 |
| De algodão e linho simples..... | \$040 |
| Guarnecidos de rendas ou bordados..... | \$100 |
| De linho puro, simples..... | \$100 |
| Guarnecidos de rendas ou bordados..... | \$200 |
| De borra de seda ou de seda com outra materia..... | \$500 |
| Guarnecidos de rendas ou bordados..... | \$800 |
| De seda pura, simples | 1\$000 |
| Guarnecidos de rendas ou bordados..... | 1\$500 |

X. Gravatas, por unidade:

| | |
|---|--------|
| De algodão puro..... | \$100 |
| De lã ou linho simples ou mixtos..... | \$200 |
| De borra de seda com outra materia..... | \$600 |
| De seda pura..... | 1\$000 |

XI. Suspensorios para calças, por unidade:

| | |
|--|-------|
| De quaesquer tecidos exceptuando a seda simples ou mixtos... | \$200 |
| De seda pura ou com outra materia..... | \$600 |

XII. Ligas para meias, por par:

| | |
|--|-------|
| De quaesquer tecidos exceptuando a seda simples ou mixtos... | \$100 |
| De seda pura ou com outra materia..... | \$500 |

XIII. Espartilhos, cintas ou *soutien-gorge* e semelhantes, por unidade:

| | |
|--|--------|
| De algodão ou de linho lisos ou guarnecidos de rendas ordinarias ou fitas..... | \$300 |
| Renda fina, de filô, de algodão ou de qualquer qualidade de seda e bordados..... | 1\$000 |
| De borracha e materias semelhantes..... | \$500 |
| De tecidos de seda de qualquer especie..... | \$800 |

XIV. Meias, por par:

1º, de algodão simples, não especificadas:

| | |
|--|-------|
| Até 0,20 de comprimento no pé, lisas..... | \$030 |
| Bordadas ou rendadas, não se considerando bordadas simples frisos ou uma letra ou monogramma bordado com linha de algodão..... | \$050 |
| De mais de 0,20 de comprimento no pé lisas..... | \$050 |
| Bordadas ou rendadas..... | \$100 |

2º, de fio de escossia, lã ou linho, simples, mixtas, ou com outra materia, exceptuando a seda:

| | |
|--|-------|
| Até 0,20 de comprimento no pé, lisas..... | \$100 |
| Bordadas ou rendadas..... | \$200 |
| De mais de 0,20 de comprimento no pé, lisas..... | \$200 |
| Bordada ou rendadas..... | \$300 |

3º, de seda vegetal ou artificial, simples ou com outra materia:

| | |
|--|-------|
| Até 0,20 de comprimento no pé, lisas..... | \$200 |
| Bordadas ou rendadas..... | \$300 |
| De mais de 0,20 de comprimento no pé, lisas..... | \$300 |
| Bordadas ou rendadas..... | \$400 |

II. De mais de 14° de alcool absoluto até 24°:

| | |
|-----------------------|-------|
| Por meia garrafa..... | \$300 |
| Por meio litro..... | \$450 |
| Por garrafa..... | \$600 |
| Por litro..... | \$900 |

III. De mais de 24° de alcool absoluto:

| | |
|-----------------------|--------|
| Por meia garrafa..... | \$500 |
| Por meio litro..... | \$750 |
| Por garrafa..... | \$1000 |
| Por litro..... | \$1500 |

IV. *Champagne* e outros vinhos espumosos semelhantes:

| | |
|-----------------------|--------|
| Por meia garrafa..... | 2\$000 |
| Por meio litro..... | 3\$000 |
| Por garrafa..... | 4\$000 |
| Por litro..... | 6\$000 |

§ 15

Papel e artefactos de papel

- a) para embrulho, de qualquer qualidade ;
- b) para escrever ou para desenho, de qualquer qualidade ;
- c) forrado de panno, para qualquer fim ;
- d) de seda, branco ou de côr, oleado, carbonizado, oriental, de arroz, da China, *couché* e semelhante ;
- e) com lhama, de ouro ou prata falsos, para fabricação de flores ;
- f) para forrar casas ou malas, de côr natural, branco, tinto, estampado, pintado, dourado, prateado, imprensado (*gaufrage*) ou avelludado ;
- g) caixas com papel e enveloppes para cartas ;
- h) serpentinas e *confetti*.

A saber:

I. Para embrulho de qualquer qualidade, por kilogramma ou fracção, peso bruto, \$005 ;

II. Para escrever ou para desenho, por kilogramma ou fracção, peso bruto, \$020 ;

III. Forrado de panno, para qualquer fim, por kilogramma ou fracção, peso bruto, \$010 ;

IV. De seda, branco ou de côr, oleado, carbonizado, oriental, de arroz, da China, *couché* e semelhantes, por kilogramma ou fracção, peso bruto, \$015 ;

V. Com lhama, de ouro ou prata falsos, para fabricação de flores, por kilogramma ou fracção, peso bruto, \$050 ;

VI. Para forrar casa ou mala, por peça de nove metros ou fracção:

| | |
|---|--------|
| 1°, de côr natural, branco, tinto, imprensado (<i>gaufrage</i>) pintado, estampado e semelhantes..... | \$200 |
| 2°, dito proprio para guarnição..... | \$400 |
| 3°, com dourado, prateado e avelludado..... | 1\$000 |
| 4°, dito proprio para guarnição..... | 2\$000 |

VII. Caixas com papel e enveloppes para cartas, simples ou a fantasia, sellagem directa, por caixa:

| | |
|----------------------------|-------|
| Até o preço de 5\$000..... | \$200 |
| De mais de 5\$000..... | \$400 |

| | |
|--|--------|
| VIII. De palha do Chile, Perú, Malha e semelhantes, exceptuados os de palha até o preço de 30\$..... | 1\$000 |
| De mais de 30\$..... | 5\$000 |
| IX. De pello de seda de qualquer qualidade e feitiço, de molas e claqués..... | 5\$000 |
| X. De feltro de lã ou de algodão e de tecidos de algodão, lã ou linho, simples ou mixtos..... | \$500 |
| XI. De qualquer tecido de seda ou simplesmente com mescla de seda..... | 1\$000 |

Para senhoras e meninas:

| | |
|-------------------------------------|---------|
| XII. Até o preço de 10\$..... | \$500 |
| XIII. De mais de 10\$ até 50\$..... | 5\$000 |
| XIV. De mais de 50\$ até 100\$..... | 5\$000 |
| XV. De mais de 100\$ até 300\$..... | 10\$000 |
| XVI. De mais de 300\$..... | 15\$000 |

Boneta e gorros

| | |
|---|-------|
| XVII. De feltro de lã ou de algodão, crina, madeira, palha ou de tecidos de algodão, lã ou linho, simples ou mixtos..... | \$300 |
| XVIII. De feltro, de castor, lebre ou semelhantes, de pellica, camurça ou outra qualquer pello, ou de tecido de seda ou simplesmente com mescla de seda..... | \$500 |
| XIX. Os chapéus de sol ou chuva, com cobertura de lã, linho ou algodão, guarnecidos com rendas, franja ou bordado de seda ou com fio de ouro ou prata, pagarão a taxa dos do cobertura de seda. | |

§ 18

Louças e vidros

Sobro:

a)apparelhos e peças de louças de qualquer fôrma ou feitiço não classificados, constantes do n. 615 da classe 21ª da actual Tarifa das Alfandegas, revogada a isenção concedida aos da Fabrica Santa Catharina e outras;

b) vasos e jarros para flores, frascos para agua de cheiro, estatuas, figuras, imagens, medalhões e outros objectos de ornamento, para cima de mesa — de louça constante do n. 650, primeira parte, da mesma classe da Tarifa;

c) frascos para agua de cheiro, vasos e jarros para flores, bustos, figuras e quaisquer outras peças de luxo e adorno de vidro, constantes do n. 660 da mesma classe e Tarifa;

d) obras não classificadas para o serviço de mesa, como: copos, calices, garrafas, compoteiras, pratos, fruteiras, assucarheiros, saleiros, galheteiros, colheres, garfos, porta-facas e objectos semelhantes — de vidro; idem para outros usos, como: bocetas ou caixas para qualquer fim, lixeiros, *verre d'eau, l te-à-t te*, jarros, bacias e mais pertences de lavatorio, vasos e frascos grandes de pharmacia, padaria e confeitaria, de boca larga, esmerilhados ou não, escaradeiras, acucenas para castiças, mangas, cupulas, globos, redomas, chaminés para candieiro, reflectores, lampeões e lamparinas, tinteiros, pesos para papeis, maçanetas para portas e janellas, tubos para machinas, copos graduados ou não, lubrificantes para machinas, conta-gottas, syphões, retortas, balões e objectos semelhantes para laboratorios chimicos e pharmaceuticos, vasos proprios para pilhas electricas, com ou sem tampa de barro ou vidro, piroetes e objectos semelhantes, constantes do n. 665 da mesma classe e Tarifa.

A saber, por kilogramma, peso liquido:

| | |
|---|-------|
| I. Louça de pó de pedra branca, n. 1..... | \$100 |
| II. Idem de granito, n. 2..... | \$100 |

§ 19

Ferragens

Sobre:

a) parafusos, pregos, tachas, aroscas e rebites: a saber, por 250 grammas ou fracção, peso liquido:

| | |
|---|-------|
| I. De ferro ou de aço, constantes dos ns. 749 e 751 da actual | |
| Tarifa das Alfandegas, simples (1)..... | \$015 |
| II. Idem, idem, com cabeça de outra materia..... | \$020 |
| III. De cobre e suas ligas, simples..... | \$050 |
| IV. Idem, idem, com cabeça de outra materia..... | \$050 |

b) dobradiças, gonzos, bisagas, lemos, escapulas, cremones, fechaduras, fechos ou ferrolhos, puxadores, trincos e tranquetas para portas, janelas ou gavetas, de latão, ferro simples ou nickelado, cobre e suas ligas, por 250 grammas, ou fracção, peso liquido:

| | |
|--|-------|
| I. de ferro simples..... | \$020 |
| II. de latão, ferro nickelado, cobre e suas ligas..... | \$040 |

(1) Tarifa das Alfandegas — Classe 25. — Art. 749. Parafusos com cabeça de latão e de qualquer outra qualidade — Art. 751. Pregos, tachas, aroscas e rebites, simples, com cabeça de latão ou de osso, com cabeça de marfim, e pontas de Paris.

degado, far-se-ão effectivas as penas do § 3.º ao empregado, por cuja omissão semelhante falta se der.

§ 2.º Quando semelhantes mercadorias virem manifestadas com direcção á ordem, e até no momento da respectiva descarga, se não se tiver apresentado na Repartição pessoa competente para seu despacho ou deposito em trapiche, ou entreposto especial, o respectivo Inspector ou Administrador as mandará arrematar em praça como abandonadas, precedendo editaes de tres dias, publicados pelo menos em uma das folhas de maior circulação, ou afixados nos logares onde não as houver; e, deduzidos os direitos e mais rendimentos devidos, o liquido sera levado a deposito, para ser entregue a quem de direito for.

§ 3.º Verificada a existencia nos armazens e depositos fiscaes de qualquer volume de taos generos ou semelhantes, sera intimado o dono ou consignatario, si for conhecido, para dentro de 24 horas despachal-o ou retirar-o para deposito especial, na forma dos arts. 216, paragrapho unico, e 27: e, não o fazendo ou não sendo conhecido o dono, ou consignatario, proceder-se-a, dentro das 24 horas seguintes, á sua venda em hasta publica, na conformidade do § 2.º, sendo além disto multado de 20\$ até 100\$ por cada volume, ou de 10 até 50 % do valor dos referidos generos, a arbitrio do referido inspector ou administrador, além da indemnização do damno que desse facto resultar a outras mercadorias ou ao edificio em que estiverem depositados, e armazenagem em dobro desde o dia de sua entrada, ainda que a não deva.

Art. 231. Os depositantes são obrigados a velar na conservação das mercadorias e, no caso de omissão de sua parte, o administrador do entreposto os convidará por escripto para fazel-o e, si não for attendido, participará ao chefe da repartição, que lhes marcará um prazo razoavel para que prestem ás suas mercadorias os cuidados necessarios.

Paragrapho unico. Esgotado esse prazo, serão as mercadorias consideradas como abandonadas, e vendidas em leilão por consumo, na forma do Cap. 5.º do presente Titulo (Reg. de 1860, art. 252)

Nota 87.º

Quando em algum volume se encontrar louça ou vidro de mais de um numero, não se sujeitando a parte á verificação do peso liquido de cada qualidade, serão considerados como sendo todos do numero mais tributado que o volume contiver.

§ 23

Armas de fogo e suas munições

Sobre:

- a) bacamartes, trabucos, arcabuzes e armas semelhantes, espingardas e clavinas para guerra e para caça, garruchas, pistolas, revólveros e outros semelhantes;
b) balas de ferro ou de chumbo ou o chumbo de munições, em caixas, latas, saccos, pacotes ou envoltórios semelhantes;
c) espoletas em cartuchos vazioes com ou sem fulminante, em caixas, saccos, pacotes ou envoltórios semelhantes;

d) capsulas em cartuchos carregados de balas de chumbo, a saber:

I. Armas de fogo, por unidade:

| | |
|---|--------|
| Até o preço de 20\$000..... | \$200 |
| De mais de 20\$ até 50\$000..... | \$300 |
| De mais de 50\$ até 100\$000..... | \$600 |
| De mais de 100\$, por 100\$ excedente ou sua fracção..... | \$1000 |

II. Balas de ferro ou de chumbo de munição, por kilogramma, peso bruto:

| | |
|---|-------|
| Até o preço de 2\$000..... | \$100 |
| De mais de 2\$ até 5\$000..... | \$200 |
| De mais de 5\$, por 5\$ excedente ou sua fracção..... | \$300 |

III. Espoletas em cartuchos vazioes, com ou sem fulminante, por cento:

| | |
|---|--------|
| Até o preço de 2\$000..... | \$600 |
| De mais de 2\$ até 5\$000..... | \$1000 |
| De mais de 5\$, por 5\$ excedente ou sua fracção..... | \$2000 |

IV. Espoletas ou cartuchos carregados de balas ou de chumbo, por cento:

| | |
|---|-------|
| Até o preço de 5\$000..... | \$150 |
| De mais de 5\$ até 10\$..... | \$300 |
| De mais de 10\$, por 10\$ excedente ou sua fracção..... | \$400 |

§ 24

Lampadas, pilhas eapparelhoelectricos

Sobre:

a) lampadas electricas;

b) pilhas electricas seccas, nacionaes ou estrangeiras, a saber, por unidade:

| | |
|--|-------|
| I. De força illuminativa até 50 velas..... | \$100 |
| De mais de 50 até 100 velas..... | \$150 |
| De mais de 100 até 200 velas..... | \$250 |
| De mais de 200 até 400 velas..... | \$400 |
| De mais de 400 velas..... | \$600 |
| II. Pilhas electricas, seccas..... | \$200 |

c) apparelhoelectricos:

III. Acquededores, apparelhoe para massagem, ferros de ongommar, ventiladores, fogareiros, chaleiras, caçarolas e semelhantes, por unidade:

| | |
|---|--------|
| Até o preço de 20\$000..... | \$200 |
| De 20\$ até 50\$000..... | \$500 |
| De 50\$ até 100\$000..... | \$1000 |
| De mais de 100\$, por 100\$ ou fracção excedente, mais..... | \$1000 |

§ 29

Rodas, pellos, pelles de agasalho, manchons e semelhantes

| | | |
|-----|--|--------|
| a) | até 50\$000..... | 1\$000 |
| b) | de mais de 50\$ até 100\$000..... | 2\$000 |
| c) | de mais de 100\$ por 100\$ excedente ou fracção..... | 2\$000 |

§ 30

Luvas

Por par:

| | | |
|-----|--|--------|
| a) | de algodão puro, simples..... | \$100 |
| b) | ditas com enfeites..... | \$150 |
| c) | de algodão com outra materia, exceptuada a seda..... | \$200 |
| d) | ditas com enfeites..... | \$250 |
| e) | de lã, simples..... | \$350 |
| f) | ditas com enfeites..... | \$500 |
| g) | de borra de seda ou seda com outra materia..... | \$800 |
| h) | ditas com enfeites..... | 1\$500 |
| i) | de seda pura, simples..... | 2\$000 |
| j) | ditas com enfeites..... | 2\$500 |
| k) | de pelles e semelhantes, simples..... | 3\$000 |
| l) | ditas com enfeites..... | 5\$000 |

§ 31

Artefactos de borracha

Por unidade:

| | | |
|-----|--|--------|
| a) | camaras de ar para automoveis..... | 1\$000 |
| b) | idem para rodas de motocycletas ou para rodas semelhantes | \$500 |
| c) | pneumaticos — assim designados os capotões que envolvem as camaras de ar das rodas dos automoveis..... | 5\$000 |
| d) | idem para rodas de motocycletas ou para rodas semelhantes | 2\$000 |
| e) | rodas massiças de borracha para automoveis..... | 5\$000 |
| f) | capas, capotões e semelhantes, impermeaveis, para homens ou senhoras..... | 5\$000 |
| g) | idem para meninas ou meninos..... | 3\$000 |

§ 32

Navalhas e pinceis para barba

I. navalhas de qualquer feitio, Gillette, Auto Strop e semelhantes, por unidade:

| | | |
|-----|---|--------|
| a) | com cabo de osso, madeira, chifre ou metal ordinario..... | \$800 |
| b) | com cabo de marfim, madreperola ou tartaruga..... | 1\$000 |
| c) | com cabo de prata..... | 2\$000 |
| d) | navalha Gillette, Auto Strop e semelhantes..... | 1\$000 |

II. laminas simples, para navalhas Gillete, Auto Strop e semelhantes:

| | | |
|-----|--|-------|
| a) | por meia duzia ou fracção..... | \$100 |
| b) | por navalhas não especificadas, por unidade..... | \$040 |

4º. Espanadores de qualquer qualidade e para qualquer fim:

| | |
|--|-------|
| I. De pennas, pellos, crina e semelhantes..... | \$300 |
| II. De qualquer outra qualidade..... | \$100 |

Estão isentos do imposto os pentes e travessas de marfim, madroperola, tartaruga, prata, ouro e platina quando forem obra de ourives e constituírem adereços de cabeça, por estarem sujeitos á taxa respectiva.

§ 34

Caixas de qualquer feitio, vastas, quando expostas á venda

A saber, por unidade:

a) de papelão de fantasia, simples ou compostas, forradas ou não, para acondicionamento de confeitos, joias, presentes, por unidade:

| | |
|--|-------|
| De mais de 0 ^m ,05 até 0 ^m ,10 de comprimento..... | \$050 |
| De mais de 0 ^m ,10 até 0 ^m ,25..... | \$100 |
| De mais de 0 ^m ,25 até 0 ^m ,50..... | \$200 |
| De mais de 0 ^m ,50..... | \$400 |

b) de madeira, excepto as laminadas, envernizadas ou não, couro, osso, bufalo, cellulóide, chifre e aluminio, excepto a prata, o ouro e a platina, para qualquer fim:

| | |
|---|--------|
| Até 0 ^m ,05 de comprimento..... | \$050 |
| De mais de 0 ^m ,05 até 0 ^m ,10..... | \$100 |
| De mais de 0 ^m ,10 até 0 ^m ,25..... | \$200 |
| De mais de 0 ^m ,25 até 0 ^m ,50..... | \$600 |
| De mais de 0 ^m ,50..... | \$1000 |

c) de sandalo, charão ou acharoadas:

| | |
|---|--------|
| Até 0 ^m ,05 de comprimento..... | \$100 |
| De mais de 0 ^m ,05 até 0 ^m ,10..... | \$200 |
| De mais de 0 ^m ,10 até 0 ^m ,25..... | \$600 |
| De mais de 0 ^m ,25 até 0 ^m ,50..... | \$1000 |
| De mais de 0 ^m ,50..... | \$3000 |

Ficam isentas do imposto as caixas de pinho ou de qualquer outra madeira ordinaria, proprias para encaixotamentos de mercadorias para transporte das mesmas.

§ 35

Brinquedos

A saber, por unidade:

| | |
|------------------------------------|--------|
| De preço de 15\$ a 30\$000..... | \$400 |
| De mais de 30\$ até 50\$000..... | \$800 |
| De mais de 50\$ até 100\$000..... | \$800 |
| De mais de 100\$ até 300\$000..... | \$800 |
| De mais de 300\$ até 500\$000..... | \$1000 |
| De mais de 500\$000..... | \$2000 |

§ 41

Azulejos, ladrilhos ou mosaico, por metro quadrado

| | |
|---|--------|
| I. Azulejos de barro, louça ou vidro simples..... | \$200 |
| II. Azulejos de barro, louça ou vidro colorido ou ornamentado..... | \$400 |
| III. Ladrilhos de barros simples..... | \$200 |
| IV. Ladrilhos ceramicos virificados de uma só côr ou com incrustações e mosaicos..... | 1\$000 |
| V. Ladrilhos de cimento simples..... | \$600 |
| VI. Ladrilhos de cimento polido, simples ou ornamentado, com incrustações..... | 1\$000 |
| VII. Ladrilhos de ceramica simples, grafetada ou de côr..... | 2\$000 |
| VIII. Ladrilhos de alabastro, marmore, porphyro, jaspe ou pedras semelhantes, simples..... | 3\$000 |
| IX. Ladrilhos de alabastro, marmore, porphyro, jaspe, ou pedras semelhantes, decorados..... | 5\$000 |

As fracções de 25 centímetros quadrados pagarão o imposto correspondente á quarta parte da taxa para cada especie.

Os fabricantes dos productos de que trata este paragraho deverão lançar no livro da escripta fiscal a que ficam sujeitos, a producção e o consumo por metro quadrado.

§ 42

Instrumentos de música

A saber:

I. Piano: pianolas, auto-pianos, gramophones, vitrolas e semelhantes, instrumentos de sopro e de corda, de madeira ou metal, bombos, tambores e pratos, por unidade:

| | |
|---|--------|
| Até o preço de 50\$000..... | 1\$000 |
| De 50\$ a 100\$000..... | 2\$000 |
| De mais de 100\$, por 100\$ ou fracção excedente..... | 2\$000 |

II. Rólos de musica para pianolas, por unidade, \$200.

III. Discos para gramophones, por unidade:

1º, simples:

| | |
|-------------------------------|-------|
| Até 0,20 do diametro..... | \$100 |
| De mais de 0,20 até 0,30..... | \$200 |
| De mais de 0,30 até 0,40..... | \$300 |
| De mais de 0,40..... | \$500 |

2º, duplos:

| | |
|-------------------------------|--------|
| Até 0,20 do diametro..... | \$200 |
| De mais de 0,20 até 0,30..... | \$300 |
| De mais de 0,30 até 0,40..... | \$600 |
| De mais de 0,40..... | 1\$000 |

§ 43

Fogões

A saber:

Sobre fogões a lenha, coke, gaz ou electricidade, por unidade:

| | |
|--|--------|
| Até o preço de 100\$000..... | 2\$000 |
| De mais de 100\$ por 100\$ ou fracção excedente..... | 2\$000 |

§ 44

Machinas cinematographicas e photographicas

A saber:

- a) machinas cinematographicas (cinematographos communs) e machinas photographicas;
b) films impressos ou virgens, papel albuminado ou chloruretado, para photographia e placas photographicas:

| | |
|---|-------|
| I. Machinas cinematographicas (cinematographos communs) e machinas photographicas, por unidade: | |
| 1º, de preço até 1:000\$, por 100\$ ou fracção..... | 24000 |
| 2º, desde o preço de 1:000\$, por 100\$ ou fracção que accrescer, mais..... | 38000 |
| II. Films para cinematographos, impressos ou virgens, em latas, caixas, caixinhas de papelão ou envoltorios semelhantes, por 100 grammas ou fracção, peso bruto..... | |
| Idem, destinados aos pequenos cinematographos de salão, que por suas dimensões não se confundam com os destinados aos cinematographos communs, por 100 grammas ou fracção, peso bruto..... | \$250 |
| III. Papel albuminado ou chloruretado, para photographia, de qualquer modo acondicionado, por 100 grammas ou fracção, peso bruto..... | |
| Idem, destinado a photographia, de qualquer modo acondicionado, por 100 grammas ou fracção, peso bruto..... | \$050 |
| IV. Placas photographicas, sobre vidro, sobre celluloides ou outra materia, de qualquer modo acondicionadas, exceptuadas as de que tratam as alíneas II e III, por 100 grammas ou fracção, peso bruto..... | |
| Idem, destinadas a photographia, de qualquer modo acondicionado, por 100 grammas ou fracção, peso bruto..... | \$020 |

Art. 5º. O imposto de que trata o art. 4º e seus paragraphos será cobrado por meio de sellagem directa, excepto: o fumo em corda, em folha, ou em pasta, o peixe a granel, quando de procedencia estrangeira, o sal, os tecidos, as lencas, os vidros, as ferragens, as armas de fogo e suas munições, os azulejos, ladrilhos, ornatozinhos, osapparelhos sanitarios, a gazolina e a naphita, que sera pago pela sellagem nas guias que os acompanharem.

Art. 6º. O imposto por meio da guia será cobrado do resultado da somma dos pesos de cada objecto ou volume de por si.

Art. 7º. Os productos que soffrem transformacão fóra da fabrica productora ficam obrigados ao pagamento da taxa integral correspondente a nova especie, sendo os transformadores considerados fabricantes para todos os effeitos legais.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os transformadores ou os beneficiadores de sal, tecidos e moveis nos casos previstos no art. 4º, § 4º, n. V, § 12, n. XIV, e § 22, n. I, do decreto n. 14.648, de 25 de janeiro de 1921 (1), bem como os desdobreadores do alcool em aguardente e vice-versa, os quaes, entretanto, como commerciantes, poderão adquirir os sellos necessarios ao pagamento da differença do imposto entre a taxa primitiva e aquella a que ficar sujeito o producto pelo beneficio ou desdobramento.

(1) Decreto n. 14.648, de 25 de janeiro de 1921 — Approva o novo regulamento para a arrecadação e fiscalizaçáo do imposto de consumo.

Art. 4º. O imposto recae sobre os productos, nacionaes ou estrangeiros, enumerados no art. 1º, pela seguinte fórma :

§ 4º. Sal: V. O sal grosso adquirido para ser refinado ou purificado e acondicionado em frascos de vidro ou lencas pagara somente o accrescimento do imposto, quando ficar provado por meio de guia ou de nota o pagamento da primitiva taxa.

§ 12. Tecidos: XIV. Os tecidos adquiridos por fabricantes para beneficio ou pagario e accrescimento do imposto, quando ficar provado por meio da nota e das respectivas estampilhas o pagamento da primitiva taxa.

§ 22º. Manteiga: I. Por 250 grammas ou fracção, peso bruto, \$012,5.

Art. 8º. Continuam em vigor as isenções de que trata o decreto n. 11.648, de 26 de janeiro de 1921, com excepção do peixe salgado ou em salmoura, acondicionado em latas ou barris e os biscoitos e bolachas acondicionados em latas de qualquer peso, que

(I) Mesmo decreto: Capitulo III — Da isenção do imposto.

Art. 7º. São isentos do imposto do consumo :

§ 1º. Os objectos importados directamente pelas mesas administrativas dos estabelecimentos de caridade e de assistência hospitalar, contanto que se destinem ao uso e tratamento gratuito dos assistidos.

§ 2º. Os artigos importados para provisão dos officiaes e tripulantes das embarcações estrangeiras.

§ 3º. Os artigos fabricados em estabelecimentos publicos federaes, estaduais ou municipais, quando se não destinarem a fornecimento ao commercio ou a particulares.

§ 4º. Os productos dos estabelecimentos particulares de ensino ou de caridade, para fornecimento gratuito aos alumnos e assistidos.

§ 5º. Os productos que tiverem de ser exportados para o estrangeiro.

§ 6º. Os artigos que a fabrica produzir e applicar, no proprio estabelecimento, no preparo ou confecção de outros artigos tributados ou não.

§ 7º. As amostras de diminnuto ou de nenhum valor commercial, para distribuição gratuita, desde que tragam em caracteres bem visiveis declaração nesse sentido, não devendo as do tecido exceder de 0º,30.

§ 8º. Sobre o fumo :

a) o tabaco em pó ;

b) o pó do fumo desnicotinizado ou desnaturado por qualquer processo chimico, de modo a não poder ser fumado.

§ 9º. Sobre as bobidas :

a) o alcohol para fins industriaes, desnaturado na propria fabrica com 5 % de kerosene, podendo o Ministro da Fazenda determinar outro desnaturante.

§ 10º. Sobre o calçado :

a) os tamancos communs ;

b) os sapatos do ponto de malha de qualquer especie, para reconhecidos.

§ 11º. Sobre as perfumarias :

a) as essencias simples e os oleos puros que constituem materia prima de diversas industrias ;

b) o sabão para lavagem de roupa, de casas ou para tingir.

§ 12º. Sobre as conservas :

a) o xarque, bacalhão e toucinho de qualquer procedencia ;

b) as salchichas, linguiças e morellas, não acondicionadas em latas, caixas, saccoes, papel, etc. ;

c) o peixe secco e o salgado ou em salmoura, de produção nacional, a granel ou acondicionado em envoltorio de qualquer especie, contanto que contenha mais de 10 kilogrammas ;

d) os doces nacionaes de qualquer especie ou de fructas, a granel ou acondicionados em folhas de banana e semelhantes, ou em papel, pesando menos de 250 grammas ;

e) os biscoitos e bolachas a granel ou acondicionados em volumes do mais de oito kilos, destinados á venda a granel ;

f) a carne de porco nacional, a granel ou acondicionada em tinas, barricas, latas ou outros volumes, do peso superior a 10 kilogrammas.

§ 13º. Sobre os chapéus :

a) os chapéus nacionaes de palha ordinaria e os de tecidos do algodão, sem carnoira nem forro, cujo preço de venda da fabrica não exceda de 2\$0,00 ;

b) as formas, cascos, carapucas ou carcassas de palha, polio, lã, ou de outra qualquer materia, destinados a confecção de chapéus, brets ou gorros ;

c) os chapéus do sol até 0º,25 de comprimento de vareta, considerados como brinquedo ;

d) os chapéus de couro proprios para tropeiros, as toucas para reconhecidos e as ca-

| | Ouro | Papel |
|--|------|-----------------|
| 13. Sobre fumo..... | — | 70.000:000\$000 |
| 14. Sobre bebidas..... | — | 95.000:000\$000 |
| 15. Sobre phosphoros..... | — | 25.000:000\$000 |
| 16. Sobre sal..... | — | 8.000:000\$000 |
| 17. Sobre calçados..... | — | 12.000:000\$000 |
| 18. Sobre perfumarias..... | — | 14.000:000\$000 |
| 19. Sobre especialidades pharmaceuticas..... | — | 9.000:000\$000 |
| 20. Sobre conservas..... | — | 9.000:000\$000 |
| 21. Sobre vinagre e azeite..... | — | 1.500:000\$000 |
| 22. Sobre velas..... | — | 900:000\$000 |
| 23. Sobre bengalas..... | — | 100:000\$000 |
| 24. Sobre tecidos..... | — | 47.000:000\$000 |
| 25. Sobre artefactos de tecidos..... | — | 12.000:000\$000 |
| 26. Sobre vinhos estrangeiros..... | — | 10.000:000\$000 |
| 27. Sobre papel e artefactos de papel..... | — | 700:000\$000 |

expostas á venda a varejo, fóra dos respectivos envoltorios originaes, devendo, porém, os mesmos envoltorios ser conservados em poder do expositor, com a data do inicio do rotulamento sobre as respectivas estampilhas, afim de serem apresentados aos representantes do Fisco sempre que o exigirem.

DECRETO N. 1.990 — DE 16 DE JANEIRO DE 1926

Rectifica a lei que orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1926

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em face do que expoz a Mesa da Camara dos Deputados, em mensagem de 13 do corrente, encaminhada ao Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda, com o officio n. 13, da mesma data;

Faço saber que a lei n. 1.981, de 31 de dezembro findo, que orça a receita geral da Republica para o corrente exercicio, deve ser executada com rectificação nos seguintes pontos:

Art. 6º, § 1º — *Fumo* — n. IV, rapé por 125 grammas ou fracção, peso liquido — em vez de \$600, diga-se 100; n. V, *fumo desfiado, picado ou miúdo ou em pó*, por 25 grammas ou fracção, peso liquido — em vez de \$100, diga-se \$66; § 13, n. X, em vez de *de pelo de linho ou de tecido de algodão denominado tricoline*, \$800, diga-se *de pelo de linho puro ou de tecido de algodão denominado tricoline*, \$800; accrescente-se sob o n. XIX o seguinte: «*Alcofifas, tapetes, capachos e passadeiras: De lã ou de linho, simples, mistos com outra qualquer materia, exceptuada a seda, de côco, oleados, juta ou materias semelhantes (congoleum e linoleum), simples ou mixtas:*

| | |
|--|-------|
| Até um metro quadrado ou fracção..... | \$200 |
| Por mais cada metro quadrado ou fracção..... | \$100 |
| De lã ou de linho, simples ou mixto, até um metro quadrado ou fracção..... | \$400 |
| Por mais cada metro quadrado ou fracção..... | \$200 |

Art. 11, tabella A, § 1º, n. 30, em vez de «*doação in solutum*» diga-se «*doação in solutum*»; tabella B, § 5º, n. 3 — supprimam-se as seguintes palavras: «*concedidas por quinquê annos para funcionarios da União até tres mezes, b\$ por mais ou sem declaração de tempo, 12\$»;* § 13, n. 21 (as apolices de seguros contra accidentes de trabalho pagarias, etc.) deve ser collocado no mesmo paragrapho 13, depois do n. 11 e antes das palavras — *Sello de cerba* — e o n. 22 (o credor nas facturas ou nos recibos, etc.) deve ser collocado no n. 1 do § 1º (*Diversos*) da mesma tabella B, logo apos as palavras «*de mais de 1:000\$, 15:000\$.*

| | Ouro | Papel |
|--|------|----------------|
| 28. Sobre cartas de jogar..... | — | 2.000:000:00 |
| 29. Sobre chapéus..... | — | 6.000:000:000 |
| 30. Sobre louças e vidros..... | — | 2.000:000:000 |
| 31. Sobre ferragens..... | — | 1.500:000:000 |
| 32. Sobre café e chá..... | — | 3.000:000:000 |
| 33. Sobre manteiga..... | — | 1.200:000:000 |
| 34. Sobre moveis..... | — | 3.000:000:000 |
| 35. Sobre armas de fogo..... | — | 600:000:000 |
| 36. Sobre lampadas, pilhas eappare- lhos electricos..... | — | 600:000:000 |
| 37. Sobre queijos e requesques..... | — | 2.200:000:000 |
| 38. Sobre electricidade de kilo watt- hora de luz e força e consumo | — | 3.500:000:000 |
| 39. Sobre tintas..... | — | 2.000:000:000 |
| 40. Sobre leques de qualquer especie | — | 1.000:000:000 |
| 41. Sobre boás, pellos, pelles, etc.. | — | 500:000:000 |
| 42. Sobre lavas..... | — | 2.000:000:000 |
| 43. Sobre artefactos de borracha.... | — | 1.000:000:000 |
| 44. Sobre navalhas e pinceis para barba..... | — | 150.000:000 |
| 45. Sobre pentes, escovas e espana- dores..... | — | 400.000:000 |
| 46. Sobre caixas de qualquer feitio | — | 15.000:000:000 |
| 47. Sobre brinquedos..... | — | 150.000:000 |
| 48. Sobre artefactos de couro e outros materies..... | — | 500:000:000 |
| 49. Sobre joias e obras de ourives,.. | — | 1.500:000:000 |
| 50. Sobre objectos de adorno..... | — | 1.500:000:000 |
| 51. Sobre gasolina e naphta..... | — | 10.000:000:000 |
| 52. Sobre aparelhos sanitarios..... | — | 500:000:000 |
| 53. Sobre azulejos..... | — | 500:000:000 |
| 54. Sobre instrumentos de musica... | — | 500:000:000 |
| 55. Sobre machinas cinematogra- phicas e photographicas..... | — | 300:000:000 |
| 56. Sobre fogões, lei n. 4.934, de 31 de dezembro de 1925, rectifi- cada pelo decreto n. 1.900, de 16 de janeiro de 1926 (75 B).... | — | 200:000:000 |

III

**Impostos de circulação de acôrdo com
os arts. 11 a 17 e 51 da lei 4.931,
de 31 de dezembro de 1925.**

| | | |
|---------------------------|------------|-----------------|
| 57. Sobre sello (76)..... | 20.000:000 | 120.000:000:000 |
|---------------------------|------------|-----------------|

(75 B). Vide nota n. 74.

(76). Lei 4.931, de 31 de dezembro de 1925. Orça a Receita Geral da Republica para o exercicio de 1926, rectificada pelo decreto 1.900, de 16 de janeiro de 1926.

Art. 11. A lei n. 3.956, de 25 de dezembro de 1919 e o decreto n. 14.339, de 1 de setembro de 1920, que providenciaram sobre a cobrança e fiscalização do imposto do sello, sendo observados com as alterações constantes das tabellas A e B desta lei.

Tabella A

I — Papéis sujeitos ao sello proporcional em todo o territorio da Republica

SELLO DE ESTAMPILHAS

§ 1º

Diversos

1. Notas promissórias, letras de cambio, mesmo sacadas em paiz estrangeiro, desde que forem acceitas, protestadas ou exequiveis no paiz;
2. Bilhetes á ordem, pagaveis em mercadorias;
3. Cartas de ordem e escriptas á ordem;
4. Facturas ou contas acceitas ou assignadas, salvo as que os seus valores constarem de letras de cambio ou notas promissórias ou duplicata de que trata o art. 17 desta lei;
5. Contas correntes de commerciante a commerciante e de commissario a committente, assignadas ou reconhecidas pelo devedor do saldo;
6. Creditos ou titulos de empréstimos de dinheiro;
7. Escriptura do hypotheca;
8. Contractos de sociedade não comprehendida a anonyma e os actos de sua dissolução ou liquidação;
9. Registro do capital das companhias ou sociedades anonymas, em commandita por accões, de responsabilidade limitada, e de firmas commerciaes, inscriptas em nome individual;
10. Contractos de aforamento ou emphyteuse, arrendamento ou locação, sub-emphyteuse, ou sub-locação e outros não designados e especialmente, em que se transmitirem uso e gozo de bens immoveis, moveis ou semoveis;
11. Titulos de emphyteuse e sub-emphyteuse e de terrenos nacionaes;
12. Transferencias de titulos da divida publica, interna, da União, excepto por transmissão *causa mortis* ou dação *inter-vivos*;
13. Transferencias de accões de sociedades cooperativas, anonymas ou em commandita;
14. Contracto de fiança por escriptura publica ou particular;
15. Contracto de fiança e outros quizesquer por termos lavrados no juizo federal ou na justiça do Districto Federal, juizo estadual ou nas repartições publicas federaes, menos as firmas administrativas por termos lavrados nas repartições estaduais;
16. Cartas de credito e abono;
17. Bilhetes definitivos de deposito de metaes preciosas, emitidos pela Casa da Moeda;
18. Warrants emitidos pelas alfandegas, companhias de docas, pelos armazens gerais, armazens ou trapiches alfandegados e armazens das estradas de ferro, quando separados do conhecimento de deposito, forem pela primeira vez endossados;
19. Recibo de generos recolhidos a armazem de deposito, com valor declarado;
20. Os endossos por procuração ou para cobrança dos titulos e duplicatas de contas assignadas depois do vencimento;
21. Titulos de deposito extra-judicial;
22. Documentos declarando valor recebido por conta de pessoa differente da que ordenar o pagamento, excepto as duplicatas dos recibos passados na ordem do pagamento;
23. Termos de responsabilidade assignados nas alfandegas para despachos de reexportação;
24. Contas de venda de leiloeiro;
25. Apólices, cadernetas ou quizesquer titulos de contractos de seguros de vida, peculios, rendas vitalicias ou temporarias, dotes, assumidos o congêneres;
26. Contractos ou quizesquer documentos de penão a para entrega de bens moveis ou valores de quizesquer especies, inclusive os contractos em correspondencia epistolar ou telegraphica, destinados a produzir effecto, independente de instrumentos escriptaes, publicos ou particulares;

27. Quitações provenientes dos contractos nas empreitadas de medição de terrenos;
 28. Contracto ou canteias de empréstimos sobre penhores;
 29. Papeis em que houver promessa ou obrigação de pagamento ou traspasse, ainda mesmo sob a forma de recibo, carta ou quaesquer outras; os que contiverem extractos, exoneração, subrogação, caução, ou garantia e liquidação de sommas ou valores;
 30. Cada transcrição em registro hypothecario, de escriptura de compra e venda, *dução in solutum* e actos equivalentes pagara o sello de 1\$, relativo a cada importancia de 1:000\$ ou fracção dessa importancia.
 31. Empréstimos de dinheiro, emitindo obrigações *debentures* ao portador, emitidas pelas companhias ou sociedades anonymas, e em commandita por acções.

Pagaráo:

| | |
|------------------------------------|--------|
| Até 500\$000..... | 1\$000 |
| De mais de 500\$ a 1:000\$000..... | 2\$000 |

Cobrando-se mais 2\$ por 1:000\$ ou fracção que exceder de 1:000\$000.

§ 2º

Contractos de compra e venda de cambiaes a prazo maior de cinco dias uteis, contados da operação até ao de 30 dias

| | |
|------------------|--------|
| Até £ 1.000..... | 3\$000 |
|------------------|--------|

Cobrando-se mais 3\$ em cada parcella de £ 1.000 ou fracção.

Si a operação fór realizada em outra qualquer moeda estrangeira, o sello será pago pela sua equivalencia a £ 1.000; si fór contractada para um prazo maior de 30 dias, o sello será pago em cada periodo de 30 dias ou fracção de 30 dias.

§ 3º

Bilhetes de loterias

10 % do valor de bilhete ou de cada fracção de bilhete das loterias federaes exposto á venda.

§ 4º

Fretamento de embarcações

| | |
|--|--------|
| Frete até 500\$000..... | 2\$000 |
| De mais de 500\$ até 1:000\$000..... | 3\$000 |
| De mais de 1:000\$ até 2:000\$000..... | 5\$000 |

E assim em diante, cobrando-se mais 3\$ em 1:000\$ ou fracção dessa quantia.

Sendo o fretamento da embarcação destinada a paiz estrangeiro ou sem declaração do porto, cobrar-se-á o dobro da taxa.

§ 5º

Contracto de seguros e resseguros, marítimos e terrestres, apolices, escripturas ou letras de visco

Premios de seguros:

| | |
|-----------------------------------|--------|
| Até o valor de 2\$500..... | 1\$200 |
| De mais de 2\$50 a £ 500..... | 2\$400 |
| De mais de 50\$ a £ 100\$000..... | 4\$000 |

E assim em diante, cobrando-se mais 2\$400 por 50\$ ou fracção desta quantia.

Premios de resegueros:

| | |
|-----------------------------------|--------|
| Até o valor de 50\$000..... | 1\$200 |
| De mais do 50\$ até 100\$000..... | 2\$400 |

E a sim por diante, cobrando-se mais 1\$200 por 50\$ ou fracção desta quantia.

O sello dos premios corresponde ao seguro ou reaseguro de um anno ou de prazo inferior a um anno.

O prazo, de que trata o art. 43 do regulamento baixado pelo decreto n. 15.589, de 29 de julho de 1922, para as companhias de seguros recolherem os impostos sobre premios de seguros, será de tres mezes.

§ 6º

Nello de verba

Vencimentos e remuneração:

1. Titulos de nomeação do Governo Federal, inclusive os de ministro de Estado; os que forem conferidos pelos chefes de serviços, directores de repartições federaes; por juizes e tribunaes federaes e do Districto Federal; pelas Mesas da Camara dos Deputados e do Senado Federal e por outras autoridades federaes não classificadas especialmente, dos titulos não sujeitos ao sello fixo; os de nomeação e promoção dos officiaes do Exercito e da Armada e das classes annexas; os dos officiaes da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros; os de nomeação federal de tabelliães, escrivães, officiaes do Registro de Titulos e Hypothecas e outros, feita a percentagem pelo calculo das lotações; o de empregos federaes das caixas economicas e montes de soccorro..... 10 %
2. Titulos de aposentadoria, publicação ou dispensa de serviço activo, com vencimentos, dos funcionarios comprehendidos nas hypotheseas do n. 1, e os titulos de reforma dos officiaes do Exercito, da Marinha, Brigada Policial e Corpo de Bombeiros..... 5 %
3. Nomeações interinas para empregos federaes de qualquer natureza, por menos de um anno, ou em commissão de character provisorio ou permanente; empregos de exercicio eventual, com vencimento pelos cofres publicos ou não..... 7 %
4. Nomeações interinas ou provisorias, conferidas por juizes, tribunaes e juizes do Districto Federal..... 7 %
5. Portarias, concedendo gratificações por serviços designadamente creados por leis ou regulamentos da União..... 7 %
6. Titulos de empregos das sociedades anonymas..... 4 %
7. Titulos de empregos effectivos da União com vencimento diario..... 4 %
8. Titulos declaratorios de meio soldo e pensões..... 3 %

II — Papéis sujeitos ao sello proporcional no Districto Federal

SELLO DE ESTAMPILHAS

§ 7º

Diversos

1. Titulos de emphyteuse e sub-emphyteuse de terrenos da municipalidade.
2. Transferencia de titulos da divida municipal.
3. Contractos de fiança e outros, por termos lavrados no juizo local ou repartições municipaes.

As mesmas taxas do § 1º.

§ 2º

Sello de verba

- | | |
|---|-----|
| 1. Nomeação de prefeito..... | 8 % |
| 2. Títulos de empregos effectivos, de aposentadorias, jubilações e outros, com vencimentos abonáveis pelos cofres municipais..... | 4 % |

Tabella B

I — Papeis sujeitos ao sello fixo em todo o territorio da Republica

Sello de estampilha

§ 1º

Papeis forenses e documentos civis:

- | | |
|---|--------|
| 1. Autos de qualquer especie; sentenças extranhas de processos; cartas testemunháveis; precatorias, avocatorias, rogatorias, de requisição, arrematação e adjudicação; provisões, instrumentos, editaes e mandados judiciaes, por folha..... | \$500 |
| 2. Petições e requerimentos que forem apresentados em qualquer repartição da União, do Districto Federal ou Territorio do Acre..... | 2\$000 |
| 3. Attestados de molestia ou frequência, concedidos a empregados publicos adim de recebe em vencimentos..... | 1\$000 |
| 4. Memoriaes dirigidos as autoridades federaes, por folha..... | \$500 |
| 5. Petição para inicio de qualquer procedimento, em juizo, contencioso ou administrativo..... | 2\$500 |
| 6. Petição dirigida as autoridades judiciaes para serem juntas a autos..... | 1\$000 |
| 7. Artigos, allegações, razões finais, para serem juntos a autos, por folha..... | \$500 |
| 8. Escriptos particulares, ou por instrumentos publicos em que directa ou indirectamente não houver declaração de valor, por folha..... | \$500 |
| 9. Testamentos e codicilos, por folha..... | 1\$000 |
| 10. Contractos, títulos ou documentos não especificados, aos quaes não for devido o sello proporcional, nem mais do 1\$ de sello fixo, juntos a requerimentos ou apresentados as autoridades federaes; contas, sendo apenas sellada a primeira via; relações de objectos fornecidos a estabelecimentos publicos; propostas para fornecimentos; propostas para arrendamento e aquisição de bens nacionaes; relação de mercadorias para as quaes solicitem isenção de direitos e outros favores semelhantes, quando tiverem de transitar pelas repartições federaes ou a ellas forem presentes ou entregues, instruindo ou servindo de base a qualquer processo administrativo; publicas-formas não extrahidas de livros, processos ou documentos de cartorio; folhetos e jornaes, quando exhibidos como documentos; papeis relativos ao registro Terras e aos nascimentos e obitos, ou certidões desses papeis, extrahidos dos respectivos livros de registro, estando embora os serviços a cargo de autoridades estaduais; contas não provenientes de contractos ou tiverem de produzir effito diverso do fim para que foram passadas; contractos das empreitadas de medição de terrenos, sem valor declarado, folha..... | 1\$000 |

11. Certidões e cópias, não designadas em outros paragraphos desta tabella; traslado e publicas-fôrmas extrahidas dos livros, processos e documentos existentes nos cartórios dos escriptães da justiça federal ou em qualquer repartição publica da União, inclusive as certidões requeridas pelos que se habilitarem a percepção do meio-soldo; primeiras certidões dos termos de deposito feito na Secretaria do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, pelos que requerem patentes de invenção, folha.....

\$600

Sendo subscriptos por empregados que não receberem custas ou emolumentos, pagão mais:

| | |
|---------------------|-------|
| De rasa, linha..... | \$100 |
| De busca, anno..... | \$500 |

SELLO DE VERBA

§ 2º

Livros

1. Livros dos despachantes das alfândegas, além do sello do § 4º, n.º 30, por folha..... \$150
2. Das fabricas de productos sujeitos ao imposto de consumo, idem, idem, por folha..... \$150
3. Dos pharmaceuticos e drogista nos Estados que não possuem legislação ou regulamentos especiais, idem, idem, por folha..... \$150
4. Dos commerciantes, corretores, agentes de leilão, trapicheiros e administradores de armazens de depositos e das companhias e sociedades anonymas, idem, idem, por folha..... \$150
5. Livros de escriptães, tabelliães e officiaes de registro, idem, idem, por folha..... \$300
6. Livros de bancos, casas de penhores, companhias de seguros e outros estabelecimentos ou empresas semelhantes, idem, idem, por folha..... \$100

II — Actos que pagam sello conforme o objecto

SELLO DE ESTAMPILHA

§ 3º

Passaportes e actos relativos a embarcações

1. Po-ta-fas ou passaportes de viajantes..... 18000

Mais:

1. Si forem expedidos pelos secretarios de Estado, uma pessoa ou familia..... 150000
2. Passaportes e passas de viagem para embarcações..... 180000

Mais:

Si forem expedidos pelas alfandegas e mesas de rendas,
sendo embarcação ou paquete mercante..... 7\$000

Os passes ou despachos de saída dados pelos capitães dos portos aos paquetes de
linhas regulares de cabotagem pagarão o sello de 1\$000.

Embarcações de coberta para viagens entre portos do mesmo
Estado 3\$000
Entre portos do Districto Federal e do Estado do Rio de Ja-
neiro..... 3\$000

São isentas de passe as embarcações de bocca aberta, empregadas exclusivamente no
tráfego dos portos. Sempre que saírem do porto em serviço de transporte de pequena
cabotagem, deverão pagar a taxa deste numero pelo passe que são obrigados a tirar na
repartição fiscal competente.

3. Conhecimentos de carga ou embarcação, dada via 1\$000
4. Titulos provisorios de registro de embarcações..... 12\$000
5. Titulos de nacionalização de embarcações..... 20\$000

6. Cartas de saude:

Embarcações estrangeiras á vela ou a vapor..... 20\$000
Embarcações nacionaes, idem, idem, exceptuados os paquetes
que fazem a cabotagem nacional..... 10\$000
7. Licenças concedidas pela alfandegas e mesas de rendas
para ir a bordo e outros..... 1\$000
8. Averkações nos titulos de nacionalização..... 2\$000

9. Concessões de regalia de paquete:

Por paquete entre 1.000 e 3.000 toneladas..... 500\$000
Entre 3.000 e 5.000 toneladas..... 1:000\$000
Entre 5.000 e 10.000 toneladas..... 1:500\$000
Acima de 10.000 toneladas..... 2:000\$000

10. Taxas cobradas pelas capitánias dos portos:

a) matricula pessoal (caderneta de empregado na vida do mar) 1\$000
b) arrolamento permanente de quaesquer embarcações mo-
vidas por qualquer meio, não sujeitas a registro, ou corpos
fluctuantes, fixos ou não..... 2\$000
c) licença annual de embarcações arroladas, movidas por qual-
quer meio, não sujeitas a registro, ou corpos fluctuantes,
fixos ou não, até 10 toneladas liquidas de arqueação..... 5\$000
De mais de 10 a 25 toneladas..... 10\$000
De mais de 25 a 50 toneladas..... 15\$000
De mais de 50 a 75 toneladas..... 20\$000
De mais de 75 a 100 toneladas..... 30\$000

Acima de 100 toneladas liquidas, cobrar-se-ão 200 réis por tonelada.

d) licença annual de embarcações sujeitas a registro:

Até 30 toneladas liquidas 10\$000
De mais de 30 a 50..... 15\$000
De mais de 50 a 75..... 20\$000
De mais de 75 a 100..... 30\$000

Pelo que exceder de 100 cobrar-se-ão 200 réis por tonelada.

| | | |
|----|--|----------|
| e | licenças de qualquer natureza não especificadas..... | 1\$200 |
| f) | averbações nos títulos de registro ou de arrolamento de embarcação..... | 1\$200 |
| g) | termos de cobertura ou livros de marinha mercante..... | 2\$000 |
| h | registro de título ou carta de machinista ou mestre..... | 2\$500 |
| i | termos de encerramento de livros da marinha mercante, a importância correspondente ao numero de folhas rubricadas, folha | \$100 |
| j) | portarias de exames de mestre de 1. ^a ou 2. ^a classe..... | 10\$000 |
| k | portarias de exames de machinistas e pilotos..... | 15\$000 |
| l | passes de sahida a navio nacional..... | 1\$000 |
| m | termos de entrada e sahida, nos livros de deposito de dinheiros, feitos nas capitánias..... | 1\$500 |
| n | revalidação de cartas ou títulos passados por escolas estrangeiras..... | 100\$000 |
| o | termos de vistoria em qualquer embarcação..... | 10\$000 |
| p) | títulos de registro de embarcação nacional..... | 20\$000 |

§ 4º

Diversos

1. Recibos communs e outras declarações de pagamento, qualquer que seja a fórma empregada para expressar o recebimento da somma ou quantia, desde que o pagamento não seja feito por conta de terceiro, cada via: — De mais de 20\$ até 1:000\$, 600\$ réis; de mais de 1:000\$, 1\$000. O credor nas facturas ou nos recibos fica obrigado a incluir a importância correspondente ao sello sob pena de multa de 100\$ a 200\$ e o dobro no caso de reincidência (Vide decreto n. 4.990, de 16 de janeiro de 1926, na verba 75, *in fine*).

2. Recibo de venda de mercadorias a prestações, vales, bilhetes, notas ou quaesquer outros documentos com o característico de recibo especial, não sujeito ao sello do § 1º, tabella A, cada via, 1\$500.

3. Recibo passado por banqueiros ou estabelecimentos bancarios de sommas depositadas em contas correntes, excepto, os depositos populares e as contas correntes limitadas \$500.

Não está sujeito a novo sello o lançamento em cadernetas de conta corrente bancaria, desde que se refira a operações que hajam pago o sello devido, dos termos do n. 1.

4. Recibos de sommas depositadas nas contas correntes do limite de 10:000\$ e depositos populares da mesma quantia, \$500.

5. Cheques ao portador ou a pessoa determinada para serem pagos por banqueiros na mesma ou em praça diversa da em que foi emitido em virtude de conta corrente, excepto as de conta corrente no limite de 10:000\$ ou depositos populares da mesma quantia, \$100.

6. Conhecimentos e recibos de mercadorias depositados em armazens das alfândegas, companhias de docas, armazens geraes, armazens ou trapiches alfandegados e nos armazens das estradas de ferro, 1\$000.

7. Conhecimentos de quantias que os fornecedores receberem das repartições da União e do Districto Federal, 1\$000.

8. Primeiras vias das notas pelas quaes se fizerem despachos de qualquer natureza nas alfândegas e mesas de rendas, inclusive encomendas postaes, exceptuadas as amstras sem valor e as que disserem respeito a despachos livres ou mercadorias importadas directamente pelas repartições publicas da União, 2\$000.

9. Termos de responsabilidade assignados nas alfândegas, para resalva de duvidas futuras, quanto a propriedade de mercadorias a despachar ou quaesquer outros termos.

10. Proençações e estabelecimentos, que sejam ou não passados em nota publica, quer em Juizo, não havendo a clausula *in rem propriam* ou alguma outra que torne exigível o sello proporcional, 2\$000.

11. Petições, requerimentos ou representações dirigidos ao Congresso Nacional, solicitando privilegios, concessões, subvenções, isenções de direitos, prorrogações de prazo, revocações de multas e indemnizações ou qualquer outros favores onerosos ao Thesouro, 50\$000.

12. Reconhecimento de firmas de agentes consulares brasileiros pela Secretaria do ministério das Relações Exteriores e pelas alfândegas e delegacias fiscaes, depois do pago do sello que compete ao titulo ou documento de cada firma, 2\$000.

13. Inscrições para concursos de empregados nas repartições federaes, 10\$000.

14. Inscrições para o ensino de pupils, secionarios e professores das faculdades, escolas, gymnasios e collegios federaes, 10\$000.

15. Inscrições para exames gerais de preparatorios, por materia, 5\$000.

16. Certidão de exames gerais de preparatorios, por materia, 1\$000.

17. Inscrição para a examinação, em segunda epocha, nas escolas superiores da Republica, de cadeiras de que o alumno esteja dependend'o do anno em que seja ouvinte, 20\$000.

18. Certidão de approvação em uma ou em todas as cadeiras de cada serie, nos institutos do ensino superior, 5\$000.

19. Titulos declaratorios de nomeação da Machubá, do Exercito e dos empregados publicos, \$600.

20. Provisões de câmbios de *opole deim-tiende*, 50\$000.

21. Termos de entrada e sahida, nos livros dos cartões de depositos publicos, estabelecidos na Alfândega do Districto Federal, nas alfândegas e delegacias fiscaes, 5\$000.

22. Averbações de embargo e penhores dos mesmos depositos, 2\$000.

23. Portarias concedendo *exequatur* às sentenças e procatorias de Jurisdição estrangeira para que tenham execução na Republica, 20\$000.

24. Averbações do registro de transaccão das patentes de privilegio, 20\$000.

25. Titulos de emphyteuse e arrendamento de terrenos nacionaes, alem do sello proporcional do termo do contracto, 20\$000.

26. Registro de obras litterarias, scientificas ou artisticas, 20\$000.

27. Registros de documentos ou titulos, a requisição da parte, em repartições publicas da União, cujos empregados não percebem custa, ou emolumentos, linha \$200.

28. Termos lavados nas mesmas repartições, inclusive os assignados para arrecadação do imposto de transporte, linha \$200.

29. Notas das juntas commerciaes:

a) archivamento de contractos e districtos de sociedades ou firmas commerciaes, estatutos de companhias e sociedades anonymas:

| | |
|--|---------|
| Até 5.000\$000..... | 10\$000 |
| De mais de 5.000\$ até 10.000\$000..... | 20\$000 |
| De mais de 10.000\$ até 20.000\$000..... | 30\$000 |
| De 20.000\$, em diante..... | 60\$000 |

b) registros de marcas de fabrica e de commercio..... 25\$000

c) cópias de mappas ou diagrammas, mandados levantar pelo Governo Federal, ou a elle pertencentes:

| | |
|---|---------|
| Dia de trabalho do desenhador a 10\$, até ao maximo de..... | 10\$000 |
|---|---------|

30. Contractos ou operações a termos:

| | |
|---|--------|
| a) no protocollo dos corretores de fundos publicos ou de mercaderias..... | 3\$000 |
| b) copias extrahidas do protocollo, cada via..... | 1\$000 |
| c) comemoranda dos corretores de fundos publicos em que houver referencia a liquidação de quaesquer operações.. | 1\$000 |
| d) proposta para registro de operações nas caixas de liquidação, cada via..... | 3\$000 |

SELLO DE VERBA

31. Actos concedendo emolumentos a advogados da Fazenda Nacional, 20\$000.

32. Cartas patente, autorizando o funcionamento de companhias ou empresas por mutualidade, ou não, de seguros terrestres e maritimos, de vida, peculios, rendas, vitalicias ali temporarias, prediaes ali definitas e a approvação de seus estatutos, sendo:

| | |
|---|------------|
| a) de seguros terrestres e maritimos..... | 1:200\$000 |
| b) de seguros de vida..... | 1:200\$000 |

3. Nomeações de officiaes do Exercito ou da Marinha:

Para emprego administrativo em repartições ou estabelecimentos militares, exceptuados os cargos adstrictos aos seus postos e sem augmento de vantagens pecuniarias..... 5\$000

§ 8º

Diplomas scientificos e profissionaes

1. Cartas de doutor ou de bacharel em medicina, sciencias juridicas e sociaes, physicas e naturaes, mathematicas e de engenheiro civil, industrial, mecanico e de minas, 250\$000.

2. De bacharel em letras, agronomo, electricista, engenheiro-geographo, architecto, pharmaceutico e dentista, 120\$000.

3. De parteira e outros titulos de habilitação scientifica e de profissão, machinista, piloto, arraes, praticos e mestre de pequena cabotagem, 20\$000.

4. Provisões para advogar perante a justiça federal a quem não seja formado por alguma das faculdades da Republica, sem fixação de tempo, 300\$000.

Sendo temporarias, cada anno ou menos de anno, 50\$000.

5. Provisões de solicitador nos auditorios federaes, sem fixação de tempo, 150\$000.

Sendo temporarios, cada anno ou menos, 25\$000.

§ 9º

Distinções e privilegios

1. Portarias permitindo o levantamento das armas da Republica, 30\$000.

2. Portarias dando licença para uso das mesmas armas, 50\$000.

3. Patentes de privilegios de invenção, 100\$000.

E mais:

| | |
|-------------------------|---------|
| Pelo primeiro anno..... | 50\$000 |
| Pelo segundo anno..... | 80\$000 |

Augmentando-se 30\$ em cada anno por todo o praso do privilegio.

4. Titulo de garantia provisoria, 60\$000.

5. Diplomas de privilegios, que não forem de invenção, concedidos pelo Governo Federal:

| | |
|------------------------------------|------------|
| Até 10 annos..... | 500\$000 |
| Mais de 10 annos até 20 annos..... | 1:000\$000 |
| Mais de 20 annos..... | 1:500\$000 |

§ 10

Postos e honras militares

Nomeações de officiaes de 2ª classe da reserva do exercito de 1ª linha, das armas o servicos; patentes de officiaes de 2ª linha ou concedendo honras o postos de officiaes do Exercito e Marinha:

| | |
|----------------------|----------|
| 2º tenente..... | 80\$000 |
| 1º tenente..... | 90\$000 |
| Capitão..... | 100\$000 |
| Major..... | 125\$000 |
| Tenente-coronel..... | 150\$000 |

Para admissão nos quadros referidos não vale a certidão de haver concluido o curso de Faculdade Superior, mas a exhibição do respectivo diploma, devidamente sellado ou a sua publica-forma.

III — Papeis sujeitos ao sello fixo no Districto Federal

PRIMEIRA CLASSE

SELLO DE ESTAMPILHA

§ 11

Papeis forenses e documentos civis

| | |
|--|-------|
| 1. Actos lavrados por funcionarios da justiça e emnegados no § 1.º, n.º 1.º, da tabella B, incluídos os formaes de partilha, folha..... | \$200 |
| 2. Memoriaes dirigidos a qualquer autoridade administrativa ou judiciaria, folha..... | \$600 |
| 3. Petições para inicio de qualquer procedimento, em juizo contencioso ou administrativo..... | 25000 |
| 4. Petições dirigidas as autoridades judiciarias para serem juntas a autos..... | 15000 |
| 5. Artigos, allegações, razões finais, para serem juntas a autos, por folha..... | \$800 |
| 6. Cartidões, cópias, traslados e publicas-fórmãs extrahidos de livros, processos e documentos dos cartorios dos tabelhões e escriptas de justiça ou policia e das repartições publicas municipaes, folha..... | \$500 |

Sendo subscriptos por empregados que não percebem custas ou emolumento pagarão mais:

| | |
|---------------------|-------|
| De rasa, linha..... | \$100 |
| De busca, anno..... | 15000 |

SELLO DE VERBA

§ 12

Livros

| | |
|---|-------|
| 1. Livros de termos de bem viver, segurança e rôl dos culpados, por folha..... | \$200 |
| 2. Do deposito geral, por folha..... | \$200 |
| 3. Das audiencias e do entrega de autos, por folha..... | \$200 |
| 4. Dos pharmaceuticos e droguistas, alem do sello do § 13, n.º 1.º, por folha..... | \$100 |
| 5. De entrada e sahida de hospedes em hotéis, casas de pensão e hospedarias, por folha..... | \$200 |
| 6. Dos estabelecimentos ou casa de emprestimos sobre penhores, por folha..... | 15000 |

SEGUNDA CLASSE

Actos que pagam sello conforme o objectivo

SELLO DE ESTAMPILHA

§ 13

Diversos

| | |
|--|-------|
| 1. Portarias ou passaportes de viajantes, expedidos pela Secretaria de Policia, uma pessoa ou familia..... | 65000 |
| 2. Portarias expedidas pela mesma secretaria, não mencionadas em o n.º 3..... | 55000 |

| | |
|--|----------|
| 3. Portarias ou alvarás dirigidos aos administradores da Casa de Detenção e do Depósito da Polícia..... | 3\$000 |
| 4. Alvarás para saída de qualquer preso; saída de pessoa recolhida em custódia, ou de preso por infração de postura ou para mudança de prisão..... | 2\$000 |
| Sendo expedido pela Secretaria de Polícia, mais..... | 3\$000 |
| 5. Títulos de matrícula de conductor de vehiculo..... | 5\$000 |
| 6. Licenças concedidas pela Directoria Geral de Saude Publica para abertura de pharmacias, laboratorios ou fabricas de productos chimicos ou pharmaceuticos e drogarias..... | 50\$000 |
| 7. Licenças para escriptorios de empréstimos sobre penhores, concedidas pela Secretaria do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores..... | 100\$000 |
| 8. Licenças concedidas a empregados publicos por quaesquer autoridades do Districto: | |
| Até tres mezes..... | 5\$000 |
| Por mais ou sem declaração de tempo..... | 10\$000 |
| 9. Licenças do Conselho Municipal e da Prefeitura não comprehendidas no numero antecedente..... | 4\$000 |
| 10. Licenças e alvarás não especificados de outros funcionarios do Districto..... | 5\$000 |
| 11. Averbações de quitação de impostos federaes nas guias apresentadas ás repartições fiscaes competentes por anno | 1\$000 |
| 12. Averbações do registro dos titulos de nomeação dos serventuários de officios de justiça..... | 5\$000 |
| 13. Inscrições para concurso aos cargos de juizes de direito e pretores..... | 5\$000 |
| 14. Declarações de autoridade sanitaria, permitindo a habitação de predios..... | 1\$000 |

SELLO DE VERBA

| | |
|--|----------|
| 15. Termos de abertura e encerramento dos livros de pharmacia e drogaria, a quo se refere o § 12, n. 4, por livro. | 8\$000 |
| 16. Licenças para aberturas de theatro, concedidas pelo chefe de Polícia e por outras autoridades policiaes: | |
| Na área urbana..... | 200\$000 |
| Na área suburbana..... | 200\$000 |
| 17. Licenças para abertura de cinematographos: | |
| Na área urbana..... | 200\$000 |
| Na área suburbana..... | 100\$000 |
| 18. Licenças para espectaculo publico, de quo se auferir lucro, concedidas pelo chefe de Polícia e outras autoridades policiaes: | |
| Na área urbana..... | 100\$000 |
| Na área suburbana..... | 50\$000 |
| 19. Nomeação do escrevente juramentado..... | 30\$000 |
| 20. Nomeações de despachante da Recebedoria, da Estrada do Ferro Central do Brasil, da Prefeitura Municipal e outras..... | 50\$000 |
| 21. As applicoes de seguros contra accidentes do trabalho pagaráo sobre a importancia do respectivo premio o sello | |

b) para os demais portos:

Primeira classe:

| | |
|----------------------------------|----------|
| Por passagem, no mínimo..... | 60\$000 |
| Idem, no médio..... | 90\$000 |
| Idem, nos camarotes de luxo..... | 120\$000 |
| Segunda classe..... | 40\$000 |
| Terceira classe..... | 20\$000 |

As taxas de que trata a letra b do art. 14, serão cobradas integralmente das passagens inteiras, e proporcionalmente, não só das fracções em que as mesmas forem divididas como das intermediarias.

§ 4º. São isentos do imposto:

a) os bilhetes ou cartões de passagens das ferro-vias, da Capital Federal e seus subúrbios e das Capitais dos Estados, tramways e carris urbanos, de tracção animada, electrica ou a vapor;

b) as passagens até 1\$, inclusive, nas estradas de ferro construídas pela União e Estados ou por companhias particulares que tenham subvenção, garantia ou fiança de garantia de juros;

c) as passagens inferiores a 10\$, nas barcas a vapor das companhias subvencionadas pela União e pelos Estados;

d) as quo, para o exterior, tomarem os membros do Corpo Diplomático e suas famílias;

e) as dos indigentes que tiverem de ser repatriados mediante attestado da autoridade policial da circumscripção em que residirem;

f) as gratuitas, concedidas ás creanças menores de dois annos;

g) as passagens e passes concedidos por conta da União ou dos Estados, assim como as do serviço das companhias ou empresas;

h) todos os bilhetes de pequeno custo, até \$500;

i) as passagens que tomarem para o exterior os *touristes*, que viçorem incorporados sob a direcção de companhias, ou se organizarem em associação para visitar o Brasil.

§ 5º. Compreendem-se entre os membros do Corpo Diplomático, para o fim de gozarem da isenção do imposto, os addidos civis, militares e navaes ás legações ou embaixadas.

§ 6º. São, para o mesmo effeito, equiparados aos indigentes, de que trata a letra e do § 4º, os marinheiros de navios mercantes estrangeiros que, em consequencia de naufragio ou de permanencia em hospital, ficarem abandonados em portos do Brasil.

§ 7º. Não são considerados membros do Corpo Diplomático e, portanto, não gozarão de isenção do imposto, os consules de carreira.

§ 8º. Os passageiros de 1ª e 2ª classes, que, tendo tomado passagem directa de um porto estrangeiro para outro também estrangeiro, interromperem a viagem em porto nacional, não são obrigados ao imposto desde que tenham de proseguir a viagem, no prazo da validade da respectiva passagem: os quo, sabindo do paiz com destino ao estrangeiro, forem obrigados a interromper a viagem em qualquer porto nacional da escala, também não estão sujeitos ao pagamento de novo imposto, observadas as condições estabelecidas para os passageiros procedentes de portos estrangeiros.

§ 9º. A arrecadação do imposto sera feita pelas administrações das estradas de ferro, companhias de navegação ou por proprietario de embarcações comprehendidas no art. 14, letra b, o seu producto recolhido a Recebedoria no Districto Federal, e ás delegacias fiscaes, nos Estados, podendo, em casos especiaes, por conveniencia do serviço, também ser feito o recolhimento em outras repartições federaes, mediante expressa determinação do Ministro da Fazenda.

§ 10. As directorias das estradas de ferro da União farão o recolhimento do imposto até o fim do mez subsequente ao da arrecadação: as das estradas de ferro dos Estados, das municipalidades e de empresas particulares, bem como as de companhias de navegação, subvencionadas ou não, dentro dos primeiros 15 dias uteis do mez seguinte ao da partida dos vapores.

§ 11. Na cobrança das respectivas taxas serão as fracções inferiores a \$100 cobradas como \$100.

§ 12. As administrações das estradas de ferro, empresas de navegação e demais pessoas comprehendidas nas letras a e b deste artigo, que deixarem de cobrar por conta

§ 5º. Ficam isentas da taxa de viação:

a) as mercadorias despachadas gratuitamente nos casos autorizados, ou por conta da União e dos Estados;

b) as bagagens dos viajantes quando não despachadas;

garrafas. Capim. Capoeiras vazias em retorno. Carborina (formicida). Carnaça para fabricação de colla. Carões de algodão e outros. Carpideiras para lavoura. Carvão de pedra. Carvão vegetal. Cascalho. Cascas vegetaes para curtimento de couros e outros fins industriaes. Cascos de animaes para estrumo. Catadores de café. Cavacos (lenha). Chacrua. Chifres em bruto (matéria prima). Chumbo velho de sucata. Cimento. Cipó em bruto. Coko. Combustiveis (não classificados). Conchas, para fabricação de cal. Costaneiras. Concoeiras (madeiras). Crê. Creosoto impuro. Cuias de purungo. Cultivadores.

Dobulhadores. Descarocadores. Descarocadores e descascadores. Desnatadores. Despolpadores. Dormentes de madeira.

Embarcações armadas. Embira em bruto. Engenhos para lavoura. Entulho (lastro para atorro). Envolucro de palha para garrafas (palhões). Escorias de metal. Empalhadores automaticos (machinas). Estacas para cercas. Esteiras ordinarias, de palha de tabua, taquara, etc. Esterco. Estopa.

Faulina (varas com folhagens). Farollos de arroz, trigo e outros, de produção nacional. Farrapos. Ferro gusa para fundição. Ferro velho de sucata (inutilizado). Flechas para foguetes. Folhas de arvores para cortumo. Forcados e forquillas. Fórmãs para engenhos de assucar e fabricas. Formicida. Forragens estrangeiras. Forragens nacionaes.

Garrafas e garrafões, ordinarios, vazio, novos e usados. Garras de couro. Gosso em pedra. Giz em bruto. Grades para lavoura. Greda.

Ingredientes para matar formigas. Insecticidas para matar formigas.

Junco em bruto do palz.

Ladrilhos de ardósia, barro, cimento, louça, madeira, marmores nacionaes. Lastro para atorro. Latas em retorno. Lenha. Limalha de ferro ou outro metal não precioso.

Macadam. Machinas de beneficiar arroz, café e milho. Machinas para cortar capim. Machinas de descarocar algodão, etc. Machinas do fazer farinha. Machinas para matar formigas. Madeira aplainada e aparelhada para construção. Madeira roliça em bruto, em casca e em tóros. Madeira falquejada, lavrada ou serrada. Madeiras em peças avulsas para fabricação de caixões. Madeira roliça para andaimes e outros fins. Madeira para tinturaria. Mamona em caroços e bagas. Manganez. Mangue. Manilha. Massas de madeira, vidro em bruto para fins industriaes. Minérios communs pulverizados e granulados em bruto. Moendas. Moinhos grandes para industrias e lavouras. Moirões de madeira. Mudas de plantas.

Ocre ou oca de Paris em quantidade maior de cinco toneladas. Orchideas.

Palha do arroz, coqueiro, junco, milho, trigo e outras nacionaes em fachos ou fardos. Palhões (capas de palha para garrafas). Papel velho e inutilizado, para fabrico de papel. Papelão inutilizado para fabricação de papel. Parallelepipedos de madeira ou pedra. Parasitas (plantas). Pastas de madeira ou de bagaço para fabrico de papel. Pastilhas para matar formigas. Pãos para tinturaria. Pedras de alvenaria bruta para construção. Pedra aparelhada e lavrada. Pedra britada. Pedra hume. Pedras em parallelepipedos. Pedregulho. Pixo. Plantadores (semeadores). Plantas vivas (mudas). Pó de pedra. Pós insecticidas (para matar formigas). Pozzolana. Pranchas e pranchões. Pressas para enfardar, empregadas na lavoura. Pressas para mandioca. Pulverizadores para agricultura ou desinfectão. Purungos (cabaças).

Quartzo.

Raizes para tinturaria. Raladores de mandioca. Ramas de aipim, mandioca e outras. Raspas de couro. Residuos de cortumo ou de fabrica. Residuos do petroleo. Roseiras. Sabugos de milho (forragens). Saфра (pó mineral). Saibro. Sal bruto, grosso ou moído a granel e ensacado. Saloxo. Sanguo animal. Sapê. Schisto betuminoso. Seccadores mecanicos (machinas para lavoura). Semeadores para lavoura. Sementes do capim. Serragem de madeira. Sipó. Soalho. Sulphureto de carbono.

Taboado e taboas. Taquara. Telhas de ardósia, barro e cimento. Terra. Tijolos de barro para construção. Toldos de taquara. Tóros ou tóras de madeira. Trapos. Turfas.

Varas para foguetes. Varreduras de fabricas. Videiras. Vidro moído ou em massa. Vidro em cacos. Vimo em bruto nacional.

.....
Nota: Foi restabelecido o abatimento de 80 %, em vez de 40 %, conforme se vê da nota 79.

do art. 1º da lei n. 4.230, de 31
de dezembro de 1920 (79).....

20.000:000:000

c) as mercadorias que forem transportadas dos portos de embarque directamente para o exterior da Republica em navios de longo curso;

d) as mercadorias transportadas do lugar em que foram produzidas para aquelle em que tiverem de ser beneficiadas, dentro do paiz.

I. Para os effeitos da isenção, na hypothese da letra d, o expeditor da mercadoria declarará, em a nota da expedição que apresentar para despacho, o lugar da produção, a natureza e o local do beneficiamento.

II. A falta de tais declarações sujeitará as mercadorias ao pagamento da taxa de viação. A inexactidão dellas dará lugar a imposição da multa de 500\$ a 1:000\$ e, na reincidencia, na de 1:000\$ a 2:000\$000.

§ 6º. A cobrança da taxa de viação será feita por conta da União pelas administrações das estradas de ferro, empresas de navegação e demais pessoas comprehendidas no § 1º, as quaes a arrecadário conjuntamente com o frete de mercadoria submettida a despacho, fazendo expressa menção da sua importancia e pagamento no conhecimento respectivo.

§ 7º. Quando o percurso da mercadoria estender-se a mais de uma estrada de ferro, via-fluvial ou linha de cabotagem e, para a qual taxa de viação seja cobrada uma só vez pelo percurso completo, do ponto de embarque ao destino declarado pelo expeditor, este fará constar do primeiro despacho o lugar a que se destina a mercadoria.

§ 8º. O producto da taxa de viação será recolhido a Recebedoria, no Districto Federal, e ás delegacias fiscaes nos Estados, podendo, em casos speciaes, por conveniencia do serviço, tambem ser feito o recolhimento em outras repartições federaes, mediante expressa determinação do ministro da Fazenda.

§ 9º. As directorias das estradas de ferro da União farão o recolhimento até o fim do mez subsequente ao da arrecadação, assim tambem procederão as das estradas de ferro e empresas de navegação dos Estados, das municipalidades e particulares e bem assim as demais pessoas comprehendidas no § 1º.

§ 10. As administrações das estradas de ferro, empresas de navegação e demais pessoas comprehendidas no § 1º, que deixarem de cobrar, por conta da União, a taxa de viação, quando devida, ou que infringirem o disposto no § 9º, serão punidas com a multa de 500\$ a 1:000\$ e, na reincidencia, com a de 1:000\$ a 2:000\$000.

§ 11. As empresas e companhias de estradas de ferro de navegação e demais pessoas comprehendidas no § 1º, terão direito, pelo serviço e remuneração de despensas com a cobrança da taxa de viação, a percentagem de 2 % sobre o producto liquido da arrecadação, correndo por conta das mesmas as despesas que tiverem de fazer e das quaes dependerem a cobrança e entrega da renda arrecadada.

a) Essa percentagem será deduzida do recolhimento correspondente a cada mez.

§ 12. A Directoria da Receita Publica designará funcionarios para fiscalizar o imposto de viação no Districto Federal e no Estado do Rio, cabendo ás delegacias fiscaes a mesma designação nos respectivos Estados.

(79) Lei n. 4.230, de 31 de dezembro de 1920. Orça a Receita Goral da Republica para 1921.

Art. 1º. III n. 40.

As mercadorias de padeo, definidas no § 2º do art. 9º do Regulamento dos Transportes aprovado pelo decreto n. 10.204, de 30 de abril de 1913 (1) e bem assim os constantes da tabella 4 A do citado decreto. II, terão na taxa supra o abatimento de 80 %.

(1) Decreto n. 10.204, de 30 de abril de 1913. Approva o Regulamento dos Transportes e do Telegrapho, bases das tarifas e classificação geral das mercadorias, para vigorarem em diversas linhas de estradas de ferro da concessão federal.

Art. 9º § 2º. As mercadorias do padeo não serão recolhidas debaixo de cobertas, com o fim de resguardalas do tempo, a não ser em casos previstos no art. 31, e bem sujeitas ao pagamento de armazenagem, de conformidade com o que estabelece o art. 12º § 2º.

As mercadorias a que se refere o dispositivo acima estão descriptas na nota n. 78, n. I.

(II) Decreto n. 10.204, de 30 de abril de 1913, citado. Tabbella 4 A:

Algodão em caroço, arados, machinas para lavoura e agricultura, sal ordinario e os demais productos classificados nesta tabella.

| | Ouro | Papel |
|---|------|-----------------|
| 60. Sobre operações a termo (80).... | | 10.000:000\$000 |
| 61. Sobre rendas mercantins, lei numero 4.984, de 31 de dezembro de 1925 (81), rectificada pelo decreto 4.990, de 16 de janeiro de 1926. | | 68.000:000\$000 |

(80) Lei 4.984 citada:

Art. 16. Todas as operações a termo sobre o café, o assucar e o algodão, realizadas no paiz, além dos impostos a que estão sujeitos os respectivos contractos, na conformidade da legislação em vigor, incidem no imposto sobre operações.

§ 1º. O imposto será exigível no momento de realizar-se a operação e será cobrado pela seguinte forma:

- a) \$300 por sacca de café;
- b) \$003 por kilo de algodão;
- c) \$150 por sacca de assucar.

§ 2º. Do calculo do pagamento do imposto serão cobradas como \$100 as fracções inferiores a esta quantia.

§ 3º. Consideram-se operações a termo a compra e venda de mercadorias em que haja promessa de entrega em certo e determinado prazo, quaesquer que sejam suas modalidades.

§ 4º. O imposto será arrecadado pelas bolsas, juntas de corretores ou caixas de liquidação e mediante guia recolhida diariamente á Recebedoria de Rendas do Districto Federal, nas Alfandegas, Delegacias Fiscaes ou Collectorias Federaes nos Estados.

§ 5º. Fica sujeito á multa de 2:000\$ cada um dos contractantes de operações a termo sobre o café, o assucar e o algodão, além da obrigação de pagar o imposto do contracto, nos seguintes casos:

- a) si deixar de sellar o registrar contractos dos documentos comprobatorios das operações realizadas;
- b) si não fizer á repartição competente communicação do excesso de quantidade o preço das mercadorias;
- c) si não exhibir aos funcionarios incumbidos da respectiva fiscalização os documentos comprobatorios das operações realizadas.

§ 6º. A Directoria da Receita Publica designará funcionarios para fiscalizar a cobrança do imposto no Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro, cabendo ás Delegacias Fiscaes a mesma designação nos respectivos Estados, ficando esses funcionarios obrigados a examinar a compra e venda dos operadores, os protocolos dos correctores e em geral a escripta das bolsas, juntas de corretores e caixas de liquidação.

§ 7º. Os funcionarios a que se refere o paragrapho anterior terão direito á metade das multas impostas aos infractores e que forem effectivamente arrecadadas.

§ 8º. As bolsas, juntas de corretores e caixas de liquidação terão direito á percentagem de um por cento das quantias que arrecadarem.

(81) Lei 4.984 citada:

Art. 17. Nas vendas mercantins a prazo, effectuadas entre vendedor e comprador, domiciliados no territorio brasileiro, é obrigatoria, no acto da entrega, real ou symbolica, da mercadoria, a emissão de factura ou conta, em duplicata, ficando o comprador com a factura e o vendedor com a duplicata, depois de assignada por aquelle.

§ 1º. Consideram-se vendas á vista:

- 1º, a que é effectuada mediante pagamento em dinheiro de contado e as que forem realizadas, pagas e escripturadas, dentro de 30 dias contados da data da operação;
- 2º, a que é feita para pagamento na praça do vendedor contra a entrega da conta ou do conhecimento de embarque ou contra a entrega da mercadoria ou do recibo do depósito, ou de *warehouse* ou conhecimento de depósito, quando ainda não separados;
- 3º, as vendas de café e outros productos da lavoura, facturados a 30 dias, com obrigação de pagamento á vista, no acto da entrega ou entrega da mercadoria;
- 4º, as vendas feitas directamente a consumidores dentro do mez, entre o mesmo vendedor e comprador, salvo si exceder de 300\$ cada mez e o pagamento demorar mais de 60 dias, contados do ultimo dia do mez da compra.

IV

Imposto sobre a renda

(Arts. 18 e 40 da Lei n. 4.984 de 31 dezembro de 1925)

| | Ouro | Papel |
|--|------|----------------|
| 162. Imposto cedular e global sobre a renda. Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 — (82)..... | — | 65.000:000,000 |

(82) Lei n. 4.984 citada:

Art. 18. O imposto sobre a renda recahirá sobre as pessoas physicas e juridicas que possuirem rendimentos no territorio nacional, em virtude de actividades exercidas no todo ou em parte dentro do paiz.

As pessoas physicas pagarão o imposto dividido em duas partes: uma proporcional variavel com a categoria dos seus rendimentos e a outra complementær e progressiva, recahindo sobre a renda global.

A parte proporcional do imposto referir-se-á aos rendimentos derivados das origens seguintes:

1ª categoria — commercio e qualquer outra exploração industrial, inclusive a agrícola e a das industrias extractivas vegetal e animal;

2ª categoria — capitães e valores mobiliários;

3ª categoria — ordenados publicos e particulares, subsidios, emolumentos, gratificações, bonificações, pensões e remunerações, sob qualquer titulo e fórma contractual;

4ª categoria — exercicio de profissões não commerciaes e não comprehendidas em categoria anterior;

5ª categoria — capitães immobiliários.

§ 1º. Seja qual for a época em que se originar o rendimento, o imposto terá por base a importancia liquida percebida no anno civil ou commercial que preceder immediatamente a data da entrega da declaração, salvo casos excepcionaes previstos no regulamento que o Poder executivo expedir.

I. O rendimento tributavel da exploração agricola e das industrias extractivas vegetal e animal, quando o contribuinte não possua escripturação regular, será calculado por meio do coefficients sobre o capital representado pela propriedade, inclusive bemfeitorias, animaes de trabalho, gado de renda e culturas permanentes.

II. O Poder Executivo providenciara para que a tabella de coefficients seja organizada por uma commissão technica, que levará em conta a natureza dos productos, inclusive os da agricultura, os das industrias e os differentes ramos do commercio, e de tal fórma, que os coefficients correspondam ao lucro real, médio e normal sobre o capital.

III. Enquanto não estiverem fixados os coefficients relativos a exploração agricola e os das industrias extractivas vegetal e animal, o Poder Executivo adoptará o coefficiente de renda liquida igual a 10% do valor da propriedade, qualquer que seja o producto.

As sociedades anonymas, as por quota de responsabilidade limitada, as em commandita por acções, bem como as demais commerciaes ou industriaes, pagarão o imposto sobre os rendimentos liquidos calculados na base dos percebidos em periodo de 12 mezes consecutivos encerrado com o balanço que anteceder ao ultimo dia do prazo para entregar a declaração em cada exercicio financeiro.

As sociedades referidas neste paragrapho é facultado o direito de optar pelo lançamento do imposto na base da receita bruta ou do volume de negocios realizados no anno civil anterior, calculando-se o rendimento tributavel por meio de coefficients fixados pela commissão technica mencionada neste artigo.

Enquanto não forem fixados esses coefficients, o Governo poderá adoptar provisoriamente como renda bruta tributavel, sujeita ás devidas deducções que o regulamento

Sobre a renda global líquida das pessoas phisicas recahirá o imposto complementar e progressivo de accôrdo com a seguinte tarifa:

| | |
|--|--------|
| Até 6:000\$, por anno..... | Isento |
| Mais de 6:000\$ até 10:000\$, por anno..... | 0,5 % |
| Mais de 10:000\$ até 20:000\$, por anno..... | 1 % |
| Mais de 20:000\$ até 30:000\$, por anno..... | 2 % |
| Mais de 30:000\$ até 50:000\$, por anno..... | 3 % |
| Mais de 50:000\$ até 100:000\$, por anno..... | 4 % |
| Mais de 100:000\$ até 150:000\$, por anno..... | 5 % |
| Mais de 150:000\$ até 200:000\$, por anno..... | 6 % |
| Mais de 200:000\$ até 250:000\$, por anno..... | 7 % |
| Mais de 250:000\$ até 300:000\$, por anno..... | 8 % |
| Mais de 300:000\$ até 350:000\$, por anno..... | 9 % |
| Mais de 350:000\$ | 10 % |

§ 5º. Para calcular a renda global líquida sujeita ás taxas complementares, na renda bruta acima definida, serão permittidas as deducções seguintes:

- a) os impostos proporcionaes de que trata este artigo;
- b) os juros das dividas pessoais, quando forem justificadas e o contribuinte indicar o nome, a residencia do credor e a importancia dos juros annuos;
- c) os premios de seguros de vida;
- d) as perdas extraordinarias que não tiverem sido compensadas por seguros ou qualquer outra indemnização, desde que não tenham sido computados no calculo do rendimento liquido das categorias;
- e) as despesas relativas aos encargos de familias, na razão de 3:000\$ (tres contos de de réis, annuos, por pessoa, quando tais encargos se referirem a um dos conjugas, filhos menores ou invalidos, paes maiores de 60 annos, irmãos solteiras ou viúvas sem arrimo;
- f) as contribuições e doações feitas aos cofres publicos, ás instituições e ás obras philantropicas, excepto impostos e taxas não especificadas neste artigo.

§ 6º. A divida fiscal e a obrigação ao tributo, decorrentes do imposto de renda, prescrevem em cinco annos.

A prescrição interrompe-se nos termos e pela fórma estabelerida nos arts. 172 a 175 da lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916 1).

(1) Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916 — Codigo Civil dos Estados Unidos do Brasil — Capitulo III — Das causas que interrompem a prescrição.

Art. 172. A prescrição interrompe-se :

- I. Pela citação pessoal feita ao devedor ainda que ordenada por juiz incompetente.
- II. Pelo protesto, nas condições do numero anterior.
- III. Pela apresentação do título de credito em juizo de inventario, ou em concurso do credores.
- IV. Por qualquer acto judicial que constitua em móra o devedor.
- V. Por qualquer acto inequivoco, ainda que extra-judicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

Art. 173. A prescrição interrompida recommença a correr da data do acto que a interrompeu, ou do ultimo do processo para a interromper.

Art. 174. Em cada um dos casos do art. 172, a interrupção pôde ser promovida :

- I. Pelo proprio titular do direito em via de prescrição.
- II. Por quem legalmente o represente.
- III. Por terceiro que tenha legitimo interesse.

Art. 175. A prescrição não se interrompe com a citação nulla por vicio de fórma, por circumducta ou por se achar premissa a instancia, ou a acção.

63. 5% sobre premios de seguros marítimos e terrestres e 2% sobre premios de seguros de vida, pensões, peculios, etc.— Leis ns. 2.919, de 31 de dezembro de 1914 (83); 3.070 A, de 31

§ 9º. Ficam approvados os decretos ns. 16.581, de 4 de setembro de 1924 (V), e 16.838, de 24 de março de 1925 (VI), na parte em que não foram modificados pelas disposições deste artigo.

Fica o Poder Executivo autorizado a expedir novo regulamento para executar o disposto neste artigo e organizar os serviços do imposto de renda, abrindo para esse fim créditos especiais até o maximo de 10% (dez por cento) da receita orçada para o mesmo imposto, os quaes serão distribuidos ao Thesouro.

§ 10. Ficam isentos do imposto sobre a renda os lucros das operações realizadas pelas caixas curas systema *Ruiffeisen*, organizadas sob a forma cooperativa.

§ 11. Ficam vigorados os arts. 34 da lei n. 4.625, de 31 de dezembro de 1922, e 3º da lei n. 1.783, de 31 de dezembro de 1923 (VII), nas partes em que não contrariem as disposições deste artigo.

§ 12. Quando a importancia do imposto a ser pago pelos contribuintes da 3ª categoria exceder de 100\$, dividir-se-a em quatro quotas o total em que forem lançados os mesmos contribuintes, cobradas e arrecadadas com intervallos nunca inferiores a um mez entre o pagamento de uma quota e o da prestação subsequente.

Art. 40. Não estão comprehendidas na regimen do decreto n. 14.728, de 16 de março de 1921 (VIII), as cooperativas de credito que se organizarem nos termos do decreto n. 1.637, de 5 de janeiro de 1907 (IX) e obedecerem aos systemas *Ruiffeisen* e *Luzzatti*; não sendo, por conseguinte, obrigadas a exigencia da expedição de cartas patentes e pagamento de quotas de fiscalização, para a respectiva organização e funcionamento.

Paragrapho unico. Para gozarem de taes favores, essas cooperativas ficarão sujeitas, sem onus algum, a fiscalização do Ministério da Agricultura, que verificará si observam ellas as proscricções do decreto n. 1.637 citado e os fins para que foram fundadas.

(83) Lei n. 2.919, de 31 de dezembro de 1914 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1915 — Art. 4º, IV, n. 34 — Imposto de 5 % (cinco por mil) sobre os premios que as companhias de seguros de vida e sociedades de peculios, rendas vitalicias, dotes, anniversarios e congêneres arrecadarem durante o exercicio ficando o Governo autorizado a reorganizar o serviço da fiscalização de seguros).

mez, calculada sobre o total do adiantamento até a data da entrega da conta e restituição dos saldos, salvo caso de força maior.

Paragrapho unico. Si, além disso, os responsaveis não apresentarem as contas até 30 dias apos o anno financeiro, o adiantamento sera considerado aduado, annullando-se a escripturação da despesa e promovendo-se contra elles o executivo fiscal.

(V) Decreto n. 16.581, de 4 de setembro de 1924 — Approva o regulamento do imposto sobre a renda.

(VI) Decreto n. 16.838, de 24 de março de 1925 — Approva as modificações do regulamento expedido com o decreto n. 16.581, de 4 de setembro de 1924.

(VII) Lei n. 4.625, de 31 de dezembro de 1922 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1923.

Lei 1.783, de 31 de dezembro de 1923. Orça a Receita Geral da Republica para o exercicio de 1924.

(VIII) Decreto n. 14.728, de 16 de março de 1921 — Approva o regulamento para a fiscalização dos bancos e casas bancarias.

(IX) Decreto n. 1.637, de 5 de janeiro de 1907 — Crea syndicatos profissionais e sociedades cooperativas.

Ouro

Papel

de dezembro de 1915 (84);
4.783, de 31 de dezembro de
1923 (85) e decreto n. 16.766,
de 2 de janeiro de 1925 (86)....

6.000:000:000

64. 10 % sobre lucros fortuitos, valores sorteados, valores distribuídos, em sorteios, por clubs de mercadorias, prêmios concedidos em sorteios mediante pagamento em prestações, por associações constructoras. — Leis ns. 2.919, de 31 de dezembro de 1914 (87); 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915 (88); 3.213,

(84) Lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1916 — Art. 1º, IV, n. 35 — Imposto de 2 % (dois por cento) sobre os premios das companhias de seguros maritimos e terrestres e de 5 % (cinco por mil) sobre os premios das companhias de seguros de vida, pensões, peculios, etc.

(85) Lei 4.783, de 31 de dezembro de 1923. Orça a receita para 1924.

(86) Decreto 16.766, de 2 de janeiro de 1925. Declara em vigor o orçamento geral de 1924 até ser votado o de 1925.

(87) Lei n. 2.919, de 31 de dezembro de 1914 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1915.

Art. 1º IV — Imposto sobre a renda — N. 36 Imposto de 10 % sobre o capital integral de cada socio ou plano de peculios instituidos pelas sociedades de seguros de vida, mutualistas, providentes, dotes, recreativas ou quaisquer outras, seja qual for a sua denominação, que se afastem dos fins de sua criação para instituir, como reclamo, sorteios em dinheiro ou em bens moveis ou immoveis, não se comprehendendo entre elles as mercadorias referentes aos sorteios dos chamados «clubs de mercadorias» que funcionarem exclusivamente de accordo com o art. 36 da lei n. 2.321, de 30 de dezembro de 1910 (I) e decreto n. 8.598, de 8 de março de 1911 (II), o imposto a que se refere este artigo sera cobrado por série de peculios instituidos, quer o numero de socios marcado pelos estatutos esteja ou não completo, desde que se faça o primeiro sorteio de premios, devendo o imposto ser recolhido ao Thesouro até a vespóra de cada sorteio, o, si não o for, sera deduzido da caução depositada no Thesouro e esta integralizada no prazo de 48 horas, sob pena de ser cassada a autorização para a sociedade funcionar.

(88) Lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1916.

Art. 1º, IV — Imposto sobre a renda:

N. 36. Dito de 5 %, sobre premios de clubs de mercadorias.

N. 37. Dito de 10 %, sobre os premios em dinheiro, em bens moveis ou immoveis ou em outros valores sorteados pelas companhias ou empresas de seguros de vida, pensões, peculios, rendas, dotes, recreativas e quaisquer outras.

1) Lei n. 2.321, de 30 de dezembro de 1910 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1911.

Art. 36. A venda de artigos de commercio, mediante sorteios (clubs), sera permitida somente durante o prazo de duração das loterias federaes e aos estabelecimentos commerciaes que, por meio de certidão passada por junta commercial competente, provem ter capital realzado superior a 50.000\$ e se submittam a fiscalização official, concorrendo semestralmente com a quota de 1.000\$ para pagamento dos fiscaes nomeados pelo Governo.

O saldo resultante das quotas a que se refere este artigo sera destinado, no fim de cada exercicio financeiro, aos estabelecimentos beneficiados pelo art. 31 da presente lei.

(II) Decreto n. 8.598, de 8 de março de 1911 — Da regulamento para a venda de mercadorias mediante sorteios (clubs) e respectiva fiscalização.

Ouro

Papel

de 30 de dezembro de 1916 (89); 3.644 de 31 de dezembro de 1918 (90); 3.979, de 31 de dezembro de 1919 (91); 4.783, de 31 de dezembro de 1923 e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (92) e Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 (93)

850:000\$000

V

Imposto sobre loterias

65. Quota fixa a ser paga pela actual concessionaria.—Leis ns. 126 A, de 21 de novembro de 1892, art. 3º (94); 265, de 24 de de-

(89) Lei n. 3.213, de 30 de dezembro de 1916 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1917.

Art. 1º. IV — Imposto sobre a renda:

N. 38. Imposto de 10 % sobre as importancias em dinheiro; em bens moveis ou immoveis ou em outros valores sorteados pelas companhias ou empresas de seguros de vida, pensões, peculios, rendas, dotes, recreativas e quaesquer outras;

Os theatros, cinemas e outras empresas ou estabelecimentos commerciaes, que não estiverem subordinados á Inspectoria de Seguros, recolherão ao Thesouro o imposto com guia da Fiscalização dos Clubs de Mercadorias;

O imposto será cobrado sobre os premios entregues pelas empresas aos portadores dos «coupons sorteados»;

As empresas concorrerão durante os prazos das loterias com a quota somestral de 1:000\$ para pagamento dos fiscoes incumbidos da fiscalização dos sorteios extrahidos pelas empresas.

39. Imposto de 5 % sobre os valores effectivamente distribuidos de clubs de mercadorias.

(90) Lei n. 3.644, de 31 de dezembro de 1918 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1919.

Art. 1º. IV — Imposto sobre a renda — N. 37. Imposto de 10 % sobre valores sorteados.

N. 38. Dito de 5 % sobre os valores distribuidos por clubs de mercadorias.

(91) Lei n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1920.

Art. 1º. IV — Imposto sobre a renda — N. 43. 10 % sobre lucros fortuitos, valores sorteados, valores distribuidos por clubs de mercadorias, premios concedidos, em sorteio, mediante pagamento em prestações, por associações constructoras.

(92) Vide notas 85 e 86.

(93) Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925. Orça a Receita Geral da Republica para 1926.

(94) Lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1892 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1893. Art. 3º E' revogada a prohibição da venda, na Capital Federal, de bilhetes de loterias dos Estados. Antes, porém, de expostos á venda os bilhetes de qualquer dessas loterias, os seus thesoureiros, contractantes ou agentes, são obrigados, sob as penas que forem comminadas: 1º, a registrar perante a fiscalização das loterias da Capital Federal a lei que houver concedido a loteria, o seu plano e o contracto, quando

n. 741, de 26 de dezembro de 1900, art. 1º, n. 8 (103); art. 2º, § 14, da lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902 (101); leis ns. 4.230, de 31 de dezembro de 1920 (102); 4.783, de 31 de dezembro de 1923 e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de

1924. — Lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900 — Onda a moeda geral da Republica para o exercício de 1901 — Art. 1º, n. 2º — Imposto de 2 % sobre o capital das loterias federaes e 4 % sobre as estaduais e mais 5 % de sello adhesivo sobre o valor do bilheteo e, francos de mais de 10 mil réis, sobre a venda, em lotes, em os papellias.

1924. — Lei n. 4.230, de 31 de dezembro de 1920 — Onda a moeda geral da Republica para o exercício de 1921 — Art. 1º, n. 2º — Imposto de 2 % sobre o capital das loterias federaes e 4 % sobre as estaduais.

Art. 2.º E' o Governo autorizado :

IV. A regular, sobre os extratos todas as contas federaes, por praprio, ao do vigente contracto, do modo que julgar mais conveniente, observando, todavia, rigorosamente, as seguintes determinações:

1.º O imposto sobre o capital das contas sera de 3 1/2 %, além do sello adhesivo, na razão de 5 % sobre o valor dos bilhetes: letra c) fica tambem estabelecido o imposto de 5 % sobre o valor dos premios superiores a 200\$, para os respectivos bilhetes e para os premios superiores a 100 \$ para os bilhetes inferiores a 200 \$, e para os premios superiores a 100 \$ para os bilhetes inferiores a 100 \$, na parte que por esta lei não for abrangida, não se pagam os bilhetes federaes, com as exceções, ficando estas sujeitas ao imposto de 5 % sobre o capital, e de 5 % de sello de bilhetes de valor dos premios superiores a 200\$ e do sello adhesivo, na razão de 5 %, sobre o valor dos bilhetes.

1922. — Lei n. 4.230, de 31 de dezembro de 1920 — Onda a moeda geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1921. Art. 1º, V — Imposto sobre loterias. N. 1.º, B. 1.º, n. 2.º — Imposto de 2 % sobre o capital das loterias federaes e 4 % sobre as estaduais, pagas pelas loterias para a venda, em lotes, em os papellias e beneficencia e sem pagas de loterias e beneficencia.

Art. 19. As loterias federaes serão contractadas, mediante concorrência publica, sobre as seguintes condições: 1.º, além do que se pagar pelas loterias, o Governo outorga estabelecer nos respectivos editaes, para garantia da execução e sua execução do contracto e de suas vantagens para o publico.

Art. 2.º A ordem de apresentação das propostas de concorrência sera estabelecida:

1.º, pela maior importância em dinheiro differença para ser applicada as subvenções a esta loteria e a beneficencia e educação, por serão unanimemente examinadas e votadas pelo Congresso :

2.º, pela renda produzida para o Thesouro ;

3.º, pela maior percentagem de premios a distribuir.

Parágrafo unico. O pagamento da concessão, por se effectar no primeiro semestre de 1921, nunca sera inferior a tres mil e cento e cinco mil e nunca superior a cinco mil e cento e cinco mil.

Art. 21. Esta concessão por mais um anno a partir do actual contracto com a Companhia de Loterias Nacionais, por esta preferencia sobre os demais concurrentes, em quanto a concessão, para o novo contracto.

Art. 22. Esta concessão, por mais um anno a partir do actual contracto com a Companhia de Loterias Nacionais, por esta preferencia sobre os demais concurrentes, em quanto a concessão, para o novo contracto.

A mesma concessão sera dada, e em identicas condições, ao Instituto de Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro.

1925 (103) e Lei n. 4.984 de 31
dezembro de 1925 (104).....

2.000:000:000

66. Imposto de 5% das loterias esta-
duaes e sobre as rendas das
loterias federaes que excederem
de 15.000:000\$ por anno — De-
creto n. 8.597, de 8 de março
de 1911 (105); lei n. 4.230, de
31 de dezembro de 1920 (106);
contracto de 8 de outubro de
1921 (107); lei n. 4.783, de 31

(103) Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1924.

Art. 26. Aos Estados competirá a cõpia prevista no art. 2º, n. XIV, letra L, da lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902 (I), a qual só sera perdida em favor da concessionaria das loterias federaes, uma vez verificada a hypothese do § 3º do art. 24, da lei n. 428, de 1 de dezembro de 1896 (II), conservandosea, entretanto, o direito de receber a aos Estados que, tendo embora leis, ou contractos de loterias, não as explorem effectivamente por si ou por concessão feita a terceiros.

Decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 — Declara em vigor o orçamento da receita geral da Republica para o exercicio de 1925 até que o Congresso Nacional ultime a votação do de 1925.

(104) Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925. Orça a Receita Geral da Republica para 1926.

(105) Decreto n. 8.597, de 8 de março de 1911 — Da novo regulamento para o serviço das loterias e respectiva fiscalização.

(106) Lei n. 4.230, de 31 de dezembro de 1920 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1921.

(107) Contracto de 8 de outubro de 1921 — Aos oito dias do mez de outubro de 1921, na Procuradoria Geral da Fazenda Publica, presente o Sr. Dr. procurador geral, doutor Didimo Agapito Fernandes da Vega, compareceram os Srs. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, commendador João Carlos de Oliveira Rosario e João Antonio de Almeida Gonzaga, directores, respectivamente, presidente, vice-presidente, thesoureiro da Com-

(I) — Lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902. — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1903 — Art. 2º. — É o Governo autorizado:

(XIV) — A regular o serviço o extracção das loterias federaes, por prazo igual ao do vigente contracto, do modo que julgar mais conveniente, observando, todavia, rigorosamente, as seguintes determinações:

1) as quotas das loterias federaes, destinadas aos beneficios, são as seguintes: 1.600.000\$, de contribuição annual, nos termos ditos da letra b) e a somma resultante do imposto de 5% sobre os premios superiores a 200\$. Da totalidade sera feita annualmente pelo thesouro a seguinte distribuição: 39.630\$ a cada um dos Estados que não estiverem nos casos previstos no § 3º do art. 24 da lei de 10 de dezembro de 1896.

(II) — Lei n. 428, de 1 de dezembro de 1896 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1897. Art. 24 — Fica o Governo autorizado a regular o serviço das loterias, observadas as seguintes determinações:

§ 3º — O Estado que prohibir ou tiver prohibido a venda de bilhetes de loterias ou o que tiver abolido ou abole loterias ou as tiver concedido que não fiquem subordinadas ao regimen da presente lei, bem como os que preferirem manter os respectivos contractos, não tendo direito a quota que lhes e destinada, enquanto vigorarem as respectivas leis ou forem executados os respectivos contractos, ficando o contractante sem o respectivo pagamento. — Tambem serão excluidos dos beneficios desta lei os Estados cujas Municipalidades tiverem obtido licença para extracção ou extrahirem loterias.

VI

Diversas rendas

Ouro

Papel

67. Premios de depositos publicos — Lei n. 99, de 31 de outubro de 1835, art. 11, n. 51 (110); Instrucções n. 131, de 1 de dezembro de 1845 (111); Decretos ns. 498, de 22 de janeiro de 1847 (112); 2.551, de 17 de março de 1860, art. 75 (113); e 2.846, de 19 de março de 1898 (114); leis ns. 3.979, de 31 de

(110) Lei n. 99, de 31 de outubro de 1835 — Ordenando a receita e fixando a despesa para o anno de 1836-1837 — Art. 11. — Ficam pertencendo á renda geral do Imperio, desde o 1 de julho de 1836 em diante, as seguintes imposições :

N. 51 — Premios de depositos publicos.

(111) Instrucções n. 131, de 1 de dezembro de 1845 — Art. 1.º — Em cada uma das Thesourarias de Fazenda do Imperio haverá um cofre especial e privativamente destinado para os depositos publicos de dinheiro, papeis de credito, objectos de ouro, prata e diamantes que se fizerem por ordem, ou mandado de qualquer autoridade judiciaria ou administrativa nos termos das capitais das Provincias.

Art. 3.º Além deste cofre geral haverá nas Provincias da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Sul um cofre filial a cargo do thesoureiro dos ordenados, o qual sera supellido pelo cofre geral com as quantias em dinheiro que forem necessarias para as entregas diarias, não podendo accumular mais de 4:000\$000.

Art. 12. No acto da entrega dos depositos o thesoureiro cobrará para a Fazenda Nacional os devidos premios, os quaes consistem em dois por cento das quantias em dinheiro, do valor dos papeis de credito pelo que dellas constar, e do valor dos objectos de ouro, prata e diamantes, pela avaliação competentemente feita antes de se effectuar o deposito.

Art. 15. Do producto dos premios dos depositos publicos se deduzirão tres por cento mensalmente: dois para o thesoureiro e um para o escriptuario que servir de escr.ção, e isto haverá, além disso, das partes, os emolumentos de 150 réis por cada termo de entrada ou sahida, e o de 80 réis por cada verba de embargo ou penhora.

(112) Decreto n. 498, de 22 de janeiro de 1847 — Alterando o regulamento de 1 de dezembro de 1845.

Art. 5.º O premio dos depositos fica sendo uma das rendas a cargo das Recebedorias, a quem por este regulamento se encarrega o cofre dos depositos publicos, e do mesmo premio se não deduzirá percentagem para os empregados della, além da estabelecida sobre as outras rendas, cessando, portanto, a deducção dos tres por cento, do que trata o art. 15 do citado Regulamento de 1 de dezembro.

(113) Decreto n. 2.551, de 17 de março de 1860 — Manda observar o Regulamento das Recebedorias.

Art. 76 — O premio de dois por cento, de qua trata o art. 12 do Regulamento de 1 de dezembro de 1845, n. 131, sera exigido na occasião de effectuar-se o deposito, quando este consistir em dinheiro.

(114) Decreto n. 2.846, de 19 de março de 1898 — Pá regulamento para o cofre dos depositos publicos da Capital Federal.

Art. 5.º O premio de dois por cento dos depositos publicos, creado pelo alvará de 21 de maio de 1751, capitulo 5.º, continuara a ser uma das rendas a cargo da Recebedoria e delle se não deduzirá percentagem para os empregados della, além da estabelecida sobre as

de 1898 (119); 3.312, de 17 de junho de 1899 (120); leis ns. 4.230, de 31 de dezembro de 1920, art. 30 (121) e 4.625, de 31 de dezembro de 1922, (122), art. 29 do decreto n. 5.053 de 6 de novembro de 1926, (123); art. 30 da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 (124); lei n. 4.984 de 31 de dezembro de 1925 (125).....

300.000.000

(119) Decreto n. 539, de 19 de dezembro de 1898 — Dispõe sobre custas judiciais. Art. 8º. O decreto n. 225, de 30 de novembro de 1894, que criou a taxa judiciaria, será observado na Justiça Federal.

(120) Decreto n. 3.312, de 17 de junho de 1899 — Dá regulamento para a cobrança da taxa judiciaria nos feitos julgados pela Justiça Federal — Art. 4º. A taxa será cobrada na seguinte proporção: a) de 1/4 % sobre o valor certo do pedido (principal e juros vencidos, quer tenham sido ou não acumulados na petição inicial da causa) ou sobre o que for declarado ou arbitrado na forma do art. 1º, letras b, c e d; b) de 1/4 % sobre o líquido a partilhar ou a adjudicar nos casos do art. 2º, letra g; c) de 2 % sobre a avaliação dos bens arrecadados no caso do art. 2º, letra a.

(121) Lei n. 4.231, de 31 de dezembro de 1921 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1921.

Art. 30. A taxa judiciaria será paga por meio de estampilhas, cabendo sua inutilização ao juiz, que não prolatará despachos e sentenças a que a taxa corresponda sem verificar si as estampilhas foram appostas as paginas dos autos, afim de as inutilizar, sob as penas regulamentares.

(122) Lei n. 4.625, de 31 de dezembro de 1922 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1923.

Art. 27. A taxa judiciaria, a que se referem o decreto n. 2.163, de 9 de novembro de 1895, a lei n. 3.644, de 31 de dezembro de 1918, art. 117 (I) e a lei n. 4.230, de 31 de dezembro de 1920, art. 30, será cobrada por verba lançada na respectiva guia, que expedirá o escripto do feito, por elle assignada, e deverá escriptural-a no competente livro a seu cargo, no qual poderá a repartição fiscal, incumbida da arrecadação, requerer, a todo tempo, os exames que se fizerem necessarios para procederem contra os infractores; e incidirá a recusa dos juizes em responsabilidade, que promoverá o Ministerio Publico, para a imposição das respectivas penas.

(123) Decreto n. 5.053, de 6 de novembro de 1926. Modifica a organização judiciaria do Districto Federal. Art. 29. Os juizes e membros do ministerio publico, exceptuados os pretores criminaes e os promotores publicos, perceberão metade das custas estabelecidas no regimento, sendo a outra metade arrecadada em sellos que serão appostos e inutilizados pelos respectivos escriptvões.

(124) Lei n. 4.793 de 7 de janeiro de 1924. Fixa a despesa geral da Republica para o exercicio de 1924. Art. 30. Ficam approvados o decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923 que approva o regulamento da Assistencia e Protecção aos Menores Abandonados e Delinquentes; e o decreto n. 16.273, da mesma data, que reorganiza a Justiça do Districto Federal.

(125) Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925, orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1926.

(I) Lei n. 3.644, de 31 de dezembro de 1918 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1919—Art. 117. A taxa judiciaria, nas causas até o valor de 200.000\$, será paga na proporção de 1/4 % do respectivo valor.

| | Ouro | Papel |
|---|------|----------------|
| 69. Taxa de aferição de hydrometros — Leis ns. 4.625, de 31 de dezembro de 1922, art. 44 (126); 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (127), e decreto numero 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (128)..... | | 5:000\$000 |
| 70. Rendas federaes no Territorio do Acre — Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (127) e de- creto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (128)..... | | 10:000\$000 |
| 71. Exportação—10 % sobre a expor- tação de borracha no Territorio do Acre e sobre a exportação da castanha do mesmo terri- torio — Leis ns. 4.625, de 31 de dezembro de 1922 (126), 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (127) e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (123)..... | | 3.000:000\$000 |
| 72. Contribuição para fiscalização bancaria. Lei n. 4.981, de 31 de dezembro de 1925, art. 30 (129)..... | | 1.500:000\$000 |
| 73. Renda arrecadada nos consulados — Lei n. 126 A, de 21 de no- vembro de 1892, art. 1º (130); decretos ns. 2.832 e 2.847, de 14 e 21 de março de 1893 (131); leis ns. 559, de 31 de dezembro | | |

(126) Lei n. 4.625, de 31 de dezembro de 1922 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1923.

Art. 44. Ficam augmentadas as taxas de hydrometro e de panna d'agua, respectivamente, de 25 réis e de 25 %.

(127) Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 orça a receita para 1924.

(128) Decreto n. 16.766 de 2 de janeiro de 1925. Declara em vigor o orçamento da despesa para 1924.

(129) Lei n. 4.981, de 31 de dezembro de 1925. Orça a receita para 1926.

(130) Lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1892 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1893 — Art. 1º — Interior.

Renda arrecadada nos diversos consulados em paizes estrangeiros.

(131) a) Decreto n. 2.832, de 14 de março de 1893 — Substitue a tabella dos emolumentos consulares.

b) Decreto n. 2.847, de 21 de março de 1893 — Approva o regulamento para a cobrança e escripturação dos emolumentos consulares.

Ouro

Papel

| | |
|--|----------------|
| de 1898, art. 1º, n. 24 (132); 3.213, de 30 de dezembro de 1916 (133); 4.440, de 31 de dezembro de 1921 (134); 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (127) e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (128). Lei n. 4.984 de 31 de dezembro de 1925 (129) | 2.200:000\$000 |
| 74. Sobre emolumentos de registro de escriptorios commerciaes. Lei n. 4.934, de 31 de dezembro de 1925 (129)..... | 516:000\$000 |
| 75. Renda das matriculas e taxas de frequencia nos estabelecimentos de ensino superior e secundario, ficando reduzidas de 50% as taxas constantes da tabella que acompanha o decreto numero 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925 (135) nos institutos officiaes | |

(132) Lei n. 559, de 21 de dezembro de 1898 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1899 — Art. 1º, n. 21. Renda arrecadada nos consulados. Reduzidas de 50% as taxas dos emolumentos consulares para os vapores das companhias nacionaes de navegação subvencionadas pela União.

(133) Lei n. 3.213, de 30 de dezembro de 1916 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1917 — Art. 1º, n. 67 — Renda arrecadada nos consulados: Sendo prohibido incluir em uma só factura consular, sob pena de 200\$ de multa ao respectivo consul, volumes ou mercadorias a granel de diversas marcas ou compondo diversas partidas, só se podendo considerar uma e a mesma partida quando todos os volumes ou mercadorias tenham a mesma marca e o mesmo destinatario. Os volumes compondo uma partida serão numerados em uma numeração sempre seguida e ficam elevados a 4\$, ouro, ao cambio de 27, os emolumentos cobrados de cada factura consular emitida nos termos acima ditos. Os consules remetterão directamente ás alfandegas uma quarta via das facturas consulares.

(134) Lei n. 4.440, de 31 de dezembro de 1921 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1922.

(135) Decreto n. 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925 — Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e superior e dá outras providencias.

TABELLA A

DEPARTAMENTO NACIONAL DO ENSINO

TAXAS

I — Certidão do exame, 10\$000. II — Certidão de diploma, 20\$000. III — Registro do professor (por materia), 30\$000.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1925. — *João Luiz Alves*.

| | Ouro | Papel |
|--|-------|--------------|
| de ensino. Lei 4.984, de 31 de dezembro de 1925 (129)..... | | 400:000\$000 |
| 75 A. Dez por cento sobre a percentagem percebida pelos porteiros dos auditorios, das vendas de bens immoveis e mais 2 1/2 % do producto das referidas vendas, quando o preço dellas ex- | | |

TABELLA B

TAXA DEVIDA NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR

I — Taxa de inscripção para exame vestibular, 120\$000. II — Taxa de frequencia, por anno, paga em duas prestações semestraes, 120\$000. III — Taxa de matricula, 100\$000. IV — Taxa de exame do curso, por anno ou materia de um anno de que tenha ficado dependente o alumno, 100\$000. V — Taxa de certidão de exame vestibular, 20\$000. VI — Taxa de certidão de exame, por anno, 5\$000. VII, Taxa de guia de transferencia, 50\$000. VIII — Taxa de inscripção e exame em defesa de these, 300\$000. IX — Taxa de certidão de approvação em defesa de these, 50\$000. X — Taxa de certidão de frequencia, por anno, 5\$000. XI — Taxa de certidão de approvação em materia dependente, 5\$000. XII — Taxa de certidão não especificada: a) — "Verbo ad verbum", 10\$000 b) — Em rotatorio, 5\$000. XIII — Taxa de diploma de doutor, 200\$000. XIV — Taxa de diploma de medico, pharmaceutico, dentista, engenheiro e bacharel em sciencias juridicas e sociaes, 150\$000. XV — Taxa de inscripção em exame para habilitação de profissionais estrangeiros, por materia, 60\$000. XVI — Taxa de certidão de habilitação de profissional estrangeiro, 200\$000. XVII — Taxa de titulo de livre docente, 100\$000. XVIII — Taxa de concurso para professor ou livre docente, 100\$000. XIX — Taxa de titulo de assistente ou auxiliar do ensino, 30\$000. XX — Taxa de titulo de enfermeira-parteira, 50\$000. XXI — Taxa de frequencia de materia dependente, por anno, 60\$000.

NOTAS

a) As taxas são pagas, além do sello devido ao Thesouro Nacional; b) Metade das taxas de exames pertence aos membros das mesas examinadoras.

TABELLA C

TAXAS DEVIDAS NO COLLEGIO PEDRO II

Taxa de matricula para o Externato, 21\$600. Taxa de matricula para o Internato, 12\$000. Taxa de frequencia: Internato (em tres prestações annuaes), 300\$000. Taxa de frequencia: Externato (em tres prestações annuaes), 172\$000. Taxa de lavanderia (mensal), 10\$000. Taxa de inscripção de exame final, 10\$000. Taxa de inscripção de exame de admissoão, 15\$000. Taxa de certidão de exame, 5\$000. Taxa de transferencia, 50\$000. Certidão: rasa (por linha), \$100. Certidão: busca (por anno), \$500. Regimento interno, 2\$000. Annuario, 5\$000.

OBSERVAÇÕES

a) Não se receberá por certidão menos de 2\$000. b) Os filhos de funcionarios publicos têm direito a 20 % de desconto na taxa de matricula no Internato. c) Os funcionarios publicos podem pagar mensalmente as contribuições dos filios matriculados no Externato e no Internato.

Ouro

Papel

ceder de 50:000\$, até o máximo de 100:000\$ (Decreto legislativo n. 5.060 A, de 10 de novembro de 1926 (136)).

100:000\$000

II

Rendas Patrimoniaes

76. Rendas dos proprios nacionaes.— Lei de 15 de novembro de 1831, art. 51, § 15 (136 A); leis de 12 de

(136) Lei 5.060 A, de 10 de novembro de 1926:

Art. 1°. As vendas de bens immoveis, judicialmente autorizadas em quaesquer juizos contenciosos ou administrativos da Justiça Local do Districto Federal, serão obrigatoriamente effectuadas pelos respectivos porteiros dos auditorios, os quaes perceberão a percentagem de 5 %., até o máximo de 50:000\$, sobre os productos das vendas, paga sómente pela parte compradora arrematante.

§ 1°. Da percentagem acima estatuida para os porteiros dos auditorios caberão 10 %., á União, como imposto de renda.

§ 2°. Quando o producto da venda exceder de 50:000\$, os referidos serventuários da justiça nada mais perceberão, cabendo, entretanto, ao Estado, afóra os 10 %., já mencionados, 2 1/2 % do producto que passar daquella importancia até a de cem contos de réis (100:000\$000).

§ 3°. O conhecimento da Recebedoria do Districto Federal, em ambos os casos, deve ser junto aos autos, logo que recolhido o imposto, mediante guia do escrivão do feito, tornando-se isto indispensavel para se tornar a venda definitiva.

Art. 2°. Ficam isentos da obrigatoriedade da venda em praça judicial os bens moveis e semoventes, podendo o respectivo juiz conceder alvará para taes vendas serem feitas por intermedio do leiloeiro.

Paragrapho unico. Continuam isentos da obrigatoriedade de venda em praça judicial os titulos negociaveis em bolsa, attribuidos á intervenção e agencia dos corretores.

Art. 3°. Nos impedimentos occasionaes, os porteiros serão substituidos n.ºs pelos outros, e de preferencia pelos do mesmo juizo.

Art. 4°. Ficam revogados o art. 1.045, do decreto do Poder Executivo n. 16.752, de 31 de dezembro de 1924, e demais disposições em contrario (I).

(136 A) Lei de 15 de novembro de 1831 — Orça a receita e fixa a despesa para o anno financeiro de 1832-1833 — Art. 1º, § 15 — Os terrenos e proprios nacionaes, que não forem necessarios ao serviço publico, serão arrendados em hasta publica a prazos, não excedentes de tres annos e por lotes nunca menores de 400 braças em quadro; este arrendamento será executado pelos ministros das repartições na Corte e pelos presidentes, em conselho, nas Provincias.

(I) Decreto 16.752, de 31 de dezembro de 1924. Põe em execução o Codigo do Processo Civil e Commercial no Districto Federal.

Art. 1.045 — Não sendo os bens arrematados, serão vendidos em leilão publico por leiloeiro nomeado pelo juiz.

§ 1º. A nomeação, em cada juizo, far-se-á por escala dos respectivos leiloeiros.

§ 2º. A este leilão irão os bens com o abatimento de 10 %., sobre o preço da avaliação. Se não encontrarem lance superior, ou equal, ao valor determinado pelo dito abatimento, o juiz, acto continuo, mandará sejam os bens arrematados pelo maior preço que encontrarem.

§ 3º. O leilão judicial será annunciado e effectuado pela mesma forma da praça, sendo a comissão do leiloeiro cobrada sómente do arrematante.

| | Ouro | Papel |
|---|-------|----------------|
| n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 (143)..... | | 1.100:000\$000 |
| 77. Renda das villas proletarias.—Lei n. 4.783, de 31 dezembro de 1923 (127); decreto 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (128)..... | | 50:000\$000 |
| 78. Renda da Fazenda de Santa Cruz e outras. Leis ns. 191 A, de 30 de setembro de 1893, art. 1º (144); 4.230, de 31 de dezembro de 1920, art. 26 (145); 4.783, de | | |

(143) Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925. Orça a Receita Geral para 1926.

Art. 22. A Direcção do Património arbitrará anualmente o aluguel a cobrar pelos prédios não aproveitados em serviço publico e que sirvam ou possam servir de habitação, qualquer que seja o minis.ério a que estejam sujeitos, tendo em vista a situação, valor e estado de cada um delles, aluguel normal de prédio particular semelhante e observadas as seguintes regras:

1.º o aluguel annual nunca será inferior a 8 % (oito por cento) do valor venal do predio, quando este for voluntariamente occupado por particulares ou funcionarios publicos;

2.º os militares, funcionarios e empregados da União, que occuparem parte ou a totalidade de prédios dependentes da repartição ou departamento a que pertencem, em virtude de obrigação de continuação por disposição regulamentar ou pela natureza do serviço, ficam isentos de qualquer pagamento de aluguel de casa.

(144) Lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1894 — Art. 1º — Interior — Renda da Fazenda de Santa Cruz e de outras de propriedade da União.

(145) Lei n. 4.230, de 31 de dezembro de 1920 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1921.

Art. 26. Os aforamentos dos terrenos da Fazenda Nacional de Santa Cruz continuão a ser feitos de accordo com o art. 3º, letra d, da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900 (I) e dispositivos anteriores, relativos aquelle proprio nacional, ficando a dado o resgate dos mesmos aforamentos.

(I) Lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1901.

Art. 3.º Fica ainda o Governo autorizado :

d) a recolher a repartição que dirige o serviço de tombamento dos proprios nacionaes e administrão dos que estão a cargo do Minis.ério da Fazenda o archivo existente na Superintendencia da mesma Fazenda, mediante inventario de tudo quanto nello existe : a extrahir relações dos fidejuss. e mandatarios de terras e prédios para ser a respectiva renda arrecadada pela Recebedoria e a reduzir o pessoal da Superintendencia ao que for destinado exclusivamente a arrecadar a renda de pastagem e inspecionar os campos enquanto não forem arrendados : a arrendar, aforar ou vender as terras que se verificar estarem desoccupadas ou occupadas por intrusos, a arrendar conjuntamente com os campos ou não as casas desoccupadas ou occupadas com os serviços que o Ministerio da Fazenda tem actualmente alli. O arrendamento dos campos não podera ser feito por prazo superior a 20 annos e devera ser feito mediante concorrência publica, com obrigação expressa da desobstrucção das vallas que dão escoamento as aguas dos mesmos campos.

| | Ouro | Papel |
|---|------------|-------------|
| 31 de dezembro de 1923 (127) e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (128)..... | | 40:000\$000 |
| 79. Producto do arrendamento das areias monazíticas — Contracto de 18 de dezembro de 1916 (146); leis ns. 3.644, de 23 de dezembro de 1918 (147); 3.979, de 31 de dezembro de 1919 (148); 4.625, de 31 de dezembro de 1922 (149); 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (127), e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (128)..... | 1:600\$000 | 1:000\$000 |
| 80. Fóros de terrenos de marinha — Leis de 15 novembro de 1831, art. 51, §§ 14 e 15 (150); de 12 | | |

(146) Contracto de 18 de dezembro de 1916, celebrado com John Gordon para exploração e exportação de areias monazíticas existentes nos terrenos de marinha situados no município de Villa do Prado, no Estado da Bahia.

(147) Lei n. 3.644, de 31 de dezembro de 1918 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1919 — Art. 1º, II — Rendas patrimoniaes — III — Das riquezas naturaes e fóros — 50. Producto do arrendamento das areias monazíticas, prohibidas quaesquer modificações nos contractos celebrados até o fim de 1917, que só permitem a exportação da areia bruta.

(148) Lei n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1920 — Art. 1º, II — Rendas patrimoniaes — Dos proprios nacionaes.

N. 57. Producto do arrendamento das areias monazíticas, firando o Governo autorizado a rever o actual contracto e no sentido do maior aproveitamento das jazidas da *União*.

(149) Lei n. 4.625, de 31 de dezembro de 1922 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1923. — Art. 1º, II — Rendas patrimoniaes — 62 — Producto do arrendamento das areias monazíticas, podendo ser exportadas pelo contractante as areias monazíticas beneficiadas mediante pagamento da taxa dupla da fixada para as areias brutas, uma vez que da exportação que realizar resulte augmento do total da renda que actualmente se arrecada.

(150) Lei de 15 de novembro de 1831 — Orça a receita e fixa a despesa para o anno financeiro de 1832-1833 — Art. 51, § 14 — Serão postos a disposição das Camaras Municipaes os terrenos de marinha, que estas reclamarem do Ministerio da Fazenda ou dos presidentes das Provincias, para logradouros publicos, e o mesmo ministro na Corte, e nas Provincias os presidentes, em Conselho, poderão aforar a particulares aquelles de taes terrenos que julgarem conveniente, e segundo o maior interesse e da fazenda, estipulando tambem, segundo for justo, o foro daquellas dos mesmos terrenos, onde já se tenha edificado sem concessão, ou que, tendo já sido concedidos, conditionalmente, são obrigados a elles desde a época da concessão, no que se procedera a arrecadação. O ministro da fazenda, no seu relatorio da sessão de 1832, mencionará tudo o que occorrer sobre este objecto. § 15 — Os terrenos e proprios nacionaes que não forem necessarios ao serviço publico serão arrendados em hasta publica a prazos não excedentes de tres annos, e por lotes nunca maiores de quatrocentas braças em quadro; este arrendamento sera executado pelos ministros das repartições na Corte, e pelos presidentes, em Conselho, nas Provincias.

de outubro de 1833, art. 3.^o (151);
Instrucções de 14 de novembro
de 1832 (152); leis de 3 de outo-

(151) Lei n. 66, de 12 de outubro de 1833 — Determina o arrendamento em hasta publica das fabricas, terrenos e proprios nacionaes; autoriza o contracto para a illuminação a gaz e supprime os ordenados do escrivão do Hospital de Santos e do capellão do Collegio de S. Paulo e a despesa com o Quartel do Rio Pardo.

.....
Art. 3.^o Todo o arrendamento de predios nacionaes será feito por qualquer prazo até o de nove annos. O aforamento, porém, de chãos encravados, ou adjacentes ás povoações, que sirvam para edificação, será perpetuo, como é o dos terrenos de marinha.

(152) Instrucções de 14 de novembro de 1832 — Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1832 — Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, presidente interino do Tribunal do Thesouro Nacional, para bem se executar a disposição da lei de 15 de novembro de 1831, no art. 51, § 14, ordena que se observem as seguintes instrucções: Art. 1.^o — O inspector das Obras Publicas fica encarregado de fazer reconhecer, medir e demarcar os terrenos de marinhas comprehendidos no termo desta cidade; I, os que devem ser reservados para logradouros publicos; II, os que têm sido concedidos a particulares, ou por estes têm sido occupados sem concessão; III, os que ainda actualmente se acham devolutos. Art. 2.^o — Para desempenho desta incumbencia serão entregues ao mencionado inspector as confrontações dos terrenos desta especie, requisitados pela Camara Municipal para logradouros publicos, e os titulos das concessões feitas aos particulares, bem como todos os requerimentos dos novos pretendentes que já houverem e se forem apresentando. Art. 3.^o — Será o mesmo inspector coadjuvado por um official engenheiro, o qual se encarregará da immediata direcção dos trabalhos por aquelle ordenados; e para a execução destes haverá um medidor, nomeado pelo Tribunal, sob proposta do inspector, com o vencimento que este lhe arbitrar e for approved pelo dito Tribunal, e os individuos que forem necessarios para trabalhar ás ordens do medidor, com o vencimento de salario ou jorna! razoavel. Art. 4.^o — Não de considerar-se terrenos de marinhas todos os que, banhados pelas aguas do mar ou dos rios navegaveis, vão até a distancia de quinze braças craveiras para a parte da terra, contadas estas desde os pontos a que chega o preamar médio. Art. 5.^o — A' medição e demarcação dos terrenos de 1.^a classe assistirão, além dos empregados nesse trabalho, o inspector das Obras Publicas, o fiscal da Thesouraria da Provincia, um official da mesma Thesouraria, que servirá de escrivão das medições, e o procurador da Camara Municipal, ficando a cargo desta as despesas respectivas. Art. 6.^o — O inspector das Obras Publicas, de accordo com o procurador da Camara Municipal, poderá restringir a extensão dos terrenos reclamados para logradouros publicos quando lhe parecer excessiva e, no caso de discordancia, representará ao Tribunal do Thesouro, informando circumstanciadamente sobre o objecto e suspendendo no emtanto a diligencia. Art. 7.^o — A' medição e demarcação dos terrenos de 2.^a classe assistirá sempre o fiscal da Thesouraria da Provincia e serão convidados os concessionarios e posseiros, os quaes poderão enviar seus procuradores, e as despesas correspondentes correrão por conta das partes interessadas. Art. 8.^o — Na medição e demarcação dos terrenos de 3.^a classe praticar-se-ha o mesmo que nos da 2.^a, sendo convidados a assistir os pretendentes de novas concessões, ou seus procuradores e correndo as despesas por conta destes e pelo que respeita aos terrenos ainda não pedidos; a demarcação só limitará a linha da testada, ficando as despesas a cargo da Thesouraria da Provincia. Art. 9.^o — Ao passo que se forem medindo e demarcando os terrenos de 2.^a e 3.^a classes, o fiscal da Thesouraria da Provincia fará avaliar conjuntamente os terrenos occupados ou predios para esse fim por dois avaliadores que sempre o acompanharão nessa diligencia, os quaes serão nomeados pelo Tribunal do Thesouro, sob proposta do referido fiscal com o vencimento que este lhes arbitrar e for approved pelo dito Tribunal. Nestas avaliações se terá attenção (a favor dos concessionarios ou posseiros) aos aterros e outras bemfeitorias que tenham dado maior valor aos terrenos. Art. 10.^o — As duvidas que se suscitarem sobre taes avaliações serão decididas por arbitros nomeados pelas partes interessadas e pelo fiscal ou por um terceiro, nomeados pelos mesmos arbitros, quando estes se não accordem; ficando ás partes e ao fiscal o recurso para o Tribunal do Thesouro. Art. 11.^o — A taxa do fóro será na razão de 2 1/2 % sobre o preço das avaliações feitas na fórma acima descripta, devendo ser imposta pelo fiscal da The-

de 31 de dezembro de 1923; (127),
e decreto n.º 16.766, de 2 de ja-
neiro de 1925 (128)..... 110:000\$000

**81. Laudemios — Decretos ns. 467,
de 23 de agosto de 1846 (158);**

nicipaes das Provincias os de marinhãs e accrescidos nos respectivos municipios, passando a pertencer á receita das mesmas corporações a renda que dahi provém, e correndo por sua conta as despesas necessarias para medição, demarcação e avaliação dos mesmos terrenos, observadas as disposições do decreto n.º 4.105, de 22 de fevereiro de 1868 (Vide nota 151). Os fôros dos terrenos das extinctas aldeias de indios, que não forem remidos, nos termos do art. 1.º, § 1.º, da lei n.º 2.672, de 20 de outubro de 1875 (I), passarão a pertencer aos municipios onde existirem taes terrenos; correndo por conta dos mesmos as despesas da respectiva medição, demarcação e avaliação. Os terrenos que não se acharem nas condições do § 3.º da resolução n.º 2.672, de 20 de outubro de 1875 (II), e não forem, pelo Ministerio da Agricultura, empregados, nos termos da lei de 18 de setembro de 1850 (III), e os terrenos das extinctas aldeias de indios serão do mesmo modo transferidos ás provincias em que os houver. Nenhum arrendamento ou aforamento de quaesquer terrenos, nem a renovação dos actuaes arrendamentos, poderá effectuar-se senão em hasta publica, a quem melhores condições offerecer; sendo applicadas aos proprios desta natureza as disposições do decreto n.º 4.105, de 22 de fevereiro de 1868 (vide nota 151), e considerando-se nullas quaesquer concessões em contrario desta disposição.

(158) Decreto n.º 467, de 23 de agosto de 1846 — Declara a legislação a respeito do pagamento do laudemio, pela venda dos predios rusticos e urbanos, em terrenos aforados. — Manda conservar e fazer observar a jurisprudencia estabelecida na conformidade da litteral e indistincta disposição da Ordenação — Livro 4.º, titulo 38 (IV), em vigor, continuando esta a applicar-se da maneira que tem sido entendida, e pagando-se o laudemio nos casos de venda o escambo, tanto do valor do terreno aforado como do das bemfeitorias que nelle houverem, enquanto outra cousa não for determinada por acto legislativo.

(I) Lei n.º 2.672, de 20 de outubro de 1875 — Autoriza o Governo a alienar as terras das aldeias extinctas que estiverem aforadas — Art. 1.º, § 1.º — O preço será o que for ajustado com o foreiro, ou de vinte vezes o fôro e uma joia de 2 ½ %/, segundo for mais vantajoso á Fazenda Nacional.

(II) Lei n.º 2.672, de 20 de outubro de 1875 — Autoriza o Governo a alionar as terras das aldeias extinctas que estiverem aforadas — Art. 1.º, § 3.º — As terras em que estiverem ou possam ser fundadas villas ou povoações, e as que forem necessarias para logradouros publicos, farão parto do patrimonio das respectivas municipalidades, e por estas serão cobrados os respectivos fôros para abertura e melhoramento das estradas vicinaes.

(III) Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850 — Dispõe sobre as terras devolutas no Imperio e acerca das que são possuidas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam ellas cedidas a titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e do estrangeiros, autorizando o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

(IV) Ordenações — Livro 4.º — Titulo 38 — Do foreiro, que alieiou o fôro com autoridade do senhorio, ou sem ella. O foreiro que traz herdade, casa, vinha, ou outra possessão aforada para sempre ou para certas pessoas, ou ao tempo certo de 10 annos, ou dahi para cima, não poderá vender, escambar, dar, nem alieiar a cousa aforada, sem consentimento do senhorio. E querendo a vender, ou escambar, deve o primeiro notificar ao senhorio, e requerel-o, se a quer tanto por tanto, declarando-lhe o preço, ou cousa, que lhe dão por ella; e querendo a o senhorio por o tanto, have-la-ha, e não outrem. E não a querendo, então deve ser vendida á pessoa que, livremente, pague o fôro ao

| | Ouro | Papel |
|---|-------|-----------------|
| de 1854, art. 77 (160); lei numero 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (127) e decreto numero 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (128)..... | | 230:000\$000 |
| 82 Taxa de occupação dos terrenos de marinha e arrendamento de terrenos de mangue — Decretos ns. 14.595 e 14.595, de 31 de dezembro de 1920 (158); lei numero 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (127) e decreto numero 16766, de 2 de janeiro de 1925 (159)..... | | 50:000\$000 |
| 83. Quota de arrendamento de portos de propriedade da União, leis ns. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (127) e 4.984, de 31 de dezembro de 1925 (160)..... | | 12.900:000\$000 |
| 83 A. Renda do Lloyd Brasileiro, art. 112, da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923 (161) — a) dividendo de 29.900 acções pertencentes ao Estado, 3 588:000\$; — b) juros de 30.000 debentures de 1:000\$ a 4 % 1 200:000\$ — Total | | 4.788:000\$000 |

Nacional da venda de seus bens aforados porque não constituem onus real, garantido por hypotheca legal, não passam a cargo de uns a outros possuidores que pelas vendas as houveram; e por isso o ultimo actual possuidor não é obrigado ao pagamento dos laudemios anteriores, pelos quaes devem ser demandados os respectivos vendedores pelos meios ordinarios.

(160) Decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854 — Manda executar a lei n. 601, de 18 de setembro de 1850 — Art. 77 — As terras reservadas para fundação das povoações serão divididas, conforme o Governo julgar conveniente, em lotes urbanos e ruraes, ou sómente nos primeiros. Estes não serão maiores de 10 braças de frente e 50 de fundo. Os ruraes poderão ter maior extensão, segundo as circumstancias o exigirem, não excedendo, porém, cada lote de 400 braças de frente sobre outras tantas de fundo. Depois de reservados os lotes que forem necessarios para aquartellamentos, fortificações, cemiterios (fora do recinto das povoações) e quaesquer outros estabelecimentos e servidões publicas, será o restante distribuido pelos povoadores a titulo de aforamento perpetuo, devendo o foro ser fixado sob proposta do director geral das Terras Publicas, e sendo sempre o laudemio, em caso de venda — a quarentena.

(158) Decretos ns.: a) 14.595, de 31 de dezembro de 1920 — Estabelece a cobrança da taxa de occupação de terrenos de marinha; b) 14.596, de 31 de dezembro de 1920 — Regula o arrendamento de terrenos de mangue de propriedade da União.

(159) Decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925. Declara um vigor no exercicio de 1925 o orçamento da receita de 1924.

(160) Lei 4.984, de 31 de dezembro de 1925. Orça a Receita para 1926.

(161) Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923. Fixa a despesa geral da Republica para o exercicio de 1923.

III

Rendas Industriais

Ouro

Papel

84. Renda do Correio Geral — De acôrdo com os decretos numero 3.443, de 12 de abril de 1865, arts. 11 a 20 (162); 3.532 A, de

(162) Decreto n. 3.443, de 12 de abril de 1865 — Approva o regulamento para o serviço dos Correios do Imperio — Art. 11 — As cartas que circulam dentro do Imperio ficam sujeitas ao pagamento da taxa uniforme de \$080 por porte simples de 15 grammas ou fracção de 15 grammas, qualquer que seja a distancia que tenham de percorrer por mar ou por terra. Para as cartas de maior peso adoptar-se-ha a seguinte progressão: Até 30 grammas \$100; de 30 a 60 grammas \$220; de 60 a 90 grammas \$480; de 90 a 120 grammas \$640 e assim por diante, augmentando sempre dois portos por 30 grammas ou fracção de 30 grammas que accrescer.

Os autos e mais papeis do foro pagarão somente metade da taxa de porte fixada neste artigo.

Art. 12. Não estão comprehendidas no precedente artigo as cartas expedidas de um para outro ponto das cidades onde for estabelecido o correio urbano. As cartas desta categoria pagarão a taxa de \$050 por porte simples de 15 grammas ou fracção de 15 grammas que accrescer.

Pagarão, porém, somente a taxa de \$ 20 cada uma das cartas especificadas nos paragraphos seguintes: § 1º—Participação de casamento e de nascimento; § 2º—Convites de enterro; § 3º—Bilhetes de visita, não excedendo a dois em cada capa; § 4º—Circulares, prospectos e avisos diversos. Os objectos mencionados nesses quatro paragraphos deverão ser impressos, lithographados ou autographados; não exceder o peso de 10 grammas; ser expedidos com o porte pago, e abertos, além de que possa o Correio verificar o seu conteúdo. Os que não preencherem estas condições serão taxados como cartas ordinarias.

Art. 13. As cartas franqueadas abaixo da tarifa, ou não franqueadas, serão expedidas pelo Correio; devendo, porém, cobrar-se do destinatario o dobro da taxa que for devida.

Art. 14. Além da taxa fixada pelo art. 11, pagarão mais \$030 as cartas recebidas de paizes estrangeiros que não estejam sujeitas ás disposições das convenções postaes.

Art. 15. Fica estabelecida a classe de — Cartas registradas — as quaes, mediante o pagamento de \$200, além do respectivo porte, serão relacionadas nominalmente, dándose ao expeditor um conhecimento e o competente recibo do destinatario depois de feita a devida entrega.

A repartição do Correio, porém, não responde por qualquer extravio que possa ter lugar de cartas registradas.

Art. 16. Os jornaes, publicações periodicas, brochuras, livros encadernados, catalogos, prospectos, papel de musica e quaesquer avisos impressos, gravados, lithographados ou autographados pagarão a taxa de \$020 por porte simples de 40 grammas, qualquer que seja a distancia que tenham de percorrer dentro do Imperio. Esta taxa subira na seguinte progressão: Até 80 grammas \$040; de 80 a 160 grammas \$080; de 160 a 240 grammas \$120, e assim por diante, augmentando sempre dois portos por 80 grammas ou fracção de 80 grammas que accrescer.

Para que possam estes objectos gozar da modicidade da taxa de porte acima fixada deverão: pagar previamente o devido porte; ser cintados de modo a não se abrir facilmente o seu conteúdo e não conter outra declaração, manuscrita que não seja o endereço do destinatario, e, quando muito, a assignatura do expeditor. A falta de cumprimento destas condições sujeitara a taxa de cartas ordinarias, para serem expedidos.

Art. 17. Os jornaes, circulares e quaesquer impressos avulsos, uma vez que satisficam as condições estabelecidas no precedente artigo, pagarão somente a taxa de 10 réis de cada exemplar.

Art. 18. São applicaveis aos objectos especificados nos arts. 16 e 17 as disposições do art. 15 do presente regulamento.

Art. 19. A correspondencia official continúa a ser isenta de porte, devendo, porém, ser taxada como se fôr correspondencia particular, além de conhecer-se a quanto monta

18 de novembro de 1865 (163); 3.903, de 26 de junho de 1867 (164); 7.229, de 29 de março de 1879 (165) e 7.841, de 6 de outubro de 1880 (166); leis ns. 489, de 15 de dezembro de 1897, artigo 1º, n. 12 (167); 640, de 14

esse serviço que o Correio gratuitamente presta ao Governo, sendo classificada a despesa pelas repartições publicas a que for concernente.

Art. 20. A correspondencia official para ser como tal recebida no Correio deverá conter no sobrescripto a declaração da repartição ou funcionario que a dirigir e á que for endereçada, e será fechada com o sello das armas do Imperio, contendo a inscripção de sua procedencia.

O abuso da franquia official para a correspondencia particular sujeita o delinquente á multa de 500\$000.

(163) Decreto n. 3.532 A, de 18 de novembro de 1865 — Altera o regulamento approved pelo decreto n. 3.443, de 12 de abril de 1865 — Substitutivo ao art. 16. As pequenas encomendas, amostras de mercadorias, brochuras, livros encadernados, catalogos, prospectos, papel de musica e quaesquer avisos impressos, gravados, lithographados ou autographados, pagarão a taxa de \$20 por porte simples de 40 grammas ou fracção de 40 grammas, qualquer que seja a distancia que tenham de percorrer dentro do Imperio. Esta taxa subirá na seguinte progressão: Até 80 grammas, \$040; de 80 a 160 grammas, \$080; de 160 a 240 grammas, \$120 e assim por deante, augmentando sempre dous portos por 80 grammas ou fracção de 80 grammas de peso que accrescer. Para que possam estes objectos gosar da modicidade da taxa acima fixada deverão pagar previamente o porte, ser cintados de modo a conhecer-se facilmente o seu conteudo, e não conter outra declaração manuscrita além do endereço do destinatario e, quando muito, a assignatura do expeditor. A falta do cumprimento destas condições sujeita-os á taxa de cartas, para serem expedidos. Substitutivo ao art. 17. Os jornaes, circulares e quaesquer impressos avulsos, uma vez que preencham as condições do precedente artigo, pagarão a taxa de \$010 de cada exemplar. Si, porém, forem expedidos em maço pagarão essa mesma taxa na razão de cada 40 grammas ou fracção de 40 grammas de peso.

(164) Decreto n. 3.903, de 26 de junho de 1867 — Fixa em 100 réis a taxa de porte simples das cartas que circulam dentro do Imperio.

(165) Decreto n. 7.229, de 29 de março de 1879 — Promulga a Convenção Postal Universal celebrada em Paris no dia 1 de junho de 1878.

(166) Decreto n. 7.841, de 6 de outubro de 1880 — Autoriza a emissão de bilhetes postaes nos limites do correio urbano.

(167) Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1898 — Art. 1º, N 12. — Renda do Correio Geral, alteradas as taxas internas do modo seguinte:

Cartas \$200 por 15 grammas cada uma; cartas-bilhetes, \$200 cada uma; bilhetes postaes \$050 os simples e \$080 os duplos; manuscritos, amostras e encomendas, \$150 por 50 grammas; mantidas as actuaes taxas para os jornaes e registros. As cartas com valor declarado, além da taxa de porte e registro, pagarão: até 10\$, \$300 e \$150 por 5\$ ou fracção de 5\$000.

As encomendas com valor declarado, além do porte e registro, pagarão, até 10\$, \$500 e \$250 por 5\$ ou fracção de 5\$ que exceder daquella quantia.

Os tomadores de vales pagarão, além da taxa do porte e registro, um premio de: até 25\$, \$400; até 50\$, \$700; até 100\$, \$1200; até 150\$, \$1750; até 200\$, \$2250, e \$500 por 100\$ ou fracção de 100\$ que exceder a 200\$000.

Pela emissão de cada cheque pagar-se-ha o premio de \$200 até 5\$, \$300 até 10\$, \$400 até 20\$000.

A assignatura das caixas do Correio custará, por semestres adiantados: na Administracão do Districto Federal, 25\$; nas administrações de 1ª classe, e nas agencias de 1ª classe, 20\$; nas outras administrações e sub-administrações, 16\$; nas demais agencias, 10\$000.

As correspondencias officiaes expedidas pelas autoridades e repartições estaduais e

n. 2.719 de 31 de dezembro de 1912 (172); art. 1º, n. 43, da lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913 (173); leis n. 2.919, de

600\$, 48; até 700\$, 48500; até 800\$, 58; até 900\$, 58500; até 1:000\$, 68, e assim por diante, accrescendo \$500 por 100\$ ou fracção desta quantia.

Cheques postaes — De 1\$ a 5\$, \$100; de 5\$ a 10\$, \$200; de 10\$ a 20\$, \$300.

Avisos de recebimento de cartas ou de pagamentos de vales e cheques — \$100 cada um.

Cobranças — Pela cobrança de cada titulo ou obrigação: 2 % do valor do documento da seguinte forma: Até 25\$, \$500 de mais de 25\$ a 50\$, 1\$; de mais de 50\$ a 75\$, 1\$500, e assim por diante, accrescendo sempre \$500 por 25\$, ou fracção.

Assignaturas de jornaes — 2 % sobre a importancia integral da assignatura; 1 % para transferencia do dinheiro.

Assignaturas de caixas, pagas por semestres adeantados — No Districto Federal, 20\$; nas administrações e agencias de 1ª classe, 10\$; nas outras administrações e sub-administrações e agencias onde houver distribuição domiciliaria, 5\$000.

(172) Lei n. 2.719, de 31 de dezembro de 1912 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1913 — Art. 1º, N. 43 — Renda do Correio Geral, de accordo com os dispositivos do n. 16 do art. 1º da lei n. 2.210, de 28 de dezembro de 1909 (Vide nota 171) pagando \$010 por 50 grammas a correspondencia *de ou para* as repartições de estatistica dos Estados e \$010 por 30 grammas as revistas e mais impressos organizados pelas secretarias de Estado ou repartições subordinadas para expedição para os Estados ou paizes estrangeiros e observadas as seguintes disposições:

a) A correspondencia official da União pagará as seguintes taxas em sellos officiaes :

Officios, \$050 por 25 grammas;
Manuscriptos e amostras, \$050 por 100 grammas;
Impressos, \$010 por 100 grammas.

b) A correspondencia do servico postal transitará independente de taxa ou de sellos de accordo com o disposto no regulamento e na Convenção Postal.

c) A correspondencia, embora com a declaração de servico publico, só será considerada official, para o effeito da redução das taxas, quando tiver o carimbo da repartiçõ expedidora e os funcionarios — remetente e destinatario — forem indicados pelos respectivos cargos e nunca pelo nome.

d) Quando houver suspeita de fraude, será convidado o destinatario do objecto a abril-o, para verificação.

e) A aquisição dos sellos officiaes será feita a dinheiro, á bocca do cofre, pelos creditos para esse fim consignados aos ministerios ou, na falta destes, pelas verbas « eventuaes » dos respectivos orçamentos.

f) A correspondencia official dos Estados e municipios continúa sujeita á taxa actual.

g) Gosação dos favores da letra a os papeis concernentes ao foro criminal, remetidos pelas autoridades estaduais ás autoridades federaes; e bem assim os mappaes do registro civil quando remetidos simultaneamente a repartiçõ de estatistica estadual e federal.

h) Os valores officiaes da União remetidos pelo Correio ficam sujeitos a premios reduzidos de 1/4 %.

(173) Lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1914 — Art. 1º, n. 43 — Renda do Correio Geral, de accordo com os dispositivos do n. 16 do art. 1º da lei n. 2.210, de 28 de dezembro de 1909 (vide nota 171), pagando \$012 por 50 grammas a correspondencia *de ou para* as repartições de estatistica dos Estados e observadas as seguintes disposições:

a) A correspondencia official da União pagará as seguintes taxas em sellos officiaes :

Officios, \$050 por 25 grammas;
Manuscriptos e amostras, \$050 por 100 grammas;
Impressos, \$010 por 100 grammas;

b) A correspondencia do servico postal transitará independente da taxa ou de sellos, de accordo com o disposto no regulamento e na Convenção Postal;

c) A correspondencia, embora com a declaração de servico publico, só será considerada official, para o effeito da redução das taxas, quando tiver o carimbo da repartiçõ

de 1915 (175); ns. 3.213, de 30 de dezembro de 1916 (176); 3.979, de 31 de dezembro de 1919, art. 39 (177); 4.230, de 31

simultaneamente á repartição de Estatística estadual ou federal; os livros e authenticos eleitoraes; os avisos para o serviço do jury; os impressos relativos á instrucção publica; os manifestos remettidos á Repartição de Estatística Commercial; as respostas dadas a questionarios e mapps remettidos á Directoria Geral de Estatística em sobrecartas fornecidas pela propria directoria;

h) Os valores officiaes da União remettidos pelo Correio, bem como os remettidos pelas Collectorias estaduais para os respectivos Thesouros, ficam anjeitos ao premio de 1/4 % (um quarto por cento);

i) A' tabella das taxas postaes ordinarias accrescente-se:

1.ª São excluidas da taxa modica dos jornaes as publicações de distribuição gratuita ou de preço meramente commercial, destinadas a annuncios, embora conttenham artigos litterarios ou scientificos; 2.ª os jornaes submittidos a registro pagam a taxa de impressos, salvo quando expedidos pelos editores; 3.ª não serão expedidos os maços de jornaes, impressos, manuscriptos e amostras desde que não tenham sido pagas as respectivas taxas;

j) Assignaturas de caixas, taxa semestral adeantada, na Sub-Directoría do Tráfego; caixa simples 20\$; idem dupla, 30\$; idem quadrupla 50\$; nas administrações de primeira classe e agencias especiaes, 14\$; nas outras administrações, sub-administrações e agencias de primeira classe, 7\$; nas demais agencias, 5\$; chave sobresalente, 4\$; fechadura, 5\$; vidro 2\$500;

k) Os vales telegraphicos estão sujeitos, além do respectivo premio, ás taxas de 2\$500 dentro do mesmo Estado e de 4\$500, no caso contrario, para pagamento do respectivo telegramma, incluído aviso ao destinatario;

l) A' correspondencia postal da Sociedade Nacional de Agricultura, Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano; Historico e Geographico da Bahia, do Bello Horizonte e do S. Paulo será cobrada a taxa official em sellos ordinarios;

m) A expedição de valores em dinheiro será feita em sobrecartas do papel-tôla da taxa de \$300, que serão fechadas com lacre e fecho especial, fornecidas pelo Correio, estando incluído nessa taxa de registro o recibo do destinatario, sem prejuizo do respectivo premio o da taxa de porte;

n) A remessa de publicações, impressos, mapps, questionarios e tubos de vaccina dos serviços de informações, estatística, defesa agricola e veterinaria do Ministerio da Agricultura será franqueada nos Correios da Republica com sello official; os directores desse serviço requisitarão mensalmente ás estações postaes os sellos necessarios á franquia do tal correspondencia.

(175) Lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1916 — Art. 1.º, n. 51 — Renda do Correio Geral, com a seguinte modificação no disposto na letra k do art. 1.º, n. 50, da citada lei n. 2.919 (vide nota 174). Os vales telegraphicos estão sujeitos, além do respectivo premio, á taxa de um telegramma de 20 palavras, pertencendo essa taxa á Repartição Geral dos Telegraphos e sendo expedido gratuitamente pela repartição postal de destino o aviso ao destinatario. As publicações, impressos, mapps e questionarios da directoria de meteorologia, observatorios regionaes e estações meteorologicas gozarão da franquia postal nas condições da concedida ás publicações, etc., dos serviços a cargo do Ministerio da Agricultura. As publicações com caracter de jornaes ou revistas destinadas á propaganda commercial pagarão a mesma taxa que qualquer jornal ou revista (\$100 o kilo).

(176) Lei n. 3.213, de 30 de dezembro de 1916 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1917 — Art. 1.º, n. 53 — Renda do Correio Geral, considerada official a correspondencia postada pela Liga da Defesa Nacional e Sociedade Nacional de Agricultura.

(177) Lei n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1920.

Art. 39. Fica derogado o art. 2.º, n. IV, da lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902, que criou o sello official destinado á franquia da correspondencia official da União, a

85. Renda dos Telegraphos — Decretos ns. 2.614, de 21 de julho de 1860 (179); 4.653, de 28 de dezembro de 1870 (180); 372-A, de 2 de maio de 1890 (181); leis ns. 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 1º, n. 13 (182); 559, de 31 de dezembro de 1898, art. 1º, n. 12 (183); 640, de 14

nas administrações de primeira, segunda e terceira classes e nas agências especiais e de primeira classe, os assignantes pagão, adeem adiante, por semestre: 25% pelas caixas simples; 40% pelas caixas duplas, e 60% pelas caixas quadruplas. Nas administrações de quarta classe e nas demais agências os assignantes pagão, adeem adiante, 20% por semestre. Os jornais gosão de um desconto de 5% sempre que o pagamento for feito por meio de guia, nos termos do art. 49, parágrafo unico, do regulamento postal.

(179) Decreto n. 2.614, de 21 de julho de 1860 — Dando regulamento para a organização e serviço dos Telegraphos Electricos.

Art. 33 — Os despachos particulares são sujeitos a taxa de \$080 até 20 palavras, além da de \$020 por cada legua de tres mil braças. Art. 34 — As distancias que servem de base ao calculo das taxas são tomadas em linha recta da estação que transmite a estação que recebe. Art. 35 — Passando o despacho de 20 palavras, a taxa terá o augmento de metade pelas palavras que não excederem ao numero mencionado. Art. 36 — As fracções de leguas serão consideradas como legua. Art. 37 — São sujeitas a taxa a repetição dos despachos ou a resposta a estes. Art. 38 — São isentas da taxa a direcção dos despachos, data, pontuação e assignatura. Art. 39 — Os despachos recolhidos aos Correios em cartas fechadas são sujeitos a taxa que é marcada no respectivo regulamento e que será paga pelos interessados no acto da entrega dos mesmos despachos na estação que tiver de transmittil-os.

(180) Decreto n. 4.653, de 28 de dezembro de 1870 — Approva o novo regulamento da Repartição dos Telegraphos.

(181) Decreto n. 372 A, de 2 de maio de 1890 — Dá regulamento para a Repartição Geral dos Telegraphos.

(182) Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1898. Art. 1º, n. 43 — Renda dos telegraphos electricos, inclusive a taxa de fr. 0,10, ouro, por palavra de telegrapho em percurso nos cabos da *Transatlantic Submarine Company, Limited*, modificadas as taxas na fórma da seguinte tabella:

| NUMERO DE ESTADOS PERCORRIDOS PELO TELEGRAMMA | TAXA POR PALAVRA | NUMERO DE ESTADOS PERCORRIDOS PELO TELEGRAMMA | TAXA POR PALAVRA |
|---|------------------|---|------------------|
| 1 | 120 | 9 | 800 |
| 2 | 240 | 10 | 850 |
| 3 | 350 | 11 | 890 |
| 4 | 450 | 12 | 930 |
| 5 | 540 | 13 | 970 |
| 6 | 620 | 14 | 1.010 |
| 7 | 690 | 15 | 1.040 |
| 8 | 750 | 16 | 1.070 |

A imprensa gosará um abatimento de 50% sobre esta tabella.

E' elevada a taxa fixa a 600 réis.

Nenhum telegrapho poderá conter numero de palavras maior de 100.

(183) Lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1899 — Art. 1º, n. 42 — Renda dos Telegraphos Electricos, inclusive a

de novembro de 1890, art. 1º, n. 12 (184); 741, de 26 de dezembro de 1900, art. 1º, n. 12 (185); 953, de 29 de dezembro de 1902, art. 1º, n. 10 (186); 1.616, de 30 de dezembro de 1906, art. 1º, n. 16 (187); 2.035, de 29 de dezembro de 1908 (188); art. 1º, n. 17, da lei n. 2.210, de 28 de dezembro de

taxa de frs. 0,10, ouro, por palavra de telegrapha em percurso nos cabos da *Brazilian Submarine Company, Limited*, nos termos da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 1º, n. 13 (vide nota 182); elevada de 10\$ a 25\$ a taxa annual de registro dos endereços convencionaes ou abreviados e uniformizada a taxa dos telegraphas internacionaes do serviço de imprensa a 25 centimos por palavra.

(184) Lei n. 640, de 14 de novembro de 1899 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1900 — Art. 1º, n. 12 — Dita dos Telegraphos Electricos, inclusive a taxa de fr. 0,10, ouro, por palavra de telegrapha em percurso nos cabos da *Brazilian Submarine Company, Limited*, nos termos da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 1º, n. 13; elevada de 10\$ a 25\$ a taxa annual de registro de endereços convencionaes ou abreviados, uniformizada a taxa dos telegraphas internacionaes do serviço de imprensa a 25 centimos por palavra e modificada para \$500 por cópia e por grupo de 30 palavras a taxa adicional actualmente cobrada para os telegraphas multiplos.

(185) Lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1901 — Art. 1º, n. 12 — Dita dos Telegraphos, nos termos da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 1º, n. 13, inclusive as contribuições por palavra de telegrapha em percurso nos cabos das companhias que funcionam no paiz, de accôrdo com as suas concessões, elevada de 10\$ a 25\$ a taxa annual de registro dos endereços convencionaes ou abreviados, uniformizada a taxa dos telegraphas internacionaes do serviço de imprensa a 25 centimos por palavra e modificada para \$500 a taxa de cópia simples dos telegraphas e das dos multiplos contados por grupo de 30 palavras, reduzida a 1 franco a taxa de 1,50 franco cobrada actualmente para os telegraphas trocados entre as Republicas do sul e a zona do norte do Rio de Janeiro.

(186) Lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1903 — Art. 1º, n. 10 — Renda dos Telegraphos, elevada de 50 para 75 %, o abatimento de que presentemente gosam os telegraphas da imprensa e estaduais, nos termos da lei n. 391, de 7 de outubro de 1896, art. 1º, § 2º (1), abolidos para ambos os telegraphas preteridos.

(187) Lei n. 1.616, de 30 de dezembro de 1906 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1907 — Art. 1º, n. 16 — Renda dos Telegraphos, fixadas as seguintes taxas que tambem vigorarão para a imprensa e os governos estaduais com a redução de 75 %, o supprimidos os telegraphas preteridos: \$100 por palavra dentro de um Estado; \$200 por palavra dentro de dois Estados; \$300 por palavra dentro de tres Estados; \$400 por palavra dentro de quatro Estados e \$500 por palavra dentro de cinco ou mais Estados.

(188) Lei n. 2.035, de 29 de dezembro de 1908 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1909 — Art. 1º, n. 17 — Renda dos Telegraphos, fixadas as seguintes taxas que tambem vigorarão para a imprensa e os governos estaduais com a redução de 75 %, o supprimidos os telegraphas preteridos: \$100 por palavra dentro de um Estado; \$200 por palavra dentro de dois e tres Estados; \$300 por palavra dentro de quatro e mais Estados.

(1) Lei n. 391, de 7 de outubro de 1896 — Declara quaes são os telegraphas officiaes isentos das respectivas taxas e dá providencias sobre trafego de linhas telegraphicas.

Art. 1º, § 2º — Os telegraphas das autoridades estaduais são considerados como privados, com a vantagem da redução de 50 %, nas taxas ordinarias, quando apresentados por funcionario estadual habilitado pelo respectivo governo, sendo o assumpto referente á administração publica.

1909 (189); art. 1º, n. 44, da lei n. 2.321, de 30 de dezembro de 1910 (190); art. 1º da lei n. 2.524, de 31 de dezembro de

(189) Lei n. 2.210, de 28 de dezembro de 1909 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1910 :

Art. 1º, n. 17—Renda dos Telegraphos:

Fixada a tarifa seguinte :

Taxa fixa — \$600 por grupo ou fracção de 100 palavras, fixado o limite maximo de 200 palavras por telegramma ;

Taxa de percurso — \$100 por palavra dentro de um Estado, bem como para a correspondencia trocada entre estações limitrophes situadas proximo da fronteira dos Estados, excluindo-se o Districto Federal do percurso taxado em geral, bem como o Triangulo Mineiro do percurso taxado dos telegrammas de e para os Estados de Goyaz e Matto Grosso ; \$200 por palavra dentro de dois e tres Estados e \$300 por palavra dentro de quatro e mais Estados ; mantido o abatimento de 75 % de quo gosam os governos estaduacs e a imprensa ;

Taxa inter-urbana — Mantida a creada pelo decreto n. 4.641, de 5 de novembro de 1902 ;

Taxa urbana — \$500 por telegramma até 20 palavras e \$200 por grupo ou fracção de 10 palavras excedentes, incluidos na categoria dos telegrammas urbanos os trocados entre a Capital Federal e as localidades seguintes: Nietheroy, Fortaleza de Santa Cruz e ilhas situadas na bahia do Rio de Janeiro ; \$600 por telegramma até 20 palavras e \$600 por grupo ou fracção de 20 palavras excedentes, trocado na mesma localidade entre estações da Repartição Geral dos Telegraphos e outras administrações em trafejo mutuo ;

Taxa semaphorica — Mantida a de um franco por telegramma, além da taxa do percurso electrico, quando houver, e a de 5\$ mensaes para a assignatura de avisos maritimos dentro da zona urbana ;

Taxa radio-telegraphica — Seis francos por telegramma até 10 palavras, e 60 centimos por palavra excedente, comprehendida nessa taxa a da transmissão entre a estação costeira e a estação telegraphica á qual se achar aquella directamente ligada, cobrando-se tambem a taxa do percurso electrico ulterior, quando houver ;

Taxa exterior — Mantidas: a taxa terminal de franco 1,25, a de transito de um franco, a de 25 centimos para os telegrammas da imprensa, a do art. 20 da lei n. 2.035, de 29 de dezembro de 1908 (I) e as estabelecidas nos convenios com as republicas limitrophes, todas por palavra ;

Taxas diversas — Mantidas : a de 25\$ annuos por endereço registrado ; a de \$500 por cópia de telegramma interior até 30 ou fracção de 30 palavras e a de 50 centimos por cópia de telegramma exterior até 100 ou fracção de 100 palavras.

(190) Lei n. 2.321, de 30 de dezembro de 1910 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1912—Art. 1º, n. 44—Renda dos Telegraphos, observadas as alterações da respectiva tarifa feitas no n. 17 do art. 1º da lei n. 2.210, de 28 de dezembro de 1909 (vide nota 189), ficando extensiva a qualquer Estado, entre sua capital e o seu porto do mar, no mesmo Estado, a taxa suburbana telegraphica de \$500 por telegramma até 20 palavras, sem taxa fixa, e accrescendo a taxa fixa de \$300 para as cartas pneumaticas e a taxa especial de \$500 por telegramma até 20 palavras, sem taxa fixa, entre localidades servidas pelo Telegrapho Nacional e por linhas telephonicas particulares, salvo clausula impeditiva de concessão ou contracto.

(I) Lei n. 2.035, de 29 de dezembro de 1908 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1909—Art. 20—Pelo percurso nas linhas telegraphicas de ligação de estações fronteiriças brasileiras ás estações limitrophes pertencentes a administrações telegraphicas de outros paizes, será cobrada a taxa de um franco, ouro, por telegramma até 30 palavras e mais um franco, ouro, por grupo de 30 palavras ou fracção excedente. Paragrapho unico. O Presidente da Republica entrará em accôrdo com essas administrações no sentido de ser estabelecida taxa identica para a correspondencia entre as estações fronteiriças estrangeiras e suas limitrophes brasileiras.

n. 44 (193); n. 2.919, de 31 de

exerce, de modo que se possa facilmente verificar si se trata de autoridade federal autorizada a fazer uso do telegrapho officialmente.

II, o nome do destinatario igualmente seguido da indicação do cargo publico federal.

k) As autorizações de que trata o paragrapho unico do art. 103 do regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos vigorarão para cada exercicio unicamente, caducando a 31 de dezembro.

I, no correr do mez de dezembro, os diversos ministerios remetterão ao da Vição uma lista completa dos funcionarios que devem fazer uso official do telegrapho no anno seguinte, indicando-lhes o nome e o cargo e ainda, quando possivel, os destinatarios aos quaes ordinariamente se dirigem. No corrente exercicio essa lista será organizada em janeiro;

II, as alterações desta lista, durante o anno, serão notificadas ao Ministerio da Vição, que dellas dará conhecimento á Repartição Geral dos Telegraphos.

l) Os telegrammas que forem contrarios as disposições em vigor, e que não devam por isso ser considerados officiaes, serão remettidos ao Ministerio da Vição, que lhes providenciara o pagamento, como particulares, por parte do funcionario que os tiver assignado.

m) Si, decorridos dois mezes da data da notificação, não tiver sido a repartição indennizada da importancia desses telegrammas, será suspenso ao funcionario o direito de usar officialmente do telegrapho.

(193) Lei n. 2.811, de 31 de dezembro de 1913 — Orga a receita geral da Republica para o exercicio de 1914 — Art. 1º, n. 41 — Renda dos Telegraphos, fixada a tarifa seguinte :

a) Taxa fixa — \$300 por grupo ou fracção de 100 palavras, limitado, salvo quanto aos officiaes, o maximo de 200 palavras por telegramma.

b) Taxa urbana — \$500 por cada grupo de 20 palavras ou fracção, por telegrammas expedidos dentro das cidades e da Capital Federal para Netheroy e para Petropolis e vice-versa.

c) Taxa interior — \$100 por palavra em telegramma expedido entre estações de um mesmo Estado, sendo o Estado do Rio de Janeiro e o Districto Federal considerados para este fim como um só Estado; de \$200 em correspondencia de localidades diversas em toda a extensão do territorio nacional.

Os governos dos Estados pagarão a taxa fixa de \$300 por palavra, seja o telegramma expedido dentro do Estado ou para Estado diverso, sendo, porém, o pagamento a bocca do cofre. Esta mesma taxa de \$300 pagará tambem a imprensa.

d) Taxa exterior — Reduzida a um franco por palavra a taxa nominal e a 75 centimos a taxa de transito, mantidas a de 25 centimos para o servico de imprensa e a que vigoram em virtude das convenções com as administrações plenas e vigendo para os telegraphos dos governos do Chile e Bolivia as taxas estabelecidas nos convenios com a Argentina e Uruguay.

e) Taxa semaphorica — Mantida a de um franco por telegramma, além da taxa do percursoelectrico, quando houver, e a de 25 mensaes para a assignatura de avisos maritimos dentro do limite de um kilometro.

f) Taxa radiotelegraphica — Seis francos por telegramma ate 10 palavras e 60 centimos por palavra excedente, comprehendida nessa taxa a transmissão entre a estação costeira e a estação telegraphica a qual se achare aquella directamente ligada, cobrando-se tambem a taxa do percursoelectrico, quando houver, a razão de 25 centimos por palavra.

g) Taxas telefonicas — Assinaturas telephonicas : 50\$ por semestre, pagos adeantadamente; conversação telephonica : \$500 por cinco minutos, idem entre Rio, Netheroy, Petropolis e Thaezopolis : 2\$ por cinco minutos e mais 1\$ pelos cinco ou fracção excedente; phonogramma : \$500 por 20 palavras e \$200 por grupos ou fracções de 10 palavras excedentes.

h) Taxa pneumatica — \$300 por carta.

i) Taxas diversas — Mantidas : a de 20\$ annuaes para os endereços registrados : a de \$500 por cópia do telegramma interior ate 20 palavras ou fracção de 30; e a de 50 centimos por cópia do telegramma exterior ate 100 palavras ou fracção de 100 palavras.

j) Os telegrammas, para que possam ser accoitos e transmittidos, officialmente, pelas estações telegraphicas da Repartição Geral dos Telegraphos e das estradas de ferro da

União devem preencher, além dos requisitos do § 9º do art. 101 e dos arts. 103 e 105 do decreto n. 9.148, de 27 de novembro de 1911 (I), as condições seguintes:

I, trazer a assignatura do expedidor seguida da indicação do cargo publico que este exerce, do modo que se possa facilmente verificar si se trata de autoridade federal autorizada a fazer uso do telegrapho, officialmente:

II, o nome do destinatario igualmente seguido da indicação do cargo publico federal.

A) As autorizações de que trata o paragrapho unico do art. 10 do regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos vigorarão para cada exercicio, unicamente caducando a 31 de dezembro:

I, no correr do mez de dezembro, os diversos ministerios remetterão ao da Viação uma lista completa dos funcionarios que devem fazer uso official do telegrapho no anno seguinte, indicando-lhes o nome e o cargo e, ainda, quando possível, os destinatarios aos quaes ordinariamente se dirigem. No corrente exercicio essa lista sera organizada em janeiro:

II, as alterações desta lista, durante o anno, serão notificadas ao Ministerio da Viação, que dellas dara conhecimento a Repartição Geral dos Telegraphos.

b) Os telegrammas que forem contrarios ás disposições em vigor, e que não devam por isso ser considerados officiaes, serão remettidos ao Ministerio da Viação, que providenciara sobre o pagamento, como particulares, por parte do funcionario que os tiver assignado.

m) Si, decorridos dois mezes da data da notificação, não tiver sido a repartição indemnizada da importancia desses telegrammas, sera suspenso ao funcionario o direito de usar officialmente do telegrapho.

Art. 101. Quanto á especie da correspondencia, os telegrammas se dividem em officiaes, do serviço e particulares.

§ 9.º Nenhum funcionario federal deve expedir, como officiaes, telegrammas que tratem de assumptos alheios ás suas attribuições legais.

Art. 103. Os telegrammas officiaes, para que sejam aceitos como taes pelas estações telegraphicas, devem satisfazer ás seguintes condições:

1.º, trazer a declaração de tratar de serviço publico e o sello, carimbo e assignatura da autoridade que os expede;

2.º, ser expedidos por funcionarios federaes a que tenha sido concedida a faculdade do fazer uso do telegrapho e ser destinados a outros funcionarios.

Paragrapho unico. Só serão aceitos como officiaes os telegrammas dos funcionarios federaes devidamente autorizados pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas.

Art. 105. A resposta a um telegramma official sera expedida como official quando for apresentada e assignada pelo proprio destinatario do primeiro telegramma e di-

(I) Decreto n. 9.148, de 27 de novembro de 1911 — Regulamento dos Telegraphos:

Art. 101. Quanto á especie da correspondencia, os telegrammas se dividem em officiaes, do serviço e particulares.

§ 9.º Nenhum funcionario federal deve expedir, como officiaes, telegrammas que tratem de assumptos alheios ás suas attribuições legais.

Art. 103. Os telegrammas officiaes, para que sejam aceitos como taes pelas estações telegraphicas, devem satisfazer ás seguintes condições:

1.º, trazer a declaração de tratar de serviço publico e o sello, carimbo ou assignatura da autoridade que os expede;

2.º, ser expedidos por funcionarios federaes a que tenha sido concedida a faculdade do fazer uso do telegrapho e ser destinados a outros funcionarios.

Paragrapho unico. Só serão aceitos como officiaes os telegrammas dos funcionarios federaes devidamente autorizados pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas.

Art. 105. A resposta a um telegramma official sera expedida como official, quando for apresentada e assignada pelo proprio destinatario do primeiro telegramma e dirigida ao expedidor deste e tratar de assumpto relativo ao objecto do telegramma originario.

Paragrapho unico. A verificação da authenticidade da assignatura e da identidade do expedidor sera feita pelos meios indicados neste regulamento (art. 97, § 3º).

dezembro de 1914 (194); nume-

rigida ao expedidor deste e tratar de assumpto relativo ao objecto do telegramma originario.

Paragrapho unico. A verificação da authenticidade da assignatura e da identidade do expedidor sera feita pelos meios indicados neste regulamento (art. 97, § 3º).

I. Trazer a assignatura do expedidor seguida da indicação do cargo publico que este exerce, de modo que se possa facilmente verificar si se trata de autoridade federal autorizada a fazer uso official do telegrapho.

II. A indicação do cargo publico federal do destinatario.

III. As autorizações de que trata o paragrapho unico do art. 103 do regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos vigorarão para cada exercicio, unicamente caducando em 31 de dezembro.

IV. No começo do mez de dezembro, os diversos ministerios remetterão ao da Viagem uma lista completa dos funcionarios que possam fazer uso official do Telegrapho no anno seguinte, indicando-lhes o nome e o cargo, e, ainda quando possivel, os destinatarios aos quaes ordinariamente se dirigem; em 1915 a lista para esse anno sera remittida no mez de janeiro; as alterações da lista no correr do anno serão notificadas ao Ministerio da Viagem, que dellas dara conhecimento a Repartição Geral dos Telegraphos.

V. Os telegrammas contrarios ás disposições em vigor e que por isso não devam ser considerados officiaes serão remittidos ao Ministerio da Viagem, que providenciara sobre o respectivo pagamento, como particulares, pelo funcionario que os tiver assignado; si, decorridos dois mezes da data da notificação, não tiver sido a repartição indemnizada da importancia desses telegrammas, sera suspenso ao funcionario o direito de usar officialmente do telegrapho. Os telegrammas de imprensa pagarão \$050 por palavra qualquer que seja o percurso.

(194) Lei n. 2.919, de 31 de dezembro de 1914 — Orça. a receita geral da Republica para o exercicio de 1915 — Art. 1º, n. 51 — Ronda dos Telegraphos :

Restabelecida a tarifa constante da alinea 17 do art. 1º da lei n. 2.210, de 28 de dezembro de 1909 (vide nota 189), exceptuada a taxa inter-urbana, mantida a taxa urbana para Petropolis e adicionando-se as seguintes taxas :

Taxa radio-telegraphica interior — Nos Estados do Pará e Amazonas e no Territorio do Acre, alem da taxa de \$600 por telegramma, serão cobradas por palavras as seguintes: \$600 entre Santarém e Belém ou Manaus; \$900 entre Manaus e Belém e entre Manaus e qualquer estação do Territorio do Acre; 1\$500 entre Belém ou Santarém e qualquer estação daquelle Territorio.

Os telegrammas estaduais de imprensa gozarão do abatimento de 75 %, sobre essas taxas, sendo o pagamento da pulles feito á bocca do cofre, quer sejam radio-telegrammas, quer telegrammas.

Taxa exterior — São extensivas aos radio-telegrammas internacionais as taxas terminal e de transito, sendo a taxa por palavra de frs. 2,50 entre Belém e qualquer estação radio-telegraphica interior e frs. 1,50 entre Manaus e as estações do Territorio do Acre.

Gozarão do abatimento de 50 %, sobre a taxa costeira os telegrammas de imprensa destinados á publicação em jornaes impressos a bordo dos navios.

Taxas telephonicas — Assignatura telephonica: 50\$ por semestre pagos adeantadamente; conversação telephonica \$500 por cinco minutos na Capital Federal; entre esta e Niteroy, Petropolis e Theresopolis 2\$ por cinco minutos e mais 1\$ pelo excesso de cinco minutos ou fracção; phonogrammas, \$500 por grupos de 20 palavras e \$200 por grupo de 10 palavras ou fracção excedente.

Taxa pneumatica, \$500 por carta.

Os telegrammas, para que possam ser accetos e transmittidos como officiaes pelas estações telegraphicas da Repartição Geral dos Telegraphos e das estações de ferro da União, ficam sujeitos, alem dos requisitos do § 2º do art. 104 e das arts. 103 e 105 do decreto n. 9.148, de 27 de novembro de 1911, as seguintes condições:

I. Trazer a assignatura do expedidor seguida da indicação do cargo publico que este exerce, de modo que se possa facilmente verificar si se trata de autoridade federal autorizada a fazer uso official do telegrapho.

II. A indicação do cargo publico federal do destinatario.

III. As autorizações de que trata o paragrapho unico do art. 103 do regulamento da

31 de dezembro de 1917 (197); 3.644, de 31 de dezembro de 1918 (198); 3.948, de 20 de dezembro de 1919 (199) e 4.334, de 15 de setembro de 1921 (200); decreto n. 9.616, de 13 de junho de 1912; leis ns. 4.233, de 31 de dezembro de 1920 (201); n. 4.440, de 31 de dezembro de 1921 (202); n. 4.783,

quando dirigidos a representantes dos poderes da União e dos Estados e aos funcionários públicos em exercício nos Estados, sobre serviços político e administrativo, ficando revogada a disposição que equipara aos officiaes os telegrammas dos membros do Congresso (1).

(197) Lei n. 3.446, de 31 de dezembro de 1917 — Orça a receita geral da Republica para o exercício de 1918 — Art. 1.º n. 54 — Dita dos Telegraphos, mantidas as disposições da lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915 (vide nota 195), com os actos que a rectificaram e as alterações feitas pela lei n. 3.213, de 30 de dezembro de 1916 (vide nota 196), e cobrando-se a taxa urbana de \$300 por telegramma até 20 palavras e \$200 por grupo ou fracção de 10 palavras excedentes, na correspondencia telegraphica trocada entre as estações da Capital Federal, Nitheroy, S. Gonçalo, Petropolis, Fortaleza de Santa Cruz e filhas situadas na bahia do Rio de Janeiro.

(198) Lei n. 3.644, de 31 de dezembro de 1918 — Orça a receita geral da Republica para o exercício de 1919 — Art. 1.º n. 54 — Dita dos Telegraphos, de accordo com o disposto no n. 54, art. 1.º, da lei n. 3.446, de 31 de dezembro de 1917 (vide nota 197), e concedida franquia de taxa aos presidentes e governadores, secretarios e chefes de policia dos Estados e prefeito do Districto Federal, em materia de serviço publico, e fixada para as estações do Acre a mesma taxa da estação radio de Manáos.

(199) Lei n. 3.948, de 20 de dezembro de 1919 — Autoriza o Governo a crear o serviço de telegrammas internacionaes preteridos, em linguagem clara, com abatimento até 50 %, das taxas e contribuições ordinarias em vigor o que venham a ser adoptadas para o serviço telegraphico internacional, estabelecendo o respectivo regulamento.

(200) Lei n. 4.334, de 15 de setembro de 1921 — Fixa as taxas para o serviço telegraphico e radio-telegraphico no territorio nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º. Em qualquer percurso, dentro do territorio nacional, o serviço telegraphico e radio-telegraphico, isolada ou combinadamente, será cobrado á razão de \$200 por palavra, além da taxa fixa de 1\$ por despacho.

Paraphrasso unico. O serviço de imprensa e dos congressistas será cobrado á taxa de \$025 réis por palavra.

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrario.

(201) Lei n. 4.230, de 31 de dezembro de 1920 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1921. Art. 1.º III, n. 66 — Renda dos Telegraphos: Elevada a 1\$ a taxa fixa e uniformizada para \$200 a taxa interior por palavra dos telegrammas para todos os Estados.

(202) Lei n. 4.440, de 31 de dezembro de 1921 — Orça a receita geral da Republica.

Art. 1.º, III, Rendas industriaes, n. 64 — Renda dos Telegraphos. Continuando em vigor as disposições do art. 1.º, n. 54, da lei n. 3.644, de 31 de dezembro de 1918, e art. 1.º,

(1) Lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915 — Orça a receita geral da Republica para o exercício de 1916: Art. 1.º — Capitulo II. Titulo III. Rendas industriaes, n. 52 — Renda dos Telegraphos, § 2.º: Os telegrammas dos membros do Congresso Nacional, sobre assumpto de administração e politica, são equiparados aos telegrammas officiaes.

Ouro

Papel

de dezembro de 1917 (207) e 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (208); decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (128).....

850:000\$000

87. Dita da Estrada de Ferro Central do Brasil — Decretos ns. 3.503, de 10 de julho (209); 3.512, de 6 de setembro de 1865 (210) e 701, de 30 de agosto de 1890 (211); lei n. 3.446, de 31 de dezembro de 1917 (212); decreto n. 13.877, de

(207) Lei n. 3.446, de 31 de dezembro de 1917 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1918 — Art. 1.^o — N. 55. Dita da Imprensa Nacional e *Diario Official*. Separados o *Diario Official* e o *Diario do Congresso*, ficando sujeitos a assignaturas e venda avulsa distinctas.

(208) Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1924.

Art. 1.^o, III, Rendas industriaes, n. 70 — Renda da Imprensa Nacional e *Diario Official*..... e mais as seguintes alterações: Elevado o preço de assignatura do *Diario Official* da seguinte forma: para os particulares: por anno 42\$; por semestre 21\$; para os empregados publicos: por anno, 50\$; por semestre, 15\$000. Assignatura para o exterior: por anno, 70\$; por semestre, 40\$000. Venda avulsa; \$300.

(209) Decreto n. 3.503, de 10 de julho de 1865 — Transfere ao Estado o resto das acções da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II.

(210) Decreto n. 3.512, de 6 de setembro de 1865 — Transfere ao dominio do Estado a propriedade do ramal de Macacos, na Estrada de Ferro de D. Pedro II.

(211) Decreto n. 701, de 30 de agosto de 1890 — Autoriza o resgate da Estrada do Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro para o fim de, transformada a bitola, ser incorporada a Estrada de Ferro Central do Brasil.

(212) Lei n. 3.446, de 31 de dezembro de 1917 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1918 — Art. 1.^o, n. 56 — Renda da Estrada de Ferro Central do Brasil — Decreto n. 10.286, de 23 de junho de 1913 (I), sendo ao minerio de manganez applicada a tarifa geral 11, com 50 % de augmento e mais 20 % addicionaes e eliminada a redução da vagão completo.

(I) Decreto n. 10.286, de 23 de junho de 1913 — Torna extensivo á Estrada do Ferro Central do Brasil o regulamento dos transportes e do telegrapho e a classificação geral das mercadorias approvados pelo decreto n. 10.201, de 30 de abril de 1913, para as linhas de concessão federal das companhias Paulista de Estradas de Ferro, Mogiana de Estradas de Ferro, Navegação, Sorocabana Railway, Limited e S. Paulo Railway, Limited, e approva as bases das tarifas para vigorarem na Estrada de Ferro Central do Brasil.

Tabella 1.^a — Aço velho de sucata, alcatrão, areia, canos de barro, carvão de pedra cascacho, pedras, telhas, tijolos, argilla, betume, estromes, madeiras, ripas e mourões roliços, pedregulhos e outros productos semelhantes classificados nesta tabella, transportados em vagões descobertos, em quantidade de um metro cubico ou de uma tonelada ou mais:

Por tonelada e por kilometro :

Até 100 kilometros, 32; de 101 a 200 kilometros, 28; de 201 a 300 kilometros, 24; de 301 a 400 kilometros 20; de 401 a 500 kilometros, 16; de 501 em diante, 12.

Quantidades menores de um metro cubico ou de uma tonelada serão taxadas pela tabella 5.

Frete minimo, 6\$000.

Os minerios de manganez e do ferro, em lotação completa de vagão, pagarão até 500 kilometros 6\$ por tonelada, além de 500 kilometros mais \$012 por tonelada e por kilometro.

Ouro

Papel

| | |
|--|----------------|
| 91. Dita da Rêde de Viação Cearense — Leis ns. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915 (219); n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (215 e 216)..... | 6.500:000\$000 |
| 92. Dita da Estrada de Ferro Therezopolis — Leis ns. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 (220); n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (215 e 216)..... | 500:000\$000 |
| 93. Dita da Estrada de Ferro de Goyaz — Leis ns. 4.230, de 31 de dezembro de 1920 (221); numero 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (215 e 216)..... | 2.700:000\$000 |
| 94. Dita da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte — Leis ns. 4.230, de 31 de dezembro de 1920 (221); 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (215 e 216)..... | 1.000:000\$000 |
| 95. Dita da Estrada do Ferro S. Luiz a Therezina — Leis ns. 4.230, de 31 de dezembro de 1920 (221); n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (215 e 216)..... | 1.000:000\$000 |
| 96. Dita da Estrada de Ferro do Piahy — Lei. n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (215 e 216)..... | 200:000\$000 |
| 97. Dita da Estrada de Ferro Petrolina a Therezina — Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (215 e 216)..... | 60:000\$000 |
| 98. Dita da Casa da Moeda — Decreto n. 5.536, de 31 de janeiro | |

(219) Lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915. Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1916.

(220) Lei n. 3.979 de 31 de dezembro de 1919. Orça a receita para 1920.

(221) Lei n. 4.230, de 31 de dezembro de 1920. Orça a receita para 1921.

| | Ouro | Papel |
|---|------|-------------|
| 101. Dita dos Collegios Militares — Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto n. 16.763, de 2 de janeiro de 1925 (227)..... | | 10:000\$000 |
| 102. Dita da Casa de Correção—De- creto n. 678, de 6 de julho de 1850 (230); leis ns. 628, de 17 de setembro de 1851, art. 9º, n. 2º (231), 652, de 23 de novembro de 1899 (232); decreto n. 3.647, de 23 de abril de 1900 (233); lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (227)..... | | 20:000\$000 |
| 103. Dita da Assistencia a Alienados — Leis ns. 3.396, de 24 de no- vembro de 1888, art. 10 (234) e 126 A, de 21 de novembro de 1892, art. 1º (235); decretos nu- meros 1.559, de 7 de outubro de 1893 (236); 2.467, de 19 de feve- | | |

(230) Decreto n. 678, de 6 de julho de 1850 — Dá regulamento para a Casa de Correção do Rio de Janeiro.

(231) Lei n. 628, de 17 de setembro de 1851 — Fixa a despesa e orça a receita para o exercicio de 1852-1853.

Art. 9º. Esta receita será effectuada com o producto da ronda geral arrecadada dentro do exercicio da presente lei sob os titulos abaixo :

N. 24 — Renda da Casa de Correção.

(232) Lei n. 652, de 23 de novembro de 1899 — Fixa a despesa geral da Republica para o exercicio de 1900 — Art. 3º. E' o Poder Executivo autorizado: I, a expedir novo regulamento para as Casas de Detenção e Correção.

(233) Decreto n. 3.647, de 23 de abril de 1900 — Dá regulamento para a Casa de Correção do Rio de Janeiro.

(234) Lei n. 3.396, de 24 de novembro de 1888 — Orça a receita geral do Imperio para o exercicio de 1889 — Art. 10. São creados, com applicação especial aos Institutos de Assistencia do Municipio Neutro e a manutenção dos actuaes, que já não estejam no dito municipio a cargo de corporações religiosas ou de associações particulares, os seguintes impostos: de 30\$ sobre cada vehiculo (bond) de passageiros ou mixtos das companhias de Botafogo e Jardim Botânico e de S. Christovão; 15\$ sobre os das companhias de Villa Isabel, Carris Urbanos, Villa Guarany e Plano Inclinado de Santa Thereza; de 500\$ por dia em que realizarem no Municipio Neutro corridas de cavallos ou muros os respectivos clubs, companhias, associações ou emprezas; e os addicionaes de 30 % sobre o que cobra a Illustrissima Camara Municipal da imperial cidade do Rio de Janeiro, em virtude dos ns. 1, 2, 3, 6, 8, 14, 20, 21, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46 e 47 do art. 1º do orçamento municipal.

Paragrapho unico. Será tambem considerado entre os asylos de assistencia, para receber auxilio por conta dos impostos especiaes acima decretados, o asylo dos orphãos da Imperial Sociedade Amante da Instrução da Côte.

(235) Lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1892 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1893.

(236) Decreto n. 1.559, de 7 de outubro de 1893 — Reorganiza o serviço de Assistencia Medico-legal de Alienados.

Ouro

Papel

| | |
|---|-------------|
| reio de 1897 (237); 2.779, de 9 de dezembro de 1897 (238); 3.238, de 29 de março de 1899 (239); lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (227)..... | 80:000:000 |
| 104. Renda dos Laboratorios Nacionais de Analyses — Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 2º, n. 6 (240); decreto n. 2.770, de 28 de dezembro de 1897 (241); lei n. 813, de 23 de dezembro de 1901, art. 5º, e decreto n. 4.050, de 13 de janeiro de 1920 (242); leis ns. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (227)..... | 250:000:000 |
| 105. Contribuição das companhias ou empresas de estradas de ferro e das companhias de seguros nacionaes e estrangeiras e outras — Leis ns. 126 A, de 21 de novembro de 1892, art. 1º, (243); 741, de 26 de dezembro de 1900, art. 1º, n. 32 (244); | |

(237) Decreto n. 2.467, de 19 de fevereiro de 1897. — Dá novo regulamento para a Assistencia Medico-legal a Alienados.

(238) Decreto n. 2.779, de 9 de dezembro de 1897 — Augmenta as contribuições dos pensionistas do Hospicio Nacional de Alienados.

(239) Decreto n. 3.244, de 29 de março de 1899 — Reorganiza a Assistencia a Alienados.

(240) Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1898.

Art. 2.º — É o Governo autorizado:

VI. A rever a tabella dos preços das analyses feitas no Laboratorio Nacional de Analyses, augmentando-as razoavelmente.

(241) Decreto n. 2.770, de 28 de dezembro de 1897 — Substitue as tabellas A e B a que se refere o regulamento que baixou com o decreto n. 1.257, de 3 de fevereiro de 1893.

(242) Lei n. 813, de 23 de dezembro de 1901 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1902.

Decreto n. 4.050, de 13 de janeiro de 1920 — Reorganiza o Laboratorio Nacional de Analyses, creá laboratorios nas alfandegas da Republica e dá outras providencias.

(243) Lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1892 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1893 — Art. 1.º. Contribuição das companhias ou empresas de estradas de ferro, subvencionadas ou não, e de outras companhias, para as despesas da respectiva fiscalização.

(244) Lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1901 — Art. 1.º, n. 32. Contribuição das companhias ou empresas de estradas de ferro, subvencionadas ou não, e de outras companhias, de accordo com a lei n. 359, de 30 de dezembro de 1895, ali incluída tambem a contribuição da *City Improvement*, (clausula XIV do contracto de 29 de dezembro de 1899), e bem assim, saldos das estradas de ferro garantidas, com séde no estrangeiro.

art. 1º, n. 34, da de n. 2.210, de 28 de dezembro de 1909 (245); art. 1º, n. 63, da lei n. 2.321, de 30 de dezembro de 1910 (246); art. 51 da lei n. 2.719, de 31 de dezembro de 1912 (247); art. 59 da lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913 (248); leis ns. 3.644, de 31 de dezembro de 1918 (249); 4.625, de 31 de dezembro de 1922, art. 2º n. V (250); 4.783, de 31 de dezembro de 1923 e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (251).....

2.000:000:000

(245) Lei n. 2.210, de 28 de dezembro de 1909 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1910 — Art. 1º, n. 38. Contribuição das companhias ou empresas de estradas de ferro, das companhias de seguros, nacionaes ou estrangeiras, pagando cada uma 2:400%, e outras.

(246) Lei n. 2.321, de 30 de dezembro de 1910 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1911 — Art. 1º, n. 63. Contribuição das companhias ou empresas de estradas de ferro, das companhias de seguros, nacionaes ou estrangeiras, pagando cada uma 2:400%, e outras.

(247) Lei n. 2.719, de 31 de dezembro de 1912 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1913 — Art. 51. As companhias de seguros, associações de peculios e pensões e sociedades congeneres pagarão, para a fiscalização, ficando extinctas as quotas fixas, que actualmente pagam :

- 1º, em relação aos premios de seguros terrestres e maritimos 2 % (dois por cento) sobre os que forem arrecadados por seguros effectuados durante o exercicio ;
- 2º, quanto aos premios de seguros de vida, peculios, pensões e renda vitalicia, 2 % (dois por mil) sobre os que forem arrecadados durante o exercicio.

Paragrapho unico. Por conta da renda dessas contribuições proverá o Poder Executivo sobre a melhor fiscalização das mesmas companhias e sociedades.

(248) Lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1914 — Art. 59. As companhias de seguros, as associações de peculio e pensões e sociedades congeneres pagarão, para fiscalização, ficando extinctas as quotas fixas que actualmente pagam :

- 1º, em relação aos premios de seguros terrestres e maritimos 2 % (dois por cento) sobre os que forem arrecadados por seguros effectuados durante o exercicio ;
- 2º, quanto aos premios de seguros de vida, peculios, pensões e rendas vitalicias, 2 % (dois por mil) sobre os que forem arrecadados durante o exercicio.

Por conta da renda dessas contribuições, proverá o Poder Executivo sobre a melhor fiscalização das mesmas companhias e sociedades.

(249) Lei n. 3.644, de 31 de dezembro de 1918 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1919.

(250) Lei n. 4.625, de 31 de dezembro de 1922 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1923.

(251) Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1924

Decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 — Declara em vigor o orçamento da receita geral da Republica para o exercicio de 1924 até que o Congresso Nacional ultime a votação do de 1925.

Ouro

Papel

| | |
|--|-------------|
| 1923 e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (251)..... | 20:000\$000 |
| 114. Dita da Fabrica de Polvora sem Fumaça — Leis ns. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 (252); 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e decreto n. 16.766, de 2 de janeiro de 1925 (251)..... | 30:000\$000 |
| 115. Taxa sobre consumo d'agua — Decreto n. 3.645, de 4 de maio de 1866 (253); lei n. 2.639, de 22 de setembro de 1875 (254); decreto n. 8.775, de 25 de novembro de 1882 (255); lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 (256), decreto n. 2.794, de 13 de janeiro de 1898 (257); leis ns. 2.919, de 31 de dezembro de 1914 (258), 3.979, de 31 de | |

(253) Decreto n. 3.645, de 4 de maio de 1866 — Regula a concessão e distribuição das aguas dos depósitos, aqueductos e encanamentos publicos do município da Corte.

(254) Lei n. 2.639, de 22 de setembro de 1875 — Autoriza o Governo a despendar até a quantia de 19.000:000\$ com as desapropriações e obras necessarias ao abastecimento d'agua à capital do Imperio — Art. 1.º, § 3.º. Fica o Governo igualmente autorizado a estabelecer as taxas que devem pagar os particulares pelo supprimento d'agua nas casas de habitação e edificios de qualquer natureza, existentes no perimetro da cidade, que for determinado pelo Governo.

(255) Decreto n. 8.775, de 25 de novembro de 1882 — Approva o regulamento provisório para execução da lei n. 2.639, de 22 de setembro de 1875. (Vide nota 286.)

(256) Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1898.

Art. 7.º Para o pagamento do consumo de agua desta Capital serão os predios urbanos divididos em duas classes :

Predios de 1.ª classe são os de aluguel superior a 2:400\$ annuaes e os de 2.ª classe aquelles cujo aluguel não exceda aquella quantia.

Os predios de 1.ª classe pagarão a taxa annual de 54\$ e os de 2.ª pagarão a de 36\$000.

§ 1.º Os estabelecimentos de educação, os de beneficencia e respectivos hospitales, as congregações civis ou religiosas e casas de saude que actualmente não gosam de isenção da taxa acima o bem assim as estalagens pagarão, segundo o consumo verificado por hydrometro, à razão de \$100 por metro cubico; as casas de banhos, as cocheiras e quaesquer estabelecimentos em que o consumo seja proveniente do uso industrial pagarão pelo mesmo modo, à razão de \$150 por metro cubico.

§ 2.º O Governo fica autorizado a vender por concorrência publica todo o ferro fundido inutilizado existente nos depósitos da Inspeção Geral das Obras Publicas da Capital Federal, podendo empregar o producto na compra dos materiaes necessarios ao serviço das aguas.

(257) Decreto n. 2.794, de 13 de janeiro de 1898 — Dá regulamento para arrecadação das taxas do consumo d'agua, na Capital Federal.

(258) Lei n. 2.919, de 31 de dezembro de 1914 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1915.

Art. 1.º.

N. 32. Imposto sobre o consumo de agua, modificado o art. 1.º e bem assim o seu

dezembro de 1919 (259); numero 4.625, de 31 de dezembro

paragrapho unico do regulamento anexo ao decreto n. 5.141, de 27 de fevereiro de 1901 (I) e do seguinte modo:

« A contribuição de penna d'agua constará de quatro taxas: uma de 36\$, uma de 54\$, uma de 72\$ e uma de 90\$, passando a ser de 54\$ a das pennas voluntarias, a que se refere o art. 8º do decreto n. 8.775, de 25 de novembro de 1882 (II); pagarão a de 36\$ os predios de aluguel não excedente a 1:800\$ annuaes; a de 54\$ os de aluguel superior a 1:800\$ e não excedendo a 3:600\$ annuaes; a de 72\$ os de aluguel superior a 3:600\$ e não excedente a 5:400\$ e a de 90\$ os de aluguel excedente a 5:400\$; o valor locativo para o effeito da incidencia das taxas sera o que constar dos recibos de alugueis comprovados com o conhecimento do pagamento do imposto predial ou dos contractos de arrendamento e, na falta destes elementos, far-se-a o arbitramento por empregados da Recebedoria do Districto Federal, observandose as regras estabelecidas para o do valor locativo no lançamento do imposto de industria e profissões, na parte que for applicavel (capitulo 4º do decreto n. 5.142, de 27 de fevereiro de 1901) (III).

Elevadas para \$150 e \$200 as taxas do art. 2º do decreto n. 5.141, de 27 de fevereiro de 1901 (IV); a abolido o desconto de 50%, a que se refere o paragrapho unico do art. 1º do decreto n. 5.129, de 14 de janeiro de 1905 (V); a taxa dos hydrometros em caso algum sera inferior a menor taxa por penna; a Recebedoria procedera á revisão do lançamento logo que esta lei entre em vigor.

(259) Lei n. 3.979, de 31 de dezembro de 1919 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1920.

Art. 16. O supppimento d'agua no Districto Federal só podera ser feito por meio de penna ou por aparelho medidor (hydrometro), exclusivamente, não podendo o mesmo predio ter o consumo d'agua regulado simultaneamente pelos dois aparelhos. Os que

(I) Decreto n. 5.141, de 27 de fevereiro de 1901 — Art. 1º. A contribuição da penna d'agua, a que se referem o art. 1º, § 1º, do decreto legislativo n. 2.649, de 22 de setembro de 1875, e art. 11 do decreto n. 8.775, de 25 de novembro de 1882, constará de duas taxas: uma de 54\$ annuaes para os predios de 1ª classe e outra de 36\$ para os de 2ª e para as pennas voluntarias, a que se refere o art. 8º do citado decreto n. 8.775.

Paragrapho unico. São de 1ª classe os predios de aluguel superior a 2:400\$ annuaes e de 2ª os de aluguel não excedente aquella importancia. (Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 7º.)

(II) Decreto n. 8.775, de 25 de novembro de 1882 — Approva o regulamento provisório para execução da lei n. 2.639, de 22 de setembro de 1875. (Vide nota 251.)

Art. 8º. Por penna d'agua que for concedida, além da obrigatoria, pagar-se-á a taxa provisoria de 36\$ por anno.

Os pretendentes a esta concessão deverão dirigir-se á Inspectoria Geral de Obras Publicas, por meio de um requerimento, em que declarem o numero de pennas d'agua que desejam obter.

(III) Decreto n. 5.142, de 27 de fevereiro de 1901 — (Regulamento para a arrecadação do imposto de industrias e profissões.)

O capitulo IV trata do arbitramento.

(IV) Decreto n. 5.141, de 27 de fevereiro de 1901 — Dá regulamento para a arrecadação das taxas de consumo d'agua, no Districto Federal.

Art. 2º. Os estabelecimentos de educação, os de beneficencia e respectivos hospitaes, as congregações civis ou religiosas e casas de saúde, que actualmente não gozam de isenção das taxas acima, e bem assim as estalagens, pagarão, segundo o consumo verificado por hydrometro, a razão de \$100 por metro cubico; as casas de banho, as cocheiras e quaisquer estabelecimentos em que o consumo seja proveniente de uso industrial, pagarão, pelo mesmo modo, a razão de \$150 por metro cubico. (Lei n. 489, cit., art. 7º, § 1º.)

(V) Decreto n. 5.429, de 14 de janeiro de 1905 — Modifica os arts. 2º e 6º do regulamento anexo ao decreto n. 5.141, de 27 de fevereiro de 1901.

Art. 21. Os estabelecimentos de educação, ou de beneficencia e respectivos hospitaes,

| | Ouro | Papel |
|--|-----------|---------------|
| de 1922, art. 44 (260), cobrando-se do proprietário a instalação do serviço de agua, consoante determinação da lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 (261)..... | | 8.000:000:000 |
| Receita extraordinaria | | |
| 116. Montepio da Marinha—Plano de 23 de setembro de 1795 (262)... | 3:000:000 | 650:000:000 |
| 117. Dito Militar—Decreto n. 695, de 28 de agosto de 1890 (263)..... | 3:000:000 | 1.260:000:000 |
| 118. Dito dos empregados publicos — Decretos ns. 942 A, de 31 de outubro de 1890 (264); n. 956, de 6 de novembro (265); n. 984, de 8 de novembro (266); numero 1.036, de 14 de novembro (267); n. 1.045, de 21 de novem- | | |

que tiverem actualmente o consumo regulado por hydrometro o penna passarão a ser abastecidos unicamente por hydrometro.

Ficam desso modo revogadas as disposições em contrario, constantes do regulamento anexo ao decreto n. 3.056, de 24 de outubro de 1898 (I).

A Repartição de Aguas e Obras Publicas providenciará para que seja dado prompto cumprimento ao presente dispositivo de lei.

(2 0) Lei n. 4.625, de 31 de dezembro de 1922 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1923 — Art. 44. Ficam augmentadas as taxas do hydrometro e do penna d'agua, respectivamente, de 25 réis o de 25 %.

(261) Lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1924.

(262) Plano de 23 de setembro de 1795 — Art. 1.º. Todos os officiaes deixarão cada mez um dia de seus respectivos soldos (sem quebrados, pois não são uteis em pagamentos pecuniarios); estes ficarão desde logo confundidos com a Real Fazenda.

(263) Decreto n. 695, de 28 de agosto de 1890 — Crêa o montepio para a Famílias dos officiaes do exercito, similar ao da marinha e regula o modo de sua fundação e applicação.

(264) Decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890 — Crêa o montepio obrigatorio dos empregados do Ministerio da Fazenda.

(2 5) Decreto n. 956, de 6 de novembro de 1890 — Crêa o montepio dos empregados do Ministerio da Justiça.

(266) Decreto n. 984, de 8 de novembro de 1890 — Crêa o montepio dos empregados civis do Ministerio da Marinha.

(267) Decreto n. 1.036, de 14 de novembro de 1890 — Crêa o montepio dos empregados do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

as congregações civis ou religiosas e casas de saúde que actualmente não gosam de isenção das taxas de consumo d'agua, o bem assim as estalagens, pagarão, segundo o consumo verificado por hydrometro, á razão de \$100 por metro cubico; as casas de banho, as cocheiras e quaesquer estabelecimentos em que o consumo seja para uso industrial ou de commercio pagarão, pelo mesmo modo, á razão de \$150 por metro cubico.

Paragrapho unico. Aos grandes consumidores, industriaes ou de commercio, á taxa de \$150 será feito um abatimento de 50 %, de tantas vezes 1 % quantas forem as parcelas de 4.000 metros cubicos do seu consumo em cada semestre.

(I) Decreto n. 3.056, de 24 de outubro de 1898 — Approva o regulamento para a concessão de agua dos encanamentos publicos da Capital Federal.

Ouro

Papel

| | | |
|---|-------------|---------------|
| bro (268); n. 1.077, de 27 de novembro (269); n. 1.092, de 28 de novembro de 1890 (270); numero 1.318 E, de 20 de janeiro (271); n. 1.420 C, de 21 de fevereiro e n. 139, de 16 de abril de 1891 (272); lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, art. 37 (273); decreto n. 8.904, de 16 de agosto de 1911 (274) e lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915 (275) | 25:000:000 | 2.000:000:000 |
| 119. Indemnizações — Lei n. 317, de 21 de outubro de 1843, art. 25, n. 44 (276)..... | 300:000:000 | 5.500:000:000 |
| 120. Juros de capitães nacionaes — Lei n. 779, de 6 de setembro de 1854, art. 9º, n. 70 (277)..... | 450:000:000 | 5.000:000:000 |

(268) Decreto n. 1.045, de 21 de novembro de 1890 — Faz extensivo aos empregados do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o montepio obrigatorio creado pelo decreto n. 912 A, de 31 de outubro de 1890. (Vide nota 296.)

(269) Decreto n. 1.077, de 27 de novembro de 1890 — Crêa o montepio dos empregados da Instrução Publica.

(270) Decreto n. 1.092, de 28 de novembro de 1890 — Crêa o montepio dos empregados do Ministerio das Relações Exteriores.

(271) Decreto n. 1.318 E, de 20 de janeiro de 1891 — Crêa o montepio dos empregados civis do Ministerio da Guerra.

(272) Decreto n. 1.420 C, de 21 de fevereiro de 1891 — Crêa o montepio dos magistrados em disponibilidade.

Decreto n. 139, de 16 de abril de 1891 — Crêa o montepio dos empregados do corpo consular e diplomatico.

(273) Lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897 — Fixa a despesa geral da Republica para o exercicio de 1898 — Art. 37. O Governo suspenderá a admissão de novos contribuintes para o montepio desde a data da presente lei, devendo submeter ao Congresso, na proxima legislatura, um projecto de reforma daquella instituição.

(274) Decreto n. 8.904, de 16 de agosto de 1911 — Dá instrucções para a execução do art. 84 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910 (I).

(275) Lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1916 — Art. 1º, n. 71. Dito dos empregados publicos, incluido o fundo dos novos contribuintes (10:000\$. ouro, e 1.000:000\$. papel).

(276) Lei n. 317, de 21 de outubro de 1843 — Fixando a despesa e orçando a receita para os exercicios de 1843-1844 e 1844-1845.

Art. 25 — Esta receita será effectuada com o producto da renda geral arrecadada dentro do exercicio da presente lei, sob os titulos abaixo designados:

44 — Indemnização pela arrecadação de rendas.

(277) Lei n. 779, de 6 de setembro de 1854 — Fixando a despesa e orçando a receita para o exercicio de 1855-1856 — Art. 9º. Esta receita será effectuada com o producto

(I) Lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910 — Fixa a despesa geral da Republica para o exercicio de 1911 — Art. 84. Fica revogado o art. 37 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897 (vide nota 305), sendo desde ja admittidos os novos contribuintes ao montepio dos funcionarios civis, que recolherão de uma só vez, ou por prestações mensaes, conforme o Governo determinar, as joias e contribuições a que estão sujeitos, a contar da data da citada lei.

121. Imposto de indústrias e profissões no Districto Federal — Leis ns. 265, de 24 de dezembro de 1894, art. 5º (278); 359, de 3 de dezembro de 1895, art. 1º, n. 1, § 52 (279); decreto n. 2.792, de 11 de janeiro de 1898 (280); lei n. 1.452, de 30 de dezembro de 1905, art. 1º, n. 65 (281); art. 1º,

da renda geral arrecadada dentro do exercício da presente lei, sob os títulos abaixo designados:

70 — Juros de capitais nacionais.

(278) Lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894 — Orça a receita geral da Republica para o exercício de 1895 — Art. 5º. O Governo da União continuará a arrecadar os impostos de transmissão de propriedade e de indústrias e profissões no Districto Federal para com elles fazer face ás despesas com os serviços da Municipalidade, actualmente a cargo da União, e com a metade das despesas que por lei competem á mesma Municipalidade.

Findo o exercício, o Thesouro liquidará as contas destes serviços e entregará o saldo, si houver, á Municipalidade do Districto Federal, ou receberá della a differença entre a arrecadação e o total das despesas feitas.

(279) Lei n. 359, de 30 de dezembro de 1895 — Orça a receita geral da Republica para o exercício de 1896 — Art. 1º. Extraordinaria — N. 52 — Imposto de indústrias e profissões no Districto Federal.

(280) Decreto n. 2.792, de 11 de janeiro de 1898 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de indústrias e profissões.

(281) Lei n. 1.452, de 30 de dezembro de 1905 — Orça a receita geral da Republica para o exercício de 1906 — Art. 1º — N. 65. Dito de indústrias e profissões, no Districto Federal. — Elevado á taxa mais alta marcada na tabella E do decreto n. 2.792, de 11 de janeiro de 1898, o imposto sobre os estabelecimentos da Capital Federal, em que se vendem a varejo, sem ser em garrafas fechadas e em barris, ou nos quaes se consomem bebidas alcoholicas de qualquer natureza, excepção feita unicamente da cerveja e dos vinhos nacionais até 14º de alcool absoluto (I).

(I) Para execução do disposto no art. 1º, n. 65, da lei n. 1.452, de 30 de dezembro do anno passado, que mandou sujeitar á taxa mais alta marcada na tabella E do decreto n. 2.792, de 11 de janeiro de 1898, os estabelecimentos que, nesta Capital, venderem bebidas a varejo, declaro-vos que a taxa a cobrar e a de 2408, a maior constante da mesma tabella para os referidos estabelecimentos. (Ordem n. 1, de 24 de janeiro de 1906, á Recebedoria do Rio de Janeiro.)

Art. 17. Ninguém poderá exercer qualquer profissão, nenhum estabelecimento ou escriptorio para o exercício de profissão, industria ou commercio, sujeitos ao imposto a que se refere este decreto, poderá ser aberto ou iniciar suas operações sem que pague, previamente, o imposto a que estiver sujeito.

§ 1º. Para a inscrição no lançamento, os interessados apresentarão, antes da abertura das casas do negocio ou escriptorios, uma declaração de que constem o nome ou firma do contribuinte, a natureza da industria ou profissão e o valor locativo do predio, mencionando as sublocações que houver, a moradia de familia ou empregados, para que seja lançada unicamente a parte occupada com o negocio ou escriptorio, sendo immediatamente incluídos no lançamento, independente de qualquer verificação, ficando, porém, reservado á Repartição o direito de proceder a exames posteriores, afim de constatar a vacidade de taes declarações, cuja inexactidão será punida na forma do art. 44, parágrafo unico.

§ 2º. As reclamações sobre os respectivos lançamentos dos estabelecimentos novos

n. 65, da lei n. 2.719, de 31 de dezembro de 1912 (282); leis ns. 2.841, de 31 de dezembro

(282) Lei n. 2.719, de 31 de dezembro de 1912 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1913 — Art. 1º — N. 65 — Imposto de industrias e profissões no Districto Federal e no Territorio do Acre.

não serão admittidas, com effeito suspensivo do pagamento do imposto lançado, ainda que por effeito de arbitramento.

§ 3º. Incurrerão na multa de 200\$ a 500\$ os que infringirem o disposto no art. 17. Essa multa será recolhida aos cofres publicos dentro do prazo de cinco dias, contado da publicação do despacho, que a impuzer, extrahindo-se logo as respectivas certidões de divida, que, si não forem pagas nesse prazo, serão immediatamente enviadas a Procuradoria Geral da Fazenda Publica, que, dentro do mesmo lapso de tempo, as remetterá para a cobrança executiva.

§ 4º. Esgotado o prazo de cinco dias, nenhum recurso será admittido, administrativamente, referente á multa ou ao imposto, e, dentro do prazo, só será acceto, mediante deposito das importancias correspondentes a um ou outro, ou a ambos, si versarem sobre os dons.

§ 5º. Do imposto lançado, relativo a estabelecimentos ou escriptorios novos, quer em virtude de declarações dos interessados, quer na ausencia destas, em virtude de representações dos empregados da repartição, por falta de observancia, pelos contribuintes, do disposto no art. 17, § 1º, será extrahida logo a necessaria certidão de divida, procedendo-se, com referencia a esta, do mesmo modo estabelecido para a cobrança e pagamento da multa, respeitadas os mesmos prazos.

§ 6º. Os collectados ficam obrigados a participar á Recebedoria do Districto Federal todas as alterações que se derem, durante o anno, com relação á industria, ou profissão que exercem, como mudança de profissão ou de industria e de local, transferencia de estabelecimento, alteração de firmas ou cessação de negocios ou profissões e todas as que possam occorrer, fixado o prazo de 15 dias para a apresentação das competentes communicações.

Art. 23. As transferencias de firmas só terão lugar por despachos do director da Recebedoria, a requerimento dos interessados, que as deverão solicitar no prazo de 15 dias, ou *ex-officio* quando em processo ficar provado que tiveram lugar.

Art. 41, § 1º. Os recursos, excepto os que se referirem ás disposições do art. 17, § 4º, serão interpostos dentro do prazo de 30 dias, contados da publicação dos despachos, vigorando para os casos do mencionado artigo e paragrapho o prazo de cinco dias, a que o mesmo se refere.

§ 2º. Nenhum recurso sobre multa ou imposto será acceto sem prévio deposito da importancia sobre que versar a questão.

Art. 44. Os que infringirem os arts. 17, § 6º, e 23, deixando de fazer as communicações a que estão obrigados, e os que não requererem as transferencias e não participarem as alterações dentro dos prazos marcados, ficam sujeitos ás multas de 50\$ a 200\$000.

Paragrapho unico. Os que apresentarem declarações inexactas ficam sujeitos ás multas de 100\$ a 500\$000.

Art. (novo). As infracções do presente decreto podem ser verificadas e trazidas ao conhecimento do director da Recebedoria, por escripto, pelos funcionarios da mesma repartição, pelos agentes fiscaes dos impostos de consumo, por quaisquer funcionarios de Fazenda e por particulares, sendo assegurado aos que houverem verificado as infracções por diligencia, devidamente apreciada pelo director da Recebedoria o direito a percepção de 50 %, quota parte das multas que houverem sido effectivamente arrecadadas.

Art. 18, § 2º. Quando deixar de exercê-la antes de julho, sera exonerado do pagamento da segunda prestação, si, dentro do prazo do § 6º do art. 17, tiver communicado o facto á Recebedoria. Esta disposição não comprehende o caso do fechamento do deposito, uma vez que continue a casa matriz.

Art. 18, § 6º. No caso de transferencia de estabelecimento, deverá o comprador requerer, dentro do prazo do § 6º do art. 17, a averbação para o seu nome, cuja falta não o eximira de responsabilidade pelos impostos e multa em divida, salvo: a) si tiver adquirido o estabelecimento em hasta publica; b) si o houver de espolio ou massa fallida.

| | Ouro | Papel |
|---|------|-----------------|
| de 1913 (283) e 2.919, de 31 de dezembro de 1914 (284)..... | | 13.000:000\$000 |
| 122. Taxa de saneamento da Capital Federal — leis ns. 3.213, de 30 de dezembro de 1916 (285), e | | |

(283) Lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1914 — Art. 1º — N. 65 — Imposto de industrias e profissões no Districto Federal e no Territorio do Acre.

Art. 31. A cobrança das licenças pela Municipalidade do Districto Federal, uma vez que tenham relação com o imposto de industrias e profissões, não será liquidada sem que seja apresentado o documento de que este imposto foi pago no Thesouro Nacional.

(284) Lei n. 2.919, de 31 de dezembro de 1914 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1915 — Art. 1º — N. 72 — Imposto de industrias e profissões, de accôrdo com as disposições legais em vigor e com as modificações feitas nesta lei, sendo observado o preceito do art. 31 da lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913 (vide nota 315) — Art. 2º, § 7º — Ficam modificados pela seguinte fórma os arts. 17, 23, os § § 1º e 2º do art. 41, o art. 44, os § § 2º e 6º do art. 18 do decreto n. 5.142, de 27 de fevereiro de 1904 (I) (imposto de industrias e profissões), juntando-se ainda ao mesmo regulamento um novo artigo.

(285) Lei n. 3.213, de 30 de dezembro de 1916 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1917.

Art. 1º. — N. 79. Taxa de saneamento na Capital Federal: Cobrada pela Recebedoria

(I) Decreto n. 5.142, de 27 de fevereiro de 1904 — (Regulamento do imposto de industrias e profissões).

Art. 17. Os collectados ficam obrigados a participar a Recebedoria todas as alterações que se derem, durante o anno, em relação á industria ou profissão que exercerem, como mudança de profissão, ou de industria o de local, transferencia de estabelecimento, modificação de firma e quaesquer outras, afim de serem notados no lançamento.

§ 1º. Essa obrigação cabe igualmente aos que, pela primeira vez, se estabelecerem com industria ou profissão, sujeita ou não a imposto, ou a tenham de exercer ligada a cargos electivos ou de nomeação.

§ 2º. O prazo para estas communicações é de 15 dias a partir da abertura do estabelecimento, da alteração occorrida e da posse dos respectivos cargos.

Art. 23. As transferencias de firmas só terão logar mediante despacho do director da Recebedoria e a requerimento dos interessados.

Art. 41. Das decisões do director da Recebedoria, em materia de imposto ou multas, haverá recurso para o Ministro da Fazenda.

§ 1º. Os recursos serão interpostos dentro do prazo de 30 dias, contado da publicação do despacho no *Diario Official*.

§ 2º. Nenhum recurso sobre multa será acceito sem prévio deposito da importância sobre que versar a questão.

Art. 44. Os que infringirem os arts. 17 e seus paragraphos e 23, deixando de fazer as communicações nelles exigidas ou fazendo-as inexactas, serão punidos com a multa de 50\$ a 200\$000.

Art. 18. Será obrigado ao imposto correspondente a todo anno o que exercer a industria ou profissão no mez de janeiro, ainda que feche ou transfira o estabelecimento antes do fim do aquelle periodo.

§ 2º. Quando deixar de exercer a antes de julho, será exonerado do pagamento da 2ª prestação si, dentro do prazo do § 2º do art. 17, tiver communicado o facto á Recebedoria. Esta disposição não comprehende o caso de fechamento de deposito, uma vez que continue a casa matriz.

§ 6º. No caso de transferencia do estabelecimento, deverá o comprador requerer, dentro do prazo do § 2º do art. 17, a averbação para o seu nome, cuja falta não o eximirá da responsabilidade pelos impostos e multas em divida, salvo :

- a) Si tiver adquirido o estabelecimento em hasta publica ;
- b) Si o houver de espolio ou massa fallida.

auxilio aos mesmos, para construir, em Bello Horizonte, casas para suas residencias, fazendo para isso as necessarias operações de credito e observadas a proporção da tabella abaixo e as condições seguintes :

a) o adeantamento será feito a cada funcionario em tres prestações, sendo a primeira de 30 % sobre a importancia total, logo que seja iniciada a construção do predio ; a segunda de 40 %, quando estiver em meio ; e a terceira de 30 %, quando estiver terminada, tudo a juizo do engenheiro do Governo ;

b) as casas só poderão ser construidas em terreno de plena propriedade do funcionario, e ficarão, terreno e casa, hypothecados ao Governo até a completa indemnisação do adeantamento feito ;

c) os planos e plantas das ditas casas deverão ser previamente examinados por engenheiro do Governo e só serão approvados desde que se verifique que a casa terá valor pelo menos igual ao do adeantamento feito ;

d) a indemnização dos adeantamentos realizados pelo Governo far-se-á por deducções mensaes de 10 % sobre o total dos adeantamentos feitos aos funcionarios, a quem fica permittido pagar por prestações maiores, para, antes do prazo de 10 annos, tornar-se proprietario do respectivo predio ;

e) no caso de fallecimento do funcionario, antes de terminado o pagamento da indemnisação, será permittido aos respectivos herdeiros, continuar a fazer as prestações na forma estabelecida nesta lei, afim de se tornarem, afinal, proprietarios do predio, que, caso não o façam, será pelo Governo vendido em hasta publica, para pagar-se do que ainda for devido.

Tabella relativa ao adeantamento aos actuaes funcionarios da Administração dos Correios de Ouro Preto, que são transferidos para Bello Horizonte:

| Tipo das Casas | Preço | Desconto Annual | Desconto Mensal | Duração do Pagamento | Categoria dos Funcionarios | Valimentos dos Funcionarios | Numero de Funcionarios |
|----------------|-----------|-----------------|-----------------|----------------------|----------------------------|-----------------------------|------------------------|
| I | 3:000\$ | 300\$ | 25\$000 | 10 annos | Serventes de 2ª..... | 540\$ | 4 |
| | | | | | Serventes de 1ª..... | 1:200\$ | 7 |
| | | | | | Distribuidores..... | 1:100\$ | 8 |
| | | | | | Continuo..... | 1:200\$ | 1 |
| | | | | | Carteiros de 3ª..... | 1:100\$ | 6 |
| | | | | | Praticantes de 2ª..... | 1:100\$ | 10 |
| II | 5:000\$ | 500\$ | 41\$666 | 10 annos | Carteiros de 2ª..... | 2:200\$ | 12 |
| | | | | | " " 1ª..... | 2:400\$ | 6 |
| | | | | | Praticantes de 1ª..... | 2:200\$ | 16 |
| | | | | | Amanuenses..... | 2:600\$ | 8 |
| III | 8:000\$ | 860\$ | 66\$666 | 10 annos | Porteiros..... | 3:600\$ | 2 |
| | | | | | Fiel..... | 3:600\$ | 1 |
| | | | | | 3ª officiaes..... | 3:600\$ | 1 |
| | | | | | 2ª officiaes..... | 4:500\$ | 4 |
| | | | | | 1ª officiaes..... | 5:400\$ | 8 |
| IV | 10:000\$ | 1:000\$ | 84\$666 | 10 annos | Chefes de secção..... | 6:000\$ | 2 |
| | | | | | Thesoureiro..... | 7:000\$ | 1 |
| | | | | | Contador..... | 7:200\$ | 1 |
| V | 12:000\$ | 1:200\$ | 100\$000 | 10 annos | Administrador..... | 10:500\$ | 1 |
| Total..... | 432:000\$ | 43:900\$ | 4:074\$380 | 10 annos | — | — | 96 |

| | Ouro | Papel |
|---|-----------------|-------------------|
| dezembro de 1910 (291); 2.768, de 15 de janeiro de 1913 (292); decreto n. 10.094, de 26 de fevereiro de 1913 (293) e lei numero 3.979, de 31 de dezembro de 1919 (294)..... | | 30:000:000 |
| 127. Fundo de garantia do registro Torrens: importancias das percentagens e multas a que se referem os arts. 60 e 61 do decreto n. 451 B, de 1 de março de 1890 (295)..... | | 3:000:000 |
| 128. Cunhagem de moeda metallica subsidiaria | | 40.000:000:000 |
| Somma | 140.425:000:000 | 1.114.556:000:000 |
| A deduzir : | | |
| Para fundo de garantia do papel moeda..... | 9.350:000:000 | |
| Somma..... | 131.075:000:000 | 1.114.556:000:000 |

(291) Lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910 — Fixa a despesa geral da Republica para o exercicio de 1911 — Art. 96 — Aos funcionarios da Delegacia Fiscal em Bello Horizonte será concedido o favor constante do n. XII do art. 35 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906 (vide nota 323).

(292) Lei n. 2.768, de 15 de janeiro de 1913 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Fazenda, dos creditos de 442:000\$147, ouro, e 385:242\$, ouro, para occorrer a despesa com a emissão e resgate de bilhetes do Thesouro em Londres, em 1910, e até 164:000\$ para cumprimento do disposto no art. 96 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910 (Vide nota 324).

(293) Decreto n. 10.094, de 26 de fevereiro de 1913 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 164.000\$ para occorrer a despesa com os adeantamentos a que têm direito os funcionarios da Delegacia Fiscal em Bello Horizonte, a titulo de emprestimo, para construção de casas.

(294) Lei 3.979, de 31 de dezembro de 1919 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1920 — Art. 1.º Renda extraordinaria.

N. 114. Amortização dos emprestimos realizados pelo Governo, por deducções mensaes de 1%., ou mais, sobre o total dos adeantamentos feitos aos funcionarios das Cozeiros e da Fazenda, no Estado de Minas Geraes, para construção de casas em Bello Horizonte (Lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906, art. 35, n. XII; lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910; lei n. 2.768, de 15 de janeiro de 1913, e decreto n. 10.094, de 26 de fevereiro de 1913).

(295) Decreto n. 451 B, de 31 de maio de 1890 — Estabelece o registro e transmissão do immoveis pelo systema Torrens. Do fundo de garantia.

Art. 60. Sobre o immoveil que, pela primeira vez, se matricular, assim como sobre o já matriculado, que passar a outro dono, por successão testamentaria, ou *ab intestato*, pagar-se-ão as taxas estipuladas na tabella annexa.

§ 1.º Essas taxas serão cobradas sobre o valor da avaliação, feita na forma do art. 23, ou por unidade metrica, quando se tratar de predios urbanos.

§ 2.º Em caso de alienação directa pelo Estado, a taxa sera calculada segundo o custo da aquisição.

§ 3.º No de successão *ab intestato* ou testamentaria, calcular-se-á segundo o preço do inventario ou da partilha amigavel.

Art. 61. As sommas assim recebidas e as multas, de que trata este decreto (art. 71), serão entregues ao Thesouro Nacional, por intermedio das repartições da Fazenda (art. 62), para formar, com os juros que produzirem, *fundo de garantia*, cuja importancia o mi-

Renda com applicação especial

I

Fundo de resgate do papel-moeda

Ouro

Papel

1. Renda em papel, proveniente do arrendamento das estradas de ferro da União — Lei n. 427, de 9 de dezembro de 1896, art. 4^o, ns. 1 a 6 (296); decreto n. 2.413, de 28 de dezembro de 1896 (297); contracto de 25 de se-

nistro da Fazenda poderá utilizar em compra de letras hypothecarias, como titulos de renda.

§ 1^o. Desses fundo pagar-se-ão os creditos, judicialmente reconhecidos, das pessoas que houverem sido privadas do dominio, da garantia hypothecaria ou de direito real, pela admissão de um immovel, no todo ou em parte, ao regime deste decreto, ou pela entrega do titulo, ou outra inscripção de acto, que obste a acção contra aquelle a quem aproveitou o registro.

§ 2^o. No caso de insufficiencia do *fundo de garantia*, pagará a indemnização o Thesouro Nacional por intermedio das repartições de Fazenda (art. 62), havendo nellas escripturação, em livro especial, de debito e credito da conta desse *fundo*.

§ 3^o. Não se admittirá indemnização pelo fundo de garantia a titulo de prejuizo causado por malversação, ou negligencia, de tutor, ou curador.

(294) Lei n. 427, de 9 de dezembro de 1896 — Determina que o Thesouro assum a responsabilidade exclusiva dos bilhetes bancarios actualmente em circulação e regula a substituição dos mesmos e o resgate do papel-moeda.

Art. 4.^o Para o fim do resgate do papel-moeda, de conformidade com a lei de 11 de setembro de 1846 (1) e bem assim para attender ao resgate da divida externa e melhorar a situação financeira, é o Governo autorizado a arrendar, mediante concurrencia publica, as estradas de ferro da União, devendo attender :

1^o, ao prazo de arrendamento e ás condições do pessoal,

2^o, ás tarifas, á conservação, melhoramento, prolongamento e ramaes das estradas arrendadas, dando ao arrendatario respectivo preferencia para a concessão desses prolongamentos e ramaes.

Nestas concessões deverá ainda o Governo attender á uniformisação de bitola e ao desenvolvimento da capacidade das linhas :

3^o, á fiscalização por parte da administração publica, sendo o arrendatario obrigado a entrar para o Thesouro com a quantia que for estipulada para esse serviço :

4^o, ao preço do arrendamento, que deverá ser pago em ouro, de uma só vez, ou em prestações, tendo-se em vista a renda bruta da respectiva estrada :

5^o, a condição de ser o arrendatario, particular ou empresa, obrigado a responder no fôro da Capital Federal, devendo para esse fim ter ali representante com plenos poderes, quando o seu domicilio ou sede não for em territorio brasileiro ;

6^o, ao direito, que será resalvado ao Governo, de tomar posse das linhas temporariamente, e mediante indemnização, quando a ordem publica assim o exigir.

A indemnização neste caso não será superior á média da receita liquida no ultimo quinquennio que preceder á posse. Si esta tiver logar dentro do primeiro triennio do arrendamento, o Governo entrará em accôrdo com o arrendatario para a fixação da indemnização.

(297) Decreto n. 2.413, de 28 de dezembro de 1896 — Estabelece as bases para o arrendamento das estradas de ferro pertencentes á União.

(1) Lei n. 401, de 11 de setembro de 1846 — Para que se recobam nas estações publicas as moedas de ouro de 22 quilates na razão de 4\$ por oitava, e as de prata na razão que o Governo estabelecer : e autorizando a retirada da circulação da somma do papel-moeda que for necessaria para o elevar a este valor, e nello conservá-lo.

Ouro

Papel

20 de julho de 1899, art. 1º

(307) 12.000:000\$000

3. Todas e quaesquer rendas eventuaes percebidas em papel pelo Thesouro — Leis ns. 514, de 28 de outubro de 1848, art. 9º, n. 64, e art. 43 (308); lei 628, de 17 de setembro de 1851, art. 32 (309); decreto n. 2.647, de 19 de setembro de 1860, arts. 689 e 690 (310); leis ns. 1.114, de 27 de setembro de 1860, art. 12, § 3º (311); 1.507, de 26 de setembro de 1867, arts. 27 e 30 (312);

lhantes especies, quer seja, ou não, executiva, é sempre um movimento de fundos, por isso que as respectivas rendas já foram creditadas, quando em seu pagamento entraram suas especies, que figuram no saldo como qualquer outro valor representativo.

(307) Vide nota 304.

(308) Lei n. 514, de 28 de outubro de 1848 — Fixando a despesa e orçando a receita para o exercicio de 1849-1850, e ficando em vigor desde a sua publicação.

Art. 9º. Esta receita sera effectuada com o producto da renda geral arrecadada dentro do exercicio da presente lei, sob os titulos abaixo assignados :

N. 64 — Receita eventual.

Art. 43. A divida activa proveniente de alcances de thesoureiros, collectores, ou outros quaesquer empregados ou pessoas a cujo cargo estejam dinheiros publicos, será sujeita ao juro annual de 9 % em todo o tempo da indevida detenção.

Aos devedores desta classe nunca se concederá moratoria, nem terão direito a porcentagem ou commissão que porventura lhes caberia, e respondente ás quantias indevidamente detidas.

(309) Lei n. 628, de 17 de outubro de 1851 — Fixando a despesa e orçando a receita para o exercicio de 1852-1853 — Art. 32. Os dinheiros de ausentes, cujo pagamento não for reclamado dentro de 30 annos, contados do dia em que houverem entrado nos cofres do Thesouro e Thesourarias, prescreverão em beneficio do Estado, salvo si por qualquer dos meios em direito admittidos tiver sido interrompida a prescripção.

(310) Decreto n. 2.647, de 19 de setembro de 1860 — Manda executar o regulamento das Alfandegas e Mesas de Rendas.

Art. 688. Os depositos e cauções feitos nas Alfandegas ou Mesas de Rendas, que se vencerem ou prescreverem, farão parte da renda do Estado a cargo das mesmas repartições.

Art. 689. Prescreve no fim de cinco annos, contados da data da entrada nos cofres da Alfandega, ou Mesa de Rendas, o producto em deposito das arrematações, ou vendas em leilão das mercadorias, que, na fórma do presente regulamento, forem por qualquer facto ou razão postas a consumo ou por outro qualquer titulo arrematadas.

Art. 690. As disposições do art. 688 comprehendem: 1º, o producto da importancia dos valores de qualquer natureza e letras em caução de direitos do consumo nos despachos de reexportação, que forem vendidos ou apurados na fórma do art. 616; 2º, quaesquer outros valores, ou titulos em caução, cujo tempo estiver vencido.

(311) Lei n. 1.114, de 27 de setembro de 1860 — Fixando a despesa e orçando a receita para o exercicio de 1861-1862 — Art. 12: Ficam desde já em vigor as seguintes disposições:

§ 3º. Os bilhetos de loterias premiados, e não reclamados, prescrevem no fim de cinco annos, contados do dia em que forem recolhidos os valores correspondentes aos cofres publicos.

(312) Lei n. 1.507, de 26 de setembro de 1867 — Fixa a despesa e orça a receita geral do Imperio para os exercicios de 1867-1868 e 1868-1869.

Art. 27 — As multas applicadas ás Camaras Municipaes nas leis e regulamentos em

Ouro

Papel

decreto n. 4.181, de 6 de maio de 1868 (313); leis ns. 2.348, de 25 de agosto de 1873, art. 12 (314); 3.348, de 20 de outubro de 1887, art. 8º, § 1º (315) e 581, de 20 de julho de 1899, art 1º (316).....

7.000:000:000

II

Fundo de garantia do papel-moeda

1. Quota de 5%, ouro, sobre todos os direitos de importação para consumo, deduzida da receita ordinária — Leis ns. 581, de 20 de julho de 1899, art. 2º (317) e 813, de 23 de dezembro de 1901,

vigor farão parte da receita geral, á excepção das comminadas nas leis, regulamentos e posturas municipaes.

Art. 30. A multa sobre os impostos que não são pagos á bocca do cofre nos prazos marcados nos regulamentos fica extensiva a todas as rendas lançadas e elevada a 6 %.

(313) Decreto n. 4.181, de 6 de maio de 1868 — Dá regulamento para a cobrança das multas applicadas á Fazenda Publica.

(314) Lei n. 2.348, de 25 de agosto de 1873 — Fixa a despesa e orça a receita geral do Imperio para os exercicios de 1873-1874 e 1874-1875 — Art. 12. Na disposição do art. 30 da lei n. 1.507, de 26 de setembro de 1867, fica comprehendido o imposto de consumo de aguardente, e a multa de que trata o mesmo artigo será elevada a 10 %, quando os impostos não forem pagos até ao dia 20 de dezembro do semestre adicional do respectivo exercicio.

(315) Lei n. 3.348, de 20 de outubro de 1887 — Orça a receita geral do Imperio para o exercicio de 1888.

É o Governo autorizado:

Art. 8º, § 1.º A elevar a 10 %, a multa de 6 % a que os regulamentos vigentes sujeitam os contribuintes que não pagam a bocca do cofre os impostos que fazem parte das rendas internas, nas épocas para isso marcadas : o a 15 %, a multa de 10 %, em que incorrem, na fórma do art. 12 da lei n. 2.348, de 25 de agosto de 1873 (vide nota 317), os que não realizam o dito pagamento até 20 do ultimo mez do semestre adicional de cada exercicio.

(316) Vide nota 304.

(317) Lei n. 581, de 20 de julho de 1899 — Crêa um fundo especial applicavel ao resgate e outro para garantia do papel-moeda em circulação.

Art. 2º. Para garantia do papel-moeda em circulação é creado um fundo com os recursos seguintes :

- I. Quota de 5 %, ouro, sobre todos os direitos de importação para consumo, que será percebida a partir de 1º de janeiro de 1900.
- II. O saldo das taxas arrecadadas em ouro, deduzidos os serviços que, nessa especie, o Thesouro é obrigado a custear.
- III. O producto integral do arrendamento das estradas de ferro da União, que tiver sido ou for estipulado em ouro.
- IV. Todas e quaesquer rendas eventuaes percebidas em ouro.

Parágrafo unico. Fica excluido das disposições da presente lei o producto da operação que porventura se realizar sobre a Estrada do Ferro Central do Brasil.

| | Ouro | Papel |
|--|-----------|-------|
| art. 8º (318) e art. 2º, § 4º, da lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 (319)..... | 9.350:000 | 000 |
| 2. Cobrança da divida activa, em ouro..... | 30:000 | 000 |
| 3. Todas e quaesquer rendas eventuaes, em ouro — Lei n. 581, de 20 de julho de 1899, art. 2º, (319)..... | 50:000 | 000 |

III

Fundo para a caixa de resgate das applicacoes das estradas de ferro encampadas

| | | |
|--|-----------|-----|
| Arrendamento das mesmas estradas — Lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, art. 29, n. 25 (320).... | 2.000:000 | 000 |
|--|-----------|-----|

(318) Lei n. 813, de 23 de dezembro de 1901 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1902 — Art. 8º. A cobrança dos 25 %, ouro, sobre a importação, dos quaes 5 % continuam a ser destinados ao fundo de garantia, continuará a ser feita nos termos da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900 (I).

(319) Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 — Orça a Receita para 1926 :

Art. 2º, § 34. Os fundos destinados a amortisação da divida externa e a garantia do papel-moeda serão deduzidos da receita ordinaria.

(319) Lei n. 581, de 20 de julho de 1899 — Crêa um fundo especial applicavel ao resgate e outro para garantia do papel-moeda em circulação.

Art. 2º. Para garantia do papel-moeda em circulação é creado um fundo com os recursos seguintes :

I. Quota de 5 %, ouro, sobre todos os direitos de importação para consumo, que será percebida a partir de 1º de janeiro de 1900.

II. O saldo das taxas arrecadadas em ouro, deduzidos os serviços que, nessa especie, o Thesouro é obrigado a custear.

III. O producto integral do arrendamento das estradas de ferro da União, que tiver sido ou for estipulado em ouro.

IV. Todas e quaesquer rendas eventuaes percebidas em ouro.

Paragrapho unico. Fica excluido das disposições da presente lei o producto da operação que porventura se realizar sobre a Estrada de Ferro Central do Brasil.

(320) Lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900 — Fixa a despesa geral da Republica para o exercicio de 1901.

Art. 29. E' o Governo autorisado :

N. 25. A usar da authorisação da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, art. 22,

(I) Lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900 — Orça a receita geral da Republica para o exercicio de 1901.

Art. 5º. Os 15 %, ouro, são elevados a 25 %, dos quaes 5 % continuarão a ser destinados ao fundo de garantia.

Paragrapho unico. O Governo expedirá instrucções a todas as repartições aduaneiras, de modo que a arrecadação de 75 %, papel, e 25 %, ouro, até attingir o cambio a taxa de 10 1/2, corresponda exactamente ao total fixo de 139, a que estava sujeito o com-

IV

Renda a ser applicada no Ministerio da Agricultura, em despesas de natureza analoga, para novamente produzir renda.

A renda deve ser recolhida como deposito á repartição fiscal competente, do Ministerio da Fazenda, a qual se entregará mediante requisição devidamente classificada :

I. Material agricola :

1. Venda de plantas, sementes, adubos, correctivos, insecticidas,

n. VIII 1/1), que fica extensiva ás estradas de todas as empresas que gozam da garantia de juros, fazendo para isso as necessárias operações de credito. As apolices para esse fim emitidas constituirão uma série especial.

a) As differenças entre as sommas devidas pelas actuaes garantias e as do juro e amortisação de taes apolices, bem como as sommas provenientes do arrendamento ou da alienação das estradas, assim resgatadas, constituirão em Londres uma «Caixa de resgate» dessas apolices, e só poderão ser alienadas para apressar o referido resgate.

A Caixa terá tres directores — o delegado do Thesouro, o agente financeiro do Governo e um director de banco que tenha filiaes no Brasil.

b) O Governo remetterá trimestralmente a Caixa todas as sommas que receber das estradas ou as apolices da dívida publica a que poderá reduzir-as, deduzidas as despesas da alinea d deste numero e as sommas ou títulos serão depositados no Banco da Inglaterra, de onde só serão retirados para o fim da alinea anterior.

c) O Governo poderá alienar as estradas por sommas não inferiores as que custaram; ou arrendar-as as mesmas empresas actuaes ou outras, como julgar mais conveniente a realisação da operação principal do resgate, e tendo em vista simultaneamente o desenvolvimento da rede de viação nacional, e as melhores garantias e vantagens na execução dos contractos.

d) Para fiscalisação dessas estradas e das outras, ora arrendadas, o Governo expedirá novo regulamento, uniformizando a sua contabilidade e criando commissões de tres fiscaes, que as inspecionem alternadamente. As despesas assim fixadas de uma vez, para essa fiscalisação, bem como as da Caixa de Conversão, serão deduzidas das sommas que forem entregues a esta ultima.

e) O Governo fica autorizado a, de accôrdo com os contractantes, rever os contractos dos arrendamentos vigentes, afim de uniformizal-os ou consolidal-os com os que, porventura, fizer, contanto que a quota dos arrendamentos actuaes não seja diminuida.

mercio importador, quando, em Janeiro de 1900, se iniciou a cobrança dos 15 %, ouro, tomada para base a taxa cambial de 7 1/2.

Do limite de 10 1/2 para cima as vantagens com a alta cambial serão exclusivamente do commercio importador, fazendo-se pura e simplesmente a cobrança de 75 % e 25 %, ouro, sem attenção a qualquer outro factor.

(1) Lei n. 652, de 23 de novembro de 1899 — Fixa a despesa coral da Republica para o exercicio de 1900 — Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado :

VIII. A rescatar as estradas de ferro do Recife ao S. Francisco, da Bahia ao São Francisco, nos termos da clausula 25ª do decreto n. 1,030, de 7 de agosto de 1852.

| | Ouro | Papel |
|--|------------------|--------------------|
| fungicidas, machinas, appare- lhos, instrumentos, ferramentas e utensilios agricolas, pelo custo total aos agricultores e aos Estados..... | | 50:000\$000 |
| II. Pecuaria : | | |
| 2. Venda de animaes pelo custo total aos criadores..... | 100:000\$000 | 200:000\$000 |
| III. Trabalhos de officinas : | | |
| 3. Venda de artefactos produzidos em officinas ; sendo nas escolas de aprendizes artífices, 70 % appli- caveis ao pagamento de encomen- das, 20 % destinados ás respectivas caixas de mutuali- dade e 10 % aos aprendizes, de accôrdo com o regulamento das Escolas..... | | 180:000\$000 |
| V. Fundo para a construcção e melho- ramento nas estradas de ferro da União (decreto n. 16.842, de 24 de março de 1925 (321)..... | | 15:000\$000\$000 |
| VI. Fundo de Assistencia Hospitalar (lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 (322), rectificada pelo de- creto n. 4.990, de 16 de janeiro de 1926 e lei n. 5.058, de 9 de novembro de 1926 (323), addi- cional de 5 % nos impostos de consumo sobre bebidas..... | | 4.750:000\$000 |
| Somma..... | 9.530:000\$000 | 41.180:000\$000 |
| Total da receita geral..... | 140.605:000\$000 | 1.155.736:000\$000 |

(321) Decreto n. 16.842, de 24 de março de 1925 — Autoriza a emissão de titulos (obrigações ferro-viações) para a execução de melhoramentos e aparelhamento das estradas de ferro da União, construcção de prolongamentos e ramais e conclusão de obras nas mesmas estradas.

(322) Lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 — Orça a receita para 1926 :

Art. 57. Para fazer face ás despesas com a manutenção e desenvolvimento da «Assistencia Hospitalar do Brasil», fica creado um fundo especial, formado com o addicional de 5 % que será cobrado sobre as taxas do imposto de consumo a que estiverem sujeitas as bebidas e com outros recursos que lhe forem destinados.

§. 1.ª. Essa percentagem será escripturada em deposito sob a rubrica «Renda com applicação especial, custeio, manutenção, desenvolvimento da Assistencia Hospitalar no Brasil, inclusive construcção e acquisição de immoveis e installações», o podera ser adiantada na proporção do duodecimo da sua estimativa.

(323) Lei n. 5.058, de 9 de novembro de 1926. Dispõe sobre a criação da Assistencia Hospitalar do Brasil.

Art. 2º. Fica o Governo autorizado a emittir como antecipação da receita, no exercício de 1927, bilhetes do Thesouro Nacional até a somma de 50.000:000\$, que serão resgatados dentro do mesmo exercício.

Art. 3º. Revôgam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1926, 105º da Independencia e 38º da Republica.

WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUSA.

Getulio Vargas.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DESPESA GERAL

PARA O

EXERCÍCIO DE 1927

Lei n. 5.156, de 12 de janeiro de 1927, com o
decreto n. 5.254, de 12 de setembro do mesmo anno, que
a corrige nos erros e omissões com que foi publicada



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL
1927

LEI N. 5.156 — de 12 de Janeiro de 1927

Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1927

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º A despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil, para o exercicio de 1927, é fixada em 109.023:318\$468, ouro, e 1.288.519:889\$775, papel, distribuida pelos respectivos Ministerios da forma seguinte:

Art. 2.º O Presidente da Republica é autorizado a despende: pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, as quantias de 22.041\$, ouro, e de 123.921:286\$016, papel, com os serviços abaixo designados:

| Verbas | Ouro | Papel | |
|--------|----------|-------|----------|
| | Variavel | Fixa | Variavel |

1. *Subsidio do Presidente da Republica* — (Lei n. 5.068, de 11 de novembro de 1926).....

..... 240.000\$000

2. *Subsidio do Vice-Presidente da Republica* — (Lei n. 5.068, de 11 de novembro de 1926), e mais "representação 24.000\$000".....

..... 114.000\$000

3. *Gabinete do Presidente da Republica*.....

..... 161.496\$000

4. *Despesa com o Palacio da Presidencia da Republica* — Aumentada de 19.200\$ na Sub-consignação n. 1 — Pessoal — "Para gratificações de acôrdo com distribuição autorizada pelo Chefe da Nação", e aumentada de 86.400\$ na Sub-consignação n. 1 — Material — "Para despesas conforme a distribuição que for determinada pelo Presidente da Republica".....

..... 115.200\$000

5. *Subsidio dos Senadores*.....

..... 1.562.400\$000

| | Ouro Variável | Papal | |
|--|------------------|-------|----------|
| | | Fixa | Variável |
| <i>Verbas</i> | | | |
| 6. <i>Secretaria do Senado</i> — Substitua-se a tabella pelo seguinte: | | | |
| Pessoal — Secretaria: | | | |
| Representação do Vice-Presidente..... | 24.000\$000 | | |
| 1 director: | | | |
| Ordenado | 16.800\$000 | | |
| Gratificação..... | 8.400\$000 | | |
| 1 vice-director: | | | |
| Ordenado | 16.400\$000 | | |
| Gratificação..... | 8.200\$000 | | |
| 1 chefe da Secção de Actas: | | | |
| Ordenado | 16.000\$000 | | |
| Gratificação | 8.000\$000 | | |
| 1 chefe da Secção tachygraphica: | | | |
| Ordenado | 16.000\$000 | | |
| Gratificação | 8.000\$000 | | |
| 1 sub-chefe da Secção tachygraphica: | | | |
| Ordenado | 15.200\$000 | | |
| Gratificação | 7.600\$000 | | |
| 1 redactor-chefe de debates: | | | |
| Ordenado | 14.400\$000 | | |
| Gratificação | 7.200\$000 | | |

| | | |
|---------------------------------------|-------------|--------------|
| 1 redactor dos "Annaes": | | |
| Ordenado..... | 14.400\$000 | |
| Gratificação..... | 7.200\$000 | 21.600\$000 |
| 1 bibliothecario: | | |
| Ordenado..... | 14.400\$000 | |
| Gratificação..... | 7.200\$000 | 21.600\$000 |
| 1 archivista: | | |
| Ordenado..... | 14.400\$000 | |
| Gratificação..... | 7.200\$000 | 21.600\$000 |
| 1 secretario da Commisão de Finanças: | | |
| Ordenado..... | 14.400\$000 | |
| Gratificação..... | 7.200\$000 | 21.600\$000 |
| 5 tachygraphos de 1ª classe: | | |
| Ordenado..... | 14.400\$000 | |
| Gratificação..... | 7.200\$000 | |
| | 21.600\$000 | 108.000\$000 |
| 6 officiaes: | | |
| Ordenado..... | 12.000\$000 | |
| Gratificação..... | 6.000\$000 | |
| | 18.000\$000 | 108.000\$000 |
| 5 tachygraphos de 2ª classe: | | |
| Ordenado..... | 12.000\$000 | |
| Gratificação..... | 6.000\$000 | |
| | 18.000\$000 | 90.000\$000 |
| 2 redactores de debates: | | |
| Ordenado..... | 12.000\$000 | |
| Gratificação..... | 6.000\$000 | |
| | 18.000\$000 | 36.000\$000 |

| Votac. | Curo Variavel | Papd | |
|-------------------------|------------------|------|-------------|
| | | Fixa | Varavel |
| 6 sub-officinas: | | | |
| Ordenado | 8.000\$000 | | |
| Gratificação | 4.000\$000 | | |
| | 12.000\$000 | | 72.000\$000 |
| 2 auxiliares: | | | |
| Ordenado | 7.200\$000 | | |
| Gratificação | 3.600\$000 | | |
| | 10.800\$000 | | 21.600\$000 |
| 10 dactylographos: | | | |
| Ordenado | 6.400\$000 | | |
| Gratificação | 3.200\$000 | | |
| | 9.600\$000 | | 96.000\$000 |
| 1 chefe da Portaria: | | | |
| Ordenado | 10.000\$000 | | |
| Gratificação | 5.000\$000 | | |
| | 15.000\$000 | | 15.000\$000 |
| 1 porteiro: | | | |
| Ordenado | 8.000\$000 | | |
| Gratificação | 4.000\$000 | | |
| | 12.000\$000 | | 12.000\$000 |
| 1 ajudante da Portaria: | | | |
| Ordenado | 6.000\$000 | | |
| Gratificação | 3.000\$000 | | |
| | 9.000\$000 | | 9.000\$000 |
| 12 contínuos: | | | |
| Ordenado | 1.800\$000 | | |
| Gratificação | 2.400\$000 | | |
| | 7.200\$000 | | 86.400\$000 |

| | | |
|----------------------------|------------|----------------|
| 2 motoristas: | | |
| Ordenado..... | 4.800\$000 | |
| Gratificação..... | 2.400\$000 | |
| | 7.200\$000 | 14.400\$000 |
| 2 electricistas: | | |
| Ordenado..... | 4.800\$000 | |
| Gratificação..... | 2.400\$000 | |
| | 7.200\$000 | 14.400\$000 |
| 20 serventes: | | |
| Ordenado..... | 3.600\$000 | |
| Gratificação..... | 1.800\$000 | |
| | 5.400\$000 | 108.000\$000 |
| 2 ajudantes de motoristas: | | |
| Ordenado..... | 3.600\$000 | |
| Gratificação..... | 1.800\$000 | |
| | 5.400\$000 | 10.800\$000 |
| | 5.400\$000 | 1.054.200\$000 |

Gratificações especiaes

Para a revisão de debates, substituições e gratificações especiaes.....

50.400\$000

III — Gratificações addicionaes

De 15 %:

| | |
|--|------------|
| Ao official Antonio Corrêa da Silva..... | 2.700\$000 |
| Ao sub-official José Pereira de Carvalho..... | 1.800\$000 |
| Ao tachygrapho de 1ª classe Americo Metello..... | 3.240\$000 |
| Ao tachygrapho de 2ª classe José Euwaldo Fontes Peixoto..... | 2.700\$000 |
| Ao tachygrapho de 2ª classe Braz Jordão..... | 2.700\$000 |
| Ao dactylographo Mario Justino Peixoto..... | 1.440\$000 |
| Ao dactylographo Hilario Ribeiro Cintra..... | 1.440\$000 |
| Ao continuo Americo Peixoto de Souza..... | 1.080\$000 |

MATERIAL

I — *Permanente*

| | |
|--|-------------|
| 1. Livros, jornaes, almanacks, revistas e encadernações. | 15.000\$000 |
| 2. Publicações dos <i>Annas</i> de 1840 a 1857. | 12.000\$000 |

II — *De consumo*

| | |
|--|-------------|
| 3. Objectos de expediente. | 25.000\$000 |
| 4. Gaz, iluminação e energia electrica. | 25.000\$000 |
| 5. Conservação do edificio e dos moveis. | 50.000\$000 |
| 6. Custeio e reparação dos automoveis. | 40.000\$000 |
| 7. Para aquisição de machinas de escrever, de mimio-graphos, de machina de calcular, etc. (para ser entregue de uma só vez). | 30.000\$000 |

III — *Despesas diversas*

| | |
|--|-------------|
| 8. Despesas da Portaria, inclusive <i>buffet</i> . | 20.000\$000 |
| 9. Para assignatura de telephones. | 15.000\$000 |
| 10. Para serviços extraordinarios da Secretaria. | 16.000\$000 |
| 11. Eventuaes. | 30.000\$000 |
| 12. Taxa de esgoto. | 100\$000 |

13. Serviços industriaes do Estado:

| | |
|---|--------------|
| a) serviço telegraphico. | 396\$000 |
| b) passagens nas estradas de ferro administradas pela União. | 1.000\$000 |
| c) consumo d'agua. | 300\$000 |
| d) impressões e publicações dos debates na Imprensa Nacional. | 180.000\$000 |
| | 459.796\$000 |

675.758\$500

1.450.932\$000

7. *Subsidio dos Deputados.*

8. *Secretaria da Camara dos Deputados* — Façam-se na tabella as seguintes alterações: Pessoal, Sub-consignação n. 1, em vez de 1.067.700\$, diga-se 1.660.469\$916, substituindo-se pela seguinte: (Leis n. 4.242, de 5 de ja-

5.257.460\$000

| Ouro | Papel | |
|---|-------------|--------------|
| | Fixa | Variável |
| <p>neiro de 1921; n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, e n. 5.025, de 1 de outubro de 1926 e resolução da Câmara dos Deputados, de 5 de julho de 1926).</p> <p>PESSOAL</p> <p><i>Secretaria</i></p> <p>Para representação do Presidente da Câmara</p> | | |
| 1 director geral: | | 24.000\$000 |
| Ordemado | 16.400\$000 | |
| Gratificação | 8.400\$000 | |
| | | 25.200\$000 |
| 1 secretario da Presidência: | | |
| Ordemado | 16.400\$000 | |
| Gratificação | 8.400\$000 | |
| | | 24.800\$000 |
| 5 directores: | | |
| Ordemado | 14.400\$000 | |
| Gratificação | 7.200\$000 | |
| | | 21.600\$000 |
| | | 108.000\$000 |
| 6 primeiros officiaes: | | |
| Ordemado | 12.000\$000 | |
| Gratificação | 6.400\$000 | |
| | | 18.400\$000 |
| | | 108.000\$000 |
| 1 redactor de "Documentos Parlamentares": | | |
| Ordemado | 13.080\$000 | |
| Gratificação | 6.540\$000 | |
| | | 19.620\$000 |

1 medico:

| | | |
|--------------------|--------------|--------------|
| Ordenado | 10 :000\$000 | |
| Gratificação | 5 :000\$000 | 15 :000\$000 |

6 segundos officiaes:

| | | |
|--------------------|--------------|--------------|
| Ordenado | 10 :000\$000 | |
| Gratificação | 5 :000\$000 | |
| | 15 :000\$000 | 90 :000\$000 |

6 terceiros officiaes:

| | | |
|--------------------|--------------|--------------|
| Ordenado | 8 :000\$000 | |
| Gratificação | 4 :000\$000 | |
| | 12 :000\$000 | 72 :000\$000 |

2 conservadores:

| | | |
|--------------------|--------------|--------------|
| Ordenado | 7 :200\$000 | |
| Gratificação | 3 :600\$000 | |
| | 10 :800\$000 | 21 :600\$000 |

15 dactylographos (os que não tiverem curso; de accordo com o novo regulamento perceberão apenas 6.000\$ annuaes):

| | | |
|--------------------|-------------|---------------|
| Ordenado | 6 :400\$000 | |
| Gratificação | 3 :200\$000 | |
| | 9 :600\$000 | 144 :000\$000 |

1 director de tachygraphia:

| | | |
|--------------------|--------------|--------------|
| Ordenado | 16 :000\$000 | |
| Gratificação | 8 :000\$000 | 24 :000\$000 |

4 auxiliares técnicos:

| | | |
|--------------------|------------|-------------|
| Ordenado | 4.000\$000 | |
| Gratificação | 2.000\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 6.000\$000 | 24.000\$000 |

1 chefe da Portaria:

| | | |
|--------------------|-------------|--|
| Ordenado | 10.000\$000 | |
| Gratificação | 5.000\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 15.000\$000 | |

1 porteiro:

| | | |
|--------------------|-------------|--|
| Ordenado | 8.000\$000 | |
| Gratificação | 4.000\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 12.000\$000 | |

1 ajudante do chefe da Portaria:

| | | |
|--------------------|------------|--|
| Ordenado | 6.259\$944 | |
| Gratificação | 3.129\$972 | |
| | <hr/> | |
| | 9.389\$916 | |

16 continistas (sendo um auxiliar do arquivo):

| | | |
|--------------------|------------|--------------|
| Ordenado | 5.120\$000 | |
| Gratificação | 2.560\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 7.680\$000 | 122.880\$000 |

20 guardas:

| | | |
|--------------------|------------|--------------|
| Ordenado | 3.660\$000 | |
| Gratificação | 1.800\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 5.400\$000 | 108.000\$000 |

9 redactores de debates, supplentes:

| | | |
|-------------------|------------|-------------|
| Ordenado..... | 6:480\$000 | |
| Gratificação..... | 3:240\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 9:720\$000 | 48:600\$000 |

5 tachygraphos de 1ª classe:

| | | |
|-------------------|-------------|-------------|
| Ordenado..... | 11:848\$000 | |
| Gratificação..... | 5:924\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 17:772\$000 | 88:860\$000 |

2 tachygraphos de 2ª classe:

| | | |
|-------------------|-------------|-------------|
| Ordenado..... | 10:312\$000 | |
| Gratificação..... | 5:156\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 15:468\$000 | 30:936\$000 |

2 tachygraphos, supplentes:

| | | |
|-------------------|-------------|-------------|
| Ordenado..... | 7:008\$000 | |
| Gratificação..... | 3:564\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 10:512\$000 | 21:024\$000 |

1 zelador:

| | | |
|-------------------|------------|----------------|
| Ordenado..... | 5:600\$000 | |
| Gratificação..... | 2:800\$000 | |
| | <hr/> | |
| | | 8:400\$000 |
| | | <hr/> |
| | | 1.660:469\$916 |

Ajudante do chefe da Portaria, Domingos Pinheiro de Magalhães, desde 1 de junho
 Guarda, João Manoel Pinto, até 31 de janeiro
 Servente, Manoel Alves de Magalhães, até 31 de março
 Servente, Reynaldo Laurindo da Silva
 Guarda, Virgolino da Silva Portella

\$21\$620
 67\$500
 171\$000
 684\$000
 810\$000

De 20 %:

Director geral, Ernesto da Costa Alecrim
 Director, Nestor Massena, até 31 de março
 Petiscario official, Antonio Ferreira de Salles
 Redactor de debates, Agripio dos Santos Azevedo...
 Segundo official, Raul de Paula Lopes
 Redactor de debates, José Araújo Vieira
 Redactor de debates, Raphael Pinheiro
 Redactor de debates, supplente, Joaquim Ribeiro de Paiva
 Redactor de debates, supplente, Ernesto Corrêa de Sá Benavides
 Tachygrapho de 1ª classe, Ismar Gray Tavares
 Tachygrapho revisor, Cesar Luiz Leitão
 Tachygrapho de 2ª classe, Americo Luiz Leitão
 Primeiro tachygrapho, Armando de Oliveira Carvalho, desde 1 de dezembro
 Tachygrapho, supplente, João Ribeiro Mendes
 Medico, Annibal de Moraes Mello, até 28 de fevereiro
 Zelador, Jacob Pinto Peixoto
 Continuo, José Francisco Guarino
 Continuo, Ladislau de Almeida
 Continuo, Armando Gonçalves dos Santos
 Continuo, Jayme José Pires, desde 1 de março
 Guarda, Francisco Fernandes Braga
 Guarda, Pedro Cordeiro de Souza, até 30 de abril
 Guarda, Hilario Francisco de Jesus
 Guarda, Ernesto Alves Peixoto

5.940\$000
 1.400\$000
 3.400\$000
 3.000\$000
 3.000\$000
 3.000\$000
 2.400\$000
 1.944\$000
 1.944\$000
 3.551\$400
 4.560\$000
 3.113\$000
 300\$000
 1.944\$000
 500\$000
 1.360\$000
 1.536\$000
 1.536\$000
 1.536\$000
 1.280\$000
 1.400\$000
 360\$000
 1.400\$000
 1.400\$000

| | Ouro | Papel | |
|--|------------|-------|----------|
| | | F. 32 | Variavel |
| Guarda, Manoel Honório Ferreira, desde 1 de outubro | 270\$000 | | |
| Guarda, Amadeu Corrêa de Azevedo, desde 1 de dezembro | 90\$000 | | |
| Servente, Manoel Alves de Magalhães, desde 1 de abril | 684\$000 | | |
| Guarda, João Manoel Pinto, desde 1 de fevereiro | 000\$000 | | |
| De 25 %: | | | |
| Chefe de secção, Joaquim Ferreira de Salles | 5.235\$000 | | |
| Director, Nestor Massena, desde 1 de abril | 4.405\$000 | | |
| Director, Amílcar Marchesini, até 31 de maio | 2.225\$000 | | |
| Conservador da bibliotheca, Aécio Guerra, até 31 de janeiro | 225\$000 | | |
| Redactor de debates, José Maria Goullart de Andrade | 3.400\$000 | | |
| Redactor de debates, Nestor Ascoli, até 31 de novembro | 3.437\$500 | | |
| Redactor de debates, Sertorio Maximiano de Castro | 3.750\$000 | | |
| 1º official, Heitor Modesto de Almeida | 4.500\$000 | | |
| Tachygrapho de 1ª classe, Ismar Grey Tavares, desde 1 de outubro | 1.110\$750 | | |
| Mecico, Amílcar de Moraes Mello, desde 1 de março | 3.125\$000 | | |
| Chefe de sub-seção, Lucas Ferreira Salles | 3.165\$000 | | |
| Continuo, Hernesto Duarte | 1.920\$000 | | |
| Continuo Anacleto Froilencio Aurnheimer | 1.920\$000 | | |
| Guarda, Alvaro Evangelista Nogueira | 1.350\$000 | | |
| Guarda, Pedro Cardoso de Souza, desde 1 de maio | 000\$000 | | |
| Guarda, Leonardo do Amaral Teste | 1.350\$000 | | |
| De 30 %: | | | |
| Secretario da presidencia, Otto Prazeres | 7.380\$000 | | |
| Redactor dos documentos parlamentares, Primitivo Alaguer | 5.886\$000 | | |
| Director, Francisco Modesto | 6.480\$000 | | |
| Director, Manoel Gonçalves Vieira | 6.480\$000 | | |

| | |
|--|--------------|
| Director, Amílcar Marchesini, desde 1 de abril..... | 4.860\$000 |
| Conservador do archivo, Cícero Gabriel da Trindade | 3.240\$000 |
| Conservador da Bibliotheca, Aécio Guerra, desde 1 de fevereiro..... | 2.970\$000 |
| Redactor de debates, Antonio Gervasio Alves Sa- raiva..... | 4.500\$000 |
| Redactor de debates, Nestor Ascoli, desde 1 de ou- tubro..... | 1.125\$000 |
| Tachygrapho de 1ª classe, Alcides Marques Pinto..... | 5.331\$600 |
| Director da tachygraphia, Eurico Jacy Monteiro de Oliveira..... | 7.200\$000 |
| Tachygrapho de 1ª classe, Aureliano de Souza O. Coutinho..... | 5.331\$600 |
| Tachygrapho de 1ª classe, Amaro de Albuquerque | 5.331\$600 |
| Primeiro tachygrapho, Lincoln Godinho..... | 6.480\$000 |
| Tachygrapho de 1ª classe, Salomão de Vasconcellos. | 5.331\$600 |
| Tachygrapho de 2ª classe, José Mariano Carneiro Leão | 4.360\$100 |
| Chefe da Portaria, Augusto Teixeira Môcho..... | 4.500\$000 |
| Porteiro, José Pinto Machado..... | 3.600\$000 |
| Continuo, Paulo Martins de Lima..... | 2.304\$000 |
| Continuo, Serapião de Oliveira..... | 2.304\$000 |
| Continuo, Alexandre Cidade..... | 2.304\$000 |
| Continuo, Luiz Bernardes Chaumet..... | 2.304\$000 |
| Continuo, Manoel Pereira de Sant'Anna..... | 2.304\$000 |
| Continuo, João Müller Inthurn..... | 2.304\$000 |
| | 238.307\$470 |

Sub-consignação n. 6, em vez de 24.600\$, diga-se 35.177\$916, acrescentan-
do-se-lhe: 1 ajudante do chefe da Portaria, 10.577\$916; acrescenta-se a
seguinte Sub-consignação, n. 7.

Em disponibilidade:

| | |
|--|-------------|
| 1 director, Dr. Rodolpho Custodio Ferreira..... | 27.900\$000 |
| 1 director, Dr. José Maria de Albuquerque Bello... | 19.800\$000 |
| 1 chefe de secção, Honorio Quintanilha Netto Ma- chado..... | 18.560\$000 |
| 1 chefe de secção, Francisco Diogo Capper..... | 24.270\$000 |

pelo seguinte : augmentada de 66.000\$ para gratificação e representação do director do gabinete e dos officiaes e auxiliares do gabinete, conforme a distribuição que for determinada pelo Ministro, 102.000\$; Sub-consignação n. 4, em vez de gratificação a um dactylographo do gabinete, 3.000\$, liga-se: 3.600\$; Sub-consignação n. 8, augmentada de 1.350\$ para fardamento dos cinco correios, sete continuos e nove serventes, na razão de 300\$ a cada um", 6.300\$000.

Material — Sub-consignação n. 1 — Redija-se do seguinte modo : "Acquisição e concerto de moveis, tapetes, cortinas, reposteiros e accessorios"; Sub-consignação n. 11, em vez de 24.000\$, diga-se: 50.000\$; despesas diversas, accrescente-se o seguinte, n. 16 — Despesas com o regulamento e consolidação das disposições legais sobre registos publicos, de accordo com o decreto n. 5.056, de 6 de novembro de 1926, trabalho entregue aos Drs. Philadelpho de Azevedo e Gabriel Bernardes, sob a direcção do desembargador Dr. Ataulfo N. de Paiva, com approvação do Ministro da Justiça e Negocios Interiores, pelo officio de 13 de novembro de 1926, 30.000\$; accrescente-se o seguinte, sob o titulo: Despesas da Contadoria Seccional: objectos de expediente, 2.800\$; utensilios, 200\$; total, 3.000\$000.

11. *Gabinete do Consullor Geral da Republica*.....

12. *Justiça Federal* — Supremo Tribunal Federal : augmentada de 360.000\$ para, de accordo com o art. 3º do decreto n. 5.025, de 1 de outubro de 1926, ser substituida a tabella da Sub-consignação n. 1 — Pessoal — pela seguinte :

1 presidente :

| | |
|--------------------------------|-------------|
| Ordenado..... | 56.000\$000 |
| Gratificação..... | 28.000\$000 |
| Gratificação de exercicio..... | 6.000\$000 |
| | 90.000\$000 |

14 membros :

| | |
|-------------------|----------------|
| Ordenado..... | 56.000\$000 |
| Gratificação..... | 28.000\$000 |
| | 84.000\$000 |
| | 1.176.000\$000 |
| | 1.266.000\$000 |

| | | |
|-------|--------------|--------------|
| | 703.500\$000 | 308.246\$118 |
| | 33.600\$000 | 15.315\$000 |

| | Ouro | Papéis | |
|--|-------------|--------------|---------|
| | Varivel | Fixa | Varivel |
| A. 2.ª. | | | |
| Sub-consignação n. 5, "Pessoal": augmentada de 62.220\$, para, de accôrdo com o art. 37, do decreto n. 5.053, de 5 de novembro de 1926: | | | |
| 19 officiaes de justiça, inclusive os dous do extincto Juizo dos Feitos da Fazenda: | | | |
| Ordenado | 3.040\$000 | | |
| Gratificação | 1.520\$000 | | |
| | 4.560\$000 | 86.640\$000 | |
| Sub-consignação n. 6 — Augmentada de 40.800\$, para, de accôrdo com o art. 43, do decreto n. 5.053, de 5 de novembro de 1926, mais um procurador da Republica, ficando assim redigida: | | | |
| 5 procuradores da Republica: | | | |
| Ordenado | 27.200\$000 | | |
| Gratificação | 13.600\$000 | 204.000\$000 | |
| | 40.800\$000 | | |
| Sub-consignação n. 12 — "Pessoal" — Acrescente-se: | | | |
| Gratificação de 5 % ao juiz federal, do Ceará, Dr. Sylvio Gentio de Lima..... | | 1.200\$000 | |
| Gratificação de 5 % ao substituto do juiz federal, do Ceará, Dr. Adonias Lima..... | | 720\$000 | |
| Gratificação adicional de 20 % ao substituto do juiz federal, da Parahyba, Dr. Francisco Gouveia Nobrega..... | | \$ | |
| Gratificação de 5 % ao juiz federal, de São Paulo, Dr. Washington Osorio de Oliveira..... | | 1.200\$000 | |

| | |
|---|------------|
| Gratificação de 10 % ao juiz federal, no Estado do Espírito Santo, Dr. José Tavares Bastos..... | 1.800\$000 |
| Gratificação de 5 % ao substituto do juiz federal no Estado de Goyaz, Dr. Luiz Xavier de Almeida... | 570\$000 |

Na Sub-consignação n. 17 — Reduza-se 1.664\$ de gratificação do juiz substituto federal de Sergipe, Dr. Francisco Vieira de Mello, por ter sido aposentado em 9 de fevereiro de 1926 — Pessoal, V (Juízo Seccional do Territorio do Acre), Sub-consignação n. 7, acrescente-se depois de — secção em disponibilidade — e depois de — 1 juiz de secção — o seguinte: "observando-se o disposto no art. 2º da lei n. 4.568, de 25 de agosto de 1922"; VI (Juízo Seccional do Estado do Amazonas) — Sub-consignação n. 8, em vez de — 1 juiz, ordenado 16.000\$ e gratificação 3.000\$ — diga-se: ordenado 16.000\$ e gratificação 8.000\$; em vez de — um substituto, ordenado 9.000\$ e gratificação 4.800\$ — diga-se: ordenado 9.600\$ e gratificação 4.800\$; XVI (Juízo Seccional do Estado da Bahia) — Sub-consignação n. 18, em vez de — gratificação adicional de 40 % ao juiz federal, Dr. Paulo Martins Fontes, 7:728\$, diga-se: 7:728\$; XXIII (Juízo Seccional do Estado de Minas Geraes) — Sub-consignação n. 25, em vez de 1 procurador da Republica, 8.400\$, diga-se — 2 procuradores da Republica, 16.800\$; XXIV (Juízo Seccional do Estado de Matto Grosso) — Sub-consignação n. 26, em vez de — 1 juiz, ordenado 12.600\$ e gratificação 6.000\$ — diga-se — ordenado 12.000\$ e gratificação 6.000\$000. Material — Sub-consignação n. 1, redija-se assim: "Livros, jornaes, revistas, almanack e encadernações para a bibliotheca"; Sub-consignação n. 2, redija-se assim: "aquisição e concerto de moveis, reposteiros e outros objectos"; Sub-consignação n. 9, em vez de 27.600\$, diga-se: 15.000\$, ficando assim redigida: "custeio, conservação e concerto de dous automoveis"; Sub-consignação n. 11, supprima-se a expressão "e eventuaes"; acrescente-se, logo após a Sub-consignação n. 14, o seguinte: "Serviços industriaes do Estado, da Imprensa Nacional, Correios e Telegraphos, 1.500\$; II. Ministerio Publico (Procuradoria Geral da Republica) — Consignação "Material" acrescente-se; para despesas do serviço de dactylographia, 2.160\$; acrescente-se, logo depois da Sub-consignação n. 18, o seguinte: "Serviços industriaes do Estado, 2.600\$; Sub-consignação n. 19, em vez de 2.160\$, diga-se: 2.000\$; Sub-consignação n. 22, em vez de

3 presidentes de Camaras:

| | |
|--------------------------------|--------------|
| Ordenado..... | 27.200\$000 |
| Gratificação..... | 13.600\$000 |
| Gratificação de exercício..... | 1.200\$000 |
| | <hr/> |
| | 42.000\$000 |
| | 126.000\$000 |

18 desembargadores:

| | |
|-------------------|--------------|
| Ordenado..... | 27.200\$000 |
| Gratificação..... | 13.600\$000 |
| | <hr/> |
| | 40.800\$000 |
| | 734.400\$000 |
| | <hr/> |
| | 904.200\$000 |

Gratificações adicionais (art. 285, do decreto n. 16.273, de 20 de dezembro de 1923):

De 60 %:

| | |
|--|-------------|
| Ao desembargador Cactano Pinto de Miranda Monte-negro..... | 24.480\$000 |
|--|-------------|

De 50 %:

| | |
|--|-------------|
| Ao desembargador Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu..... | 20.400\$000 |
|--|-------------|

De 40 %:

| | |
|---|-------------|
| Ao desembargador Ataulfo Napoles de Paiva..... | 16.320\$000 |
| Ao desembargador Pedro Francellino Guimarães..... | 16.320\$000 |
| Ao desembargador Afonso Lopes de Miranda..... | 16.320\$000 |
| Ao desembargador Celso Aprigio Guimarães..... | 16.320\$000 |
| Ao desembargador Luiz Guedes de Moraes Sarmento. | 16.320\$000 |
| Ao desembargador Torquato Baptista de Figueiredo. | 16.320\$000 |

signação n. 10 — Para gratificação extraordinária dos pretores criminaes, na razão de 300\$ mensaes, a cada um, por não receberem custas, 28.800\$000; Sub-consignação n. 12 — Para a gratificação extraordinária dos promotores publicos, na razão de 300\$, a cada um, por não receberem custas 28.800\$000; Sub-consignação n. 3, "Pessoal", onde se diz: "Desembargador João Alves de Castro, ordenado 20.000\$" — supprima-se, em virtude do fallecimento desse magistrado; Sub-consignação n. 6, em vez de 8 juizes de direito do crime, ordenado 18.400\$ e gratificação 9.200\$, 220.800\$, diga-se — ordenado 22.400\$ e gratificação, 11.200\$, 268.800\$; em vez de 1 juiz de direito do alistamento, ordenado 18.400\$ e gratificação 9.200\$, 27.600\$, diga-se — ordenado 22.400\$ e gratificação 11.200\$, 33.600\$; em vez de 6 juizes de direito do civil, ordenado 20.000\$ e gratificação 10.000\$, 180.000\$, diga-se ordenado 22.400 e gratificação 11.200\$, 201.600\$; em vez de 1 juiz de direito dos Feitos da Fazenda Municipal, ordenado 20.000\$ e gratificação 10.000\$, 30.000\$, diga-se: ordenado 22.400\$ e gratificação 11.210\$, 33.600\$; Sub-consignação n. 8, em vez de 1 correio, ordenado 1.000\$ e gratificação 800\$, diga-se ordenado 1.200\$ e gratificação 600\$; Sub-consignação n. 9, 14 sub-promotores, 117.600\$, supprima-se; Sub-consignações ns. 17 e 18, substitua-se a tabella pela seguinte:

1 juiz:

| | | |
|-------------------|-------------|-------------|
| Ordenado..... | 22.400\$000 | |
| Gratificação..... | 11.200\$000 | 33.600\$000 |

1 curador:

| | | |
|-------------------|-------------|-------------|
| Ordenado..... | 16.000\$000 | |
| Gratificação..... | 8.000\$000 | 24.000\$000 |

1 medico :

| | | |
|-------------------|------------|-------------|
| Ordenado..... | 9.200\$000 | |
| Gratificação..... | 4.600\$000 | 13.800\$000 |

| | Ouro Variável | Papel | |
|--|------------------|-------|-------------|
| | | Fixa | Variável |
| 1 advogado : | | | |
| Ordenado..... | 8.000\$000 | | |
| Gratificação..... | 4.000\$000 | | 12.000\$000 |
| 1 escrivão : | | | |
| Ordenado..... | 8.000\$000 | | |
| Gratificação..... | 4.000\$000 | | 12.000\$000 |
| 4 escreventes juramentados: | | | |
| Ordenado..... | 3.200\$000 | | |
| Gratificação..... | 1.600\$000 | | |
| | 4.800\$000 | | 19.200\$000 |
| 10 commissarios de vigilancia : | | | |
| Ordenado..... | 3.200\$000 | | |
| Gratificação..... | 1.600\$000 | | |
| | 4.800\$000 | | 48.000\$000 |
| 4 officiaes de justiça : | | | |
| Ordenado..... | 2.000\$000 | | |
| Gratificação..... | 1.000\$000 | | |
| | 3.000\$000 | | 12.000\$000 |
| 1 servente (salario) : | | | 1.500\$000 |

Vida.

1 porteiro :

| | |
|-------------------|--------------|
| Ordenado..... | 1.600\$000 |
| Gratificação..... | 800\$000 |
| | <hr/> |
| | 2.400\$000 |
| | <hr/> |
| | 178.500\$000 |

Diarias

Diarias para quatro officiaes de justiça, na razão de 2\$ diarios a cada um.....

| |
|-----------------|
| <i>Variavel</i> |
| 2.920\$000 |

Diarias para 10 commissarios de vigilancia, na razão de 2\$ a cada um.....

| |
|-------------|
| 7.300\$000 |
| <hr/> |
| 10.220\$000 |

Sub-assignações ns. 20 e 24 (*Abrigo de Menores*), substitua-se a tabella pela seguinte :

1 director :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 6.000\$000 |
| Gratificação..... | 3.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 9.000\$000 |

1 escriptuario :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 3.200\$000 |
| Gratificação..... | 1.600\$000 |
| | <hr/> |
| | 4.800\$000 |

| | Custo | Papel | |
|-------------------------------|------------|-------|------------|
| | | Fixo | Variável |
| 1 amanuense : | | | |
| Ordenado..... | 1.600\$000 | | |
| Gratificação..... | 800\$000 | | 2.400\$000 |
| 1 almoxarife : | | | |
| Ordenado..... | 3.200\$000 | | |
| Gratificação..... | 1.600\$000 | | 4.800\$000 |
| 1 identificador : | | | |
| Ordenado..... | 2.400\$000 | | |
| Gratificação..... | 1.200\$000 | | 3.600\$000 |
| 1 auxiliar de identificador : | | | |
| Ordenado..... | 1.600\$000 | | |
| Gratificação..... | 800\$000 | | 2.400\$000 |
| 1 porteiro : | | | |
| Ordenado..... | 2.000\$000 | | |
| Gratificação..... | 1.000\$000 | | 3.000\$000 |
| 6 serventes : | | | |
| Gratificação..... | 1.200\$000 | | 7.200\$000 |

Verbas

| | | |
|---------------------------------|-------------|-------------|
| 1 cozinheiro : | | |
| Gratificação..... | 1 :200\$000 | 1 :200\$000 |
| 1 ajudante de cozinheiro : | | |
| Gratificação..... | 600\$000 | 600\$000 |
| 1 professor primario : | | |
| Ordenado..... | 2 :400\$000 | |
| Gratificação..... | 1 :200\$000 | 3 :600\$000 |
| 1 professora primaria : | | |
| Ordenado..... | 2 :400\$000 | |
| Gratificação..... | 1 :200\$000 | 3 :600\$000 |
| 1 mestre de gymnastica : | | |
| Gratificação..... | 2 :400\$000 | 2 :400\$000 |
| 1 mestre de trabalhos manuaes : | | |
| Gratificação..... | 2 :400\$000 | 2 :400\$000 |
| 1 inspector : | | |
| Ordenado..... | 2 :400\$000 | |
| Gratificação..... | 1 :200\$000 | 3 :600\$000 |

| Votos | Ouro Variação | Papéis | |
|-------------------------------|------------------|--------|-------------|
| | | Pagos | Valor em \$ |
| 1 amanuense : | | | |
| Ordenado | 1.600\$000 | | |
| Gratificação | 800\$000 | | |
| | | | 2.400\$000 |
| 1 almoxarife : | | | |
| Ordenado | 3.200\$000 | | |
| Gratificação | 1.600\$000 | | |
| | | | 4.800\$000 |
| 1 identificador : | | | |
| Ordenado | 2.400\$000 | | |
| Gratificação | 1.200\$000 | | |
| | | | 3.600\$000 |
| 1 auxiliar de identificador : | | | |
| Ordenado | 1.600\$000 | | |
| Gratificação | 800\$000 | | |
| | | | 2.400\$000 |
| 1 porteiro : | | | |
| Ordenado | 2.000\$000 | | |
| Gratificação | 1.000\$000 | | |
| | | | 3.000\$000 |
| 6 serventes : | | | |
| Gratificação | 1.200\$000 | | |
| | | | 7.200\$000 |

| | | | |
|---------------------------------|------------|------------|--|
| 1 cozinheiro : | | | |
| Gratificação..... | 1:200\$000 | 1:200\$000 | |
| 1 ajudante de cozinheiro : | | | |
| Gratificação..... | 600\$000 | 600\$000 | |
| 1 professor primario : | | | |
| Ordenado..... | 2:400\$000 | | |
| Gratificação..... | 1:200\$000 | 3:600\$000 | |
| 1 professora primaria : | | | |
| Ordenado..... | 2:400\$000 | | |
| Gratificação..... | 1:200\$000 | 3:600\$000 | |
| 1 mestre de gymnastica : | | | |
| Gratificação..... | 2:400\$000 | 2:400\$000 | |
| 1 mestre de trabalhos manuaes : | | | |
| Gratificação..... | 2:400\$000 | 2:400\$000 | |
| 1 inspector : | | | |
| Ordenado..... | 2:400\$000 | | |
| Gratificação..... | 1:200\$000 | 3:600\$000 | |

| | Ouro Varado | Papel | |
|-------------------|----------------|-------|-------------|
| | | Fixo | Varado |
| 1 sub-inspector : | | | |
| Ordenado | 2.400\$000 | | |
| Gratificação | 1.400\$000 | | 3.400\$000 |
| 1 inspectora : | | | |
| Ordenado | 2.400\$000 | | |
| Gratificação | 1.200\$000 | | 3.400\$000 |
| 1 sub-inspector : | | | |
| Ordenado | 2.400\$000 | | |
| Gratificação | 1.400\$000 | | 3.400\$000 |
| 1 dentista : | | | |
| Gratificação | 1.200\$000 | | 1.200\$000 |
| 1 enfermeiro : | | | |
| Gratificação | 1.200\$000 | | 1.200\$000 |
| 1 enfermeira : | | | |
| Gratificação | 960\$000 | | 960\$000 |
| 6 guardas : | | | |
| Gratificação | 1.200\$000 | | 7.200\$000 |
| | | | 74.760\$000 |

Varas

Escola João Luis Alves — De accordo com o regulamento approved pelo decreto n. 17.508, de 4 de novembro de 1926, accrescente-se :
(Vencimentos, inclusive a incorporação definitiva da gratificação provisoria.)

PESSOAL

1 director :

| | | |
|-------------------|------------|-------------|
| Ordenado..... | 7.800\$000 | |
| Gratificação..... | 3.900\$000 | 11.700\$000 |

1° escriptuario :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 4.640\$000 | |
| Gratificação..... | 2.320\$000 | 6.960\$000 |

1 amanuense :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 2.480\$000 | |
| Gratificação..... | 1.240\$000 | 3.720\$000 |

1 almoxarife :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 4.640\$000 | |
| Gratificação..... | 2.320\$000 | 6.960\$000 |

1 medico :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 5.600\$000 | |
| Gratificação..... | 2.800\$000 | 8.400\$000 |

| | | |
|--------------------------|------------|-------------|
| 1° porteiro : | | |
| Ordenado..... | 3:040\$000 | |
| Gratificação..... | 1:520\$000 | 4:560\$000 |
| 1 dispenseiro : | | |
| Ordenado..... | 2:480\$000 | |
| Gratificação..... | 1:240\$000 | 3:720\$000 |
| 1 roupeiro : | | |
| Ordenado..... | 3:040\$000 | |
| Gratificação..... | 1:520\$000 | 4:560\$000 |
| 1 mestre de desenho : | | |
| Gratificação..... | 3:720\$000 | 3:720\$000 |
| 1 mestre de musica : | | |
| Gratificação..... | 3:720\$000 | 3:720\$000 |
| 1 mestre de gymnastica : | | |
| Gratificação..... | 3:720\$000 | 3:720\$000 |
| 4 mestres de officinas : | | |
| Gratificação..... | 3:720\$000 | 14:880\$000 |
| 1 enfermeiro : | | |
| Gratificação..... | 1:520\$000 | 1:520\$000 |

| | Ouro Variável | Papel | |
|-------------------------------|------------------|-------------|----------|
| | | Fixa | Variável |
| 8 guardas : | | | |
| Gratificação..... | 1:920\$000 | 15:360\$000 | |
| 8 serventes : | | | |
| Gratificação..... | 1:920\$000 | 15:360\$000 | |
| 8 lavadeiras e engommadizas : | | | |
| Gratificação..... | 1:536\$000 | 12:288\$000 | |
| 1 cozinheiro : | | | |
| Gratificação..... | 1:920\$000 | 1:920\$000 | |
| 1 ajudante de cozinheiro : | | | |
| Gratificação..... | 960\$000 | 960\$000 | |
| 2 jardineiros : | | | |
| Gratificação..... | 2:406\$250 | 4:072\$500 | |
| 2 chapeiros : | | | |
| Gratificação..... | 2:406\$250 | 4:072\$500 | |
| 1 cocheiro : | | | |
| Gratificação..... | 2:820\$000 | 2:820\$000 | |
| 1 ajudante de cocheiro : | | | |
| Gratificação..... | 1:920\$000 | 1:920\$000 | |

1 carreiro :

Gratificação 1 :920\$000 1 :920\$000

1 capineiro :

Gratificação 1 :536\$000 1 :536\$000

200 :685\$000

Juiz Privativo de Accidentes do Trabalho

1 juiz :

Ordenado 22 :400\$000
Gratificação 11 :200\$000 33 :600\$000

1 curador :

Ordenado 16 :000\$000
Gratificação 8 :000\$000 24 :000\$000

1 escrivão :

Ordenado 4 :800\$000
Gratificação 2 :400\$000 7 :200\$000

2 officinaes de justiça :

Ordenado 2 :000\$000
Gratificação 1 :000\$000 6 :000\$000

70 :800\$000

| | Otro | Papel |
|---|------------|------------|
| | Variavel | Fixa |
| <i>Conselho de Assistencia e Protecção aos Menores</i> — Nos termos do art. 91 do regulamento approved pelo decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923. | | |
| De accôrdo com o regimento interno, baixado em virtude do decreto n. 16.388, de 27 de janeiro de 1921, substituiu-se a tabella da Sub-consignação n. 19, "Pessoal" no total de 9.499\$999, pela seguinte: | | |
| 1 escriptuario e dactylographo: | | |
| Ordenado | 2.400\$000 | |
| Gratificação | 1.200\$000 | |
| | | 3.600\$000 |
| 1 porteiro: | | |
| Ordenado | 1.600\$000 | |
| Gratificação | 800\$000 | |
| | | 2.400\$000 |
| 1 continuo: | | |
| Ordenado | 1.333\$333 | |
| Gratificação | 666\$666 | |
| | | 1.999\$999 |
| 1 servente: | | |
| Ordenado | 1.000\$000 | |
| Gratificação | 500\$000 | |
| | | 1.500\$000 |
| | | 9.499\$999 |

Material — Sub-consignações ns. 1 a 7 (*Secretaria da Corte de Appellação*)
substituem-se pela seguinte :

Permanente :

 Aquisição e concertos de moveis..... 2.000\$000

De consumo :

| | |
|---|-------------|
| Expediente..... | 20.000\$000 |
| Livros de escripturação e registro..... | 3.500\$0.0 |

Despesas diversas :

| | |
|---|--------------|
| Para os serviços de asseio, conservação e limpeza do novo edificio..... | 39.120\$000 |
| Eventuaes..... | 7.000\$000 |
| Taxa de esgoto..... | 136.118\$000 |

Serviços industriaes do Estado :

| | |
|--|-------------|
| Consumo d'agua..... | 108\$000 |
| Serviço telegraphico..... | 100\$000 |
| Serviço postal..... | 100\$000 |
| Publicação no <i>Diario Official</i> | 100\$000 |
| | <hr/> |
| | 71.864\$118 |

Juizes de Direito — Sub-consignações ns. 8 a 12 — substitua-se a tabella pela seguinte :

De consumo :

| | |
|-----------------|------------|
| Expediente..... | 9.000\$000 |
|-----------------|------------|

Serviços industriaes do Estado :

| | |
|--|------------|
| Consumo d'agua..... | 216\$000 |
| Publicação no <i>Diario Official</i> | 100\$000 |
| Serviço postal..... | 100\$000 |
| | <hr/> |
| | 9.316\$000 |

| | Papel | |
|---|--------------|----------|
| | Pixa | Variavel |
| Ouro | | |
| Variavel | | |
| Acrescentes-se: | | |
| I Permanente: | | |
| Livros e jornaes | 800\$000 | |
| Acquisição de moveis e utensilios | 10.000\$000 | |
| Ferramenta, machina e sua conservação | 10.000\$000 | |
| Camas, colchões, travesseiros e utensilios de dormitorio e enfermaria | 9.000\$000 | |
| Acquisição e conservação de vehiculos..... | 6.000\$000 | |
| II — De consumo ou transformação: | | |
| Forragem, ferragem, arreciamento e tratamento de animais | 3.000\$000 | |
| Objectos de expediente e desenho | 1.200\$000 | |
| Iluminação e força motriz | 7.000\$000 | |
| Calçado e vestuario dos recolhidos | 24.000\$000 | |
| Medicamentos, drogas e utensilios de pharmacia | 2.000\$000 | |
| Combustivel | 5.000\$000 | |
| Alimentação, inclusive a do pessoal e dietas | 60.000\$000 | |
| Materia prima para as officinas | 5.000\$000 | |
| III — Despesas diversas: | | |
| Eventuaes | 1.000\$000 | |
| | 144.000\$000 | |
| Juizo Privativo de Accidentes do Trabalho: | | |
| Objectos de expediente..... | 1.000\$000 | |
| Despesas miúdas e eventuaes | 2.500\$000 | |
| | 3.500\$000 | |

Acrescente-se, logo após as palavras "VIII — Abrigo de Menores", o seguinte: (Despesas da Secção Masculina):

Instrumentos cirurgicos e aparelhos para o gabinete medico..... 6.000\$000

Conselho Penitenciario:

Objectos de expediente..... 1.000\$000

Despesas miudas e eventuaes, inclusive as autorizadas pelo presidente do Conselho..... 16.000\$000

17.000\$000

Para collocação de menores desamparados em estabelecimentos de educação..... 25.000\$000

Tribunal do Jury — Acrescente-se logo após a Sub-consignação n. 13, o seguinte: "serviços industriaes do Estado, 1.000\$000". *Pretorias* — Sub-consignação n. 15, em vez de 8.000\$, diga-se 4.000\$; — acrescente-se, logo após a Sub-consignação n. 16, o seguinte: "Serviços industriaes do Estado, 400\$000." *Ministerio Publico* — acrescente-se, logo após a Sub-consignação n. 18, o seguinte: "Serviços industriaes do Estado, 250\$000". *Juizo de Menores* — acrescente-se, logo após a Sub-consignação n. 21, o seguinte: "Serviços industriaes do Estado, 850\$000." *Abrigo de Menores*, Sub-consignação n. 24, em vez de 123.000\$, diga-se 12.000\$ (sem alterar o total, devido a erro da proposta); acrescente-se, logo após a Sub-consignação n. 34, o seguinte: "Serviços industriaes do Estado (correios, estradas de ferro da União e publicações no *Diario Official*, 250\$000".

14. *Ajudas de custo a magistrados*.....

15. *Policia do Distrito Federal* — Reduzida de 8.400\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal", Sub-consignação n. 1, em vez de 7 censores das

4 0.4 084\$999

1 111 228\$230

5 500\$000

| | Soldo | Grat. |
|--|------------|-------------------------|
| 6 sargentos ajudantes de musica | 2:29\$000 | 1:147\$500 |
| | | 3:442\$500 20:655\$000 |
| 52 músicos de 1ª classe, sendo um cabo da fanfara | 1:573\$834 | 886\$666 |
| | | 2:660\$000 138:320\$000 |
| 52 músicos de 2ª classe | 1:411\$667 | 705\$833 |
| | | 2:117\$500 110:110\$000 |
| 52 músicos de 3ª classe | 1:258\$667 | 629\$333 |
| | | 1:888\$000 98:176\$000 |

Onde se diz: 6 mestres de musica a 2:660\$000. Supprima-se.
 Onde se diz: 6 contra-mestres de musica a 2:117\$500. Supprima-se.
 Onde se diz: 1 mestre de fofarra, 2:117\$500. Supprima-se.
 Onde se diz: "Alimentação para praças — Augmente-se de 297:840\$000.
 Onde se diz: "Para gratificação diaria de \$300 aos músicos de 3ª classe,
 etc, 5:694\$000". Supprima-se.

Reduza-se para 419 o numero de cabos de esquadra, rectificando-se o res-
 pectivo total de 681.240\$ para 679:618\$000.
 Onde se diz: Capitão Fernando de Sá Peixoto, 3:360\$000. Supprima-se,
 por haver este official revertido ao serviço activo.

Exclua-se, por fallecimento, os seguintes reformados:

| | |
|--|-------------|
| Coronel Dormevil da Silva Porto | 13:919\$952 |
| Tenente-coronel Alfredo Badurá dos Santos | 10:944\$000 |
| Major graduado Antonio José da Costa e Souza | 7:320\$000 |
| 2º sargento Josias de Medeiros Farias | 839\$500 |

| | Ouro Velho | Papéis | |
|--|--------------------|--------|--------|
| | | Fixo | Variao |
| 2º sargento João Paulo Gomes..... | 839\$500 | | |
| 3º sargento Sergio Henrique dos Santos..... | 1.258\$667 | | |
| 3º sargento Antonio Alves Ferreira Cardoso..... | 1.283\$000 | | |
| Forriel Antonio José Izidro..... | 766\$500 | | |
| Cabo de esquadra Julio Cesar de Souza Pinto..... | 766\$500 | | |
| Cabo de esquadra Luiz Antonio da Silva..... | 766\$500 | | |
| Cabo de esquadra Manoel do Nascimento Lima..... | 766\$500 | | |
| Anspeçada Arnindo da Costa Rego..... | 872\$667 | | |
| Anspeçada Antonio Gomes de Souza..... | 872\$667 | | |
| Anspeçada Candido Pereira de Faria..... | 730\$000 | | |
| Soldado José Ferreira Nobre..... | 730\$000 | | |
| Soldado Antonio José de Mello..... | 730\$000 | | |
| Soldado Manoel de Oliveira..... | 872\$667 | | |
| Soldado Manoel José da Silva, 2º..... | 486\$180 | | |
| Antonio da Silva Lô..... | 872\$667 | | |
| Gabriel Rodrigues..... | 730\$000 | | |
| João Francisco da Silva, 2º..... | 485\$000 | | |
| | 46.852\$467 | | |

Onde se diz "Major Francisco Rufino de Oliveira", diga-se, "8.511\$995", em vez de "4.080\$000".

Onde se diz "Soldo para officiaes aggregados", diga-se, "Vencimentos para aggregados".

Reduza-se para 3.384 o numero de 3.487 outras praias, rectificando-se o respectivo total de 4.564.483\$ para 4.429.656\$000.

Accrescentem-se os seguintes reformados:

| | |
|---|------------|
| Major graduado Severino Carlos Vidal..... | 9.280\$000 |
| Capitão Balerphonie de Andrade..... | 8.400\$000 |
| Capitão Mario Martins de Oliveira..... | 8.460\$000 |
| Capitão Francisco da Silva Caldas..... | 8.460\$000 |
| 2º tenente Sebastião Machado da Silveira..... | 5.000\$000 |

| | |
|---|------------|
| 1º sargento Aloysio Telles de Oliveira Campos..... | 1:77\$334 |
| 1º sargento Gerson Martins de Albuquerque..... | 1:77\$334 |
| 3º sargento Raul Vieira da Motta..... | 1:258\$667 |
| 3º sargento Joaquim Alberto..... | 1:258\$667 |
| 3º sargento Narcizo Rodrigues Villarinho..... | 1:258\$667 |
| 3º sargento André Alves Gonçalves..... | 1:258\$667 |
| 3º sargento José Adelino da Costa..... | 1:258\$667 |
| Cabo de esquadra Innocencio Caetano de Sant'Anna..... | 1:081\$334 |
| Cabo de esquadra João Vieira de Paiva..... | 1:081\$334 |
| Cabo de esquadra Francisco Alves de Oliveira (2º)..... | 1:081\$334 |
| Cabo de esquadra Camillo Alfredo Sodré..... | 1:081\$334 |
| Cabo de esquadra Joaquim de Sá Mattos..... | 1:081\$334 |
| Cabo de esquadra José Antonio dos Santos..... | 1:081\$334 |
| Cabo de esquadra Henrique Pereira Marques..... | 1:081\$334 |
| Cabo de esquadra Miguel José da Silva Gomes..... | 1:081\$334 |
| Cabo de esquadra Mario Gomes da Silva..... | 540\$667 |
| Cabo de esquadra João Francisco Maximo..... | 1:081\$334 |
| Cabo de esquadra Sergio Guilherme dos Santos..... | 1:081\$334 |
| Cabo de esquadra Alfredo Luiz de Souza..... | 1:081\$334 |
| Cabo de esquadra Antonio Francisco da Silva..... | 1:081\$334 |
| Cabo de esquadra, graduado, José de Freitas Sobrinho..... | 872\$667 |
| Anspeçada Antonio Galdino de Oliveira..... | 872\$667 |
| Anspeçada José Alves da Costa..... | 872\$667 |
| Anspeçada Agenor Quintana..... | 872\$667 |
| Anspeçada Henrique Alves dos Santos..... | 872\$667 |
| Anspeçada Raphael de Menezes..... | 872\$667 |
| Anspeçada Antonio Gomes de Souza..... | 872\$667 |
| Soldado José Vivenite de Almeida..... | 436\$333 |
| Soldado Hildebrando Ferreira Alves..... | 872\$667 |
| Soldado Miguel da Costa..... | 872\$667 |
| Soldado Antenor Figueiredo de Lima..... | 872\$667 |
| Soldado Antonio José de Aguiar Mariz..... | 872\$667 |
| Soldado Francisco Bezerra da Silva..... | 872\$667 |
| Soldado José Barbosa Braga..... | 872\$667 |
| Soldado Benedicto Dionysio da Silva..... | 872\$667 |
| Soldado Rosendo Pereira..... | 872\$667 |
| Soldado Antonio dos Santos Fonseca..... | 872\$667 |
| Soldado João Thomaz Fernandes..... | 872\$667 |

Diga-se :

1 procurador com honras de capitão :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 7:800\$000 |
| Gratificação..... | 3:900\$000 |
| | <hr/> |
| | 11:700\$000 |

N. 6 — Em vez de :

1 desenhista auxiliar do engenheiro :

| | |
|--------------------------|------------|
| Gratificação..... | 3:600\$000 |
| Augmento provisorio..... | 1:800\$000 |
| | <hr/> |
| | 5:400\$000 |

1 medico especialista encarregado do gabinete de biologia clinica :

| | |
|--------------------------|------------|
| Gratificação..... | 4:800\$000 |
| Augmento provisorio..... | 2:160\$000 |
| | <hr/> |
| | 6:960\$000 |

1 medico especialista de molestia de olhos, ouvidos, nariz e garganta :

| | |
|--------------------------|------------|
| Gratificação..... | 4:800\$000 |
| Augmento provisorio..... | 2:160\$000 |
| | <hr/> |
| | 6:960\$000 |

1 mestre mecanico electricista :

| | |
|--------------------------|------------|
| Ordenado..... | 4:800\$000 |
| Gratificação..... | 2:400\$000 |
| Augmento provisorio..... | 2:250\$000 |
| | <hr/> |
| | 9:720\$000 |

| | Cargo | Papal | |
|---|-------------|-------|-------------|
| | | Fixa | Variavel |
| Verbas | | | |
| 1 ^o massagista : | | | |
| Gratificação..... | 3 :600\$000 | | |
| Augmento provisorio..... | 1 :800\$000 | | 5 :400\$000 |
| 3 praticos de pharmacia : | | | |
| Gratificação..... | 3 :600\$000 | | |
| Augmento provisorio..... | 1 :800\$000 | | 5 :400\$000 |
| Diga-se : | | | |
| 1 desenhista auxiliar do engenheiro : | | | |
| Gratificação..... | 5 :400\$000 | | |
| 1 medico especialista, encarregado do gabinete de biologia clinica : | | | |
| Gratificação..... | 6 :900\$000 | | |
| 1 medico especialista de molestia de olhos, ouvidos, nariz e garganta : | | | |
| Gratificação..... | 6 :900\$000 | | |
| 1 mestre mecanico electricista : | | | |
| Ordenado..... | 6 :480\$000 | | |
| Gratificação..... | 3 :240\$000 | | 9 :720\$000 |
| 1 massagista : | | | |
| Gratificação..... | 5 :400\$000 | | |

3 praticos de pharmacia :

Gratificação..... 5.400\$000

Para um 2º tenente veterinario aggregado :

Soldo..... 5.199\$996
Gratificação..... 2.600\$004 7.800\$000

Onde se diz : Fardamento para praças, inclusive calçados e utensilios correctivos", diga-se : 1.331.946\$ em vez de 917.528\$300.

Accrescente-se, onde convier : "Para pagamento de cargos interinos, por substituições", 18.000\$000.

"Material" :

N. 1 — Aquisição de armamento. Augmente-se de 13.000\$ para 50.000\$000.

N. 2 — Munição. Augmente-se de 5.000\$ para 15.000\$000.

N. 5 — Mobiliario e utensilios de dormitorio, enfermarias, gabinetes medicos e dentario, refeitório e outras dependencias. Augmente-se de 15.000\$ para 30.000\$000.

N. 7 — Machinas, motores, apparelhos, instrumentos, ferramentas e utensilios para trabalhar em officinas, aulas, laboratorios, gabinetes technicos e outros departamentos. Augmente-se para 35.000\$000.

N. 8 — Aquisição de instrumental de musica. Augmente-se de 5.000\$ para 25.000\$000.

N. 9 — Objectos de expediente. Augmente-se de 43.000\$ para 70.000\$000.

N. 10 — Obras de conservação dos quartéis e outros proprios, nacionaes, pertencentes á corporação. Augmente-se de 80.000\$ para 100.000\$000.

N. 12 — Combustivel para machinas, automoveis e officinas, lubrificantes e material de lubrificação, limpeza e conservação de machinas e apparelhos. Augmente-se de 64.000\$ para 70.000\$000.

N. 13 — Medicamentos, drogas, productos chimicos, vasilhame para pharmacia e dentario. Augmente-se de 60.000\$ para 70.000\$000.

| Ouro | Papéis | |
|-------|----------------|----------------|
| | Fixa | Variavel |
| | 9.792.216\$191 | 9.426.562\$610 |
| | 162.600\$000 | 1.363.356\$118 |
| | 166.188\$360 | 789.273\$618 |

N. 14 — Pneumaticos, camargas de ar, peças diversas para automóveis e outros vehiculos de transporte de pessoal ou material. Augmente-se de 30.000\$ para 50.000\$000.

N. 15 — Material para o assento nos quantéis e conservação do armamento, arriamento e equipamento. Augmente-se de 6.000\$ para 15.000\$000.

N. 16 — Madeiras, couros, vernizes, ferragens e outros artigos para as officinas. Augmente-se de 50.000\$ para 60.000\$000.

N. 18 — Em vez de 10.000\$, diga-se 7.000\$000.

17. *Casa de Detenção*. — Façam-se as seguintes alterações: — "Material": Redigir-se, no material, as Sub-consignações ns. 1, 2, 11, 12 e 16, da seguinte maneira: n. 1 — Aquisição de muíres e arriamento; n. 3 — Mobiliario, camas e trem de cozinha; n. 11 — Ferragem e ferragem de muíres; n. 12 — Conservação do edificio e diversos concertos urgentes, 36.000\$; n. 16 — Material para lavanderia, assento, disquete-fantes e eventuaes; n. 17 — Para conclusão do pavilhão destinado aos deventos primarios, 150.000\$000.

18. *Casa de Correção*. — Façam-se as seguintes alterações: — Pessoal — Sub-consignação n. 3, salario dos penitenciarios, eleva-se de 15.000\$000 — Material — Sub-consignação n. 1, madeiras, accessorios e ferramentas para as officinas, augmenta-se de 20.000\$; Sub-consignação n. 3, em vez de 3.500\$, diga-se 3.000\$; Sub-consignação n. 4, em vez de 5.500\$, diga-se 5.000\$; Sub-consignação n. 5, diga-se: "aquisição e concertos de vehiculos de carga"; Sub-consignação n. 6, reduzida para 116.617\$500; Sub-consignação n. 8, "eventuaes e roupa de cama dos penitenciarios e dos reclusos do manicomio Juhoiario", eleva-se de 14.000\$; Sub-consignação n. 13, conservação e melhoramento no estabelecimento, eleva-se de 12.000\$; e Sub-consignação n. 19, em vez de 12.000\$, diga-se, 7.000\$000.

19. *Arquivo Nacional*. — Faça-se na tabela a seguinte alteração: — Material — Subconsignação n. 2, em vez de 700\$, diga-se 2.000\$, redigindo assim: "Lavras, impressos que interessam ao Brasil em ao serviço do arquivo"; Subconsignação n. 8 — Em vez de: "Unsallos para o assento da repar-tição", — 1.700\$, diga-se: "Unsallos para o assento da repartição, inclusive machinas de sugar pó" — 2.700\$; Subconsignação n. 10 — Em vez de: "Concerto de moveis e instrumentos", 500\$, diga-se: "Concerto de

moveis e instrumentos" — 500\$, diga-se: "Concerto de moveis e do material das officinas" — 1.000\$; Sub-consignação n. 11, em vez de 2.850\$, diga-se: 1.550\$000.....

184.181\$000

22.596\$118

20. *Assistencia Hospitalar no Brasil:*

Transfiram-se para nova verba — "Assistencia Hospitalar no Brasil" — todos os creditos de pessoal e material da verba n. 20 — "Assistencia a Aliados" — inclusive as duas Colonias com as seguintes alterações, no Hospital Nacional:

Material — Sub-consignação n. 1, em vez de 99.369\$500, diga-se: 45.000\$; na Sub-consignação n. 6, alimentação, diga-se: "alimentação e dietas" e eleve-se de 1.201.726\$ a 1.572.100\$; na Sub-consignação n. 8, medicamentos, drogas e vasillame, eleve-se de 160.394\$636 a 225.520\$; na Sub-consignação n. 12, fazendas, calçados, aviamentos, lavagem e encommenda de roupa, eleve-se de 190.347\$020 a 308.616\$000; na Sub-consignação n. 7, combustivel, lubrificantes e material de lubrificação, eleve-se de 86.143\$890 a 106.521\$000 — "Hospital Geral de Assistencia" — Sub-consignação n. 708, redija-se assim: "Dietas, não podendo a despesa exceder de 3\$ por pessoa".

; De accordo com o decreto n. 5.058, de 9 de novembro de 1916, transfiram-se para a nova verba — Assistencia Hospitalar no Brasil — todos os creditos Pessoal e Material do Hospital D. Pedro II, constantes da verba n. 21 — Departamento Nacional de Saude Publica: (Hospital D. Pedro II): acrescente-se, logo após a Sub-consignação n. 197, o seguinte: "Para construção de duas enfermarias e de um pavilhão para operações, inclusive instalações, 250.000\$000". (Pessoal, 73.391\$000). (Material, 437.606\$000).

De accordo com o fundo especial creado pela lei da Recita, acrescente-se, onde convier:

Para custeio, manutenção e desenvolvimento da Assistencia Hospitalar no Brasil, inclusive construção e aquisição de immoveis e instalações,.... 4.250.000\$000.

Transfiram-se, para a nova verba — "Assistencia Hospitalar no Brasil" — todos os creditos de pessoal e material do Hospital Geral de Assistencia constante da verba n. 21 — "Departamento Nacional de Saude Publica" —

| Ouro | Papel |
|----------|----------|
| Variavel | Fixa |
| Variavel | Variavel |

de accordo com o decreto n. 5.058, de 9 de novembro e 1926, com as seguintes alterações no material:

Verba n. 21 "Hospital Geral de Assistencia". Na verba material, VII permanente, substituir as consignações de ns. 701 a 705 pelas seguintes:

| | |
|--|-------------|
| Utensilios diversos..... | 5.400\$000 |
| Material clínico e cirurgico permanente..... | 40.400\$000 |
| | 45.800\$000 |

Na mesma verba VII — "Material de consumo ou de transformação" Substituir as Sub-assignações de ns. 706 a 718 pelas seguintes:

| | |
|---|--------------|
| Apparelhos de laboratorio e raios X, vidros e drogas para os mesmos servicos..... | 6.000\$000 |
| Objectos de pharmacia..... | 6.000\$000 |
| Material clinico cirurgico de consumo e objectos de enfermarias..... | 100.000\$000 |
| Dieta..... | 355.875\$000 |
| Alimentação do pessoal..... | 119.355\$000 |
| Medicamentos..... | 150.000\$000 |
| Desinfectantes..... | 8.000\$000 |
| Combustivel e lubrificantes..... | 38.000\$000 |
| Conservação de material..... | 25.000\$000 |
| Conservação do prédio..... | 15.000\$000 |
| Iluminação e material electrico..... | 20.000\$000 |
| Objectos de expediente..... | 18.000\$000 |
| Roupas..... | 20.000\$000 |
| | 881.230\$000 |

Na mesma verba VII — "Despesas diversas" — substituir as Sub-assignações ns. 719 a 721 pelas seguintes :

| | |
|--|-------------|
| Despesas de prompto pagamento e eventuaes..... | 10.000\$000 |
| Assignatura de aparelhos telephonicos..... | 2.000\$000 |

| | |
|-------------------------------------|----------------|
| Energia electrica..... | 7.000\$000 |
| Acquisição de uma cozinha a vapor.. | 75.000\$000 |
| Pessoal..... | 384.065\$000 |
| Material..... | 1.020.230\$000 |
| | 94.000\$000 |

"Assistencia Hospitalar no Brasil" (decreto n. 5.058, de 5 de novembro de 1926) :

Pessoal

1 inspector tecnico :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 10.800\$000 |
| Gratificação..... | 5.400\$000 |
| | 16.200\$000 |

1 secretario :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 9.600\$000 |
| Gratificação..... | 4.800\$000 |
| | 14.400\$000 |

1 thesourciro :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 9.600\$000 |
| Gratificação..... | 4.800\$000 |
| | 14.400\$000 |

1 amanuense :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 6.000\$000 |
| Gratificação..... | 2.400\$000 |
| | 8.400\$000 |

1 datylographo :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 3.600\$000 |
| Gratificação..... | 2.400\$000 |
| | 6.000\$000 |

Pessoal (total).....

43.200\$000

| Orço | Papal | |
|------|-------|----------|
| | Fixa | Variavel |

Sub-consignação n. 13 — Aluguel de casa para pharmaceutico. 1.200\$, suprimam-se Aluguel de casa para o administrador, 1.200\$, suprimam-se, Seção Feminina da Escola Profissional de Enfermeiras — Sub-consignação n. 19 : onde se diz : "Para gratificações a 30 alumnas internas, etc."; suprimam-se as palavras "sendo 18 a 300\$, a 12 a 375\$", até a palavra "regulamento", mantido o credito da proposta. Para os premios a que se refere o art. 67 do regulamento, 600\$000. Colonia de Alienados de Jacarapaguá — Material, onde se diz: "Acquisição de moveis e utensilios domesticos", diga-se: "Acquisição e concerto de moveis e utensilios domesticos". Colonia de Alienados no Engenho de Dentro — Sub-consignação n. 52, acrescente-se *in fine*: "e radiologicos". Onde se diz: "Livros, almanaes, jornaes e receitas medicas", diga-se: "Livros almanaes, jornaes e revistas medicas". Onde se diz: "Fumo e artigos para fumar", acrescente-se, *in fine*: "e cinematographo". Assistencia a Alienados — Sub-consignação n. 50, em vez de 5.000\$, diga-se: 6.800\$, redigindo-se assim: "Telephone e despesas eventuaes", onde está "eventuaes, 1.800\$", suprimam-se.

21. *Departamento Nacional de Saude Publica* — Feitas na tabella as seguintes alterações: — Pessoal — Sub-consignação n. 17 (Serviço de Fiscalização do Leite) — acrescente-se: Os actuaes chimicos especialistas, auxiliares de laboratório (chimicos), microbiologista e auxiliar de microbiologista do Serviço de Fiscalização de Leite e Lacteios, de accordo com o Regulamento do Departamento Nacional de Saude Publica, a qual se refere o decreto n. 16.300, de 31 de dezembro de 1923, passaram a ser chamados chimicos chefes, chimicos auxiliares, microbiologista e auxiliar de microbiologista, mediante apostilla nos seus titulos anteriores, conforme foi feito aos actuaes melhoes veterinarios no art. 1.678, do mesmo regulamento, substituindo-se a tabella, sem alterar a dotação, pela seguinte:

1 chefe de serviço:

| | |
|--------------------|--------------------|
| Ordenado | 8.800\$000 |
| Gratificação | 4.400\$000 |
| | 13.200\$000 |

1 chimico-chefe:

| | |
|--------------------|-------------------|
| Ordenado | 5.600\$000 |
| Gratificação | 2.800\$000 |
| | 8.400\$000 |

..... 1.517.467\$916 10 107.802\$293

8 químicos auxiliares :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 3.200\$000 |
| Gratificação..... | 1.600\$000 |
| | <hr/> |
| | 38.400\$000 |

1 escripturario :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 2.400\$000 |
| Gratificação..... | 1.200\$000 |
| | <hr/> |
| | 3.600\$000 |

| | |
|---------------------------------|--------------|
| 1 chimico-chefe..... | 8.400\$000 |
| 2 medicos veterinarios..... | 7.200\$000 |
| 1 microbiologista..... | 8.400\$000 |
| 1 auxiliar microbiologista..... | 4.800\$000 |
| 2 ensaiadores..... | 7.200\$000 |
| 6 serventes..... | 1.800\$000 |
| | <hr/> |
| | 124.800\$000 |

Pessoal — Consignação Directoria Geral :

Onde se diz : 17 sub-inspectores sanitarios..... 163.200\$000

Diga-se : 27 sub-inspectores sanitarios..... 259.200\$000

Sub-consignação "Propaganda" :

Onde se diz, delegado de Saude, chefe do serviço :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 11.760\$000 |
| Gratificação..... | 5.880\$000 |
| | <hr/> |
| | 17.640\$000 |

Diga-se, chefe de serviço :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 13.080\$000 |
| Gratificação..... | 6.540\$000 |
| | <hr/> |
| | 19.620\$000 |

| Ouro | Papel |
|-----------|-----------|
| Variações | Fixa |
| Variações | Variações |

Serviço de fiscalização de carnes verdes :

Suprimisse, *in-fine*, diária na razão de 15\$, ao encarregado do serviço no Matadouro, de accordo com o art. 1189, § 3º, do regulamento, 5.475\$000.

Consignação — *Directoria de Defesa Sanitaria Maritima e Fluvial* :

Onde se diz 14 foguistas..... 40.320\$000

Diga-se : 15 foguistas..... 43.200\$000

Consignação — *Hospital Paula Candido* — Inclua-se : —

1 interprete :

Ordenado..... 3.200\$000

Gratificação..... 1.600\$000

4.800\$000

Inspectorias e sub-inspectorias dos Portos dos Estados :

Accrescente-se mais :

Pessoal..... 16.400\$000

Material..... 6.000\$000

Para o restabelecimento da "*Sub-Inspectoria de Saude do Porto de Aracaju*" no Estado do Piahy.

"*Inspectorias e sub-inspectorias dos portos dos Estados*":

Restabeleçam-se as consignações necessarias para manter no quadro da Defesa Sanitaria Maritima, as sub-inspectorias dos portos de Aracaju, Cabedelo e São Francisco.

Pessoal..... 58.167\$000

Material..... 17.000\$000

**Pessoal — Serviço de Saneamento Rural no Distrito Federal — Sub-
consignação 26:**

Onde se lê: 15 sub-inspectores sanitarios ruracs gratifi-
cação 800\$000..... 144.000\$000

Diga-se: 13 sub-inspectores sanitarios ruracs, gratifi-
cação 800\$000..... 124.800\$000
Onde se lê: 10 microscopistas, gratificação 200\$000..... 24.000\$000

Diga-se: e microscopistas, gratificação 200\$000..... 19.200\$000

Consignação — "Directoria de Defesa Sanitaria Maritima":

"Diarias de alimentação, a 9 mestres, 6 machinistas, 3 motoristas, 15
foguistas, 32 marinheiros, 6 moços e 1 machinista sanitario, á razão de 3\$333
diarios, a cada um, durante 365 dias, 87.591\$240.

Serviço de Propaganda e Educação Sanitaria — Sub-consignação n. 15 —

Utensilios diversos: Onde se diz: 1.500\$, diga-se: 500\$000.
Sub-consignação n. 16 — Ampliação do Museu: Em vez de 1.000\$, diga-se:
2.000\$000.

Inspectoria de Fiscalização do Exercício da Medicina: Acrescente-se,
onde convier: Para a aquisição dos direitos autoracs do Código Pharmaceutico
Brasileiro: 100.000\$000.

Material para a Inspectoria de Fiscalização do Exercício da Medicina:
Sub-consignação n. 505 — Assignatura de telephones e eventuaes — Em
logar de 1.500\$, diga-se: 3.000\$000.

Sub-consignação n. 104: Onde se diz: "Conservação e reparos do ma-
terial e do prédio 9.000\$", diga-se: Conservação e reparo do material e dos
prédios a cargo do Departamento, 60.000\$000.

**Inspectoria de Prophylaxia da Lepra e das Doenças Venereas — Verba
"Material":**

Material permanente:

Utensilios diversos..... 10.000\$000
Aparelhos, instrumentos e vidraria..... 60.000\$000
70.000\$000

Artes

| Ouro | Papel | |
|------|-------|----------|
| | Fixa | Variável |

| | | |
|--|--------------|----------------|
| Material de consumo: — Aquisição e fabrico de medicamentos para os serviços de prophylaxia da lepra e das doenças venereas, no Districto Federal e nos Estados..... | 500.000\$000 | |
| Impressos, cartazes e folhetos, material photographico, inclusive impressão dos trabalhos da 1ª Conferencia da Lepra..... | 36.000\$000 | |
| Custeio de laboratorio..... | 15.000\$000 | |
| Custeio da enfermaria para leprosos e leitos para venereos..... | 60.000\$000 | 611.000\$000 |
| Despesas diversas: Conservação de vehiculos condução e expediente..... | 20.000\$000 | |
| Despesas de prompto pagamento e eventuais..... | 12.000\$000 | |
| Assinatura de telefones..... | 2.500\$000 | |
| Auxilios aos leprosos isolados ou ás suas familias..... | 30.000\$000 | |
| Subvenção á Fundação Gafiré e Guinle..... | 500.000\$000 | |
| Serviços de prophylaxia da lepra e das doenças venereas da zona rural do Districto Federal..... | 36.000\$000 | 690.500\$000 |
| Total..... | | 1.371.500\$000 |

Hospital São Sebastião: Na Sub-consignação n. 808 — Material de consumo do Hospital São Sebastião —, em vez de "Materiaes para conservação do predio", digase: "Reparos e conservação do predio — 290.000\$000.

Na Sub-consignação n. 814, Material de consumo, do Hospital São Sebastião, augmente-se 20.000\$000.

Na Sub-consignação n. 815, "Material de consumo", do Hospital São Sebastião, em vez de "Iluminação", digase: "Força e luz", com a dotação de 22.000\$000.

Na Sub-consignação n. 819, do Hospital São Sebastião, em vez de "Gelo para conservação de alimentos, sôros e medicamentos, 18'000\$", diga-se sob o título de "Material permanente": "Apparelhagem de refrigeração, de alimentos, sôros e medicamentos 18'000\$000.

Inspectoria de Hygiene Infantil — Substitua-se a tabella constante do n. 10, Inspectoria de Hygiene Infantil — Material — Sub-consignações ns. 1.001 a 1.011, pela seguinte:

Material permanente

| | |
|--|-------------|
| Instrumentos de cirurgia e de propedeutica medica..... | 6.000\$000 |
| Móveis de ferro para installação de consultorios..... | 5.000\$000 |
| Quadros muraes, objectos de cartão ceroplasticos e de projecção luminosa para os ensinamentos de Hygiene Infantil..... | 5.000\$000 |
| Utensilios diversos..... | 1.000\$000 |
| | 17.000\$000 |

Material de consumo

| | |
|---|-------------|
| Refeições para as mães que amamentam..... | 15.000\$000 |
| Medicamentos, drogas e material de consultorio..... | 20.000\$000 |
| Material de expediente, inclusive fichas e cartões..... | 15.000\$000 |
| Roupas..... | 6.000\$000 |
| Asseio e conservação das sédes e dos vehiculos..... | 3.000\$000 |
| Gaz, e electricidade..... | 3.000\$000 |
| Combustivel e lubrificantes..... | 12.000\$000 |
| | 74.000\$000 |

Despesas diversas

| | |
|---|--------------|
| 33.000 gratificações aos assistentes dos partos pelas notificações de nascimentos a 2\$000..... | 66.000\$000 |
| Assignaturas de aparelhos telephonicos..... | 1.185\$000 |
| Despesas de prompto pagamento e eventuaes..... | 15.000\$000 |
| Aluguel de casa para consultorios..... | 80.000\$000 |
| Para o Serviço de H. i. na Bahia..... | 75.000\$000 |
| | 237.185\$000 |

Orcel

Variavel

Fixa

Papal

Terças

Na Sub-consignação n. 1.101, do material da rubrica Abrigo Hospital Arthur Bernardes, em vez de 360 000\$ (trezentos e sessenta contos), diga-se: Para custeio e ampliação do hospital, inclusive pessoal, 360 000\$000.

Directoria dos Serviços Sanitarios do Distrito Federal — Sub-consignação n. 1.208 — Aluguéis de casas para as Delegacias de Saude: Reduza-se a dotação de 31 440\$ para 7 570\$000.

Inspectoria de Engenharia Sanitaria — Sub-consignação n. 405 — Aluguéis de casas: Reduza-se de 21 600\$ para 12 000\$000.

Augmentese de 24 000\$ a dotação da Sub-consignação n. 1.406, do material de consumo da rubrica — *Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia*: Inclua-se na mesma rubrica e na mesma parte referente o Material de consumo, a Sub-consignação n. 1.413 A. Para obras na estação da praça da Bandeira 50 000\$000.

Inspectoria de Prophylaxia da Tuberculose — Sub-consignação n. 1.501 — Apparelhos de Laboratorios Consultorios — Em vez de 6 000\$: diga-se 8 000\$000.

Sub-consignação n. 1.502 — Utensilios e aparelhos diversos — Em vez de 5 000\$: diga-se 16 000\$000.

Sub-consignação n. 1.508 — Asseio, conservação dos Dispensarios, machinas e de vehiculos — Em vez de 12 000\$: diga-se 30 000\$000.

Despesas diversas: Sub-consignação n. 1.511 — Despesas de prompto pagamento e eventuales — Em vez de 7 000\$: diga-se 12 000\$000.

Sub-consignação n. 1.513 — Aluguel de casa — Em vez de 15 840\$: diga-se 18 840\$000.

Sub-consignação n. 1.514 — Auxilios a tuberculosos isolados em domicilio — Em vez de 40 000\$: diga-se 75 000\$000.

Consignação n. 16 — *Inspectoria de Fiscalização de Generos Alimenticios* — Substitua-se pela seguinte:

Material de consumo:

| | |
|--|-------------|
| Expediente..... | 3 000\$000 |
| Material para inutilização de generos deteriorados e desinfectantes..... | 10 000\$000 |
| | 13 000\$000 |

Despesas diversas :

Despesas de prompto pagamento e eventuaes, inclusive
transporte.....
Assignatura de aparelhos telephonicos.....
Serviço industriaes do Estado.....

10 :000\$000
1 :160\$000
1 :000\$000

12 :160\$000
25 :160\$000

N. 17 — *Serviço de Fiscalização de Leite* — Substitua-se
pelo seguinte :

Material permanente :

Apparelhos e instrumentos de laboratorios.....

6 :500\$000

6 :500\$000

Material de consumo :

Substancias químicas, utensilios de pequena durabili-
dade e demais elementos necessarios ao funciona-
mento e conservação dos laboratorios.....
Iluminação, energia electrica e gaz.....
Expediente.....
Reparos e conservação do edificio e instalações.....

10 :500\$000
2 :200\$000
5 :000\$000
4 :600\$000

22 :300\$000

Despesas diversas :

Despesas de prompto pagamento e eventuaes, inclusive
transporte.....
Assignatura de aparelhos telephonicos.....
Serviço industriaes do Estado.....

5 :000\$000
1 :160\$000
1 :000\$000

7 :160\$000
35 :960\$000

| Curo | Pagel | |
|------|-------|----------|
| | Fixo | Variavel |

Velas

A' Sub-consignação n. 2.104, em vez de combustivel lubrificantes, 110.000\$, diga-se : Combustivel e lubrificantes, 100.000\$000.

A' Sub-consignação n. 2.105, onde se lê : Material de custeio, conservação e reparos dos transportes maritimos, 60.000\$, diga-se : Material de custeio, conservação e reparos dos transportes maritimos, 70.000\$000.

A' Sub-consignação n. 2.109, acrescente-se a palavra "diarias".

A' Sub-consignação n. 2.113, acrescente-se "e eventuais".

Depois da Sub-consignação n. 2.113, acrescente-se : n. 2.113 A — Serviços Industriais do Estado, 2.100\$; n. 2.113 B — Construção de uma escada de desembarque, 10.000\$000.

A' Sub-consignação n. 2.202, em vez de "Expediente, impressos e publicações, 36.000\$, diga-se : Expediente, impressos e publicações, 30.000\$000.

A' Sub-consignação n. 2.205, onde se lê : Custeio, conservação e reparos dos transportes maritimos e hospitais de isolamento, 70.000\$, diga-se : Custeio, conservação e reparos dos transportes maritimos e hospitais de isolamento, 76.000\$000. (Paula Cândido.)

A' Sub-consignação n. 2.303, em vez de Material clinico, 3.000\$, diga-se : Material clinico, 2.000\$000.

A' Sub-consignação n. 2.305, onde se lê : Dietas, 38.650\$, diga-se : Dietas para 180 doentes, 150.000\$000.

A' Sub-consignação n. 2.306, em vez de Alimentação do pessoal, 38.650\$, diga-se : Alimentação do pessoal, 45.000\$000.

A' Sub-consignação n. 2.307, onde se lê Medicamentos, 17.000\$, diga-se : Medicamentos, 20.000\$000.

A' Sub-consignação n. 2.308, em vez de Desinfectantes, 4.000\$, diga-se : Desinfectantes, 5.000\$000.

A' Sub-consignação n. 2.309, onde se diz Lubrificantes e combustivel, 7.000\$, diga-se : Lubrificantes e combustivel, 8.000\$000.

A' Sub-consignação n. 2.311, em vez de Illuminação, 5.250\$, diga-se : Illuminação, 4.250\$000.

A' Sub-consignação n. 2.312, onde se lê : Roupas, 3.000\$, diga-se : Roupas 5.000\$000.

Depois da Sub-consignação n. 2.314, augmente-se : n. 2.413 A — Cama colchoes, travessoes e demais utensilios hospitalares, 5.000\$000.

A' Sub-consignação n. 2.315, onde se lê : Despesas de prompto pagamento e eventuais, 1.000\$, diga-se : 2.000\$000

| | |
|---|-------------|
| Material — Consignação 26ª : Onde se lê : Sub-consignação n. 2.601 — Instrumentos cirurgicos 1.000\$, diga-se : Sub-consignação n. 2.601 — Instrumentos cirurgicos..... | 2.000\$000 |
| Sub-consignação n. 2.603* — Onde se lê : Utensilios diversos 3.000\$, diga-se : Utensilios diversos..... | 5.000\$000 |
| Sub-consignação n. 2.604 — Onde se lê : Arreios e correame 3.000\$, diga-se : Aquisição de meios de transporte e accesorios, inclusive correame..... | 53.000\$000 |
| Sub-consignação n. 2.605 — Onde se lê : Drogas 45.000\$, diga-se : Drogas..... | 40.000\$000 |
| Sub-consignação n. 2.606 — Onde se lê : Medicamentos 15.000\$, diga-se : Medicamentos..... | 10.000\$000 |

Serviço de Saneamento Rural nos Estados :

Consignação 27ª :

| | |
|--|--|
| Sub-consignação n. 2.710 — Onde se lê : Sgripe, 200.000\$000, supprima-se por ter extinto o serviço. | |
| Sub-consignação n. 2.715 — Onde se lê : Santa Catharina, 100.000\$000, supprima-se por ter sido extinto o Serviço. | |
| Sub-consignação n. 2.712 — Onde se lê : Espírito Santo, 200.000\$000, supprima-se por ter sido extinto o Serviço. | |

Sub-consignação 28ª — Serviços de Prophylaxia da Lepra e das Doenças Venereas nos Estados. Acrescente-se a quantia de 500.000\$ para a conclusão das obras do Leprosario de São Luiz do Maranhão.

Inspectoria de Prophylaxia da Tuberculose, acrescentando-se : cumprindo ao Estado concorrer com igual quantia, sob pena de rescisão do contracto (Serviço de Saneamento Rural nos Estados) — Sub-consignação n. 2.701, accrescente *ex-lie in-fine* : sob pena de rescisão do contracto, si até 31 de dezembro de 1926, não estiver feito o recolhimento, por parte do Estado, das quotas em atraso (Serviço de Prophylaxia da Lepra e Doenças Venereas nos Estados) — Sub-consignação n. 2.816, em vez de 33.540\$, diga-se, 50.000\$, e, acrescentando-se neste titulo, o seguinte : "sob pena de rescisão do contracto si, até 31 de dezembro de 1926, o Estado não tiver feito o recolhimento das quotas em atraso"

..... 10.756.315\$615 12.163.470\$000

| Verbas | Ouro | Papel | |
|--|-------------------|-------------|-------------|
| | | Fixa | Variavel |
| 22. <i>Departamento Nacional do Ensino</i> — Aumentada de 9.737.579\$638, reunidas a verbas 22 ^a , 23 ^a , 24 ^a , 25 ^a , 26 ^a , 27 ^a e 42 ^a em uma só, assim redigida: Leis ns. 1.841, de 31 de dezembro de 1907; n. 8.659, de 5 de abril de 1911; numero 2.544, de 4 de janeiro de 1912; n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916; n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918; n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919; n. 3.678, de 8 de janeiro de 1919; n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920, e n. 4.555, de 10 de agosto de 1922. Decretos n. 1.210, de 13 de janeiro de 1893; n. 3.964, de 23 de março de 1901; n. 4.780, de 2 de março de 1903; n. 3.890, de 1 de janeiro de 1904; n. 6.621, de 29 de agosto de 1907 (ext. 107); n. 1.786, de 28 de novembro de 1907; n. 8.064, de 14 de setembro de 1911; n. 9.056, de 18 de outubro de 1911; n. 9.116, de 16 de novembro de 1911; n. 11.784, de 13 de outubro de 1915; n. 11.749, de 13 de outubro de 1915; n. 12.001, de 22 de março de 1916; n. 14.572, de 23 de dezembro de 1920; n. 16.753, de 31 de dezembro de 1924, e n. 16.782, de 13 de janeiro de 1925. | | | |
| I — DIRECTORIA GERAL: | | | |
| 1. Secretaria — <i>Pessoal</i> : | | | |
| 1 director geral: | | | |
| | Ordenado..... | 16.000\$000 | |
| | Gratificação..... | 8.000\$000 | 24.000\$000 |
| 2 directores de secção: | | | |
| | Gratificação..... | 4.000\$000 | |
| | Ordenado..... | 8.000\$000 | |
| | | 12.000\$000 | 24.000\$000 |

2 primeiros officiaes :

| | | |
|-------------------|------------|-------------|
| Ordenado..... | 6.400\$000 | |
| Gratificação..... | 3.200\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 9.600\$000 | 19.200\$000 |

3 segundo officiaes :

| | | |
|-------------------|------------|-------------|
| Ordenado..... | 4.800\$000 | |
| Gratificação..... | 2.400\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 7.200\$000 | 21.600\$000 |

5 terceiros officiaes :

| | | |
|-------------------|------------|-------------|
| Ordenado..... | 3.600\$000 | |
| Gratificação..... | 1.800\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 5.400\$000 | 27.000\$000 |

1 cartographo :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 2.400\$000 | |
| Gratificação..... | 1.200\$000 | |
| | <hr/> | |
| | | 3.600\$000 |

2 dactylographos :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 2.400\$000 | |
| Gratificação..... | 1.200\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 3.600\$000 | 7.200\$000 |

1 porteiro :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 6.000\$000 | |
| Gratificação..... | 3.000\$000 | |
| | <hr/> | |
| | | 9.000\$000 |

1 ajudante de porteiro :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 4.000\$000 | |
| Gratificação..... | 2.000\$000 | |
| | <hr/> | |
| | | 6.000\$000 |

| Verbas | Ordem | Papéis | |
|--|-------------------|------------|--------------|
| | | Fixa | Variavel |
| 1 contínuo : | | | |
| | Ordenado..... | 3.600\$000 | |
| | Gratificação..... | 1.800\$000 | 5.400\$000 |
| 1 correio : | | | |
| | Gratificação..... | 1.800\$000 | |
| | Gratificação..... | 5.400\$000 | 5.400\$000 |
| 3 serventes * | | | |
| | Salário..... | 3.600\$000 | 10.800\$000 |
| | | | 163.200\$000 |
| Diarias | | | |
| 2. Para diaria do correio á razão de 2\$, durante 365 dias..... | | | |
| | | | 730\$000 |
| Auxílios | | | |
| 3. Aluguel de casa para o porteiro..... | | | |
| | | | 1.800\$000 |
| 4. Fardamento para o porteiro, ajudante de porteiro, continuo, a 300\$ cada um, e tres serventes, a 150\$ cada um..... | | | |
| | | | 1.650\$000 |
| | | | 3.450\$000 |

II — INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR E SECUNDARIO

Subvenções

5. Subvenção á Faculdade de Direito de São Paulo, inclusive 4.800\$ para o subsecutario, cobrado 621.700\$000.

6. Subvenção á Faculdade de Direito do Recife, 674.300\$000.
7. Subvenção á Faculdade de Direito da Bahia, 1.719.380\$000.
8. Subvenção ao Collegio Pedro II, 1.294.448\$000.
9. Para a continuação da manutenção do Instituto Franco Brasileiro de Alta Cultura Scientifica e Litttraria, 50.000\$000.
10. Para pagamento da gratificação dos directores dos institutos, 48.000\$000.
(Despesas independentes das que são proprias a cada instituto — art. 4º do regimento da Universidade, approved pelo decreto n. 14.572, de 23 de dezembro de 1920.)

Gratificações extraordinarias

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

Pessoal

11. 1 secretario :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 6.400\$000 |
| Gratificação..... | 3.200\$000 |
| | <hr/> |
| | 9.600\$000 |

1 official :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 4.000\$000 |
| Gratificação..... | 2.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 6.000\$000 |

1 dactylographo :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 2.400\$000 |
| Gratificação..... | 1.200\$000 |
| | <hr/> |
| | 3.600\$000 |

1 continuo :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 1.600\$000 |
| Gratificação..... | 800\$000 |
| | <hr/> |
| | 2.400\$000 |

| Descrição | Papéis | |
|-----------|--------|----------|
| | Fixa | Variável |

Verbas

1 servente :

| | | |
|--------------|-------------|--------------|
| Salário..... | 2 :160\$000 | 2 :160\$000 |
| | | 23 :760\$000 |

Auxílios

12. Pardamento ao continuo, 300\$000.
13. Pardamento ao servente, 150\$000.

Subvenções da Universidade

14. Subvenção á Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, inclusive 150.000\$, para instalação de laboratorios de accôrdo com o decreto n. 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925, 50.000\$ para adaptação e instalação de um ambulatório para a segunda cadeira de clinica medica e 350.400\$ destinados ao pagamento da differença de vencimentos aos membros do corpo docente, de accôrdo com o art. 19 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, comprehendendo a parteira da maternidade da escola, 1.902.922\$250 e 50.000\$ para o curso de Saude Publica, de accôrdo com a legislação vigente, 2.453.322\$250.
15. Subvenção á Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, inclusive 144.000\$ para pagamento este anno a 20 assistentes novos e 100.000\$ para instalação de laboratorios; 50.000\$, para aquisição de terrenos, construção de muros e obras, para permitir o accesso do Observatorio do morro do Valongo pela rua Camerino; e mais 20.000\$, para melhoramentos dos actuaes gabinetes, e ainda mais 50.000\$ para pagamento de serviços extraordinarios ou fóra das horas do expediente prestados pelo pessoal subalterno, 1.470.520\$000.
16. Subvenção á Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, inclusive 20.000\$ para auxiliar a publicação do livro comemorativo do Centenario dos Cursos Juridicos — 1827-1927, comprehendido por esta Faculdade e com a colaboração de todas as Faculdades de Direito do Brazil, 120.000\$000.

III — ESCOLA NACIONAL DE BELLAS-ARTES

Pessoal

Secretaria

17. 1 director :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Gratificação..... | 9.000\$000 | 9.000\$000 |
|-------------------|------------|------------|

21 professores :

| | | |
|-------------------|------------|--------------|
| Ordenado..... | 4.000\$000 | |
| Gratificação..... | 2.000\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 6.000\$000 | 126.000\$000 |

1 secretario :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 4.800\$000 | |
| Gratificação..... | 2.400\$000 | |
| | <hr/> | |
| | | 7.200\$000 |

1 thesoureiro :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 4.000\$000 | |
| Gratificação..... | 2.000\$000 | |
| | <hr/> | |
| | | 6.000\$000 |

1 bibliothecario :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 3.200\$000 | |
| Gratificação..... | 1.600\$000 | |
| | <hr/> | |
| | | 4.800\$000 |

2 amanuenses :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 2.400\$000 | |
| Gratificação..... | 1.200\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 3.600\$000 | 7.200\$000 |

| | Outro Variável | P. vel | |
|---|-------------------|--------|------------|
| | | Fixa | Varíavel |
| 1 archivista : | | | |
| Ordenado | 2.400\$000 | | |
| Gratificação | 1.200\$000 | | 3.600\$000 |
| 2 conservadores-restauradores : | | | |
| Ordenado | 3.200\$000 | | |
| Gratificação | 1.600\$000 | | |
| | 4.800\$000 | | 9.600\$000 |
| 1 porteiro : | | | |
| Ordenado | 2.000\$000 | | |
| Gratificação | 1.000\$000 | | 3.000\$000 |
| 2 bedéis : | | | |
| Ordenado | 2.000\$000 | | |
| Gratificação | 1.000\$000 | | 6.000\$000 |
| 2 inspectores alumnos : | | | |
| Ordenado | 1.800\$000 | | |
| Gratificação | 900\$000 | | 5.400\$000 |
| 2 ajudantes de conservador-restaurador : | | | |
| Ordenado | 1.600\$000 | | |
| Gratificação | 800\$000 | | 4.800\$000 |

8 guardas de galerias :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 1:600\$000 |
| Gratificação..... | 800\$000 |
| | 2:400\$000 |
| | 19:200\$000 |

3 conservadores de gabinete :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 1:600\$000 |
| Gratificação..... | 800\$000 |
| | 2:400\$000 |
| | 7:200\$000 |

1 professor em disponibilidade :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 4:000\$000 |
| Gratificação..... | 2:000\$000 |
| | 6:000\$000 |

10 serventes :

| | |
|--------------|--------------|
| Salario..... | 1:160\$000 |
| | 21:600\$000 |
| | 246:600\$000 |

18. Para gratificação a um servente que trabalha de carpinteiro 1:200\$000.

Gratificações adicionais

| | |
|---|------------|
| 19. Ao professor Dr. Cincinato Américo Lopes..... | 2:400\$000 |
| Ao professor Dr. João Ludovico Maria Berna..... | 1:980\$000 |
| Ao professor Dr. Gastão Bahiana..... | 1:200\$000 |
| Ao professor Dr. Alvaro J. Rodrigues..... | 300\$000 |
| Ao professor Dr. Adolpho Morales de los Rios..... | 1:980\$000 |
| Ao professor Dr. Diogo Chalréo..... | 361\$289 |
| Ao professor Heitor Lyra da Silva..... | 361\$289 |
| Ao professor Dr. José Pereira da Graça Couto..... | 1:980\$000 |
| Ao professor Dr. Carlos Clacomi..... | 2:400\$000 |
| Ao professor João Baptista da Costa..... | 850\$000 |

| | | |
|------------------------|------------|-------------|
| 1 Secretário | | |
| Ordenado..... | 4.800\$000 | |
| Gratificação..... | 2.400\$000 | 7.200\$000 |
| 1 thesoureiro: | | |
| Ordenado..... | 4.000\$000 | |
| Gratificação..... | 2.000\$000 | 6.000\$000 |
| 2 officiaes: | | |
| Ordenado..... | 4.000\$000 | |
| Gratificação..... | 2.000\$000 | |
| | 6.000\$000 | 12.000\$000 |
| 1 bibliothecario: | | |
| Ordenado..... | 3.200\$000 | |
| Gratificação..... | 1.600\$000 | 4.800\$000 |
| 2 amanuenses: | | |
| Ordenado..... | 2.400\$000 | |
| Gratificação..... | 1.200\$000 | |
| | 3.600\$000 | 7.200\$000 |
| 1 dactylographo: | | |
| Ordenado..... | 2.000\$000 | |
| Gratificação..... | 1.200\$000 | 3.000\$000 |
| 1 fiel de thesoureiro: | | |
| Ordenado..... | 2.000\$000 | |
| Gratificação..... | 1.000\$000 | 3.000\$000 |

12 professores conjuvantes:

| | | |
|-------------------|------------|--------------|
| Ordenado..... | 2.000\$000 | |
| Gratificação..... | 1.000\$000 | |
| | 3.000\$000 | 36.000\$000 |
| | | 288.000\$000 |

Auxiliares de ensino

27, 3 acompanhadores:

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 2.000\$000 | |
| Gratificação..... | 1.000\$000 | |
| | 3.000\$000 | 9.000\$000 |

Pessoal subalterno

28, 7 serventes:

| | | |
|--------------|------------|-------------|
| Salário..... | 2.160\$000 | 15.120\$000 |
|--------------|------------|-------------|

Gratificações adicionais

| | |
|--|------------|
| 29, A' professora Alcina Navarro de Andrade..... | 1.200\$000 |
| A' professora Carlolina Vieira Machado Coelho..... | 1.200\$000 |
| A' professora Camilla da Conceição..... | 1.200\$000 |
| A' professora Elvira Bello Lobo..... | 2.400\$000 |
| Ao professor Agnello Gonçalves Vianna França..... | 1.200\$000 |
| Ao professor Agostinho Luiz de Gouvêa..... | 2.400\$000 |
| Ao professor Alfredo Fertin de Vasconcellos..... | 2.400\$000 |
| Ao professor Alfredo Raymundo Richard..... | 1.200\$000 |
| Ao professor Anad Duarte de Gouvêa..... | 2.400\$000 |
| Ao professor Carlos Alves de Carvalho..... | 1.200\$000 |
| Ao professor Ernesto Rom-chini..... | 2.400\$000 |
| Ao professor Francisco Alfredo Bevilacqua..... | 2.400\$000 |
| Ao professor Francisco Braga..... | 1.200\$000 |

| Ouro | Papel | |
|--|--|--|
| | Fixa | Var. |
| <p>30. F. adiantado para os serventês, na razão de 300\$ para cada um.....</p> <p>31. Pensão a alumnos no estrangeiro.....</p> | <p>1.200\$000</p> <p>1.200\$000</p> <p>1.064\$515</p> <p>2.400\$000</p> <p>1.200\$000</p> <p>838\$064</p> <p>2.400\$000</p> <hr/> <p>34.104\$675</p> <hr/> <p>2.100\$000</p> <hr/> <p>4.200\$000</p> | <p>1.200\$000</p> <p>1.200\$000</p> <p>1.064\$515</p> <p>2.400\$000</p> <p>1.200\$000</p> <p>838\$064</p> <p>2.400\$000</p> <hr/> <p>34.104\$675</p> <hr/> <p>2.100\$000</p> <hr/> <p>4.200\$000</p> |
| <p align="center">V — INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT</p> <p align="center"><i>Pessoal</i></p> | | |
| <p align="center">Administrativo :</p> | | |
| 32. 1 director : | | |
| Ordenado..... | 5.600\$000 | |
| Gratificação..... | 2.800\$000 | |
| | <hr/> | |
| 1 medico clinico : | | |
| Ordenado..... | 2.400\$000 | |
| Gratificação..... | 1.200\$000 | |
| | <hr/> | |
| | 3.600\$000 | |

1 escripturario arquivista :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 2.400\$000 | |
| Gratificação..... | 1.200\$000 | 3.600\$000 |

7 mestres :

| | | |
|-------------------|------------|-------------|
| Ordenado..... | 2.000\$000 | |
| Gratificação..... | 1.000\$000 | |
| | 3.000\$000 | 21.000\$000 |

1 dentista :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 1.600\$000 | |
| Gratificação..... | 800\$000 | 2.400\$000 |

1 economo :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 1.440\$000 | |
| Gratificação..... | 720\$000 | 2.160\$000 |

1 inspector de alumnos :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 1.440\$000 | |
| Gratificação..... | 720\$000 | 2.160\$000 |

1 inspectora de alumnos :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 1.440\$000 | |
| Gratificação..... | 720\$000 | 2.160\$000 |

6 contra-mestres :

| | | |
|-------------------|------------|-------------|
| Ordenado..... | 1.200\$000 | |
| Gratificação..... | 600\$000 | |
| | 1.800\$000 | 10.800\$000 |

| Votante | Fixa | Variável | Total |
|--|------------|-------------|-------|
| | | | |
| 1 enfermeiro (sub-inspector de alumnos) : | | | |
| Ordenado | 1.000\$000 | | |
| Gratificação | 500\$000 | | |
| | | 1.500\$000 | |
| 1 enfermeira (sub-inspectora de alumnas) : | | | |
| Ordenado | 1.000\$000 | | |
| Gratificação | 500\$000 | | |
| | | 1.500\$000 | |
| 1 medico oculista : | | | |
| Gratificação | 3.000\$000 | | |
| | | 62.280\$000 | |
| <i>Docentes</i> | | | |
| 33. 2 professores de instrução primaria : | | | |
| Ordenado | 5.600\$000 | | |
| Gratificação | 2.800\$000 | | |
| | | 16.800\$000 | |
| 6 professores de instrução secundaria : | | | |
| Ordenado | 5.600\$000 | | |
| Gratificação | 2.800\$000 | | |
| | | 50.400\$000 | |
| 8 professores de musica : | | | |
| Ordenado | 5.600\$000 | | |
| Gratificação | 2.800\$000 | | |
| | | 67.200\$000 | |

5 repetidores do curso de sciencias e letras :

| | |
|-------------------|--------------|
| Ordenado..... | 2 :800\$000 |
| Gratificação..... | 1 :400\$000 |
| | <hr/> |
| | 4 :200\$000 |
| | <hr/> |
| | 21 :000\$000 |

2 repetidores do curso de musica :

| | |
|-------------------|--------------|
| Ordenado..... | 2 :800\$000 |
| Gratificação..... | 1 :400\$000 |
| | <hr/> |
| | 4 :200\$000 |
| | <hr/> |
| | 12 :600\$000 |

2 dictantes copistas :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 2 :800\$000 |
| Gratificação..... | 1 :400\$000 |
| | <hr/> |
| | 4 :200\$000 |
| | <hr/> |
| | 8 :400\$000 |

2 leitores em voz alta para ambos o sexos :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 2 :400\$000 |
| Gratificação..... | 1 :200\$000 |
| | <hr/> |
| | 3 :600\$000 |
| | <hr/> |
| | 7 :200\$000 |

183 :600\$000

34. Em disponibilidade :

1 professor :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 5 :600\$000 |
| Gratificação..... | 2 :800\$000 |
| | <hr/> |
| | 8 :400\$000 |

35. Gratificações additionaes :

| | |
|---|-------------|
| Ao professor Mauro Montagna..... | 4 :200\$000 |
| Ao professor Vicente Carnicharo..... | 4 :886\$000 |
| Ao professor Manoel Barreto de Souza..... | 4 :200\$000 |

| | | |
|---------------------------|------------|-------------|
| 1 cozinheiro : | | |
| Gratificação..... | 1.500\$000 | 1.500\$000 |
| 1 ajudante de cozinheiro: | | |
| Gratificação..... | 750\$000 | 750\$000 |
| <i>Pensão</i> | | |
| 1 chacareiro-jardineiro: | | |
| Gratificação..... | 1.350\$000 | 1.350\$000 |
| 1 dispenseiro: | | |
| Gratificação..... | 750\$000 | 750\$000 |
| 21 serventes: | | |
| Salário..... | 600\$000 | 12.600\$000 |
| 1 foguista: | | |
| Gratificação..... | 1.440\$000 | 1.440\$000 |
| 1 cabellereiro: | | |
| Gratificação..... | 960\$000 | 960\$000 |
| | | 40.200\$000 |

VI — INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS

Pessal

| | | |
|---------------------|------------|------------|
| 37. Administrativo: | | |
| 1 director: | | |
| Ordenado..... | 5.600\$000 | |
| Gratificação..... | 2.800\$000 | 8.400\$000 |

| | Papel | |
|--|------------|-------------|
| | Fixo | Variável |
| Verbas | | |
| 1 mestre de gymnastica: | | |
| Gratificação..... | 1.500\$000 | 1.500\$000 |
| 1 medico: | | |
| Ordenado..... | 1.600\$000 | |
| Gratificação..... | 800\$000 | 2.400\$000 |
| 1 dentista: | | |
| Ordenado..... | 1.600\$000 | |
| Gratificação..... | 800\$000 | 2.400\$000 |
| 1 primeiro escriptuario: | | |
| Ordenado..... | 2.400\$000 | |
| Gratificação..... | 1.200\$000 | 3.600\$000 |
| 1 segundo escriptuario: | | |
| Ordenado..... | 2.000\$000 | |
| Gratificação..... | 1.000\$000 | 3.000\$000 |
| | | 21.300\$000 |
| 38. Docentes: | | |
| 3 professores de linguagem antiquada e leitura sobre os labios: | | |
| Ordenado..... | 4.000\$000 | |
| Gratificação..... | 2.000\$000 | |
| | | 6.000\$000 |
| | | 18.000\$000 |

1 professor de mathematica, geographia e historia do Brasil:

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 4.000\$000 |
| Gratificação..... | 2.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 6.000\$000 |

1 professor de desenho e modelagem:

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 4.000\$000 |
| Gratificação..... | 2.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 12.000\$000 |

3 repetidores:

| | |
|-------------------|-------------|
| Gratificação..... | 2.400\$000 |
| | <hr/> |
| | 7.200\$000 |
| | <hr/> |
| | 43.200\$000 |

39. Gratificações additionaes:

| | |
|---|------------|
| Ao professor Benedicto Raymundo da Silva Filho..... | 2.400\$000 |
| Ao professor Manoel Dantas Cavalcante Sobrinho..... | 1.980\$000 |
| Ao professor Saul Borges Carneiro..... | 600\$000 |
| Ao professor Dr. João Brasil Silvado Junior..... | 600\$000 |
| Ao professor Dr. Miguel Angelo Dantas Seve..... | 600\$000 |
| A' professora Julieta de França..... | 300\$000 |
| | <hr/> |
| | 6.480\$000 |

40. Pessoal de nomeação do director:

| | |
|------------------------|------------|
| 1 mestre encadernador: | |
| Gratificação..... | 2.160\$000 |
| | <hr/> |
| | 2.160\$000 |

1 mestre sapateiro:

| | |
|-------------------|------------|
| Gratificação..... | 2.160\$000 |
| | <hr/> |
| | 2.160\$000 |

Arbbs

| | Qual | | Pagad | |
|--------------------|------------|------------|----------|--|
| | Variavel | Fixa | Variavel | |
| 1 mestre dourador: | | | | |
| Gratificação..... | 2:160\$000 | 2:160\$000 | | |
| 1 porteiro: | | | | |
| Gratificação..... | 1:350\$000 | 1:350\$000 | | |
| 1 dispenseiro: | | | | |
| Gratificação..... | 1:350\$000 | 1:350\$000 | | |
| 1 cozinheiro: | | | | |
| Gratificação..... | 1:350\$000 | 1:350\$000 | | |
| 1 jardineiro: | | | | |
| Gratificação..... | 1:350\$000 | 1:350\$000 | | |
| 1 enfermeiro: | | | | |
| Gratificação..... | 900\$000 | 900\$000 | | |
| 1 servente: | | | | |
| Salário..... | 900\$000 | 900\$000 | | |
| 1 servente: | | | | |
| Salário..... | 750\$000 | 750\$000 | | |
| 5 serventes: | | | | |
| Salário..... | 600\$000 | 3:000\$000 | | |

2 trabalhadores:

| | | |
|--------------|----------|-------------|
| Salário..... | 450\$000 | 900\$000 |
| | | 18:330\$000 |

VII — ESCREV QUINZE DE NOVEMBRO

Pessal

41. Secretaria:

1 director:

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 6:000\$000 | |
| Gratificação..... | 3:000\$000 | 9:000\$000 |

1 secretario:

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 4:000\$000 | |
| Gratificação..... | 2:000\$000 | 6:000\$000 |

1 medico:

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 4:000\$000 | |
| Gratificação..... | 2:000\$000 | 6:000\$000 |

1 pharmaceutico:

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 3:200\$000 | |
| Gratificação..... | 1:600\$000 | 4:800\$000 |

1 escriptuario:

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 3:200\$000 | |
| Gratificação..... | 1:600\$000 | 4:800\$000 |

| | Ouro | Papéis | |
|-----------------------|------------|-------------|----------|
| | | Fixa | Variável |
| 1 almoxarife: | | | |
| Ordenado | 3:200\$000 | | |
| Gratificação | 1:600\$000 | | |
| | | 4:800\$000 | |
| 3 professores: | | | |
| Ordenado | 2:400\$000 | | |
| Gratificação | 1:200\$000 | | |
| | 3:600\$000 | 10:800\$000 | |
| 1 inspector geral: | | | |
| Ordenado | 2:400\$000 | | |
| Gratificação | 1:200\$000 | | |
| | 3:600\$000 | 3:600\$000 | |
| 1 mestre de officina: | | | |
| Ordenado | 2:400\$000 | | |
| Gratificação | 1:200\$000 | | |
| | 3:600\$000 | 3:600\$000 | |
| 1 roupeiro: | | | |
| Ordenado | 2:000\$000 | | |
| Gratificação | 1:000\$000 | | |
| | 3:000\$000 | 3:000\$000 | |
| 1 porteiro: | | | |
| Ordenado | 2:000\$000 | | |
| Gratificação | 1:000\$000 | | |
| | 3:000\$000 | 3:000\$000 | |
| 1 horticultor: | | | |
| Ordenado | 2:800\$000 | | |
| Gratificação | 1:400\$000 | | |
| | 4:200\$000 | 4:200\$000 | |

5 inspectores:

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 2:000\$000 |
| Gratificação..... | 1:000\$000 |
| | <hr/> |
| | 3:000\$000 |
| | <hr/> |
| | 15:000\$000 |
| | <hr/> |
| | 78:600\$000 |

PESSOAL SUBALTERNO E DE NOMEAÇÃO DO DIRECTOR

42. 10 auxiliares de ensino:

| | | |
|-------------------|------------|-------------|
| Gratificação..... | 2:160\$000 | 21:600\$000 |
|-------------------|------------|-------------|

3 auxiliares de escripta:

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Gratificação..... | 1:728\$000 | 5:184\$000 |
|-------------------|------------|------------|

1 instructo; militar:

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Gratificação..... | 1:500\$000 | 1:500\$000 |
|-------------------|------------|------------|

10 guardas:

| | | |
|-------------------|------------|-------------|
| Gratificação..... | 1:500\$000 | 15:000\$000 |
|-------------------|------------|-------------|

1 dentista:

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Gratificação..... | 1:200\$000 | 1:200\$000 |
|-------------------|------------|------------|

1 electricista:

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Gratificação..... | 2:160\$000 | 2:160\$000 |
|-------------------|------------|------------|

1 machinista:

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Gratificação..... | 2:160\$000 | 2:160\$000 |
|-------------------|------------|------------|

2 ajudantes de machinista:

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Gratificação..... | 1:500\$000 | 3:000\$000 |
|-------------------|------------|------------|

| | Ouro | Papel | |
|-------------------------------|------------|------------|----------|
| | | Fixa | Variável |
| 6 emgommadeiras: | | | |
| Gratificação..... | 684\$372 | 4:106\$232 | |
| 1 enfermeiro: | | | |
| Gratificação..... | 1:200\$000 | 1:200\$000 | |
| 1 mestre marceneiro : | | | |
| Gratificação..... | 2:400\$000 | 2:400\$000 | |
| 1 mestre carpinteiro : | | | |
| Gratificação..... | 2:400\$000 | 2:400\$000 | |
| 1 mestre typographo : | | | |
| Gratificação..... | 2:400\$000 | 2:400\$000 | |
| 1 mestre funileiro : | | | |
| Gratificação..... | 2:160\$000 | 2:160\$000 | |
| 1 mestre entalhado: : | | | |
| Gratificação..... | 2:160\$000 | 2:160\$000 | |
| 1 mestre correio e selheiro : | | | |
| Gratificação..... | 2:160\$000 | 2:160\$000 | |
| 1 mestre pintor : | | | |
| Gratificação..... | 1:728\$000 | 1:728\$000 | |
| 1 mestre pedreiro : | | | |
| Gratificação..... | 2:160\$000 | 2:160\$000 | |
| 1 mestre ferreiro : | | | |
| Gratificação..... | 2:160\$000 | 2:160\$000 | |

Verbas

| | | | |
|---------------------------------|------------|------------|--|
| 1 mestre vassoureiro : | | | |
| Gratificação..... | 1:728\$000 | 1:728\$000 | |
| 1 cavouqueiro : | | | |
| Gratificação..... | 1:368\$744 | 1:368\$744 | |
| 1 ajudante de cavouqueiro : | | | |
| Gratificação..... | 912\$492 | 912\$492 | |
| 2 cozinheiros : | | | |
| Gratificação..... | 1:500\$000 | 3:000\$000 | |
| 2 ajudantes de cozinha : | | | |
| Gratificação..... | 750\$000 | 1:500\$000 | |
| 1 chefe de copa : | | | |
| Gratificação..... | 1:200\$000 | 1:200\$000 | |
| 3 serventes : | | | |
| Gratificação..... | 1:500\$000 | 4:500\$000 | |
| 3 jardineiros : | | | |
| Gratificação..... | 1:532\$988 | 4:598\$964 | |
| 3 chacareiros : | | | |
| Gratificação..... | 1:532\$988 | 4:598\$964 | |
| 5 chefes de turnas ruracs : | | | |
| Gratificação..... | 1:500\$000 | 7:500\$000 | |
| 3 sub-chefes de turnas ruracs : | | | |
| Gratificação..... | 750\$000 | 2:250\$000 | |

| | Curo | Papet | |
|---|--------------|-------|----------|
| | | Fixa | Variavel |
| 1 cocheiro : | | | |
| Gratificação..... | 2:160\$000 | | |
| 1 ajudante de cocheiro : | | | |
| Gratificação..... | 1:500\$000 | | |
| 1 carreiro : | | | |
| Gratificação..... | 1:500\$000 | | |
| 1 capineiro : | | | |
| Gratificação..... | 1:500\$000 | | |
| | 116:655\$396 | | |
| <i>Gratificações especiais</i> | | | |
| 43. Gratificações aos alumnos..... | 3:000\$000 | | |
| I — DIRECTORIA GERAL: | | | |
| <i>Material</i> | | | |
| I — Permanente: | | | |
| 1. Aquisição e concertos de moveis..... | 4:000\$000 | | |
| 2. Livros, jornaes, revistas e encadernações.. | 1:000\$000 | | |
| | 5:000\$000 | | |
| II — De consumo : | | | |
| 3. Objectos de expediente..... | 10:000\$000 | | |
| 4. Utensilios, vasilhame e aseeio da repartição.. | 700\$000 | | |
| 5. Iluminação, energia electrica e accesorios. | 2:600\$000 | | |
| | 13:300\$000 | | |

III — Despezas diversas

| | |
|---|---------------------|
| 6. Eventuales e despesas miúdas..... | 4:500\$000 |
| 7. Taxa de esgoto..... | 130\$118 |
| 8. Telephone..... | 1:500\$000 |
| 9. Para auxiliar a conclusão do edificio do Externato do Collegio Pedro II, para o que o patrimonio do mesmo collegio dispõe de 150:000\$ em deposito no Banco do Brasil..... | 300:000\$000 |
| | <u>306:136\$118</u> |

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

Material

I — De consumo :

| | |
|--------------------------------|------------|
| 1. Objectos de expediente..... | 3:000\$000 |
| II — Despezas diversas : | |
| 2. Eventuales..... | 1:000\$000 |

ESCOLA DE BELLAS ARTES

Material

I — Permanente :

| | |
|---|--------------------|
| 1. Acquisição e concertos de moveis..... | 6:000\$000 |
| 2. Acquisição de obras de arte de autores nacionaes para as galerias..... | 25:000\$000 |
| 3. Livros, jornaes, revistas e almanak..... | 2:000\$000 |
| | <u>33:000\$000</u> |

| Verbas | Curo | Papell | |
|--|-------------|--------|---------|
| | | Fix | Varivel |
| II — De consumo : | | | |
| 4. Objectos de expediente e material para as aulas..... | 18:000\$000 | | |
| 5. Reparos na colleção de pintura e gesso..... | 2:000\$000 | | |
| 6. Renovação das grades e molduras dos quadros das galerias... | 8:800\$000 | | |
| 7. Conservação do edificio e conservação e custeio de dous ascensores..... | 10:000\$000 | | |
| 8. Illuminação..... | 6:000\$000 | | |
| | 44:800\$000 | | |
| III — Despezas diversas : | | | |
| 9. Intercambio artistico e auxilio ás exposições geraes..... | 6:000\$000 | | |
| 10. Medalhas de ouro a alumnos e artistas..... | 3:000\$000 | | |
| 11. Modelos..... | 6:000\$000 | | |
| 12. Taxa de esgoto..... | 272\$236 | | |
| 13. Impressões publicações e eventuaes..... | 2:000\$000 | | |
| 14. Para distribuição de premios a criterio do Conselho Superior de Bellas Artes, sendo dous de 1:000\$, dous de 500\$ e dous de 250\$, cada um, para os melhores trabalhos de pintura: um de 1:000\$ e um de 250\$, para os melhores trabalhos de esculptura: um de 500\$ para o melhor trabalho de gravura e um de 500\$ para o melhor trabalho de architectura..... | 5:750\$000 | | |
| 15. Serviços industriaes do Estado : | | | |
| a) Consumo d'agua..... | 540\$000 | | |
| b) Publicações na <i>Diario Official</i> e impressões na Imprensa Nacional..... | 1:300\$000 | | |
| c) Despezas de correspondencia com pensionistas e institutos estrangeiros..... | 300\$000 | | |
| | 25:162\$236 | | |

INSTITUTO NACIONAL DE MUSICA

Material

I — Permanente :

1. Compra de instrumento, inclusive para o laboratorio de physiologia e hygiene da voz, gabinete de physica e museu e reparos dos mesmos, concerto e acquisição de novets.
2. Livros, musicas, jornaes, revistas, almanak e impressos, encadernações e utensilios.

5:500\$000

4:500\$000

10:000\$000

II — De consumo :

3. Objectos de expediente.
4. Conservação do ascensor do edificio das aulas.
5. Illuminação, energia electrica e accessorios.

2:000\$000

1:000\$000

5:000\$000

8:000\$000

III — Despezas diversas :

6. Assignatura de telephones do Instituto, inclusive o da residencia do director.
7. Medalhas e diplomas para premios.
8. Taxa de esgoto para os dous edificios.
9. Auxilio aos concertos do Instituto.
10. Eventuaes, inclusive despezas de prompto pagamento.

1:160\$000

2:500\$000

272\$236

8:000\$000

2:400\$000

11. Serviços industriaes do Estado :

- a) Consumo d'agua nos dous edificios.
- b) Publicações no *Diario Official* e impressões na Imprensa Nacional.

432\$000

1:000\$000

15:764\$236

33:764\$236

16. Serviços industriaes do Estado :

| | |
|--|------------|
| a) Consumo d'agua..... | 612\$000 |
| b) Publicações no <i>Diario Official</i> | 100\$000 |
| | <hr/> |
| | 5:848\$118 |

INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS

Material

I — Permanente :

| | |
|---|------------|
| 1. Livros, jornaes, almanack e encadernações..... | 104\$000 |
| 2. Aquisições e concertos de moveis e utensilios..... | 800\$000 |
| 3. Tren de cozinhar e utensilios de refeitórios, dormitorio e enfermaria..... | 1:200\$000 |
| | <hr/> |
| | 2:104\$000 |

II — De consumo ou de transformação :

| | |
|--|-------------|
| 4. Alimentação e dietas..... | 35:600\$000 |
| 5. Medicamentos e drogas..... | 2:000\$000 |
| 6. Objectos de expediente e ensino..... | 2:296\$000 |
| 7. Calçado, roupa, lavagem e concerto da mesma e utensilios de asseto..... | 11:400\$000 |
| 8. Illuminação e energia electrica..... | 5:800\$000 |
| 9. Combustivel..... | 9:440\$000 |
| 10. Materia prima para as officinas e utensilios para as mesmas.. | 9:600\$000 |
| | <hr/> |
| | 76:136\$000 |

III — Despezas diversas :

| | |
|--|------------|
| 11. Taxa de esgoto..... | 136\$118 |
| 12. Impressões, publicações e eventuaes..... | 3:000\$000 |

| Verbas | Ouro | Papel | |
|--|--------------|-------|----------|
| | Variavel | Fixa | Variavel |
| 13. Servicos industriais do Estado : | | | |
| a) Consumo d'agua..... | 900\$000 | | |
| b) Publicações no <i>Diario Official</i> | 100\$000 | | |
| | 4:136\$118 | | |
| ESCOLA QUINZE DE NOVEMBRO | | | |
| Material | | | |
| I — Secretaria | | | |
| I — Permanente: | | | |
| 1. Instrumentos de musica, esgrima e aparelhos de gymnastica..... | 4:500\$000 | | |
| 2. Camas, colchões, traveseiros e utensilios de dormitorio e enfermaria, trem de cozinha, mobiliario e utensilios de refectorio..... | 20:000\$000 | | |
| 3. Aquisição e conservação de vehiculos..... | 4:800\$000 | | |
| 4. Ferramenta, machinas e sua conservação..... | 30:000\$000 | | |
| | 59:300\$000 | | |
| II — De consumo ou de transformação: | | | |
| 5. Objectos de expediente e de desenho..... | 3:000\$000 | | |
| 6. Alimentação, inclusive do pessoal e dietas..... | 276:800\$000 | | |
| 7. Medicamentos, drogas e utensilios de pharmacia..... | 9:600\$000 | | |
| 8. Calçado e vestuario dos recolhidos..... | 140:000\$000 | | |
| 9. Combustivel..... | 30:000\$000 | | |
| 10. Iluminação e força motriz..... | 25:000\$000 | | |
| 11. Conservação, e reparos dos edificios..... | 10:000\$000 | | |
| 12. Forragem, ferragem, arriamento e tratamento dos animais..... | 10:800\$000 | | |
| 13. Utensilios de asseio..... | 2:700\$000 | | |

| | |
|--|--------------|
| 14. Animas, aves e seu tratamento..... | 4:800\$000 |
| 15. Materia prima para as officinas..... | 10:000\$000 |
| 16. Livros e material escolar..... | 1:200\$000 |
| | 523:400\$000 |

Despezas diversas

| | |
|--|------------|
| 17. Eventuaes..... | 4:000\$000 |
| 18. Servicos industriaes do Estado: | |
| a) Publicações no <i>Diario Official</i> e impressões na Im- | 1:000\$000 |
| prensa Nacional..... | 5:000\$000 |

Sub-consignação n. 15 — Onde se diz "100.000\$ para installação de laboratorios", diga-se: "100.000\$ para installação dos novos gabinetes a serem creados, segundo a lettra expressa do regimento interno da Escola";

Onde se diz "Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, etc.", augmente-se de 120.000\$ e accrescente-se, *in fine*, o seguinte: "sendo 115.200\$ para pagamento de 8 professores cathedrauticos, postos em disponibilidade; e 4.800\$ para gratificação de clinica a quatro professores, na razão de 1.200\$ annuaes a cada um";

Sub-consignação n. 2 — "Acquisição de obras de arte de autores nacionaes, para as galerias": Augmente-se de 20.000\$000.

Escola Quinze de Novembro (transferida para a verba 22). Sub-consignação n. 17 — Material — Eventuaes. Augmente-se de 4.000\$ para 24.000\$000.

Accrescente-se, onde convier: "Para ampliação, conservação e reparos dos edificios..... 100:000\$000

N. 15 — Materia prima para as officinas: Em vez de 10.000\$, diga-se: 20.000\$000.

22:041\$000 1.362:025\$396 10.052:813\$450

| | Papel | |
|----------|--------------|--------------|
| | Fixa | Variavel |
| Ouro | | |
| Variavel | | |
| | 453.471\$500 | 353.221\$118 |
| | | |
| | 58.200\$000 | 850.520\$000 |
| | 378.900\$000 | 350.000\$000 |

Verbo.

23. *Biblioteca Nacional* — Façam-se na tabella as seguintes alterações: "Material — Sub-consignação n. 1 — Livros, manuscritos, revistas, cartas geographicas e estampas. Augmentese para 36.000\$ 1.º — Permanente

Para aqquisição de estantes metalleas destinadas a ala direita do edificio, anexo a torre, cartas geographicas e estampas, armarios para manutencão, 200.000\$000

24. *Obras* — Façam-se as seguintes alterações: Sub-consignação n. 4 — Supprima-se e acrescente-se: "Palacio da Justica; Art. 51 do decreto n. 5.053, de 6 de novembro de 1926). Reparos no antigo edificio do *Forum*, conside a installação do Palacio da Justica e installação no mesmo *Forum* da presençaa civis e criminos que for convenientemente, 400.000\$; e para continuação das obras do novo Hospital da Polícia Militar do Distrito Federal, na rua Frei Caneca, 200.000\$000

25. *Servico Eleitoral* — Augmentada de 80.000\$000.

26. *Corpo de Bombeiros* — "Personal": De accordo com o decreto n. 5.073, de 11 de novembro de 1926, que mandou promover os mestres e contra-mestres de bandas e melhorar os vencimentos dos musicos de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, façam-se as seguintes alterações:

| | | |
|------------------------------------|------------|-------------|
| 1 segundo tenente mestre de musica | | |
| Soldo..... | 5.100\$996 | |
| Gratificação..... | 2.600\$004 | 7.800\$000 |
| 1 sargento ajudante de musica: | | |
| Soldo..... | 2.810\$500 | |
| Gratificação..... | 547\$500 | 3.358\$000 |
| 15 musicos de 1.ª classe: | | |
| Soldo..... | 2.202\$054 | |
| Gratificação..... | 517\$500 | |
| | 2.749\$545 | 41.243\$175 |

20 músicos de 2ª classe:
Soldo. 1:691\$045 33:820\$900

25 músicos de 3ª classe:
Soldo. 1:533\$000 38:325\$000

Diaria ao sargento-ajudante de musica e aos 15 mu-
sicos de 1ª classe, na razão de 1\$333 a cada um.... 7:784\$720
Diarias aos 20 músicos de 2ª classe, na razão de \$666
a cada um. 4:861\$800
Diarias aos 25 músicos de 3ª classe, na razão de \$500 a
cada um. 4:562\$500

Sub-consignação n. 4: — Onde se diz: "16 primeiros sargentos mestres"
diga-se: "15 primeiros sargentos mestres", reduzindo-se o respectivo total de
2:749\$545, pela promoção dos mestres da banda a 2º tenente.

Sub-consignações ns. 10 e 11 — Acrescentem-se os seguintes reformados:

| | |
|--|-------------|
| Coronel Affonso Nunes da Silva..... | 15:960\$002 |
| Tenente-coronel Affonso Romano..... | 11:599\$990 |
| Tenente-coronel João Baptista de Souza..... | 13:919\$988 |
| Tenente-coronel graduado Arthur Teixeira da Costa... | 11:519\$976 |
| Major Mario Francisco de Brito..... | 9:600\$000 |
| Major Frederico da Costa Nogueira..... | 10:367\$987 |
| Major Eloy Monteiro..... | 10:751\$986 |
| Major Jeronymo Pereira..... | 10:367\$987 |
| Capitão Euripedes de Freitas Brandão..... | 7:999\$992 |
| Capitão Antonio Dannenberg..... | 8:160\$000 |
| 2º tenente Eduardo Dias..... | 5:199\$999 |
| 2º tenente Americo Marques Esteves..... | 5:199\$996 |
| 2º tenente Waldemiro Neves Ferreira..... | 5:199\$996 |
| 2º tenente Claudionor de Oliveira..... | 5:199\$996 |
| 2º tenente João Ramos de Queiroz..... | 5:199\$996 |
| 2º tenente Joaquim Pereira Dias..... | 5:199\$996 |
| 2º tenente João Luiz Pereira Maltoso Junior..... | 5:199\$996 |
| 1º sargento graduado Alvaro Maximo de Almeida..... | 1:352\$690 |

| Ouro | Papel |
|---|------------|
| Variável | Variável |
| 2.º sargento João Baptista de Barros | 1:691\$045 |
| 2.º sargento Loth José da Silva | 1:691\$045 |
| 2.º sargento Americo Barbosa Balhar | 1:691\$045 |
| 2.º sargento Caetano Ignacio de Monizes | 1:691\$045 |
| 2.º sargento Francisco Cyrino Salgado de Mattos | 1:691\$045 |
| 2.º sargento Pedro Ribeiro dos Santos | 1:691\$045 |
| 3.º sargento Germano Arnaldo Scott | 1:533\$000 |
| 3.º sargento Leonardo da Silva Nunes | 1:533\$000 |
| 3.º sargento José Maria de Mendonça | 1:533\$000 |
| 3.º sargento Manoel do Nascimento Ferreira | 1:533\$000 |
| 3.º sargento Manoel Ferreira da Costa | 1:533\$000 |
| 3.º sargento Josino Fernandes de Carvalho | 1:533\$000 |
| 3.º sargento João Gualberto da Silva | 1:533\$000 |
| 3.º sargento Francisco Alves de Miranda | 1:533\$000 |
| Cabo de esquadra Antenor Bastos | 1:236\$085 |
| Cabo de esquadra Francisco Birtes | 1:374\$590 |
| 3.º sargento José Cordeira Pires | 1:533\$000 |
| Cabo de esquadra Benedicto Fernandes Bonito | 1:374\$590 |
| Cabo de esquadra Germano Ambia Scott | 962\$140 |
| Cabo de esquadra Hermínio José Vargas | 962\$140 |
| Cabo de esquadra Alberto Alves de Moura | 1:374\$590 |
| Cabo de esquadra Antonio Barbosa Espindola | 1:374\$590 |
| Cabo de esquadra Candido Pereira | 1:374\$590 |
| Cabo de esquadra Oscar Augusto Machado | 1:374\$590 |
| Cabo de esquadra José Antonio Alem | 1:374\$590 |
| Cabo de esquadra Bernardino Rodrigues Vieira | 1:374\$590 |
| Cabo de esquadra Manoel da Rocha | 1:374\$590 |
| Cabo de esquadra Cassiano José Lopes | 1:374\$590 |
| Cabo de esquadra João Sant'Anna da Silva | 1:374\$590 |
| Cabo de esquadra Arthur Machado | 1:374\$590 |
| Soldado Michel Ricardo | 1:095\$000 |
| Soldado José Firmiano de Faria | 1:095\$000 |
| Soldado Benedicto Barbosa de Oliveira | 1:095\$000 |
| Soldado Manoel de Araujo | 1:095\$000 |
| Soldado Carlos Falarcio | 1:095\$000 |
| Soldado Oscar Pereira Martins | 1:095\$000 |

| | |
|---|------------|
| Soldado Marcelino Ferreira..... | 1:09\$000 |
| Soldado Joaquim Fernandes do Amaral..... | 1:09\$000 |
| Soldado Renato de Araujo e Lima..... | 1:09\$000 |
| Soldado Waldemiro de Paula..... | 1:09\$000 |
| Soldado José Cyrillo de Magalhães..... | 1:09\$000 |
| Soldado Antonio Vieira de Lima..... | 1:040\$250 |
| Soldado Alfredo Cardoso..... | 1:09\$000 |
| Soldado Alvaro Augusto de Freitas..... | 1:09\$000 |
| Soldado Candido Ribeiro dos Santos..... | 98\$500 |
| Soldado Franklin Joaquim Sampaio..... | 1:09\$000 |
| Soldado Estanislau Félix Lezecynski..... | 1:09\$000 |
| 3º sargento Antonio Donato da Silva..... | 1:53\$000 |
| Cabo de esquadra Antonio Ramos de Oliveira..... | 1:374\$500 |
| Soldado Nelson Glass..... | 1:09\$000 |
| Soldado João de Deus..... | 1:09\$000 |
| Soldado Waldemiro Lobo Antão..... | 1:09\$000 |
| Soldado Theophilo José da Silva..... | 1:09\$000 |
| Soldado Sebastião Carvalho dos Santos..... | 1:09\$000 |
| 1º sargento Jorge dos Santos Xavier da Rocha..... | 2:20\$045 |

Eliminem-se, por falecimento, os seguintes reformados:

| | |
|--|-------------|
| Coronel Eugenio Rodrigues Jardim..... | 12:091\$991 |
| Major Antonio Pedro Dionysio..... | 10:487\$977 |
| 2º tenente João Ignacio da Costa..... | 5:199\$996 |
| Cabo de esquadra Innocencio Mendes das Chagas..... | 766\$000 |
| Soldado Evaristo Ritoram..... | 730\$000 |
| Soldado Jorge Augusto da Silva..... | 730\$000 |
| Soldado Calixto Ribeiro da Silva..... | 730\$000 |
| Soldado José Ferreira de Souza..... | 730\$000 |
| Soldado José Julio de Sá Fortes..... | 730\$000 |
| Soldado Antonio Principe..... | 292\$000 |
| Soldado Cornelio Antonio dos Santos..... | 1:090\$000 |
| Soldado José Vicente da Silva..... | 438\$000 |
| Soldado Joaquim de Souza Camillo..... | 401\$500 |
| Soldado Raymundo Peroche..... | 730\$000 |
| Soldado Joaquim Felix do Prado..... | 730\$000 |

| Verbas | Ouro | Papéis | |
|--|----------|--------|----------|
| | Variável | Fixa | Variável |
| Elimine-se também da Sub-consignação n. 11 — Pessoal—, o 1.º sargento João Luiz Pereira Mattoso Junior, com 2.185\$, por ter o mesmo obtido melhora de reforma e entrado no quadro dos segundos tenentes reformados. | | | |
| Onde se diz "5 segundos sargentos mixtos", diga-se: "4 segundos sargentos mixtos", reduzindo-se o respectivo total de 1.691\$045, pela promoção do contra-mestre da banda a sargento-ajudante. | | | |
| Onde se diz: "15 músicos de 1.ª classe, a 1.533\$ de soldo; total, 22.995\$". Supprima-se. | | | |
| Onde se diz: "15 músicos de 2.ª classe, a 1.374\$590 de soldo; total, reis 20.618\$750". Supprima-se. | | | |
| Sub-consignação n. 6 — Onde se diz: "Ao mestre da banda de musica, de accordo com o art. 174 do regulamento", 2.400\$". Supprima-se. | | | |
| Sub-consignação n. 6 — Pessoal — Onde se diz: "Gratificações de accordo com o artigo 57 do regulamento, 33.840\$. Augmente-se para 50.000\$". Onde se diz: "Gratificação para os motoristas de 1.ª classe, etc., 15.000\$". Supprima-se. Onde se diz: "Gratificação para os motoristas de 2.ª classe, etc., 12.000\$". Supprima-se. Onde se diz: "Gratificação para os motoristas de 3.ª classe, etc., 10.000\$". Supprima-se. Acrescente-se: "Gratificações aos motoristas de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes — 102.600\$000". | | | |
| Sub-consignação n. 7 — Onde se diz: "Para aluguel de casa dos officiaes, etc., ...", augmentese de 1.200\$ para aluguel de casa de um 2.º tenente mestre de musica. Onde se diz: "Alimentação para 906 praças, etc., ...", augmentese de 48.180\$, para mais uma etapa a 44 músicos equiparados aos sargentos. Onde se diz: "Para gratificação diaria de \$300 aos músicos de 3.ª classe, etc., ...", 2.190\$. Supprima-se. | | | |
| Sub-consignação n. 7 — Pessoal — Onde se diz: "Pardamento para 906 praças a 240\$ annuaes, 235.560\$000", diga-se: "Pardamento para praças, 289.920\$000". | | | |
| "Material", Sub-consignação n. 1, 200.000\$. Supprima-se; Sub-consignação n. 2, em vez de 60.000\$, diga-se 26.000\$; Sub-consignação n. 3, em vez de 100.000\$, diga-se 63.500\$; Sub-consignação n. 4, em vez de 50.000\$, diga-se 20.000\$. Sub-consignação n. 24 — Material — Redija-se assim: "Cunhagem de medallhas de merito para officiaes e praças e despozas eventuaes"; Acrescentese: "Cunhagem para alimentos e dependentes, 10.000\$000". "Despozas afundegarias — 10.000\$000". | | | |

..... 2.617.052\$212 3.155.368\$755

27. *Administração, Justiça e outras despesas no Territorio do Acre* — Pessoal — Sub-consignações ns. 2 e 4 — Acrescente-se, *in fine*: "podendo ser entregue em quotas trimestraes, por adiantamento, ao respectivo governador, pela repartição fiscal mais proxima".

Sub-consignação n. 8 — Acrescente-se:

| | |
|---|-------------|
| Desembargador Lymirio Celso da Trindade..... | 38:000\$000 |
| Desembargador Domingos Americo de Carvalho..... | 38:000\$000 |

Material:

Logo após a palavra "Administração" do n. 1 da consignação "Material" acrescente-se o seguinte: "Podendo a importancia dos creditos desta administração ser entregue em quotas trimestraes, por adiantamento, ao respectivo governador, pela repartição fiscal mais proxima".

Substituem-se as tabellas das rubricas ns. II, III, IV, V, VI e VII, pelas seguintes :

II — *Tribunal de Appellação* :

I — Permanente :

| | |
|-------------|------------|
| Movéis..... | 1:000\$000 |
|-------------|------------|

II — De consumo :

| | |
|-----------------------------|------------|
| Objectos de expediente..... | 5:500\$000 |
| Utensilios de asseio..... | 500\$000 |

III — Despezas diversas :

| | |
|---|-------------|
| Aluguel de casa onde funciona o Tribunal..... | 4:800\$000 |
| Publicações e eventuaes..... | 700\$000 |
| Diligencias judiciaes..... | 2:000\$000 |
| | <hr/> |
| | 14:500\$000 |

| | Ouro Variável | Papéis | |
|--|------------------|--------|----------|
| | | Fixa | Variável |
| III — Comarca de Senna Madureira : | | | |
| I — Permanente : | | | |
| Movéis | 1.000\$000 | | |
| II — De consumo : | | | |
| Objectos de expediente | 1.000\$000 | | |
| Utensílios de assoio | 500\$0000 | | |
| III — Despezas diversas : | | | |
| Aluguéis de casas onde funcionam os juizos | 4.200\$000 | | |
| Publicações e eventuaes | 1.000\$000 | | |
| Diligencias judiciais | 2.000\$000 | | |
| | 9.700\$000 | | |
| IV — Comarca de Cruzeiro do Sul: | | | |
| I — Permanente : | | | |
| Movéis | 1.000\$000 | | |
| II — De consumo : | | | |
| Objectos de expediente | 1.000\$000 | | |
| Utensílios de assoio | 500\$000 | | |
| III — Despezas diversas : | | | |
| Aluguéis de casas onde funcionam os juizos | 2.400\$000 | | |
| Publicações e eventuaes | 1.000\$000 | | |
| Diligencias judiciais | 2.000\$000 | | |
| | 7.900\$000 | | |

V — *Comarca de Rio Branco:*

| | |
|---|-------------|
| I — Permanente : | |
| Moveis..... | 1:000\$000 |
| II — De consumo : | |
| Objectos de expediente..... | 1:000\$000 |
| Utensilios de assco..... | 500\$000 |
| III — Despezas diversas : | |
| Alugueis de casas onde funcionam os juizos..... | 6:000\$000 |
| Publicações e eventuaes..... | 1:000\$000 |
| Diligencias judiciaes..... | 2:000\$000 |
| | <hr/> |
| | 12:100\$000 |

VI — *Comarca de Xapury:*

| | |
|---|-------------|
| I — Permanente : | |
| Moveis..... | 1:000\$000 |
| II — De consumo : | |
| Objectos de expediente..... | 1:000\$000 |
| Utensilios de assco..... | 500\$000 |
| III — Despezas diversas : | |
| Alugueis de casas onde funcionam os juizos..... | 6:000\$000 |
| Publicações e eventuaes..... | 1:000\$000 |
| Diligencias judiciaes..... | 2:000\$000 |
| | <hr/> |
| | 11:500\$000 |

Verbas

VII — Comarca de Taranaçá :

I — Permanente :

Móveis..... 1:000\$000

II — De consumo :

Objectos de expediente..... 1:000\$000
Utensílios de assêdo..... 500\$000

III — Despezas diversas :

Aluguéis de casas onde funcionam os juizos..... 1:800\$000
Publicações e eventuaes..... 1:000\$000
Diligencias judiciaes..... 2:000\$000
7:300\$000

Sub-consignação n. 41 — Material geral — Reduza-se de 5 000\$ e onde se diz :
"pelas justizas federal e local", diga-se : "pela justiça federal"

28. *Instituto Oswaldo Cruz* — Pessoal — De accordo com o decreto legislativo n. 5.058-B, de 25 de outubro de 1926, e o regulamento approved pelo decreto n. 17.512, de 5 de novembro de 1926, substituaem-se as tabelas pelo seguinte :

1 director :

Ordenado..... 20 000\$000
Gratificação..... 10 000\$000
30 000\$000

| | Ouro Variavel | Papel | |
|--|------------------|-------|----------|
| | | Fixa | Variavel |

..... 1.704.288\$000 1.318.000\$000

7 chefes de serviço, a 27.000\$, sendo :

| | |
|-------------------|--------------|
| Ordenado..... | 18.000\$000 |
| Gratificação..... | 9.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 27.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 139.000\$000 |

24 assistentes, a 24.000\$, sendo :

| | |
|-------------------|--------------|
| Ordenado..... | 16.000\$000 |
| Gratificação..... | 8.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 24.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 576.000\$000 |

1 assistente-secretário :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 16.000\$000 |
| Gratificação..... | 8.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 24.000\$000 |

1 zelador :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 8.000\$000 |
| Gratificação..... | 4.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 12.000\$000 |

1 thesoureiro :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 8.000\$000 |
| Gratificação..... | 4.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 12.000\$000 |

1 guarda-livros :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 8.000\$000 |
| Gratificação..... | 4.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 12.000\$000 |

1 bibliothecario :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 8.000\$000 |
| Gratificação..... | 4.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 12.000\$000 |

| | Ouro | Papel | |
|------------------------------------|------------|-------|-------------|
| | | Fix. | Variaç. |
| 1 desenhista : | | | |
| Ordenado | 8.000\$000 | | |
| Gratificação | 4.000\$000 | | 12.000\$000 |
| 1 almoxarife : | | | |
| Ordenado | 8.000\$000 | | |
| Gratificação | 4.000\$000 | | 12.000\$000 |
| 1 micro-photographo : | | | |
| Ordenado | 8.000\$000 | | |
| Gratificação | 4.000\$000 | | 12.000\$000 |
| 1 administrador do hospital : | | | |
| Ordenado | 6.400\$000 | | |
| Gratificação | 3.200\$000 | | 9.600\$000 |
| 1 administrador das cavallariças : | | | |
| Ordenado | 6.400\$000 | | |
| Gratificação | 3.200\$000 | | 9.600\$000 |
| 1 escriptuario : | | | |
| Ordenado | 6.400\$000 | | |
| Gratificação | 3.200\$000 | | 9.600\$000 |
| 1 typographo : | | | |
| Ordenado | 4.800\$000 | | |
| Gratificação | 2.400\$000 | | 7.200\$000 |

1 distribuidor de soro e vacinas :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 5:600\$000 | |
| Gratificação..... | 2:800\$000 | 8:400\$000 |

1 ajudante de desenhista :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 5:600\$000 | |
| Gratificação..... | 2:800\$000 | 8:400\$000 |

1 ajudante de bibliothecario :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 4:800\$000 | |
| Gratificação..... | 2:400\$000 | 7:200\$000 |

1 fiel de almoxarife :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 4:800\$000 | |
| Gratificação..... | 2:400\$000 | 7:200\$000 |

1 archivista :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 4:000\$000 | |
| Gratificação..... | 2:000\$000 | 6:000\$000 |

1 mestre :

| | | |
|-------------------|------------|------------|
| Ordenado..... | 5:600\$000 | |
| Gratificação..... | 2:800\$000 | 8:400\$000 |

2 machinistas, a 8:400\$, sendo :

| | | |
|-------------------|------------|-------------|
| Ordenado..... | 5:600\$000 | |
| Gratificação..... | 2:800\$000 | |
| | 8:400\$000 | 16:800\$000 |

| | Ouro Variável | Papéis | |
|--|------------------|--------|-------------|
| | | Fixa | Variável |
| 1 encarregado de conservação dos edifícios e estradas : | | | |
| Ordenado..... | 5.600\$000 | | |
| Gratificação..... | 2.800\$000 | | 8.400\$000 |
| 1 preparador de meios de culturas : | | | |
| Ordenado..... | 4.000\$000 | | |
| Gratificação..... | 2.000\$000 | | 6.000\$000 |
| 1 encarregado do museu : | | | |
| Ordenado..... | 4.000\$000 | | |
| Gratificação..... | 2.000\$000 | | 6.000\$000 |
| 1 carpinteiro : | | | |
| Ordenado..... | 4.000\$000 | | |
| Gratificação..... | 2.000\$000 | | 6.000\$000 |
| 1 bombeiro : | | | |
| Ordenado..... | 3.600\$000 | | |
| Gratificação..... | 1.800\$000 | | 5.400\$000 |
| 5 auxiliares de laboratório, a 6.000\$, sendo : | | | |
| Ordenado..... | 4.000\$000 | | |
| Gratificação..... | 2.000\$000 | | |
| | 6.000\$000 | | 30.000\$000 |
| 1 telephonista : | | | |
| Ordenado..... | 2.800\$000 | | |
| Gratificação..... | 1.400\$000 | | 4.200\$000 |

| | | |
|---|------------|-------------|
| 1 lustrador : | | |
| Ordenado..... | 2:800\$000 | |
| Gratificação..... | 1:400\$000 | 4:200\$000 |
| 2 ajudantes de carpinteiro, a 4:200\$, sendo: | | |
| Ordenado..... | 2:800\$000 | |
| Gratificação..... | 1:400\$000 | |
| | 4:200\$000 | 8:400\$000 |
| 2 foguista a 4:200\$, sendo: | | |
| Ordenado..... | 2:800\$000 | |
| Gratificação..... | 1:400\$000 | |
| | 4:200\$000 | 8:400\$000 |
| 1 pintor: | | |
| Ordenado..... | 2:800\$000 | |
| Gratificação..... | 1:400\$000 | 4:200\$000 |
| 6 serventes de 1ª classe, a 5:400\$, sendo: | | |
| Ordenado..... | 3:600\$000 | |
| Gratificação..... | 1:800\$000 | |
| | 5:400\$000 | 32:400\$000 |
| 6 serventes de 2ª classe, a 4:800\$, sendo: | | |
| Ordenado..... | 3:200\$000 | |
| Gratificação..... | 1:600\$000 | |
| | 4:800\$000 | 28:800\$000 |
| 10 serventes de 3ª classe, a 4:200\$, sendo: | | |
| Ordenado..... | 2:800\$000 | |
| Gratificação..... | 1:400\$000 | |
| | 4:200\$000 | 42:000\$000 |

| | Ouro | Papel |
|--|------------|----------------|
| | Variável | Fixa |
| 6 serventes de 4ª classe, a 3.600\$, sendo: | | |
| Ordenado | 2.400\$000 | |
| Gratificação | 1.200\$000 | |
| | 3.600\$000 | 21.600\$000 |
| | | 1.217.400\$000 |
| <i>Ajudas de custo</i> | | |
| Para pagamento de ajudas de custo | 5.000\$000 | |
| <i>Gratificações extraordinárias</i> | | |
| Para gratificações por comissões ou serviços extra-ordinários | 7.000\$000 | |
| <i>Pessoal jornalheiro</i> | | |
| Para o pessoal jornalheiro empregado nos serviços de conservação dos edificios e estradas, sendo um pedreiro, um ajudante e seis trabalhadores. | | |
| | | 12.243\$000 |
| INSTITUTO VACCINOGENICO | | |
| 1 chefe de serviço: | | |
| Ordenado | | 18.000\$000 |
| Gratificação | | 9.000\$000 |
| 1 assistente: | | |
| Ordenado | | 16.000\$000 |
| Gratificação | | 8.000\$000 |

Velas

| | | |
|---------------------------|------------|-------------|
| 1 auxiliar académico: | | |
| Ordenado | 2:480\$000 | |
| Gratificação | 1:240\$000 | 3:720\$000 |
| 1 ajudante de almoxarife: | | |
| Ordenado | 4:800\$000 | |
| Gratificação | 2:400\$000 | 7:200\$000 |
| 2 escripturários: | | |
| Ordenado | 6:400\$000 | |
| Gratificação | 3:200\$000 | |
| | 9:600\$000 | 19:200\$000 |
| 2 serventes de 1ª classe: | | |
| Ordenado | 3:600\$000 | |
| Gratificação | 1:800\$000 | |
| | 5:400\$000 | 10:800\$000 |
| 2 serventes de 2ª classe: | | |
| Ordenado | 3:200\$000 | |
| Gratificação | 1:600\$000 | |
| | 4:800\$000 | 9:600\$000 |
| 2 serventes de 3ª classe: | | |
| Ordenado | 2:800\$000 | |
| Gratificação | 1:400\$000 | |
| | 4:200\$000 | 8:400\$000 |
| 4 fechadores de tubo: | | |
| Ordenado | 1:280\$000 | |
| Gratificação | 640\$000 | |
| | 1:920\$000 | 7:680\$000 |

1 ajudante de desenlista :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 5.300\$000 |
| Gratificação..... | 2.800\$000 |
| | 8.100\$000 |

1 ajudante de bibliotecário :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 4.800\$000 |
| Gratificação..... | 2.400\$000 |
| | 7.200\$000 |

1 fiel de almoxarife :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 4.800\$000 |
| Gratificação..... | 2.400\$000 |
| | 7.200\$000 |

Material — Substitua-se a Sub-consignação n. 3 pela seguinte :

3. Para conclusão das obras de esgoto e construção de duas fossas, 50.000\$; Para obras de transformação de uma coquearia em horta e aquisição de 30.000\$ e outros destinados à manutenção de pequenos animais de laboratório, 60.000\$; Sub-consignação n. 4 — "Alimentação", reduzida de 5.000\$; Material — H. Hospital das Doenças Tropicais — Substitua-se a Sub-consignação n. 33 pelo seguinte : "33. Obras de transformação do hospital, construção de um bioterio e de um necrotério, 130.000\$"; Sub-consignação n. 34 — Material — Diga-se : "Material clínico", em vez de : "Material químico".

Instituto Filial em Bello Horizonte :

Sub-consignação "Objetos de expediente" — Augmentese de 100\$ para 800\$, 26.400\$000.

Sub-consignação "Produtos químicos e drogas" — Augmente-se de 2.400\$ para 4.000\$, 35.000\$000.

Sub-consignação "Vidraría" — Augmente-se de 1.000\$ para 6.000\$000.

Accrescente-se : Pesquisas, conservação e renodlação dos laboratórios e do prédio e aquisição de animais, 38.000\$, 150.000\$000.....

29. *Serventuario do Caylo Calhico*. Reduzida de 4.540\$000.....

30. *Magistrados em disponibilidade*.....

..... 1.450.080\$000
 26.460\$000
 35.000\$000
 1.026.358\$000

| | |
|---|--------------|
| Escola de Instrução Primária e Profissional gratuita, destinada aos filhos dos operários, mantida pelo Syndicato Profissional dos Operários, residentes na Gavea. | 10.000\$000 |
| Lycceu de Artes e Offícios do Rio de Janeiro | 50.000\$000 |
| Faculdade Hahnemanniana | 24.000\$000 |
| Associação Protectora dos Cegos Dezesete de Setembro, mantenedora da Escola Profissional e Asylo para Cegos Adultos, com obrigação de receber cegos enviados pela Policia | 30.000\$000 |
| Hospital Maritimo Muller dos Reis | 80.000\$000 |
| Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia, na Capital Federal | 51.000\$000 |
| Hospital S. João Baptista da Lagôa, para o serviço de gynecologia e partos | 20.000\$000 |
| Casa Maternal Mello Mattos | 100.000\$000 |
| Orphanato Santo Antonio | 19.000\$000 |
| Para a Fundação "Liga Brasileira contra a Tuberculose" — instalação e custeio do hospital e preventorios para tuberculosos, de accordo com o contracto lavrado entre aquella e o Governo. | 120.000\$000 |
| Liga da Defesa Nacional | 20.000\$000 |
| Secção Feminina do Abrigo de Menores | 150.000\$000 |
| Recolhimento Infantil Arthur Bernardes | 125.000\$000 |
| Associação Tutelar de Menores | 10.000\$000 |
| Assistencia Judicial | 6.000\$000 |
| Asylo de Orphaos "Analia Franco", á rua Figueira n. 65. | 5.000\$000 |
| Orphanato de S. José de Jacarépaguá | 20.000\$000 |
| Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro | 15.000\$000 |
| Liga Esperantista Brasileira | 1.500\$000 |
| Associação do Hospital Evangelico | 20.000\$000 |
| Asylo N. S. Nazareth | 10.000\$000 |
| Dispensario S. José | 7.000\$000 |
| Ambulatorio do Hospital São João Baptista, em Botafogo. | 18.000\$000 |
| Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro | 10.000\$000 |
| Hospital Hahnemanniano, mantido pelo Instituto Hahnemanniano do Brasil | 36.000\$000 |

Códice da Casa das Expostos com a obrigação cons-
tante do n. 6, do art. 3º, da lei n. 4.555, de 10
de agosto de 1922.....
Colégio da Providência.....
A' União dos Escoleiros do Brasil.....

36.000\$000
6.000\$000
24.000\$000

1.868.000\$000

Nos Estados

Amazonas:

Instituto Dour Bosco.....
Instituto Pasteur.....
Instituto Benjamin Constant.....
Santa Casa de Misericórdia de Manaus.....
Hospital da Candelaria, em Porto Velho.....
Santa Casa Salesiana de S. Gabriel do Rio Negro
Instituto Salesiano Dom Bosco.....
Hospital de Catechese da Prelazia Rio Branco.....
A' Prefeitura Apostólica do Rio Negro, para serviços
de prophylaxia, assistência e ensino.....

20.000\$000
10.000\$000
5.000\$000
82.000\$000
3.000\$000
9.000\$000
5.000\$000
10.000\$000

120.000\$000

264.600\$000

Pará:

Faculdade de Direito.....
Maternidade, mantida pela Santa Casa de Misericór-
dia.....
Instituto de Protecção e Assistência á Infancia Des-
valida.....
Santa Casa da Misericórdia.....
A' Escola de Medicina.....
Associação das Irmãs Clarisses.....
Santa Casa de Obidos.....
Instituto Historico e Geographico do Pe.....

20.000\$000
15.900\$000

7.000\$000
30.000\$000
50.000\$000
5.000\$000
5.000\$000
6.000\$000

138.000\$000

| | |
|--|-------------|
| Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza..... | 30.000\$000 |
| Santa Casa de Misericórdia de Sobral..... | 10.000\$500 |
| Asylo de Mendicade de Fortaleza..... | 5.000\$000 |
| Asylo de Alienados de Porangaba..... | 5.000\$000 |
| Dispensario dos Pobres de Fortaleza..... | 6.000\$000 |
| Instituto Pasteur..... | 5.000\$600 |
| | <hr/> |
| | 81.000\$000 |

Rio Grande do Norte:

| | |
|---|--------------|
| Instituto Historico e Geographico, Natal..... | 5.000\$000 |
| Escola Domestica, Natal..... | 5.000\$000 |
| Collegio Santo Antonio, Natal..... | 5.000\$000 |
| Escola dos Pobres do Collegio Immaculada Conceição, Natal..... | 5.000\$600 |
| Collegio Coração de Maria, Mossoró..... | 4.000\$000 |
| Educadora Caicoense, Caico..... | 3.000\$000 |
| Escola Padre João Maria, Natal..... | 2.500\$000 |
| Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia, Natal | 7.000\$000 |
| Leprosario S. Francisco de Assis..... | 50.000\$000 |
| Hospital Jovino Barreto, de Natal..... | 7.000\$000 |
| Escola União Caixeiral de Mossoró..... | 1.000\$000 |
| Associação das Damas de Caridade, de Natal..... | 2.000\$000 |
| Escola Feminina de Commercio, de Natal..... | 4.000\$000 |
| Gymnasio Diocesano de Santa Luzia, de Mossoró..... | 4.000\$000 |
| Escola dos Pobres, a cargo do vigario de Macahyba... | 2.000\$000 |
| Associação dos Professores do Rio Grande do Norte | 4.000\$000 |
| Centro Operario Natalense..... | 4.000\$000 |
| Liga Artistica Operaria, de Natal..... | 2.750\$000 |
| Hospital de Caridade, de Mossoró..... | 6.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 122.750\$000 |

Parahyba do Norte:

| | |
|---|-------------|
| Orphanato D. Uirico..... | 10.000\$000 |
| Casa de Caridade de Campina Grande..... | 1.000\$000 |

| | |
|---|--------------|
| Santa Casa da Cidade de Bomfim..... | 5.000\$000 |
| Santa Casa de Misericórdia de Joazeiro..... | 5.000\$000 |
| Sociedade Beneficente Luz Protectora de Santo Amaro.... | 3.000\$000 |
| Collegio N. S. da Piedade de Ilhéos..... | 10.000\$000 |
| Montepio dos Artistas Peirenses..... | 4.800\$000 |
| | 117.800\$000 |

Espirito Santo :

| | |
|--|-------------|
| Santa Casa de Victoria..... | 25.000\$000 |
| Santa Casa de Cachoeira do Itapemerim..... | 3.000\$000 |
| Orphanato do Collegio do Carmo, em Victoria..... | 5.000\$000 |
| Orphanato da Santa Casa de Misericórdia, em Victoria.... | 5.000\$000 |
| Orphanato do Coração de Jesus, de Victoria..... | 5.000\$000 |
| | 45.000\$000 |

Rio de Janeiro :

| | |
|--|-------------|
| Casa de Caridade de Nova Friburgo..... | 5.000\$000 |
| Santa Casa de Angra dos Reis..... | 3.750\$000 |
| Faculdade de Direito de Nitheroy, do Estado do Rio de Janeiro..... | 30.000\$000 |
| Hospital de Santa Thereza de Petropolis..... | 15.000\$000 |
| Escola Domestica Cecilia Monticoro de Barros, de Barra Mansa..... | 3.000\$000 |
| Santa Casa de Misericórdia de São João da Barra..... | 3.750\$000 |
| Santa Casa de Misericórdia de Pirahy..... | 3.000\$000 |
| Casa de Misericórdia da Barra do Pirahy..... | 3.750\$000 |
| Hospital de Caridade da Parahyba do Sul..... | 3.750\$000 |
| Casa de Misericórdia de Rezende..... | 4.500\$000 |
| Casa de Caridade de Macahé..... | 3.750\$000 |
| Instituto de Protecção á Infancia de Nitheroy..... | 3.750\$000 |
| Asylo Furquim..... | 3.750\$000 |
| Casa de Caridade de Valença..... | 3.750\$000 |
| Casa de Misericórdia de Itaguahy..... | 3.750\$000 |

| | |
|--|--------------|
| Asylo Analia Franco, Rio Preto..... | 5.000\$000 |
| Instituto Assistencia a Infancia de Riberao Preto. | 10.000\$000 |
| Hospital Santa Isabel de Taubate..... | 10.000\$000 |
| Santa Casa de Misericordia de Limeira..... | 5.000\$000 |
| Hospital S. José dos Campos..... | 2.000\$000 |
| Asylo S. José de Taubate..... | 5.000\$000 |
| Laga Paulista contra a Tuberculose..... | 8.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 161.620\$000 |

Paraná:

| | |
|--|--------------|
| Faculdade de Engenharia..... | 50.000\$000 |
| Faculdade de Direito..... | 20.000\$000 |
| Faculdade de Medicina de Curitiba..... | 100.000\$000 |
| Santa Casa de Misericordia de Curitiba..... | 7.500\$000 |
| Para o custeio dos servicos a que se refere o decreto n. 13.014, de 4 de Maio de 1918 (nacionalização do ensino primario), 346.050\$, "para auxilio do paga- mento a 120 professores, alugueis de casas e acqui- sição de material didactico; para vencimento, diarias e transportes do inspector federal; pagamento do dactylographo e servente"..... | 346.050\$000 |
| | <hr/> |
| | 523.550\$000 |

Santa Catharina:

| | |
|--|-------------|
| Asylo de Orphaos S. Vicente de Paulo..... | 10.000\$000 |
| Asylo de Mendicidade do Irmão Joaquin..... | 10.000\$000 |
| Hospital de Caridade em Florianopolis..... | 20.000\$000 |
| Pavilhão de Allenados no Hospital de Azambuja, Brusque..... | 8.000\$000 |
| Hospital de Caridade de S. Francisco..... | 3.000\$000 |
| Hospital de Caridade de Itajahy..... | 3.000\$000 |
| Hospital de Caridade de Laguna..... | 3.000\$000 |
| Hospital de Caridade de Tijuca..... | 3.000\$000 |
| Hospital de Caridade de Lages..... | 3.000\$000 |

Matto Grosso:

| | |
|--|-------------------|
| Santa Casa de Misericórdia de Cuyabá..... | 15.000\$000 |
| Para continuação dos serviços de postos anti-ophídicos contractados com o Instituto Vital Brasil, depen- dendo a sua localização de indicação do Ministério da Justiça..... | 12.000\$000 |
| | <hr/> 27.000\$000 |

Goyaz:

| | |
|--|-------------------|
| Collegio Secundario de Boa Vista..... | 5.000\$000 |
| Asylo de S. Vicente de Paulo..... | 3.750\$000 |
| Hospital de Caridade..... | 7.000\$000 |
| Escola de Direito..... | 20.000\$000 |
| Para continuação dos serviços de postos anti-ophídicos contractados com o Instituto Vital Brasil, depen- dendo a sua localização de indicação do Ministério da Justiça..... | 12.000\$000 |
| | <hr/> 47.750\$000 |

Minas Geraes:

| | |
|--|------------|
| Casa de Caridade de Leopoldina..... | 7.500\$000 |
| Asylo de S. Salvador, de S. José de Além Parahyba..... | 1.500\$000 |
| Hospital de Caridade de Cataguazes..... | 1.500\$000 |
| Hospital de Caridade de Uba..... | 1.500\$000 |
| Hospital de Caridade de Viçosa..... | 1.500\$000 |
| Hospital de Caridade de Santa Luzia de Carangola..... | 3.750\$000 |
| Hospital de Caridade de Mar de Hespanha..... | 1.500\$000 |
| Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto..... | 5.000\$000 |
| Orphanato de Santo Antonio de Ouro Preto..... | 5.000\$000 |
| Lyceu de Artes e Offícios de Ouro Preto..... | 5.000\$000 |
| Hospital de Caridade de Rio Preto..... | 1.500\$000 |
| Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora..... | 7.500\$000 |
| Asylo de Santo Antonio de Uberaba..... | 1.500\$000 |

| | |
|--|--------------|
| Santa Casa de Guarupé..... | 1.500\$000 |
| Casa de Caridade de Sylvestre Ferraz..... | 1.500\$000 |
| Casa de Caridade de Santa Quitéria..... | 1.500\$000 |
| Instituto Radium, de Bello Horizonte..... | 100.000\$000 |
| Associação Periférica Irmãos Artistas de Juiz de Fora..... | 2.400\$000 |
| Hospital da Villa Antonio Dias..... | 2.000\$000 |
| Asylo de Santa Isabel de Itajubá..... | 3.750\$000 |
| Asylo S. Vicente de Bocayuva..... | 2.400\$000 |
| Hospital de Santa Rosalia, de Theophilo Otoni..... | 2.400\$000 |
| Hospital S. Vicente de Paulo de Bello Horizonte..... | 24.000\$000 |
| Orphanato de Santo Antonio da cidade de Curvello..... | 5.400\$000 |
| Orphanato da Cidade do Pomba..... | 2.000\$000 |
| Casa de Caridade de Itapeerica..... | 2.000\$000 |
| Asylo de Santa Leopoldina..... | 3.400\$000 |
| Amparo Theresia Christina..... | 5.000\$000 |
| Orphanato Agnola..... | 10.000\$000 |
| Escola Profissional Feminina de Bello Horizonte..... | 20.000\$000 |
| Hospital de N. S. das Dôres de Ponte Nova..... | 5.000\$000 |
| Casa de Caridade de Santo Antonio do Mucudado..... | 5.000\$000 |
| Asylo de Meninas Indigenas e Orphãs, annexo ao Collegio de Santa Clara, de Itambacury..... | 10.000\$000 |
| Escola Profissional de Sylvestre Ferraz..... | 5.000\$000 |
| Sociedade de S. Vicente de Paulo, de Ayuruoca..... | 2.000\$000 |
| Casa de Caridade de Baependy..... | 1.500\$000 |
| Casa de Caridade de Ouro-Fino..... | 10.000\$000 |
| Asylo de Invalidos do Pão de Santo Antonio, em Diamantina..... | 1.500\$000 |
| Asylo de S. Joaquim da Conceição do Serro..... | 1.500\$000 |
| Collegio Providencia de Muriana..... | 1.500\$000 |
| Hospital Cassiano Campoline, de Entre-Rios..... | 1.500\$000 |
| Santa Casa de Perdões..... | 1.500\$000 |
| Instituto de Protecção á Infancia de Juiz de Fora..... | 2.375\$000 |
| Escola Profissional Feminina de Bello Horizonte..... | 12.000\$000 |
| Externato do Patronato Campos Salles, annexo á Escola de Agricultura e Pecuaria de Passa-Quatro..... | 20.000\$000 |
| Casa da Misericordia de Brazopolis..... | 5.000\$000 |
| Sociedade Amante de Instrução e Trabalho de Bello Horizonte..... | 2.000\$000 |
| Asylo de Caridade de Bom Sucesso..... | 1.500\$000 |

Hospital de Itabira do Matto Dentro, inclusive 3.000\$ para reconstrução.....
 Santa Casa de Christina.....
 Sociedade de S. Vicente de Paulo, de Caxambú.....
 Casa de Caridade de Caxambú.....
 Orphanato de N. S. do Carmo, de Carmo do Rio Claro.....
 Hospital da Casa de Caridade São Vicente de Paulo, da Villa de Inconfidencia.....
 Hospital de Tuberculosos de Januaria.....
 Santa Casa de S. Miguel de Guanhaes.....
 Associação das Damas de Caridade de Bello Horizonte
 Lyceu de Artes e Officios de Guaxupé.....
 Santa Casa de Misericordia da Cidade do Serro.....
 Santa Casa de Misericordia de Diamantina.....
 Associação de São Vicente de Paulo, de Paraizopolis.....
 Casa de Misericordia de Lavras.....
 Santa Casa de Misericordia de Jaguary.....
 Asylo de Orphãos S. José, Campanha.....

800 :125\$000

7.223.730\$000

33. Eventuais.....

170.000\$000

34. *Museu Historico* — Aumentada de 3.000\$, feita na tabella a seguinte alteração:
 "Pessoal" Sub-consignação n. 1, em vez de um director, 12.000\$, diga-se:
 um director, 15.000\$, sendo ordenado 10.000\$ e gratificação 5.000\$ (de-
 creto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922).....

123.600\$000

35. *Instituto Medico Legal* — Reduzida de 26.725\$, feita na tabella a seguinte alte-
 ração: Pessoal — Sub-consignação n. 5, 23.725\$, supprima-se. Material —
 Sub-consignação n. 17, em vez de 18.000\$, diga-se 15.000\$; "Material"
 (permanente) — Sub-consignação n. 6 — Para construção do Necroterio.
 Laboratorios e Bioterio do Instituto, 200.000\$ ou Sub-consignação n. 1 —
 Diga-se: "Aquisição, conservação e reparação de moveis", em vez de:
 "Aquisição de moveis"; Sub-consignação n. 2 — Acrescente-se, *in-fine*,
 o seguinte: "e encadernações"; Sub-consignação n. 7 — Acrescente-se,
in-fine, o seguinte: "impressos com gravura e schemas"; Sub-consignação

43.080\$000

ga-se: 6.570\$, ficando assim redigida: "diárias dos correios, dos motoristas e dos ajudantes de motorista, a 38 a diária"; Sub-consignação n. 3, 12.000\$, supprime-se; Sub-consignação n. 9, 12.000\$, supprime-se; "Material"; Sub-consignação n. 3, em vez de 20.000\$, diga-se: 200.000\$, ficando assim redigida: "para obras e reparos extraordinários nos edifícios da Secretaria de Estado

416.500\$000

875.230\$000.

.....

.....

.....

2. *Corpo Diplomático* — **Augmentada de 114:728\$899, feitas na** tabela as seguintes alterações: "Pessoal", Sub-consignação n. 1, supprime-se a dotação de 53.000\$, destinada ao Embaixador da Liga das Nações, eliminadas dessa consignação todas as referências á mesma Liga e substituídas na relação dos ministros residentes, dos primeiros e segundos secretários as palavras "junto á Liga das Nações" pelas: "um para servir onde o Governo designar"; eleva-se a representação do Ministro do Uruguay de 15.000\$ para 19.000\$; em vez de 22 primeiros secretários a 8.000\$, 176.000\$, diga-se: 22 primeiros secretários: ordenado 5.333\$333, gratificação 2.666\$667 e representação 3.000\$, 11.000\$, réis 242.000\$, em vez de 39 segundos secretários a 6.000\$, 234.000\$, diga-se: 39 segundos secretários: ordenado 4.000\$, gratificação 2.000\$ e representação 2.000\$, 8.000\$, 312.000\$; Sub-consignação n. 4, em vez de réis 2.000\$ a cada um dos interpretes das Legações na Noruega e Dinamarca, diga-se: 3.200\$ a cada um, elevando-se o total de 2.400\$; Sub-consignação n. 5, incorpore-se á 1.ª, eliminada, porém, a quantia de 4.500\$ destinada á percentagem de 25 % sobre os vencimentos de 18.600\$ do Embaixador junto á Liga das Nações. "Material" — Sub-consignação n. 1, supprime-se a quantia de 20.000\$, destinada ao aluguel da chancelaria junto á Embaixada da Liga das Nações; eleva-se para 6.000\$ a quantia destinada ao aluguel da chancelaria da Legação na Tchecoslovaquia, par 21:333\$333 a da Legação na Alemanha, para 9:777\$778 a da Legação na Austria, para 8:000\$ e da Legação na Bohevia, para 18.000\$ a da Legação no Uruguay, para 43.662\$222

Taboa

| Ouro | Papéis | |
|------|----------------|--------------|
| | Fixa | Variavel |
| | 1.726.750\$000 | 484.284\$444 |

a da Embaixada nos Estados Unidos e para 18.000\$ a da Embaixada no Chile. Sub-consignação n. 3, supprime-se a quantia de 2.000\$, destinada ao expediente da Embaixada da Liga das Nações.....

3 Corpo Consular — Augmentada de 112.985\$554, feitas na tabella as seguintes alterações: Pessoal: Sub-consignação n. 1, em vez de 6 addidos commerciaes, 72.000\$, diga-se 11 addidos commerciaes, 132.000\$000. Sub-consignação n. 2, supprime-se, passando o consul addido Ildefonso Alves Marinho, com os mesmos vencimentos, para a 1ª, como é do seu direito e risque-se a palavra — "considerado" — que, sem justificativa, segue o seu nome. Sub-consignação n. 3, em vez de 15.000\$, diga-se — 24.000\$, acrescentando-se-lhe: "Copenhague" após a palavra — Dakar, "Calcutá" após as palavras — Cayenna e "Kobe". Sub-consignação n. 4, em vez de 1.250\$, diga-se 3.000\$000. Sub-consignação n. 5 (1ª alinea), em vez de 1.000\$, diga-se 2.000\$, a mesma Sub-consignação n. 5 (3ª alinea), em vez de 320.700\$, diga-se 322.700\$, incorporando-se a 1ª, acrescente-se: "Para attender ao pagamento da substituição dos consules geraes e consules em licença com todos os vencimentos ou em férias extraordinarias, 30.000\$000. "Material": Sub-consignação n. 1 (aluguel de chancellarias), em vez de 124.823\$337, diga-se 134.058\$891, substituida pela seguinte:

| | |
|---|-------------|
| 2 Buenos Aires e Nova York, cada um 8.000\$000 | 16.000\$000 |
| 2 Hamburgo e Londres, 4.888\$889, cada uma..... | 9.777\$778 |
| 1 Montevideo..... | 3.200\$000 |
| 1 Barcelona..... | 2.760\$000 |
| 1 Berlin..... | 2.266\$667 |

| | | |
|----|-------------------------------------|-------------|
| 3 | Paris, Havre e Bordéus, cada um, | 6:600\$000 |
| | 2:200\$000..... | 2:100\$000 |
| 1 | Rosario de Santa Fé..... | |
| 2 | Baltimore e Bremen, cada um, | 4:000\$000 |
| | 2:000\$000..... | 1:977\$778 |
| 1 | Nova Orleans..... | 1:900\$000 |
| 1 | Genova..... | |
| 1 | Chicago e Marselha, cada um | 3:600\$000 |
| | 1 Liverpool..... | 1:777\$889 |
| 1 | Lisboa..... | 1:733\$334 |
| 3 | Vienna, Genebra e Zurich, cada um, | 5:000\$000 |
| | 1:666\$667..... | |
| 1 | Roma..... | 1:600\$000 |
| 1 | Galatz..... | 1:542\$222 |
| 2 | Philadelphia e Porto, cada um | |
| | 1:500\$000..... | 3:000\$000 |
| 1 | Amsterdã..... | 1:488\$889 |
| 2 | Gothenburgo e Napoles, cada um | |
| | 1:400\$000..... | 2:800\$000 |
| 1 | Valparaiso..... | 1:366\$667 |
| 2 | Rivera e Milão, cada um 1:300\$000 | 2:600\$000 |
| 9 | Salto, Iquitos, Antuerpia, Norfolk, | |
| | Lyon, Bruxellas, Montreal, Cap- | |
| | town e Munich, cada um 1:200\$000 | 10:800\$000 |
| 1 | Helsingfors..... | 1:366\$667 |
| 33 | Cobija, Copenhague, Guayará-Mi- | |
| | rim, Calcuttá, Assumpção, Rot- | |
| | terdam, Varsovia, Alvear, Artigas, | |
| | Melo, Paso de los Libres, Paysandú, | |
| | Posadas, Rio Branco, Santa Rosa, | |
| | S. Thomé, Barbados, Dublin, Glas- | |
| | gow, Southampton, La Rochelle | |
| | Pallice, Boulogne S/M, Cherburgo, | |
| | Yokohama, Oslo, Cadiz, Kobe, | |
| | Swansea, Panamá, Shanghai, Ma- | |
| | drid, Constantinopla e Vigo, cada | |
| | um, 1:000\$000..... | 33:000\$000 |

| | | | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| 8. <i>Ajuda de custo</i> | 230 :000\$000 | | |
| 9. <i>Extraordinárias no Exterior</i> — Aumentada de 67:000\$8, feitas na tabella as seguintes alterações: — 3 ^a Consignação, em vez de 40:000\$8, diga-se 100:000\$8; acrescente-se: — "para pagamento dos olheiros de arte e móveis que se acham na liberdade em Lisboa e que a ella não pertencem, feita a devida avaliação — 5:000\$8, ouro"; para aquisição de 200 exemplares do "Annuario do Brasil Economico e Financeiro", para 1927, que se publica em francez, em Part. para propaganda e informações do Brasil — 2:000\$8, ouro" | 377 :000\$000 | | |
| 10. <i>Exposição Economica</i> — Faça-se na tabella a seguinte alteração: — 2 ^a Consignação, acrescente-se: inclusive réis 8:000\$8 desenhos e a transcrição do exposto de productos brasileiros, installada na Embaixada junto ao Rei da Italia" | 200 :000\$000 | 50 :000\$000 | |
| 11. <i>Commissões de Limites</i> — Acrescente-se: "Os adiantamentos aos chefes de commissões de limites serão feitos para todo o anno, devendo a comprovação das despesas ser pelo menos realizada de uma só vez, até o fim do trimestre adicional correspondente" | | 800 :000\$000 | |
| 12. <i>Para os funcionarios do Corpo Diplomatico e Consular, em disponibilidade</i> | 700 :000\$000 | | |
| 13. <i>Para despesas com a reunião, no Rio de Janeiro, da Junta de Jurisconsultos Americanos e da Conferencia Parlamentar Internacional de Commercio</i> , — incluindo as necessarias com o pagamento do pessoal, aquisição de material, adaptação e reparações nos edificios e mobiliarios do Ministerio das Relações Exteriores e outros proprios nacionaes em que se reunirem os delegados e as Secretarias das Conferencias: | | | |
| 1 ^a , com (papel)..... | 500 :000\$000 | | 1,500 :000\$000 |
| 2 ^a , com (ouro)..... | | 1,593 :230\$000 | 2,886 :500\$000 |
| | 3,441 :250\$000 | 2,766 :636\$267 | |

8. *Justiça Militar* — Aumentada de 72:000\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-consignação n. 1, em vez de 5 auditores, 108:000\$, diga-se 5 auditores, ordenado, 22:400\$ e gratificação, 11:200\$, 168:000\$; e em vez de 2 promotores, 24:000\$, diga-se, 2 promotores, ordenado, 12:000\$ e gratificação, 6:000\$, 36:000\$; tudo de accordo, respectivamente, com o art. 4º do decreto n. 4.988, de 8 de janeiro de 1926, e o art. 6º, § 2º, da lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891, e decreto n. 16.273, de 20 de dezembro de 1923.

240:120\$000 7:000\$000

9. *Directoria de Aeronautica* — Aumentada de 2.000:000\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-consignação n. 1, em vez de 2 professores normalistas, diga-se: 2 professores. "Material" — Sub-consignação n. 1, acrescente-se no final, depois da palavra — Aviação — o seguinte: "e para aquisição de aviões", elevando-se de 2.000:000\$, a dotação.

477:120\$000 2.653:240\$000

10. *Directoria de Navegação* — Aumentada de 3.750:000\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Material" — Sub-consignação n. 1, desdobrada em duas, alterando-se a numeração das seguintes, ficando assim redigida: n. 1: "Para reconstrução dos pharoes existentes, casas de pharoleiros, substituição de appparelhos de pharoes, restauração de boas illuminativas e cegas, postes e signaes, inclusive o transporte do material até os pharoes, reparos do pharol do cabo de S. Roque, substituição do appparelho do pharol do morro de S. Paulo por um automatico, reparos na torre do de Itapoan, reconstrução dos pharoes de Ponta Trapiá no Ceará, e Torres, Cidreiras, Mostardas, Sarita, Albardão e Chuy, no Rio Grande do Sul, e aquisição de uma balieira para a praticagem da barra do S. Francisco e duas boas cegas para a mesma barra, 1.700:000\$". N. 2, "Para aquisição e construção de pharoes, das suas dependências e signaes; para aquisição de boas cegas e luminosas, inclusive a construção de um pharol nos rochedos de S. Pedro e S. Paulo e de outro na cabeça do molhe de este na barra do Rio Grande do Sul, e mais — para construção de um pharol em Canavieiras, um poste de 15 milhas em Alcoliação, um poste de luz na barra do Paraguassú, duas boas luminosas nos baixios dos Ouréis e Cabeça de Negro, no Estado da Bahia, 500:000\$; para aquisição de um hiate para o serviço de praticagem da barra de Belém do Pará, 70:000\$; para construção de um pharol entre Mostardas e barra do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, 150:000\$; para a montagem do pharol de S. João, no Estado do Maranhão, 15:000\$; para a aquisição de um navio a vapor, appare-

1 auxiliar de escripta :

| | |
|--------------------|------------|
| Ordenado | 1.000\$000 |
| Gratificação | 500\$000 |
| | 1.500\$000 |

1 patrão :

| | |
|--------------------|----------|
| Ordenado | 450\$000 |
| Gratificação | 225\$000 |
| | 675\$000 |

1 motorista :

| | |
|--------------------|------------|
| Ordenado | 1.200\$000 |
| Gratificação | 600\$000 |
| | 1.800\$000 |

6 remadores :

| | |
|--------------------|----------|
| Ordenado | 400\$000 |
| Gratificação | 200\$000 |
| | 600\$000 |

3.600\$000

12.331\$800

Sub-consignação n. 8 (Agências das capitães), acrescenta-se na emenda após a palavra — Antonina — as seguintes : Guajard-Mirim — e em vez de 41 agentes 56:122\$440 e 41 remadores 24.600\$, total 80.722\$440, diga-se 41 agentes 57.491\$280 e 41 remadores 25.200\$, total 82.691\$280. "Material". Sub-consignação n. 1, em vez de 100.000\$, diga-se 50.000\$000. Sub-consignação n. 2, expediente para as capitães de portos, delegacias e agências, eleva-se de 7.000\$, para a Directoria de Portos e Costas, eleva-se de 2.000\$000. Sub-consignação n. 3, eleva-se de 50.000\$, ficando assim redigida. "Para aquisição de medicamentos, livros didacticos e material escolar; concertos e conservação do material de ensino da pesca e saneamento do littoral, destacados, 12.000\$, para a publicação do Boletim da Pesca, em periodico que lhe assegure a divulgação no seio das colonias de pescadores, e 20.000\$ para subvencionar a Federação Brasileira dos Escoteiros do Mar, importancia essa que será entregue á directoria da referida instituição para ser applicada na instrução e desenvolvimento do escotismo nas colonias

| Outro | Papal | |
|----------|--------------|----------------|
| | Fixa | Variavel |
| Variavel | | |
| | 894.894\$680 | 1.087.000\$000 |

de pescadores". Sub-consignação n. 3, em vez de 50.000\$, diga-se 100.000\$, ficando assim redigida: "Para aquisição de medicamentos, publicação do boletim da pesca e saneamento do litoral". Sub-consignação n. 4, redija-se assim: "Para importação de linhas e anzóis, pela Directoria de Portos e Costas, para fornecimento aos pescadores, por intermédio da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, de accordo com o determinado na letra a do art. 20, capítulo VII, dos estatutos approvados pelo aviso n. 568, de 27 de janeiro de 1923, do Ministerio da Marinha, e fim previsto no § 4º do art. 21, capítulo VII, dos mesmos estatutos. Sub-consignação n. 5, em vez de — das Capitaniaes dos Estados, a 300\$, 5.400\$, diga-se a 300\$, 5.700\$(900. Sub-consignação n. 8, em vez de 100.800\$, diga-se 150.000\$, ficando assim redigida: "Para subvenção a 250 escolas, nas colonias de pescadores, desde que tenham frequencia mensal média de 20 ou mais alumnos, á razão de 600\$ annuaes, cada uma, pagaveis por trimestres vencidos, mediante apresentação dos respectivos mappaes escolares mensaes, dispensados os de janeiro e dezembro que correspondem ás férias escolares, assignados pelo professor, attestados pelo presidente da colonia a que pertencer a escola e visado pelo capitão do porto da circumscripção naval interessada"; acrescescentese: "Sub-consignação n. 11, "Para aquisição de material fluctuante necessario á Capitania do Porto da Bahia para a construção do novo edificio da Capitania do Porto da Bahia, bem como para a construção de pavilhões, adaptações ou mudança da Escola de Aprendizes Marinheiros e outros serviços do Ministerio da Marinha no Estado da Bahia, 1.000.000\$ e acrescescentese ainda: "para aquisição de um navio de pesca (*Trawler*) para o serviço da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, 350.000\$000

14. *Arsenares, Directoria do Armamento e Radiotelegraphia* — Aumentada de réis 232.435\$690 feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-consignação n. 1 em vez de 2 primeiros officiaes, 10.400\$, diga-se 3 primeiros officiaes, 16.200\$, sendo 3.600\$ de ordenado e 1.800\$ de gratificação; em vez de 6 segundos officiaes, 28.800\$, diga-se 7 segundos officiaes, 33.600\$; em vez de 9 terceiros officiaes, 32.400\$, diga-se 7 terceiros officiaes, 25.200\$; em vez de 3 desenhistas de 1ª classe, 12.600, diga-se 5

desenhistas de 1ª classe, 21.000\$; em vez de 2 porteiros, 7.200\$, diga-se 4 porteiros, 14.400\$; em vez de 1 empregado para o serviço de incêndio, 2.160\$, diga-se 3 empregados para o serviço de incêndio, 6.480\$; acrescente-se nessa Sub-consignação o seguinte: "2 professores normalistas, ord. 3.200\$ e gratif. 1.600\$, total 9.600\$; 6 fêis civis, ord. 2.400\$ e grat. 1.200\$, total 21.600\$". Sub-consignação n. 3, em vez de 124 operários de 4ª classe, 271.560\$, diga-se 94 operários de 4ª classe, 203.040\$, em vez de 114 operários de 5ª classe, 245.540\$610, diga-se 95 operários de 5ª classe, 201.814\$200; em vez de 40 aprendizes de 1ª classe, 54.750\$, diga-se 18 aprendizes de 1ª classe, 24.300\$; em vez de 5 aprendizes de 2ª classe, 4.562\$800, diga-se 2 aprendizes de 2ª classe, 1.800\$000. Sub-consignação n. 3, em vez de 13 mestres, 62.400\$, diga-se 16 mestres 76.800\$000. Sub-consignação n. 9, em vez de 875.602\$575, diga-se 870.888\$175, substituindo-se pelo seguinte: Mestranga e pessoal artístico das oficinas:

9 mestres:

| | | |
|-----------------------------|------------|--------------|
| Ordenado..... | 3:200\$000 | |
| Gratificação..... | 1:600\$000 | |
| | 4:800\$000 | 43:200\$000 |
| 48 operários de 1ª classe: | | |
| Diaria..... | 9\$000 | 157:680\$000 |
| 67 operários de 2ª classe: | | |
| Diaria..... | 8\$000 | 195:640\$000 |
| 100 operários de 3ª classe: | | |
| Diaria..... | 7\$000 | 255:500\$000 |
| 38 aprendizes de 1ª classe: | | |
| Diaria..... | 5\$145 | 63:171\$025 |

| | |
|--|--------------|
| 14. Para pagamento das gratificações do pessoal que serve extraordinariamente na Escola Profissional Technica do Arsenal do Rio de Janeiro, sendo: 1 secretario, a 60\$ mensaes; 2 desenhistas, um a 90\$ e outro a 60\$, idem, e 6 operarios a 40\$ cada um, idem, e para a Escola Profissional Technica da Directoria do Armamento, sendo: 2 desenhistas a 75\$ mensaes cada um, 2 operarios a 40\$ cada um, idem, e 3 operarios a 30\$ cada um, idem... | 9.240\$000 |
| 15. Para pagamento das gratificações addicionaes a que tem direito os operarios dos arsenaes pelo tempo de serviço | 146.000\$000 |
| 16. Idem, idem, idem, aos operarios da Directoria do Armamento, idem... | 20.400\$000 |
| 17. Para pagamento dos operarios invalidados em serviço... | 80.000\$000 |
| 18. Para pagamento dos operarios pensionistas dos extinctos arsenaes de Pernambuco e Bahia | 20.000\$000 |
| 19. Para pagamento da gratificação especial de 3\$ diarios aos 27 operarios de 1ª classe que servem de auxiliares dos mestres, de conformidade com o regulamento actual dos arsenaes... | 29.565\$000 |
| 20. Para pagamento da gratificação de 120\$ mensaes ao foguista da Directoria do Armamento que desempenha as funções de capataz dos serviços geraes e de 60\$ mensaes aos quatro foguistas da mesma directoria que trabalham como motoristas. | 4.320\$000 |
| 21. Para pagamento de diarias ao pessoal do serviço marítimo do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, quando em serviço fora deste porto, na razão de dous terços dos respectivos vencimentos | 20.000\$000 |
| 22. Para pagamento de premios de seguros sobre accidentes de trabalho (decreto n. 13.498, de 12 de março de 1919). | Varia-el |
| Material, logo após a Sub-consignação n. 1, accrescente-se "Para aquisição e montagem de estações radiogonometricas, 200.000\$000". Sub- | 35.000\$000 |

| Ouro | Papéis | |
|-------|-----------------|----------------|
| | Fixa | Variável |
| | 5.681.861\$175 | 601.820\$000 |
| | 1.887.547\$000 | 242.400\$000 |
| | 12.815.900\$000 | 1.028.200\$000 |
| | 15.580.054\$665 | 655.000\$000 |

Vila

consignação n. 2 accrescente-se: expediente para a Escola Profissional Technica da Directoria do Armamento, 2.000\$000. Sub-consignação n. 4, para assento de casa e despesas miudas da Directoria do Armamento, 500\$000.

5. *Ensino Naval* — Aumentada de 137.600\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-consignação n. 3, em vez de 17 lentes cathedraes, 244.800\$, diga-se 18 lentes cathedraes, 259.200\$ e, logo a seguir, accrescente-se o seguinte: "lentes cathedraes em disponibilidade" — ordenado 9.600\$ e gratificação 4.800\$, 43.200\$. Sub-consignação n. 5, em vez de 2.400\$, diga-se 32.400\$, redigindo-se assim: Para pagamento da gratificação aos 6 instructores de "Marinaria" e de "Machinas" para os aspirantes, durante dous mezes, á razão de 200\$ por mez, 2.400\$ e para pagamento de instructores para o desdobramento das turmas durante o anno, de accordo com o regulamento. "Material" (diversas despesas, accrescente-se: Para pagamento de subvenção á Escola de Machina Mercante desta Capital, creada pelo art. 24 da lei n. 4.895, de 3 de dezembro de 1924, ficando reduzidas de 25%, na vigencia da subvenção, as suas taxas de frequencia — 50.000\$000.

6. *Officias* — Reduzida de 408.000\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-consignação n. 1 (Q. E.), em vez de 15 capitães de corveta, soldo 9.600\$, 144.000\$, diga-se: 14 capitães de corveta, soldo 9.600\$, 134.400\$000. Sub-consignação n. 3, Corpo de Saude (Q. O.) (Pharmaceutico), em vez de 1 capitão de mar e guerra, 21.000\$, diga-se 2, 42.000\$000. Sub-consignação n. 4 (Q. R.), um capitão-tenente 8.000\$, supprime-se; e em vez de 6 segundos-tenentes, 31.200\$, diga-se 4 segundos-tenentes, 20.800\$000. (Diversas quotas) Sub-consignação n. 7, eleva-se de 63.200\$000. Sub-consignação n. 9, reduz-se 250.000\$000. Sub-consignação n. 10, reduz-se de 150.000\$000. Sub-consignação n. 11, reduz-se de 60.000\$000. Sub-consignação n. 13, reduz-se de 20.000\$000. Sub-consignação n. 14, eleva-se de 16.000\$000.

17. *Servico Subalterno da Armada* — Aumentada de 400.000\$, feita na tabella a seguinte alteração: "Pessoal", Sub-consignação n. 4 (Diversas quotas), accrescente-se no final dos dizeres: "bem como os de aviação e submersivel" — 3.001.282\$665

| | | |
|---|----------------|--------------|
| 18. <i>Regimento Naval</i> — Aumentada de 134 946\$024, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal": Sub-consignação n. 6, elevase de 136 946\$024, "Material": Sub-consignação n. 1, em vez de 10 000\$, diga-se 8 000\$000 | 1 685 261\$024 | 8 000\$000 |
| 19. <i>Addidas</i> — Reduzido de 8 160\$, feitas na tabella as seguintes alterações: Sub-consignação n. 1, 1 mestre do Arsenal de Marinha, Hyppolito José da Costa, 6 000\$, supprime-se; 1 fiel civil, Ernesto Francisco P. Velloso, 2 160\$, supprime-se, devendo esse funcionario ser aproveitado entre os 6 fiéis civis do Arsenal do Rio de Janeiro, de que trata a vella 14 ^a | 144 496\$055 | |
| 20. <i>Classes Inactivas</i> — Aumentada de 343 639\$711 feita na tabella a seguinte alteração: "Pessoal" (Reformados), Sub-consignação n. 1, eleva-se de 343 639\$711 | 6 741 497\$876 | 200 000\$000 |
| 21. <i>Despesas extraordinarias</i> — Aumentada de 124 310\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal", Sub-consignação n. 1 (pessoal contractado), substitua-se pelo seguinte: 5 primeiros tenentes, dentistas, contractos registrados em 6 de junho de 1923 e 6 de outubro de 1924, prazo tres annos: João Pedro de Araújo Vieira, vencimento mensal, 775\$, 9 300\$000 Pedro de Moraes Sarmiento, idem, idem, idem, 9 300\$000 Julio Marcondes do Amaral, idem, idem, idem, 9 300\$000 José Mirallem Tróvão, idem, idem, idem, 9 300\$000 Arnaldo Hilario Ribeiro, idem, idem, idem, 9 300\$000 10 segundos tenentes, dentistas (contractos registrada em 6 de junho de 1923, 31 de março e 28 de junho de 1926, prazo tres annos): Aristoteles Lourenço Jorge, vencimento mensal, 650\$000 Alberto Lopes, idem, idem, idem, 7 800\$000 Armando de Castro e Silva Segond, idem, idem, idem, 7 800\$000 Francisco Phylxench, idem, idem, idem, 7 800\$000 Ernesto Nathansen Ferreira da Silva, idem, idem, idem, 7 800\$000 Francisco Pinheiro Cruz, idem, idem, idem, 7 800\$000 Jayme Gomes Teixeira, idem, idem, idem, 7 800\$000 Euclydes Veiga de Moraes, idem, idem, idem, 7 800\$000 Eduardo Rodrigues Lopes, idem, idem, idem, 7 800\$000 Irineu Vieira de Souza, idem, idem, idem, 7 800\$000 | | |

| | |
|---|--------------|
| 1 segundo tenente, pharmaceutico (contracto registrado em 26 de março de 1926) : | 7.800\$000 |
| José Gregório Pereira, vencimento mensal, 650\$000.... | |
| 1 professor de esgrima (contracto registrado em 26 de abril de 1926) : | 18.000\$000 |
| Alcides Giovanni, vencimento mensal, 1.500\$000.... | |
| 1 instructor de atletismo (contracto registrado em 26 de abril de 1926) : | 18.000\$000 |
| Robert Fawke, vencimento mensal, 1.500\$000..... | |
| 1 segundo tenente-pharmaceutico (contracto registrado em 7 de maio de 1926) : | 7.800\$000 |
| Segismundo Bello da Silva, vencimento mensal, 650\$000 | |
| 1 segundo tenente, dentista (contracto registrado em 7 de maio de 1926) : | 7.800\$000 |
| Cedloneo Neves Ediges, vencimento mensal, 650\$000 | |
| 1 photo-graphio (contracto registrado em 16 de junho de 1926) : | 12.000\$000 |
| Raul Eliasirio Barbosa, vencimento mensal, 1.000\$000 | |
| 1 mestre de rede (contracto registrado em 6 de novembro de 1926) : | 3.600\$000 |
| Antonio Silvius Sergio, vencimento mensal, 300\$000... | |
| 1 contra mestre de pesca (contracto registrado em 24 de setembro de 1926) : | 3.600\$000 |
| Sebastião Lopes Barbosa, vencimento mensal, 300\$000. | |
| 4 pescadores (contractos registrados em 24 de setembro de 1926, 16 de julho de 1924 e 25 de agosto de 1924) : | 2.400\$000 |
| Manoel Victorino de Lyra, vencimento mensal 200\$000... | |
| Alfredo de Moraes, idem, idem, idem..... | 2.400\$000 |
| Marcel Braz da Cunha, idem, idem, idem..... | 2.400\$000 |
| Francisco Antão de, idem, idem, idem..... | 2.400\$000 |
| Total..... | 309.642\$500 |

Verbas

| | Ouro | Papal | |
|--|------|--------------|-----------------|
| | | Fixa | Variavel |
| Sub-consignação n. 3 (eventuaes), eleve-se de 50.000\$. "Material". Sub-consignação n. 1, eleve-se de 20.000\$000. | | 309.364\$500 | 519.850\$000 |
| 22. <i>Munições de bocca</i> — Augmentada de 8.639.534\$778, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-consignação n. 1, em vez de 2.133.600\$, diga-se: 4.296.827\$300, acrescentando-se antes das palavras — guardas de policia do Arsenal de Marinha — as seguintes: "os quatro telephonistas", "Material" — Sub-consignação n. 1, em vez de 12.000.000\$, diga-se 18.476.307\$478, acrescentando-se depois das palavras "estabelecimentos e repartições de Marinha" as seguintes: "e o pessoal do material fluctuante do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, quando em serviço fóra do porto, sem alterar o disposto no art. 19 da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921" | | | 22.793.134\$778 |
| 23. <i>Ajudas de custo. Representações. Comissões de Saques</i> — Augmentada de 180.000\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-consignação n. 1, eleve-se de 30.000\$000. Sub-consignação n. 2, redija-se assim: "Para attender ás despesas com o pagamento de adiantamentos para confecção de uniformes e adiantamentos a que têm direito, em virtude de disposição regulamentar, os sub-officiaes quando nomeados para servirem fóra desta Capital"; "Material" — Sub-consignação n. 1, eleve-se de 100.000\$; — Sub-consignação n. 2, eleve-se de 50.000\$000. | | | 830.000\$000 |
| 24. <i>Fardamentos e instrumentos de musica</i> — Augmentada de 1.115.922\$180 feitas, na tabella as seguintes alterações: "Material" — Sub-consignação n. 1 — para aquisição de instrumentos de musica — eleve-se de 4.000\$ para o Corpo de Marinheiros e de 1.500\$ para o Regimento Naval. — Sub-consignação n. 3, eleve-se de 1.110.422\$180. | | | 6.649.122\$180 |
| 25. <i>Sobresalentes e mobiliarios</i> — Faça-se na tabella a seguinte alteração: "Material" (de consumo) — Sub-consignação n. 2, redija-se assim: "Para aquisição de lubrificantes, material para lubrificação, limpeza e conservação de machinas e apparelhos de qualquer natureza, dos moveis, dos automoveis do ministerio, e aquisição de cartões perfuraveis e trabalhos das machinas Hollerith e demais artigos comprehendidos nos sobresalentes | | | |

necessários ao consumo dos navios, estabelecimentos, arsenaes, corpos, escolas e repartições de Marinha, 4.500.000\$000"

| | | |
|--|----------------|-----------------|
| 26. <i>Material de construção naval</i> | | 4.900.000\$000 |
| 27. <i>Combustivel e munições de guerra</i> — Augmentada de 300.000\$, na Sub-consignação n. 3 do "Material" | | 2.500.000\$000 |
| 28. <i>Obras e Serviços Accessorios</i> — Augmentada de 795.000\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Material", acrescescente-se antes da Sub-consignação n. 1 o seguinte: "Permanente — para a construção de uma rampa no centro de Aviação do Rio de Janeiro, 200.000\$000. Sub-consignação n. 1 (que passa a ser n. 2), em vez de 1.000.000\$, diga-se: 1.600.000\$, sendo 600.000\$ destinados, exclusivamente para a substituição das canalizações de agua potavel que abastecem as ilhas onde estão alojadas repartições de Marinha nesta Capital. Sub-consignação n. 2 (que passa a ser n. 3), em vez de 800.000\$, diga-se 795.000\$, ficando assim redigida: "Para attender ao pagamento de seguros, serviços telephonicos, força e luz, abastecimento d'agua e taxa sanitaria" | | 8.000.000\$000 |
| 29. <i>Conservação e reparos da esquadra</i> — Augmentada, na consignação "Pessoal", de 341.888\$950. | | 2.595.000\$000 |
| 30. <i>Despesas em ouro</i> — Augmentada de 400.000\$, discriminando-se a Sub-consignação assim: — "Addidos, 107.400\$000. Comissões no estrangeiro para aperfeiçoamento de conhecimentos e fiscalização, 92.960\$000. Passagens, ajuda de custo, correspondencia postal e telegraphica, objectos de expediente, inclusive passagens ás familias, 72.000\$000. Missão Naval, inclusos vencimentos e profissionais technicos contractados para a Marinha, 727.640\$"; para vencimentos do pessoal do submersivel em construção, inclusive aquisição de sobressalentes, combustivel, munições de bocca, etc., 400.000\$000. | 1.400.000\$000 | |
| 31. <i>Serviço industriaes do Estado</i> — Para os fornecimentos e serviços a serem prestados á Marinha pelas repartições federaes. | | 521.000\$000 |
| 32. <i>Exercícios findos</i> — Importancia necessaria para occorrer ás despesas dessa natureza | | 1.000.000\$000 |
| | 1.400.000\$000 | 49.222.014\$075 |
| | | 64.905.346\$958 |

| | Papal | |
|----------|----------------|----------------|
| | Fixa | Variavel |
| Ouro | | |
| Variavel | | |
| | 348.577\$125 | 1.935.500\$000 |
| | 4.579.346\$000 | 7.308.295\$000 |

Verbas

cessorios". Sub-consignação n. 17, em vez de 6.000\$, diga-se 12.000\$, relligindo-se assim "Pagamento de despachos, fretes, transportes e despesas urgentes em acampamentos ou em marcha, do Serviço Geographico Militar".

4. *Instrução Militar* — Aumentada de 4.073.400\$, feitas na tabella, as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-consignação n. 17, substitua-se: "Para gratificações a professores estagiarios da Escola de Estado-Maior, instructores e auxiliares dos instructores francezes da Escola de Aperfeiçoamento de Officiaes, substituições nos diversos institutos de ensino, sendo 30.000\$ "para a regencia de turmas supplementares na Escola Militar, 70.000\$000"; "Material" — Acrescente-se uma Sub-consignação, que deverá ser n. 1: "Acquisição de aviões, motores e peças de sobressalente, inclusive as despesas de embalagem e transporte, 3.500.000\$"; acrescente-se uma Sub-consignação assim redigida: Escola Militar — "Pardamento, comprehendendo calçado, roupa e uniformes, para os alumnos, inclusive a despesa da confecção, 523.400\$"; acrescente-se uma Sub-consignação: "Diversas despesas" — "Para a fundação e apparellamento de cursos de preparação militar para a formação de officiaes de reserva, considerados os alumnos arranchados pelos respectivos corpos (verba 11^a), nos dias em que tomem parte em exercicio de campanha, 50.000\$000".
5. *Serviço do Material Bellico* — Aumentada de 98.200\$, feitas na tabella, as seguintes alterações: "Material", em vez de 4.200.600\$, diga-se 4.298.800\$, substituindo-se a tabella pela seguinte:

Material permanente

Directoria do Material Bellico:

1. Acquisição, conservação e reparação de moveis e machinas..... 1.000\$000
- Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro:
2. Acquisição de machinas, ferramentas ou materia prima para a sua confecção, instrumentos e apparelhos.... 300.000\$000

| | |
|---|--------------|
| 3. Item de livros e revistas para o gabinete tecnico..... | 2.000\$000 |
| Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul: | |
| 4. Aquisição de ferramentas, instrumentos eapparelhos... | 20.000\$000 |
| Fabrica de Polvora da Estrella: | |
| 5. Aquisição de ferramentas e instrumentos..... | 12.000\$000 |
| Fabrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra: | |
| 6. Aquisição de machinas e apparelhos, inclusive os de la- boratorio | 50.000\$000 |
| 7. Aquisição, conservação e reparação de moveis | 5.000\$000 |
| Fabrica de Polvora sem Fumaca do Piquete: | |
| 8. Aquisição de machinas, ferramentas e apparelhos..... | 445.000\$000 |
| | 835.000\$000 |

Material de consumo

Directoria do Material Bellico:

| | |
|--|--------------|
| 9. Aquisição de artigos de expediente..... | 6.000\$000 |
| 10. Aquisição de artigos necessarios ao serviço de emba- lagem e expedição de munições do Deposito..... | 12.000\$000 |
| 11. Material necessario ao serviço de limpeza e lubrificação do armamento portatil do mesmo deposito..... | 10.000\$000 |
| 12. Asseio, limpeza e conservação do material de artilharia das fortalezas e fortes, assim como de artilharia de campa- nha e do armamento portatil..... | 160.000\$000 |

Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro:

| | |
|---|--------------|
| 13. Materia prima e outros materiais, sendo 40.000\$, para aquisição de apparelhos electricos..... | 900.000\$000 |
| 14. Combustivel, lubrificantes e conservação de machinas..... | 115.000\$000 |
| 15. Aquisição de artigos de expediente e outras despesas... | 35.000\$000 |

Fabrica de Polvora sem Fumaça do Piquete :

| | |
|---|----------------|
| 40. Materia prima..... | 300.000\$000 |
| 41. Drogas e productos chimicos..... | 5.000\$000 |
| 42. Combustivel, lubrificantes e accessorios para limpeza e conservação..... | 130.000\$000 |
| 43. Conservação da linha ferrea (trilhos, dormentes, etc.). | 6.000\$000 |
| 44. Material de construção para conservação das dependencias da fabrica..... | 10.000\$000 |
| 45. Material hydraulico e de electricidade, machinas, soldagens, especialmente ás diversas officinas..... | 800.000\$000 |
| Acquisição de artigos de expediente : | |
| 46. Fabrica de Polvora da Estrella..... | 1.800\$000 |
| 47. Fabrica de Polvora sem Fumaça do Piquete..... | 14.000\$000 |
| | 15.800\$000 |
| | 3.334.200\$000 |

Diversas despesas

Despesas miudas de prompto pagamento :

| | |
|--|--------------|
| 48. Directoria do Material*Bellico..... | 1.200\$000 |
| 49. Fabrica de Polvora da Estrella..... | 1.800\$000 |
| 50. Fabrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra..... | 1.800\$000 |
| 51. Fabrica de Polvora sem Fumaça do Piquete..... | 1.800\$000 |
| Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro : | |
| 52. Para energia electrica (força e calor)... | 108.000\$000 |
| 53. Despesas miudas de prompto pagamento | 1.800\$000 |
| Arsenal de Guerra do Rio G. do Sul : | |
| 54. Para energia electrica (força e calor)... | 12.000\$000 |
| 55. Despesas miudas de prompto pagamento | 1.200\$000 |

n. 13, substitua-se: "Combustível, lubrificantes e acessórios para fortalezas, fortes, companhias de carros de combate e companhia ferro-viária independente, 230.000\$000". Sub-consignação n. 16, substitua-se "Aquisição de artigos de expediente para os quartéis-generaes, directorias e repartições ou estabelecimentos sem dotação orçamentaria propria, 160.000\$000". Sub-consignação n. 19, em vez de 10.000\$000, diga-se: 14.000.000\$000.

1.799.976\$100 35.228.800\$000

8. *Serviços de Saúde e de Veterinaria*: Aumentada de 357.840\$, feitas, na tabella, as seguintes alterações: "Material" — Estação de Assistência e Prophylaxia (polyclinica Militar), depois da Sub-consignação n. 11 — acrescentem-se duas novas Sub-consignações, assim redigidas: "Conservação e reparação do material de auto-ambulancias, carros de transporte de cadavres e doentes de molestias infecto-contagiosas, machinas de desinfecção e estufas, 50.000\$000"; "Combustivel, lubrificantes e outros acessórios para auto-ambulancia, carros de transportes de cadavres e doentes de molestias infecto-contagiosas, machinas de desinfecção e estufas, 30.000\$000". Sub-consignação n. 14 em vez de 400.000\$, diga-se 600.000\$000. Sub-consignação n. 27, em vez de 40.000\$, diga-se 70.000\$, sendo 30.000\$ destinados á lavagem de roupa dos hospitais e enfermarias-hospitais: Sub-consignação n. 32, refina-se assim: "Para indemnização aos hospitais, enfermarias-hospitais, sanatorios e depósitos de convalescentes, das despesas feitas com officinas, alumnos e praças de pret, funcionários civis e operarios quando em tratamento nos mesmos estabelecimentos, inclusive para lavagem de roupas, aquisição de material de penso, funcionamento das lavanderias a vapor, serviços de radiologia e physiotherapia, sendo distribuidos ao Hospital Central do Exercito, reis 120.000\$ para estes tres ultimos serviços e mais 150.000\$ para aquisição de medicamentos, drogas, vasilhames, utensilios, aparelhos, etc., para a sua pharmacia". Mantendo-se a mesma verba, acrescentem-se novas sub-consignações: "Deposito Central de Material Sanitario — Aquisição de instrumentos e aparelhos de veterinaria, 10.600\$"; "Para auxilio á Revista de Chimica e Pharmacia Militar, 4.000\$000"; "Pessoal" — Sub-consignação n. 10, augmentem-se 3.240\$ para mais dous serventes, na forma do regulamento em vigor; acrescentem-se uma nova sub-consignação: "N. 14 — Para o funcionamento da Escola de Applicação do Serviço de Saúde (cursos de applicação e de aperfeiçoamento), 30.000\$000".

1.891.070\$750 3.599.342\$000

500.000\$000

9. *Serviço de Remonta*:

| | Papel | |
|--------------|-----------------|-----------------|
| | Fixa | Variavel |
| Outro | | |
| Variavel | | |
| | 36 503 200\$000 | 2 423 200\$000 |
| | 23 118 224\$000 | 37 495 283\$000 |
| | 18 535 278\$187 | 2 800 000\$000 |
| | | 400 000\$000 |
| | | 70 684\$000 |

Verbas

10. *Soldo e gratificações de officiaes* — Aumentada de 300.000\$, feitas, na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-consignação n. 1, em vez de 400.000\$, diga-se 300.000\$, e em vez de decreto n. 14.763, diga-se 14.663; Sub-consignação n. 1, na rubrica — 1.261 2^{as} tenentes, acrescente-se, n. fim.,... e os estagiarios da Escola de Applicação do Serviço de Saude, candidatos a 1^{as} tenentes medicos. Sub-consignação n. 2 (Diversos servicos), em vez de 800.000\$, diga-se 1.200.000\$000. Sub-consignação n. 5, (Diversos servicos), diga-se: idem, aos officiaes arromentados, inclusive os de reserva, estagiarios, e os da Escola Militar, etc.....
11. *Soldos, etapas e gratificações de praças*. Aumentada de 419.875\$, feitas na tabella, as seguintes alterações: "Pessoal": Sub-consignação n. 1, em vez de 100 aspirantes a official (seis mezes), diga-se: 150 aspirantes a official, inclusive os estagiarios da reserva dos corpos de tropa e alimnes da Escola de Applicação do Serviço de Saude, candidatos á officiaes das armas e desse serviço 100 aspirantes (seis mezes) e 50 aspirantes (um anno), 506.000\$000. Sub-consignação n. 3, depois de 100 aspirantes, tres rações (seis mezes), acrescente-se 50 aspirantes, tres rações (um anno); somma das rações dos aspirantes, 109.500\$; total das rações, na media de 2\$500, 13.801 015. Sub-consignação n. 6, depois da "Etapas ás mulheres", acrescente-se "e aos filhos menores". Sub-consignação n. 4, acrescente-se: "sendo 20 469\$600 para pagamento das etapas aos seguintes funcionarios da Estação de Assistencia e Prophylaxia, um electricista, um mecanico, um machinista, tres motoristas, tres enfermeiros, seis serventes e tres desinfectadores, ao total 18".....
12. *Classes invalidas* — Aumentada de 300.000\$, feita, na tabella, a seguinte alteração: "Pessoal". Sub-consignação n. 4, segunda alinea, em vez de 1.100.000\$, diga-se: 1.400.000\$, aumentada para 2\$500 a etapa dos voluntarios da Patria, como tem os da Armada.....
13. *Ajuda de custo* —
14. *Empregados adidos*.....
15. *Despesas eventuais* — Reduzida de 10.600\$, feitas, na tabella, as seguintes alterações: "Pessoal" na Sub-consignação unica, eliminem-se os dizeres:

"pelo trabalho de elaboração e revisão do relatório do Ministro e tabellas do orçamento", "Material" — Sub-consignação unica, substitua-se por: "Despesas imprevistas, 100-000\$000"

| | | |
|---|-----------------|------------------|
| 16. <i>Comissão em país estrangeiro. Reduza-se de 100-000\$000, ouro.</i> | | 200-000\$000 |
| | 100-000\$000 | |
| | 100-000\$000 | 200-000\$000 |
| | 92.630-974\$737 | 101.700-139\$180 |

Art. 6.º Os officiaes do Serviço Geographico Militar, sempre que estiverem em trabalhos de campo, fóra da respectiva séde, terão direito á diaria da lei, não se lhes applicando nenhuma medida de caracter restrictivo quanto á fixação do numero de diarias durante o exercicio.

Art. 7.º O Presidente da Republica é autorizado a despendar, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, as quantias de 548.340\$738, ouro, e de 74.102.022\$, papel, com os serviços abaixo designados:

| | Papel | |
|--|--------------|--------------|
| | Ouro | Fixa |
| | Variavel | Variavel |
| 1. <i>Secretaria de Estado</i> — Augmentada de 90:240\$000. Faça-se na tabella a seguinte alteração: "Pessoal" — Sub-consignação n. 1 em vez de: "vencimentos 24.000\$, diga-se 72-000\$000"; Sub-consignação n. 5, em vez de: "oito serventes, salario mensal de 300\$, 28-000\$800, diga-se: oito serventes, ordenado 2-400\$, gratificação, 1-200\$, 28-800\$000. Sub-consignação n. 7 em vez de 26-340\$, diga-se: 37:140\$000. Sub-consignação n. 8, em vez de 600\$, diga-se: 1-000\$, e em vez de 24-000\$, diga-se: 30-000\$000. Sub-consignação n. 9, acrescente-se depois de directores geraes, e dois directores de secção; e em vez de 7-200\$, diga-se: 20-640\$000. "Material" — Sub-consignação n. 4, inclua-se nos dizeres depois de "Secretario" as palavras: e "mais funcionarios do gabinete a juizo" — Sub-consignação n. 6, em vez de 18-000\$, diga-se: 30-000\$000. (Material: Sub-consignações ns. 1 a 3 e 5 a 8, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos, sujeitos ao regime de comprovação posterior, substituida assim a relação annexa á proposta)..... | 811-740\$000 | 236-700\$000 |
| 2. <i>Pessoal contra-tudo</i> — Augmentada de 50 000\$000. Faça-se na tabella a seguinte alteração: Sub-consignação unica, acrescente-se <i>in-fine</i> : "estadual e municipal"..... | | 200-000\$000 |

Verbas

| Orçamento | Papel | |
|-----------|----------------|-----------------|
| | Fixa | Variável |
| | 1 572.078\$000 | 17.446.017\$000 |

Verbas

3. Serviço de Previdência. — Aumentada de 10.971.749\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" I — Sub-assignação n. 2, em vez de um ajudante de cozinha, 137\$500, diga-se 112.500, e em vez de 1.650\$, diga-se 1.350\$000. VI — Sub-assignações n. 23, Directoria Geral e Dependências, em vez de 666.428\$, diga-se 756.678; Patronatos — fundadas as diversas quotas e elevado seu total a 480.000\$, acrescentada nos ditos "e dadas aos alunos de \$100 a 3\$000, que de preferencia serão doze mezes"; Sub-assignação n. 24, acrescentado nos ditos, "e art. 264, do Regulamento baixado com o decreto n. 9.081, de 3 de novembro de 1911, "Material" — Sub-assignação n. 3, em vez de 590.000\$, diga-se 935.000\$, e acrescentasse depois de estudos de pedagogia, inclusive as que interessarem estabelecimentos e serviços do Ministerio. Sub-assignação n. 7, em vez de 1.496.000\$, diga-se 1.680.000\$, feitas a fusão das Sub-assignações n. 1, 2, 3 e 4; 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15; 16 a 21 e 23; suprimida a discriminação da tabella. Sub-assignação n. 22, elevasse de 100.000\$ a dotação destinada a transporte de imigrantes; IV — Patronos contratados — Sub-assignação n. 26, augmentada de 131.800\$, elevando-se de 32.000\$ o de Silvestre Ferraz; Passa Quatro, de réis... 33.800\$000; Muzambinho, de 26.000\$, acrescidos nos para o Gymnasio de Anchieta, na cidade de Bomfim, em Goyaz, réis 40.000\$000; na Sub-assignação n. 3, do Material 20.000\$, para a construção de um galpão para a instalação de oficinas de ferro, carpintaria e outros que forem necessários ao Patronato "Manoel Barata", no Estado do Pará; e de 100.000\$ a quota destinada ao Patronato Agrícola "Casa dos Ortiões". Assignação "Material", I, II e III, acrescidos nos ditos, depois das palmaras "Núcleos colonias", o seguinte: "os Centros Agrícolas", acrescidos: "Auxílios á introdução de imigrantes", a Sub-assignação "Auxílio á introdução e localização de imigrantes", de accordo com o artigo 175, n. I, da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924, e regulamento annexo ao decreto n. 9.081, de 3 de novembro de 1911, desde que os Estados que os recebem concorram com a metade das despesas pagas pelo Ministerio, 10.000.000\$000.

4. Jardim Botânico. — Faça-se na tabella a seguinte alteração: (Material, Sub-assignações ns. 1 a 12 e 14 a 16, pelas quotas pedidas) ser feitos pagamentos

mediante adiantamentos, sujeitos ao regimen de comprovação posterior, substituída assim a relação annexa á proposta).....

95 :880\$000 370 :460\$000

5. *Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas* — Aumentada de 1.170.600\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal", Sub-consignação accrescente: Campo de Sementes "Arthur Bernardes" (Minas Geraes):

| | | | |
|-------------------------------|------------|------------|--------------------|
| 1 director..... | 6:400\$000 | 3:200\$000 | 9:600\$000 |
| 1 chefe de culturas..... | 2:666\$667 | 1:333\$333 | 4:000\$000 |
| 1 escripturario..... | 2:400\$000 | 1:200\$000 | 3:600\$000 |
| 1 mecanico..... | 2:400\$000 | 1:000\$000 | 3:400\$000 |
| 1 jardineiro-horticultor..... | 2:000\$000 | 1:000\$000 | 3:000\$000 |
| 1 feitor..... | 1:600\$000 | 800\$000 | 2:400\$000 |
| | | | 25:600\$000 |

Sub-consignação 30, em vez de: 10\$ e 300\$, diga-se: 15\$ e 450\$, elimine-se a discriminação constante da tabella e augmentada de 40.000\$, accrescentando-se aos dizeres respectivos, depois de 1920: "Regulamento annexo ao decreto n. 17.339, de 2 de junho de 1926, accrescente-se uma Sub-consignação para pagamento de gratificações e salarios mensaes do pessoal incumbido dos serviços a que se refere o decreto n. 17.599, de 13 de dezembro de 1926, nos termos do art. 2º, letra e, do decreto n. 4.034, de 12 de janeiro de 1920, e art. 9º, § 3º, do decreto n. 14.027, de 21 de janeiro de 1920", 80.000\$000. Sub-consignação n. 32, diminua-se a discriminação da tabella, "Material" — Sub-consignação, ns. 1, 2 e 3, faça-se a fusão reduzindo o total de 20.000\$090. Sub-consignação n. 4, augmentada de 45.000\$000. Sub-consignação n. 7, reduza-se de 10.000\$000. Sub-consignação n. 8, reduza-se de 20.000\$000. Sub-consignação n. 9, accrescente-se: (para aquisição de machinas e instrumentos agrarios a serem cedidos pelo custo aos lavradores), 530.000\$000. Sub-consignação n. 10, reduza-se de 6.000\$000. Sub-consignações ns. 11 e 12 eliminada a discriminação e feita a fusão de ambas. Sub-consignação n. 13, augmentada de 1.000\$000. Sub-consignação n. 18, reduza-se de 5.000\$000. Sub-consignação n. 19, eleve-se de 210.000\$ e accrescente-se aos dizeres: "para o preparo de films destinados a propaganda do paiz, 100.000\$ accrescente-se uma Sub-consignação "para despesas de installação e custeio do Campo de Sementes "Arthur Bernardes", em Maria da Fé, (Minas Geraes)

| | Papéis | |
|----------|----------------|----------------|
| | Fixa | Variável |
| Ouro | | |
| Variável | | |
| | 1 374 360\$000 | 4 308 940\$000 |
| | 684 000\$000 | 2 808 280\$000 |
| | 270 360\$000 | 5 090 940\$000 |

Verbas

pessoal e material, sendo a discriminação feita por ocasião da distribuição dos Créditos, de acordo com a legislação vigente. 100.000\$; (Sub-convênios n. 1 a 19 pelas quais poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regime de comprovação posterior, substituída assim a relação anexa á proposta)

6. *Escola de Aprendizizes Artífices* — Aumentada de 1.068.280\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-convênios n. 2, aumentada de 45.000\$000. Sub-convigação n. 4, eleva-se de 7.680\$, destinados a 12 adjuntos de professores, assim elevados a 20, accrescente-se nos dizeres "decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918 e lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922: "Material" — Sub-convigação n. 4, em vez de 190.000\$, diga-se 900.000\$, sendo: "para a construção de um prédio para nelle funcionar a Escola de Aprendizizes Artífices do Pará, 200.000\$" e "para a construção da Escola de Aprendizizes Artífices em Recife, 400.000\$", para a construção da Escola de Aprendizizes de Manôes, 300.000\$, supprimam-se as palavras "10 alumnos a juizo do ministro", aumente-se, 5.000\$, (Sub-convigação n. 1 a 14, pelas quais poderão ser feitos pagamento mediante adiantamentos sujeitos ao regime de comprovação posterior, substituída assim a relação anexa á proposta)

7. *Serviço Geológico e Mineralógico* — Aumentada de 2.780.000\$000. Faça-se na tabella a seguinte alteração: "Pessoal" — Sub-convigação n. 2, em vez de 800\$ 12\$ e 15\$, diga-se 1.000\$ 15\$ e 20\$, respectivamente e aumente-se a dotação de 80.000\$000. "Material" — Sub-convigação n. 1, aumente-se de 2.500.000\$ e accrescente-se aos dizeres inclusive sondas e sobre-salentes Sub-convigação n. 2, eleva-se 100.000\$000. Sub-convigação n. 5, eleva-se 100.000\$, na letra a, 1, 2, 4 a 7; letra b, 1 a 4 e 6, (Sub-convigação pelas quais poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos, sujeitos ao regime de comprovação posterior, substituída assim a relação anexa á proposta).

8. *Junta Commercial do Distrito Federal* — Aumentada de 30.000\$000. Faça-se na tabella a seguinte alteração: "Pessoal", accrescente-se uma Sub-convigação: pessoal extraumerario, mensalista ou diarista, admitidos temporariamente, segundo as necessidades do serviço, percebendo vencimentos

| | | |
|---|---------------|---------------|
| mensaes até 500\$000. "Material" — Sub-consignações ns. 1 e 2 e 4 a 6, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior, substituida assim a relação annexa á proposta) | 64 :160\$000 | 63 :140\$000 |
| 9. <i>Directoria Geral de Estatística</i> Augmentada de 41-000\$000. Faça-se na tabella a seguinte alteração: "Pessoal" — Sub-consignação n. 4, augmente-se 6-000\$000. ("Material," accrescente-se uma Sub-consignação: "para representação do Brasil na 18ª sessão do Instituto Internacional de Estatística, a realizar-se no Cairo, em dezembro de 1927, 35-000\$000. Sub-consignações ns. 1 a 4 e 6 a 8, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior, substituida assim a relação annexa á proposta) | 520 :560\$000 | 323 :60\$000 |
| 10. <i>Observatorio Nacional</i> — Augmentada de 168-000\$000. Faça-se na tabella a seguinte alteração: "Pessoal" accrescente-se uma Sub-consignação: "para pagamento do pessoal tecnico contractado de accordo com o art. 4 alinea 3ª, da lei n. 1.606 e paragraho unico do art. 72 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912; encarregado do serviço de levantamento geographico magnetico do Brasil, 48-000\$000. "Material" — Sub-consignação n. 1, augmente-se de 50-000\$000. Sub-consignação n. 2, augmente-se de 50-000\$000. Sub-consignações ns. 4 e 5, fundidas e augmentadas de 10: 10-000\$000. Sub-consignação n. 7, augmente-se de 10-000\$000. (Sub-consignações ns. 1, 2 e 4 a 6, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior, submettida assim a relação annexa á proposta) | 209 :976\$000 | 416 :300\$000 |
| 11. <i>Museu Nacional</i> — Augmentada de 450-000\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal", no n. IV, após a Sub-consignação n. 4, accrescente-se "Para excursões scientificas, organizadas pela direcção do Museu, 60-000\$. "Material" — Sub-consignação n. 10 em vez de 90-000\$, diga-se 100-000\$, ficando assim redigida: "Publicação dos Archivos do Museu, seus boletins, guias, catalogos e relatorios e tratados scientificos, elaborados pelo pessoal do estabelecimento ou estranho, a juizo da directoria, confecção e impressão de quadros muraes para o ensino das sciencias professadas no Museu, confecção de dispositivos para o ensino e divulgação da História Natural, podendo o Museu vender quadros e dispositivos pelo custo, recolhendo ao Thesouro o producto como renda eventual; publicação e confecção da "Fauna Brasileira", confecção dos addenda a "Flora de | | |

| | Ouro | Papel | |
|-------|-------|--------------|--------------|
| | | Fixa | Variável |
| | | 314.340\$000 | 951.064\$000 |
| | | 517.520\$000 | 586.160\$000 |
| | | 67.920\$000 | 196.040\$000 |

Verbas

Martius". Sub-consignação 11, augmentada de 380.000\$. (Sub-consignações ns. 1 a 12 e 14 a 15, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior, substituida assim a relação annexa á proposta).....

12. *Escola de Minas* — Augmentada de 23.600\$, faz-se a seguinte alteração: "Pessoal". Sub-consignação n. 3, augmenta-se 3.600\$. "Material". Sub-consignação n. 1, augmentada de 20.000\$. Sub-consignações ns. 1 a 12, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior, substituida assim a relação annexa á proposta).....

13. *Serviço de Informações* — Augmentada de 65.000\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Material" — Sub-consignação n. 2, em vez de 20.000\$, diga-se 25.000\$. Sub-consignação n. 3, augmentada de 60.000\$, sendo "para continuação da publicação do Dicionario de Plantas Uteis do Brasil, do naturalista Manoel Pio Corrêa, 30.000\$. Sub-consignações ns. 1 a 4 e 5 a 8, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior substituida assim a relação annexa á proposta).....

14. *Serviço de Industria Pastoral* — Augmentada de 250.000\$. ouro, e 936.800\$ papel, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal". Sub-consignação n. 2, acrescenta-se um ajudante chimico vegetal, 9.600\$. Sub-consignação n. 9, acrescenta-se ao final "uma em Chaplique, Estudo da Bahia, transferida para abri uma das não installadas. Sub-consignação n. 12, em vez de 540.000\$, diga-se 781.200\$, fazendo a seguinte determinação de vencimentos e diminuição da distribuição de pessoal a repartição entre a palavra "sendo" e a importância de 24.000\$, final, 11 vencimentos de 1.ª classe, 105.000\$; 35 de 2.ª, 294.000\$; 53 de 3.ª, 391.600\$. Correndo o augmento estabelecido pela lei n. 5.025, de 1. de outubro de 1926, por conta dos respectivos creditos do Ministerio da Fazenda, e de ao todo com esta lei, Sub-consignação n. 13, supprime-se 15.000\$. Sub-consignação n. 16, lettra c, augmenta-se de 24.000\$; lettra f, elevada de 100.000\$; lettra l, acrescenta-se ao final "e diarias aos diurnos de \$100 a \$8 que de preferencia serão recolhidas nominalmente, nas adreitas da Caixa Economica, a favor dos mesmos; lettra m, reduzida de 24.000\$. Sub-consignação n. 18,

reduzida de 3.000\$. Sub-consignação n. 21, reduzida de 1.900\$. Sub-consignação n. 18 — Reduz-se de 201.600\$, ficando assim redigida : Gratificação prevista no regulamento para 19 delegados do Serviço nos Estados, a 1.200\$ e de 3.000\$ ao secretário da Direcção-Geral do Serviço, 25.800\$. Sub-consignação n. 8 — supprime-se quatro ajudantes veterinários, 33.600\$. Sub-consignação n. 15, supprime-se 28.800\$. Sub-consignação n. 19 — supprime-se 8.000\$. Sub-consignação n. 11, em vez de — "e em Bagé" — digase : "em Porto Alegre", suprimindo-se a legislação em seguida ali mencionada. Sub-consignações ns. 12 e 16, letra *b*, substitua-se a palavra "Bagé" por "Porto Alegre", e leve de 50.000\$ a letra *c* desta última. Sub-consignação, "Material" — Sub-consignação — leve-se de 30.000\$, destinados ao Posto Experimental de Veterinaria do Districto Federal, ao Posto Experimental de Avicultura e á Estação Experimental de Apistologia. Sub-consignação n. 4, leve-se de 150.000\$. Sub-consignação n. 5, leve-se de 100.000\$, ouro. Sub-consignação n. 9, augmentada de 33.000\$. Sub-consignação n. 13, augmentada de 140.000\$. Sub-consignação n. 21, augmentada de 45.000\$. Sub-consignação n. 21, augmentada de 45.000\$, ao n. III (Diversas despesas) — acrescescente-se : "Para despesas de installação e custo, de accordo com o art. 9º, do regulamento annexo ao decreto n. 14.711, de 5 de março de 1921, de um Posto de Assistência Veterinaria, em Bagé, pessoal e material, fazendo-se a discriminação por occasião da distribuição dos creditos, de accordo com o regulamento do Código de Contabilidade, 100.000\$ III — Diversas despesas, acrescescente-se : despesas de desenvolvimento e selecção caprinos na Fazenda Modelo de Criação Catú, 120.000\$ — Combate a epizootias — Para attender, em caracter urgente, a despesa de policia sanitaria animal, comprehendendo-se como taes, não só as despesas de admissáo, *in loco*, do pessoal trabalhador, para o serviço de sacrificio e enterramento de animaes, vigilancia e desinfecção de cocheiras, abrigos, pastos e pontos de passagem obrigada de gado, como as de movimentação rapida do pessoal do Serviço ou não, e ainda as de aquisição ou pagamento de material de qualquer natureza, ou animaes, forragens, etc., feitas pelas commissões incumbidas da erradicação de epizootias que irrompam em qualquer pasto do territorio nacional, 300.000\$/100. Auxilios para importação de reproductores de raças finas de accordo com o art. 136, §§ 1º e 2º, do regulamento annexo ao decreto n. 14.711, de 5 de março de 1921, 150.000\$, ouro; em todas as Sub-consignações, substitua-se a palavra "Bagé" pela palavra "Porto Alegre". Reduz-se — Sub-consignações n. 1, 2.000\$; n. 3, 2.000\$; n. 4, 10.000\$; n. 5, 10.000\$; n. 6, 3.000\$; n. 7, 1.500\$; n. 8, 500\$; n. 9, 1.000\$; n. 10,

| Verbo | Papel | |
|---|--------------|----------------|
| | Fixa | Variavel |
| 1. 500\$; n. 11, 30.000\$; n. 12, 10.000\$; n. 13, 10.000\$; n. 14, 3.000\$; n. 15, 3.000\$; e n. 16, 2.400\$. Sub-assignações ns. 1, 2, 3, 7, 8, 13, 16, 17, 21 e 22; supprime-se a discriminação constante da tabella, mantidas as dotações globaes. (Sub-assignações ns. 1 a 16 e 21, 22, 24, 25 e 26, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior, substituida assim a relação annexa á proposta)..... | 350.000\$000 | 2.860.896\$000 |
| 15. <i>Serviço de Protecção aos Indios</i> — Aumentada de 672.700\$, feita na tabella a seguinte alteração: "Pessoal" — Aumentada. Sub-assignação n. 3, de 26.000\$000. Sub-assignação n. 4, 65.000\$000. Sub-assignação n. 7, 45.000\$000. "Material" — Aumento-se; Sub-assignação n. 1, 36.000\$000; Sub-assignação n. 3, 2.000\$000. Sub-assignação n. 7, 2.000\$000. Sub-assignação n. 9, 1.000\$000. Sub-assignação n. 10, 500\$000. Sub-assignação n. 11, 1.200\$000. Sub-assignação n. 12, 5.000\$000. Sub-assignação n. 13, 3.000\$000. Sub-assignação n. 14, 5.000\$000; acrescense-se. Sub-assignação: Para as despesas imprevistas e eventuaes com as primeiras installações necessarias á localização das familias indigenas, das tribus Kaingangs, em Santa Catharina e Paraná dos Patachões e Camacuans, na Bahia, que entrarão em relações pacificas com o serviço, fazendo a discriminação para "Pessoal" e "Material" por occasião da distribuição dos creditos respectivo de accordo com as disposições do Regulamento doCodigo de Contabilidade Publica, 200.000\$000. Sub-assignação: "Para pacificação dos Indios Urubias, dos Estados do Maranhão e Pará, fazendo-se a discriminação para "Pessoal" e "Material" por occasião da distribuição dos respectivos creditos, de accordo com as disposições do Regulamento doCodigo de Contabilidade, 100.000\$000. Faça-se fusão das seguintes sub-assignações ns. 1 e 2; 5 e 6; 4 e 7; 8 e 11; 9 e 10; 12, 13 e 14; acrescense-se, onde convier: "Para a assistencia aos indios Carajás, Javaes, Tapirapes, Cherenes, Apinagés e outros do Estado de Goyaz, fazendo-se a discriminação para pessoal e material por occasião da distribuição dos respectivos creditos, de accordo com as disposições do Regulamento doCodigo de Contabilidade, 181.000\$000". "Material" (Sub-assignações numeras 1 a 11 e 13 a 15, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior, substituida assim a relação annexa á proposta)..... | 92.160\$000 | 2.528.000\$000 |

16. *Escolas de Agricultura* — *Augmentada de 374.000\$, feitas na tabella as seguintes alterações: na legislação, accrescente-se, logo após a citação da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, o seguinte: decreto n. 14.120, de 29 de março de 1920 e leis (o mais como está): — "Pessoal" — Sub-consignação n. 1, em vez de "1 secretario" diga-se "1 secretario-bibliothecario". Sub-consignação n. 2, em vez de "Ao secretario da escola" diga-se "ao secretario-bibliothecario da escola". Sub-consignação n. 3, augmentem-se 12.000\$000. "Material" — Faça-se a fusão: Sub-consignações ns. 1 a 4, 10 e 11, 14 e 15, bem assim as de n. 6, 7 e 8, elevando-se destas o total de 12.000\$, n. III (Diversas despesas), accrescente-se as seguintes: sub-consignações: — augmentem-se 50.000\$ em uma sub-consignação, "para aquisição deapparelhos e machinas, destinadas á installação de um laboratorio para o estudo de oleos vegetaes e substancias derivadas, anexo ao de tecnologia agricola, do Curso de Engenheiros Agronomos" e "para aquisição e installação do campo experimental de que trata o art. 14 do regulamento, em Niteroy, comprehendendo o necessario aos estudos praticos de agricultura e zootecnia, mediante accôrdo com o Estado ao Rio de Janeiro, que poderá concorrer com a metade da despesa da aquisição das terras, 300.000\$000". (Sub-consignações ns. 1 a 11 e 14 a 16, pelas quizes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior, substituida assim a relação annexa 4 proposta.)*

17. *Aprendizados Agricolas* — *Augmentada de 257.600\$, feitas na tabella as seguintes alterações: — "Pessoal" — Pessoal — 1. Accrescente-se: a) "Pessoal extraordinario" — "Para pagamento do pessoal extraordinario, admittido segundo a necessidade do serviço, comprehendido o destinado ao curso de chefes de culturas, percebendo remuneração mensal até o maximo de 600\$, 60.000\$000". Supprimam-se as dotações "Pessoal" e "Material" do A prendizado Agricola de Satuba, inclua-se na verba 3ª — "Subvenções e auxilios", a quantia de 200.000\$, destinada á subvenção ao Estado de Alagoas, para custeio do Aprendizado Agricola de Satuba, mediante accôrdo com o Governo Federal. Accrescente-se "Pessoal" — Sub-consignação n. 3 — depois de 100 a 3\$, as palavras: "que de preferéncia serão recolhidas, nominalmente, em cadernetas da Caixa Economica em favor dos mesmos. "Pessoal" e "Material": Transfira-se para a verba 3ª — "Serviços de Provoamento", as importancias e dizeres referentes a Patronatos Agricolas, ficando a verba com os dizeres inherentes aos Aprendizados Agricolas, já restabelecidos na referida verba 3ª. "Material" — Sub-consignação n. 7 — Augmentada de 180.000\$000. Aprendizado Agricola de*

..... 603.504\$000 911.400\$000

ns. 1 a 12 e 15, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior, substituída assim, a relação annexa á proposta.....

295:200\$000 1.589:580\$000

19. *Directoria de Meteorologia* -- Augmentada de 439:500\$000, feita na tabella as seguintes alterações: "Pessoal". Sub-consignação n. 2. Suprimiu-se a designação das milhas. Acrescentou-se com uma Consignação especial o seguinte: Para a instalação de novas estações, de accordo com os artigos 79 e 80 do regulamento a que se refere o decreto n. 14.829, de 25 de maio de 1921, fazendo-se a discriminação do pessoal e material, por ocasião da distribuição dos creditos de accordo com o Regulamento do Código de Contabilidade da União, 290-000\$000. Acrescentou-se onde convier: Para pagamento do pessoal tecnico especialista nos termos da alínea 3^a, do art. 4^o, da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906 e letra J c paragraho unico do art. 72 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912, e de accordo com os arts. 82 e 83 do decreto n. 14.829, de 25 de maio de 1921, 25.000\$000. Sub-consignação n. 3, eleve-se de 25.000\$000. "Material". Sub-consignação n. 1, eleve-se de 10.000\$000. Sub-consignação n. 2, eleve-se de 10.000\$000, e acrescentou-se aos dizeres, entres as palavras "dependencias" e "machinas", o seguinte: "inclusive auto-emulsores para a Estação Aerologica de Alegrete". Sub-consignação n. 4, eleve-se de 20.000\$ acrescentando-se os seguintes dizeres: "inclusive o necessario á publicação do boletim e da revista meteorologica, mappas, monographias e instruções e mais publicações necessarias ao serviço." Sub-consignação n. 5, eleve-se de 15.000\$, acrescentando-se aos dizeres o seguinte: "e hydro-gonios para as sondagens "rologicas"; facia-se a fusão das sub-consignações ns. 7 e 8, elevando-se o total de 20.000\$000. Sub-consignação n. 9, augmentada de 4.500\$, Sub-consignação n. 10, eleve-se de 15.000\$000. Sub-consignação n. 11, eleve-se de 5.000\$000. (Sub-consignações ns. 1 a 9 e 13 e 14, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior, substituída, assim, a relação annexa á proposta).....

861:582\$000 962:700\$000

20. *Instituto de Chimica* -- Augmentada de 40.000\$, feita na tabella a seguinte alteração: "Material" acrescentou-se uma Sub-consignação: "Para despesas de fiscalização da banha, manteiga, adubos, insecticidas e outros productos, nos termos dos dispositivos vigentes, 40.000\$000". Faça-se a fusão das Sub-consignações ns. 4 e 8. (Sub-consignações ns. 1 a 8 e 13 e 14, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos, mediante adiantamentos sujeitos ao

| Ouro | Papel | |
|-------|--------------|--------------|
| | Fixa | Variavel |
| | 102.480\$000 | 472.500\$000 |

regimen de comprovação posterior, substituida assim a relação annexa á proposta).....

21. *Estação Sericícola de Barbicena* — Augmentada de 223.000\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-consignação n. 2, eleva-se de 25.000\$; accresce-se, após a Sub-consignação n. 2, passando a de n. 3 a ser n. 4, a seguinte: "Remuneração de technicos especialistas em sericultura, professores, mestres de tecelagem e contractados na forma da alinea 3", art. 4º, da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, e letra j e paragraho unico do art. 72 da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912. 35.000\$000" — "Material" substituem-se as Sub-consignações ns. 1 a 11, pelas seguintes ns. (1 a 19), mantida a de n. 12, que passa a ter o n. 20:

I — Material Permanente :

1. Machinas de escrever e de calcular, machinas e aparelhos photographicos, objectos e utensilios de desenho e objectos de escriptorio; moveis, mobiliarios, vitrine e vitrines para mostruario de productos para as respectivas collecções, livros, revistas e jornaes scientificos por compra ou assignatura, e encadernação dos mesmos, inclusive concertos de machinas de escrever e calcular moveis, mobiliarios, aparelhos, machinas e utensilios de qualquer natureza..... 8.000\$000
2. Tractores, machinas aratorias, instrumentos, aparelhos, ferramentas e utensilios de lavoura, machanismos para a fabrica de seda, vasilhames para a tinturaria e alvejamento de seda, aparelhos, instrumentos e utensilios de laboratorio e de officinas, inclusive a fabricação de seda, material electrico, motores, campainhas e ventiladores, vehiculos, animaes de serviço de tracção e trabalho de lavoura, arcos e seus accessorios, aparelhos, instrumentos, machanismos e utensilios para os trabalhos de sargaria e camara frigorifica..... 15.000\$000

| | |
|--|--------------|
| 3. Obras de conservação de terras e floresta e instalação de instrumentos, inclusive os de drenagem e irrigação de terras e cultura..... | 7.500\$000 |
| 4. Obras de instalação obras necessárias á Estação, inclusive a construção de uma serraria..... | 70.000\$000 |
| 5. Treas de cozinha e utensílios de refeitório, côpo e toilette, banha e talheres, camas, roupa e utensílios de dormitório e enfermaria, para o internado..... | 4.000\$000 |
| | 104.500\$000 |

II — Material de consumo e de transformação :

| | |
|---|-------------|
| 6. Artigos de expediente e de escritorio e livros escolares, chapas, papel e outros artigos de consumo, destinados a trabalhos photographicos, editaes, publicações, analogas, que interessam ao serviço e confecção de folhetos e cartazes e de propaganda serica..... | 13.000\$000 |
| 7. O necessario á iluminação, material para instalações de electricidade; material para o asseio e hygiene das diversas dependencias da estação e para os serviços de coxia e toilette; pilhas e outros utensílios para telephone, drogas, productos químicos, materiaes de consumo, necessarios nos trabalhos de laboratorios; pharmacia, aulas e gabinetes technicos..... | 4.000\$000 |
| 8. Combustivel de qualquer natureza, para officinas e para a cozinha do internato, lubrificantes e material para lubrificação, limpeza e conservação de machinas,apparelhos, motores e vehiculos..... | 4.000\$000 |
| 9. Alimentação, forragens, tratamento e ferragens de animaes..... | 1.500\$000 |
| 10. Plantas, sementes, ovos, casulos, fios, adubos insecticidas e fungicidas..... | 20.000\$000 |
| 11. Materia prima, artigos e ingredientes destinados a trabalhos industriaes na fabrica de seda e nas officinas e para alveamento e tinturaria de seda em rama e manufactu- | |

| | Outro | Papel | |
|--|-------------|-------------|--------------|
| | | Fixa | Varíave |
| | Varíavel | | |
| rada; material para embalagem de mudas de amoreira e de productos industriaes, arame, estaca e accessorios para cercas..... | 5.000\$000 | | |
| 12. Generos alimenticios, carne, pão e outros artigos varios destinados á alimentação e dietas dos alumnos..... | 17.000\$000 | | |
| 13. Vestuarios e calçados para os alumnos..... | 6.000\$000 | | |
| 14. Medicamentos, utensilios e material necessario ao tratamento medico e dentario dos alumnos..... | 3.000\$000 | | |
| | 73.500\$000 | | |
| 15. Passagens e transporte de pessoal em objecto de serviço.... | 3.000\$000 | | |
| 16. Carrinhos, fretes e transporte de material..... | 3.500\$000 | | |
| 17. Despesas de iluminação, de energia electrica e de telephone..... | 3.000\$000 | | |
| 18. Lavagem de roupa do internato e mais dependencias.... | 2.000\$000 | | |
| 19. Despesas imprevisitas, mas que, por sua natureza, possam ser comprehendidas nesta rubrica | 1.500\$000 | | |
| | 13.000\$000 | | |
| Sub-consignações ns. 1 a 10 e 12, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos supellidos ao regimen de compra-ção posterior, substituida, assim, a relação annexa á proposta..... | | 19.200\$000 | 273.000\$000 |

22. *Superintendencia do Abastecimento* — Suprima-se a verba.

23. *Obras* — Aumentada de 400 000R, feita na tabella a seguinte alteração: "Material" Sub-consignação n. 1 elevouse de 400 000R, sendo 100 000R para a reconstrução do "Pavilhão do Mexico", na Avenida das Nações, e de

actual do Conselho Nacional do Trabalho. (Sub-consignações ns. 1 a 3, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior, substituida, assim, a relação annexa á proposta).

700.000\$000

24. *Escola Normal de Artes e Officios Wenceslao Braz* — Augmentada de 184.900\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-consignação n. 2, augmentada de 16.000\$000. Sub-consignação n. 3, augmentada de 30.000\$000. Sub-consignação n. 4, accrescentada depois de "officinas, e que tiverem turnas supplementares — supprimida a palavra — noturnos. "Material", augmentada — Sub-consignação n. 1 — 30.000\$; n. 3 — 15.000\$; n. 4 — 50.000\$; n. 5 — 12.000\$; n. 6 — 20.000\$; n. 10 — 3.000\$; n. 12 — 8.000\$000. Faça-se a fusão das Sub-consignações numeros 1, 2 e 3; 5 e 7; 8 e 9. (Sub-consignações ns. 1 a 9 e 12 e 13, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior, substituida, assim, a relação annexa á proposta).

514.340\$000

25. *Serviço de Algodão* — Augmentada de 389.500\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Material" — Sub-consignação n. 9 — accrescente-se: "inclusivo material para acondicionamento; n. 12, accrescente-se: inclusive 10.000\$ para assignatura do "Boltim Algodoeiro", podendo a Superintendencia do Algodão fazer publicações de interesse do serviço no referido Boletim, augmentada de 10.000\$000. Sub-consignação n. 20, augmentada de 100.000\$ para realização de um accôrdo entre o Estado do Piahy e a União, ficando os serviços a cargo desta; augmentada de 200.000\$ para o Serviço do Algodão, no Estado do Rio Grande do Norte, de conformidade com as disposições legais vigentes; augmentada de 100.000\$ na quota para o Estado de Alagoas, accrescentando-se no final: comprehendendo 100.000\$ para aquisição e instalação de um gabinete physico-climico. Elimine-se da tabella a discriminação e faça-se a fusão das seguintes Sub-consignações: ns. 1 e 2, 3 e 4 e 5, 7 e 8, 9 e 10, 11 e 12, 15, 16 e 19, 17 e 18. Sub-consignação n. 14 — 25.000\$, supprima-se. Sub-consignação n. 16, para a superintendencia, reduza-se de 4.000\$, e, para as estações, reduza-se da metade cada uma. (Sub-consignações ns. 1 a 14 e 17 a 19 pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior, substituida, assim, a relação annexa á proposta).

314.720\$000

2.798.000\$000

26. *Directoria Geral da Propriedade Industrial* — Augmentada de 27.000\$000. Faça-se na tabella a seguinte alteração: "Pessoal" — Sub-consignação

171.000\$000

reavtamento do mappa florestal, de que origita o art. 2.º do regulamento, artigos e f. para pagamento do pessoal tecnico contractado, de accordo com o art. 4.º, alinea 3.ª, da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, e art. 72, alinea 1.ª, paragrapho unico, da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912, 60.000\$000. Sub-consignação n. 3, chavesse de 50.000\$000. "Material" — Sub-consignação n. 4, corrija-se o encargo da tabella sem augmento da verba, em vez de 30.000\$, diga-se: 70.000\$000. Sub-consignação n. 7 chavesse de 30.000\$, facese a fusão da Sub-consignações ns. 11 e 12 e chavesse de 20.000\$000. Sub-consignação n. 16, acrescentese a palavra "tres" entre as palavras "de" e "bortos" e supprimam-se as palavras "sendo os primeiros" até "Santa Catharina". Sub-consignação — "Para attender a despesa decorrente do accordo com o Estado de Alagóas, para o estabelecimento de Florestas-Modelo, nos termos do regulamento do Serviço Florestal annexo ao decreto n. 17.042 de 16 de setembro de 1925 — 50.000\$000. (Sub-consignações ns. 1 a 10 e 15 a 17, pelas quaes poderão ser feitos pagamentos mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de approvação posterior, substituida, assim, a relação annexa á proposta.) ...

..... 101.400\$000

758.600\$000

31. *Empregados addidos* — Augmentada de 60.000\$, f. filis na tabella as seguintes modificações: n. 40, Raymundo de Souza Teixeira Mendes, 9.600\$; eliminem-se os nomes dos seguintes funcionarios, Arno Konder, 7.200\$; Cyrillino Lage e Silva, 12.000\$; Alberto Americo de Borja Parca, 8.400\$; Adriano Guimarães, 8.400\$; Augusto Merce, 10.800\$; Octavio Pacheco, 8.400; Domingos Henrique Braune, 8.400\$; Antonio Carlos de Toledo, 4.800\$000.

Incluem-se os nomes dos seguintes empregados, revertidos á situação de addidos e que não figuram na proposta:

| | |
|---|-------------|
| Carlos Ernesto Julio Lohman, chefe de laboratorio.... | 12.000\$000 |
| Armando Fragozo, preparador..... | 9.600\$000 |
| Nunzio Giannatazio, inspector agricola..... | 9.600\$000 |
| Ernesto de Andrade Braga, secretario do Serviço da | |
| Lagarta Rosada..... | 7.200\$000 |
| Raul Ferreira Ribeiro, director do Aprendizado Agri- | |
| cola de Tubarão..... | 6.000\$000 |
| Antonio Bueno Lobo, ajudante de inspector agricola.. | 6.000\$000 |
| Orlando Rodrigues Vidigal, professor ambulante..... | 6.000\$000 |
| Pedro de Albuquerque Uchôa, ajudante de professor | |
| ambulante..... | 4.800\$000 |

Veias

| | Ouro | Papel | |
|--|------|--------------|--------------|
| | | Fixa | Variavel |
| Cesar Peggi de Figueiredo, ajudante de professor ambulante | | | |
| Victor Magalhães Bastos, 3º official do Serviço de Po-voamento | | | |
| Theophilo Mesquita Junior | | | |
| | | 4.800\$000 | |
| | | 4.800\$000 | |
| | | 4.200\$000 | |
| | | 75.000\$000 | |
| Transfira-se do n. II para o n. I a importância de.... | | 10.000\$000 | |
| 32. <i>Exatitudes</i> — Aumentada de 50.000\$000. Faça-se na tabella a seguinte alte-ração: "Material" — Sub-consignação n. 1 — em vez de 200.000\$, diga-se: 250.000\$000. Sub-consignação ns. 1 e 2, pelas quotas poderão ser feitos pagamentos, mediante adiantamentos supletos ao regimen de comprovação posterior substituindo assim a relação annexa á proposta).... | | 627.360\$000 | 72.100\$000 |
| 33. <i>Subsídios e auxílios</i> — Aumentada de 13.138\$157, ouro e 6.349.000\$, papel, substituída pela tabella seguinte : | | | 340.000\$000 |

I — Auxílios para aperfeiçoamento de conhecimentos technicos

(Decretos ns. 13.028, de 18 de maio de 1918, e 15.774, de 6 de novembro de 1922) :

Ouro

1. Para as despesas de transporte e manutenção na Europa, em nos Estados Unidos, de quinze (15) alunos para aperfeiçoamento de conhecimentos technicos, mediante a mensalidade maxima de trinta libras esterlinas (£ 30) ou equivalente em dollars a cada um, sendo quadro da Es-cola de Minas de Ouro Preto, indicados pela sua com-plegação para se aperfeiçoarem em metallurgia pratica e exploração de minas e os estudantes das escolas agrono-micas, commerciaes, technicas e profissionais, inclusive de institutos registrados no Ministerio, que embora não gosando de subvenção mantenham cursos equivalentes

e se submettam ás prescripções regulamentares, não podendo exceder de cinco o numero de mecanicos e electricistas.....

53.340\$000
53.340\$000

2. *Subvenções a instituições estrangeiras e auxilio para a representação do Brasil no estrangeiro*

2. Subvenção á União Astronomique Internationale, 12.000 francos, ouro.....

4.239\$612

3. Subvenção á Union Géodésique et Géophysique Internationale, 32 mil oitocentos francos, ouro, comprehendida a quantia de 12.000 francos para pagamento da diferença da contribuição do anno de 1922.....

11.588\$272

4. Subvenção á Associação Internacional do Frio, 60.000 francos, ouro.....

21.498\$060

5. Subvenção á Secretaria Internacional da Propriedade Industrial, 1.920 francos, ouro.....

678\$337

6. Contribuição ao Conselho Internacional de Pesquisas, com sede em Bruxellas, 2.000 francos, ouro.....

706\$602

7. Contribuição á União Internacional de Clinica Pura e Applicada, 4.500 francos, ouro.....

1.589\$855

8. Auxilio ás despesas do escriptorio do representante do Brasil junto ao Instituto Internacional de Agricultura de Roma.....

2.000\$000

9. Para a representação do delegad) permanente no Congresso do Frio.....

4.000\$000

45.000\$738 98.340\$738

Papel

4.000\$000

10. Auxilio á publicação das "Tables Annuelles Internationales de Constantes et Données Numeriques", sob a obrigação de fornecer ao ministerio, para os estabelecimentos scientificos ao mesmo pertencentes, os exemplares necessarios.....

neiro de 1924, inclusive a fiscalização dos Haras e outras despesas da Comissão Central dos Criadores de Cavallo Puro Sangue, sendo 10.000\$ para a manutenção do Stud-Book Nacional, de accordo com o decreto n. 13.033, de 20 de maio de 1918, conferindo-se ao criador do "Grande Premio Presidente da Republica" 5.000\$, e 500\$ ao criador do vencedor de cada uma das dez provas eliminatorias.....

260.000\$000

15. Auxilio aos criadores para despesas de transportes no paiz, de animaes reproductores, comprehendidas as de embarque e desembarque e as correspondentes forragens.....

150.000\$000

16. Auxilio ás fabricas de seda, com casulos nacionaes e premios para a construção de sirgantas, nos termos do decreto n. 16.161, de 3 de outubro de 1923, á razão de 10.000\$ a cada um.....

250.000\$000

17. Auxilio ás fabricas de beneficiamento de mandioca, segundo o decreto n. 16.131, de 25 de agosto de 1923. .

200.000\$000

18. Auxilio á realização de exposições agro-pecuarias, quando promovidas por institutos nacionaes de agricultura, industria e commercio, comprehendidos os transportes nas estradas de ferro e emprizas de navegação, dos productos ás mesmas destinados.....

150.000\$000

19. Auxilio á construção de estradas de rodagem, nos termos das instruções respectivas, incluíse o inicio da construção das estradas de rodagem, adaptaveis a automoveis, que, partindo da cidade de Porto Nacional, no Estado de Goyaz, passem pelos povoados de Carmo e Chapada, cidade de Natividade, villas da Conceição do Norte e Santa Maria do Itaguatiaya, terminando na cidade de Barreiras, na Bahia; da que, partindo do Rio Pardo, no povoado de Angelim, no Estado da Bahia passe por Macuco, no municipio de Itabuna, e vá a região do Gongogoy, no municipio de Jequiá; da que ligue os municipios de Feira de Sant'Anna, Camisão, Baixa Grande, Capivary, Mundo Novo e Monte Ale-

Estado do Amazonas:

| | |
|---|--------------|
| 25. Escola Agronomica de Manaus..... | 15.000\$000 |
| 26. Escola Agricola, de São Gabriel..... | 15.000\$000 |
| 27. Escola de Agricultura, de Boa Vista do Rio Branco | 7.000\$000 |
| 28. Patronato Agricola de São Gabriel, para manutenção de alumnos..... | 15.000\$000 |
| 29. Patronato Indigena de Taramacá, para manutenção de alumnos..... | 15.000\$000 |
| 30. Missões Salesianas, no Rio Negro, para o ensino primario de menores desvalidos, de preferencia os indigenas, e para medicamentos, vestuarios e alimentação dos mesmos..... | 20.000\$000 |
| 31. Missões Indigenas, no Rio Uaupés, para o ensino pri- mario de menores desvalidos, de preferencia os indi- genas e para medicamentos, vestuarios e alimentação dos mesmos..... | 20.000\$000 |
| 32. Prefeitura Apostolica do Rio Negro, para installação de um Instituto Biologico, destinado ao estudo da flora e fauna da região, obedecendo ás instruções que de- verão ser baixadas pelo Ministerio..... | 30.000\$000 |
| | 137.000\$000 |
| <hr/> | |
| 23. Escola de Agronomia e Veterinaria..... | 25.000\$000 |
| 34. Escola Pratica de Commercio..... | 20.000\$000 |
| 35. Missão Dominicana, na Conceição do Araguaia, para a distribuição de alimento, roupa e utensilios agricolas aos indigenas..... | 25.000\$000 |
| 36. Museu Goeldi..... | 50.000\$000 |
| 37. Internato de Educandos Indigenas, das Irmãs Clarissas, no Tapajós..... | 5.000\$000 |
| | 125.000\$000 |

Estado da Parahyba :

| | |
|---|-------------|
| 53. Associação dos Empregados no Commercio, para as suas aulas..... | 15.000\$000 |
| 54. Artistas mecânicos e liberais..... | 10.000\$000 |
| 55. Sociedade Parahybana de Agricultura..... | 8.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 33.000\$000 |

Estado de Pernambuco :

| | |
|--|--------------|
| 56. Escola de Agricultura e Veterinaria, em São Lourenço.... | 30.000\$000 |
| 57. Lyceu de Artes e Offícios..... | 15.000\$500 |
| 58. Escola Agrícola, de Goyana..... | 10.000\$000 |
| 59. Associação dos Empregados no Commercio, para as suas aulas..... | 10.000\$000 |
| 60. Academia de Commercio do Pernambuco, reconhecida pelo Governo do Estado..... | 10.000\$000 |
| 61. Companhia de Caridade, para suas escolas profissionais | 10.000\$000 |
| 62. Sociedade Auxiliadora da Agricultura..... | 10.000\$000 |
| 63. Escola Agrícola, de Jaboatão..... | 20.000\$000 |
| 64. Associação dos Agrônomos do Nordeste..... | 5.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 120.000\$000 |

Estado de Alagoas :

| | |
|--|-------------|
| 65. Academia de Sciencias Commercias..... | 15.000\$000 |
| 66. Recolhimento de Orphãos em Alagoas e Bebedouro..... | 15.000\$000 |
| 67. Sociedade Perseverança e Auxilio, para as suas aulas.... | 10.000\$000 |
| 68. Sociedade Alagoana de Agricultura..... | 5.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 45.000\$000 |

Estado da Bahia :

| | |
|--|-------------|
| 69. Escola Agrícola da Bahia..... | 76.000\$000 |
| 70. Escola Commercial de Bahia..... | 36.000\$000 |
| 71. Lyceu de Artes e Offícios..... | 24.000\$000 |
| 72. Abrigo dos Filhos do Povo, para suas escolas profissionais | 30.000\$000 |
| 73. Syndicato dos Agricultores de Cação..... | 38.000\$000 |

Terceiros

| | Ouro Variável | Papel Fixa | Variável |
|---|------------------|---------------|----------|
| 74. Sociedade Bahiana de Agricultura, para manutenção do seu Boleim Agrícola e propaganda e intensificação de culturas no seu horto florestal..... | 25.000\$000 | | |
| 75. Colonia Agrícola de S. José em Ilhéos..... | 15.000\$000 | | |
| 76. Centro de Catechese no Pontal do Sul, Ilhéos..... | 15.000\$000 | | |
| 77. Associação dos Empregados no Commercio, para as suas escolas..... | 15.000\$000 | | |
| 78. Lyceu Salesiano do Salvador, para suas escolas..... | 15.000\$000 | | |
| 79. Lyceu Salesiano do Salvador para terminação de suas oficinas de mecanica e marcenaria..... | 100.000\$000 | | |
| | 389.000\$000 | | |
| Estado do Rio de Janeiro : | | | |
| 80. Escola Technica Fluminense, de Nictheroy..... | 20.000\$000 | | |
| 81. Collegio Salesiano para as suas escolas profissionais..... | 90.000\$000 | | |
| 82. Patronato de Menores Abandonados..... | 15.000\$000 | | |
| 83. Sociedade Fluminense de Agricultura e Industrias Rurales..... | 15.000\$000 | | |
| 84. Academia Fluminense de Commercio..... | 20.000\$000 | | |
| 85. Escola Profissional Feminina "Parão do Bananal", em construção no municipio de Rezende..... | 50.000\$000 | | |
| 86. Instituto Vital Brasil..... | 10.000\$000 | | |
| 87. Aprendizados Agrícolas em funcionamento no Estado, sendo 50\$0000 a cada..... | 100.000\$000 | | |
| | 320.000\$000 | | |
| Distrito Federal : | | | |
| 88. Sociedade Nacional de Agricultura, para impressões e publicações de interesse agrícola ou industrial..... | 153.000\$000 | | |
| 89. Camara de Commercio Internacional do Brasil..... | 30.000\$000 | | |
| 90. Escola Superior de Commercio do Rio de Janeiro..... | 25.000\$000 | | |
| 91. Academia de Commercio do Rio de Janeiro..... | 25.000\$000 | | |
| 92. Instituto Commercial do Rio de Janeiro..... | 25.000\$000 | | |
| 93. Departamento da Criança no Brasil..... | 24.000\$000 | | |

| | |
|--|--------------|
| 94. Federação Brasileira da Liga pelo Progresso Feminino. . . | 20.000\$000 |
| 95. Patronato de Crianças Pobres, de São João Baptista da Lagôa. | 15.000\$600 |
| 96. Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, para publicação do seu dicionário. | 10.000\$000 |
| 97. União dos Cegos do Brasil. | 10.000\$000 |
| 98. Sociedade Brasileira de Turismo. | 10.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 347.000\$000 |

Estado de S. Paulo :

| | |
|---|--------------|
| 99. Sociedade Paulista de Agricultura. | 25.000\$000 |
| 100. Sociedade Rural Brasileira. | 25.000\$000 |
| 101. Lyceu de Artes e Offícios. | 25.000\$000 |
| 102. Fazenda Modelo Marianov, de Itapetininga. | 25.000\$000 |
| 103. Escola Agrícola de Jaboticabal. | 20.000\$000 |
| 104. Escola Normal de Artes e Offícios de Araraquara. | 20.000\$000 |
| 105. Escola Profissional de Amparo. | 20.000\$000 |
| 106. Escola de Economia Caseira e Agricultura, de Monte Alto. | 20.000\$000 |
| 107. Escola Profissional de Taubaté. | 20.000\$000 |
| 108. Escola de Trabalhadores Ruraes, de Araras. | 100.000\$000 |
| 109. Escola Profissional Escolastica Santa Rosa, em Santos. | 15.000\$000 |
| 110. Orphanato Christovão Colombo, em São Paulo. | 15.000\$000 |
| 111. Escola Agrícola "José Vicente", em Lorena. | 15.000\$000 |
| 112. Posto Zootecnico de Araraquara. | 15.000\$000 |
| 113. Posto Zootecnico de São Carlos. | 15.000\$000 |
| 114. Associação Agrícola de Educação e Assistencia em Campinas. | 15.000\$000 |
| 115. Haras Paulista, de Pindamonhangaba. | 15.000\$000 |
| 116. Associação Hord Book "Caraci". | 15.000\$000 |
| 117. Escola de Commercio "José Bonitacio", Santos. | 10.000\$000 |
| 118. Escola de Commercio "Christovão Colombo", de Pindamonhangaba. | 10.000\$000 |
| 119. Escola Profissional de Ribeirão Preto. | 10.000\$000 |
| 120. Escola Profissional de Ribeirão Preto, para a conclusão do seu edificio. | 50.000\$000 |
| 121. Escola de Commercio "Rodrigues Alves", de Guaruatingetá. | 10.000\$000 |

| | |
|--|--------------|
| 143. Escola Doméstica e Technico-Profissional, de Passa Quatro | 10.000\$000 |
| 144. Faculdade de Medicina Veterinaria, de Pouso Alegre, ... | 10.000\$000 |
| 145. Sociedade Mineira de Agricultura | 10.000\$000 |
| 146. Estação Sericicola do Collegio das Dôres, em Diamantina | 6.000\$000 |
| 147. Asylo do Sagrado Coração de Jesus, de Barbacena, para o desenvolvimento da cultura do bicho da seda | 6.000\$000 |
| 148. Escola do Commercio, de Ouro Fino | 20.000\$000 |
| Estado do Paraná: | 608.000\$000 |

| | |
|---|-------------|
| 149. Posto de Viticultura Poplado, em Curitiba, que fornecerá gratuitamente aos Ministérios e lavradores em geral bacelos de sua produção e manterá uma secção de experiencias de viticultura e vinicultura | 10.000\$000 |
| 150. Escola Agronomica do Paraná | 25.000\$000 |

Estado de Santa Catharina:

| | |
|---|-------------|
| 151. Instituto Polytechnico de Florianopolis | 35.000\$000 |
| 152. Lyceu de Artes e Officios | 30.000\$000 |
| 153. Estação Agro-Pecuaría de Blumenau, mantida pelo Syndicato Agricola da mesma cidade | 20.000\$000 |
| 154. Instituto Commercial de Florianopolis | 24.000\$000 |
| | 15.000\$000 |
| | 89.000\$000 |

Estado do Rio Grande do Sul:

| | |
|--|--------------|
| 155. Escola de Engenharia de Porto Alegre | 50.000\$000 |
| 156. Instituto Electro-technico, de Porto Alegre | 50.000\$000 |
| 157. Instituto Experimental de Agricultura, em Vianna, para laboratorios | 120.000\$000 |
| 158. Instituto Borges de Medeiros, para a secção de vinicultura | 60.000\$000 |
| 159. Curso Profissional Feminino do Instituto Parobé, de Porto Alegre | 50.000\$000 |
| 160. Instituto de Hygiene, de Pelotas, para custeio de suas sete secções | 25.000\$000 |

| | Ouro | Papel | |
|---|---------------|--------------|------------------|
| | | Fixa | Variavel |
| Verbas | | | |
| 161. Escola de Agronomia e Veterinaria, de Pelotas..... | 20 :000\$000 | | |
| 162. Escola Agricola do Rio Grande..... | 20 :000\$000 | | |
| 163. Laboratorios de Resistencia de Materiaes de Porto Alegre | 30 :000\$000 | | |
| | 425 :000\$000 | | |
| Estado de Goyaz. | | | |
| 164. Escola Practica de Agricultura, do Jatyby..... | 15 :000\$000 | | |
| 165. Collegio do Coração de Jesus, do Porto Nacional..... | 5 :000\$000 | | |
| 166. Collegio das Irmãs Dominicanas, de Conceição do Ara- guaya. | 5 :000\$000 | | |
| | 25 :000\$000 | | |
| Estado de Matto Grosso: | | | |
| 167. Missão Salesiana do Araguaya..... | 20 :000\$000 | | |
| 168. Missão Salesiana, para alimentação, vestuario, trata- mento e ensino dos Indios, nas suas colonias agricolas | 45 :000\$000 | | |
| 169. Escola Agricola, do Coxipó da Ponte..... | 20 :000\$000 | | |
| 170. Collegio Santa Theresza, de Corumbá..... | 10 :000\$000 | | |
| | 95 :000\$000 | | |
| Subvenções mediante accôrdo com os Estados: | | | |
| 171. Para custeio do Aprimilizado Agricola de Satuba, no Es- tado de Alagoas, mediante accôrdo com o Governo Federal. | 200 :000\$000 | | |
| 172. Para custeio da Escola de Lactificios de Barbaçena, ou de um Instituto de Menores pelo Estado de Minas Geraes, mediante accôrdo com o Governo Federal..... | 80 :000\$000 | 98 :340\$738 | 7 :659 :000\$000 |

34. Exercícios findos.

1 — "Pessoa":

Vercimentos, salarios ou gratificações mensaes, e dia-
ria do pessoal effectivo, commissionado, extraordi-

nario, contractado, assalariado ou diaristas pertencentes a exercicios anteriores, mas não levados em tempo opportuno ao conhecimento do Tribunal de Contas, diarias e ajudas de custo nas condições acima indicadas e gratificações por serviços extraordinarios e differença de vencimentos por substituições regulamentares nas condições acima indicadas

200.000\$000

II — "Material":

Dividas provenientes de fornecimentos, obras, concertos ou reparos de qualquer natureza, pertencentes a exercicios anteriores, mas não levados em tempo ao conhecimento do Tribunal de Contas e provenientes de passagens, condução ou transportes e material e animaes, nas condições indicadas na sub-consignação anterior

800.000\$000

100.000\$000

Ouro

Papel

35. *Appliação de Renda Especial:*

Natureza da despesa:

(Artigos 48, 49, 50 e 177 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922; 176 e 190 da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924).

Despesas a serem feitas por conta da renda proveniente de material e animaes vendidos ou serviço prestado, de natureza identica e que tenham sido custeados por conta de outros creditos ou desta propria verba; só podendo ser effectuada qualquer despesa depois de haver sido recolhida a renda sufficiente, como deposito á repartição fiscal competente do Ministerio da Fazenda, sendo a entrega feita mediante requisição devidamente classificada, de accordo com a

colas de aprendizes artífices, por conta da renda applicavel á compra de materia prima;

b) materia prima, força motriz e o mais que fôr necessario para execução de obras encomendadas, correndo o respectivo pagamento nas escolas de aprendizes artífices por conta da renda applicavel á compra de materia prima;

c) auxilios de 20 % da renda bruta das caixas de mutualidade e 10 % aos aprendizes das respectivas escolas de aprendizes artífices de accôrdo com o regulamento das mesmas escolas.....

180.000\$000

Nota — Qualquer alteração que fôr approvada nesta verba deverá ser feita analogamente na rubrica correspondente da Receita.....

| | | |
|--------------|-----------------|-----------------|
| 100.000\$000 | | 430.000\$000 |
| 548.340\$738 | 13.101.156\$000 | 61.000.866\$000 |

Art. 8.º O Presidente da Republica é autorizado a despendar, pelo Ministerio da Viagem e Obras Publicas, as quantias de 13.406.758\$239, ouro, e de 505.270.495\$534, papel, com os serviços abaixo designados:

| Ouro | | Papel | |
|------|---------|-------|----------|
| Fixa | Variave | Fixa | Variavel |

1. *Secretaria de Estado* — Augmentada de 160.040\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-constigação n. 1, — Ministro de Estado — Onde se diz: "ordenado, etc.": 24.000\$, diga-se: "Vencimento (lei n. 5.075, de 11 de novembro de 1926, art. 2º) 72.000\$000. Sub-constigação n. 5: Diferença de vencimentos, etc. — Onde se diz: 110.000\$ — diga-se: 172.000\$000. Sub-constigação n. 6 — Gratificação ao pessoal incumbido do rela-

24.000\$ para auxilio á condução ao director geral e aos sub-directores de Fiscalização, do Tráfego e da Contabilidade; accrescente-se *in fine* uma nova consignação, assim redigida: "Para pagamento aos funcionarios postaes que trabalham no serviço de *Colis Postaux*, referidos no art. 18 do decreto n. 16.712, de 23 de dezembro de 1924: 450.000\$000". "Material" — Sub-consignação n. 1 — Aquisição de móveis, etc. — em vez de 400.000\$, diga-se: 450.000\$000. Sub-consignação n. 8 — accrescente-se: Aumentada da importancia de 30.000\$, para o fim de se conceder ás agencias de 3ª classe, no Districto Federal, o auxilio de 100\$ por mez a cada agencia, para aluguer da casa onde funciona cada uma destas estações postaes, ficando, por fim, supprimidas as actuaes porcentagens que percebem para esse mesmo fim, em virtude do art. 400 do Regulamento Postal em vigor.

..... 280.000\$000 24.121.382\$500 22.613.000\$000

3. *Repartição Geral dos Telegraphos* — Aumentada de 4.383.555\$, feitas nas tabellas as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-consignações ns. 1 e 3, diminua-se de 779.200\$, correspondentes ao augmento de vencimentos do thesourreiro e á ampliação do quadro de telegraphistas de 3ª e 4ª classes. Sub-consignação n. 6, diminua-se de 146.000\$, correspondentes a menos 50 telegraphistas de 5ª classe; onde se diz: "350 praticantes diplomados, diaria de 7\$, 894.250\$, diga-se: 350 praticantes diplomados, sendo 250 a 7\$ e 100 a 11\$, 1.040.250\$"; mensageiros, onde se diz "1.993.000\$", diga-se "3.656.458\$000." Sub-consignação n. 13, accrescente-se "inclusive a conclusão das linhas de Itapecurú a Arary, passando em Anajatuba, de Vargem Grande a Chapadinha, de Balsa a Victoria do Alto Parahyba"; e ainda: incluídos os diaristas e auxiliares que se fizerem necessarios para ter logar o proseguimento da construção de que trata o decreto n. 4.040, de 13 de janeiro de 1920". Sub-consignação n. 14, 250.000\$: supprime-se; accrescente-se, sob o título circuito telegraphico Rio-Belem do Pará, uma nova consignação, assim redigida: — Para inspecção geral da linha, modificação de entradas e installações internas e trabalhadores para o ser-

| Verbas | Outro | | Papel | |
|--------|-------|----------|-------|----------|
| | Fixa | Variável | Fixa | Variável |

viço de montagem: 160.000\$; accrescente-se sob o título:
 — Para instalação e custeio das estações radio-telegráficas destinadas ao serviço interior, uma nova sub-consignação, assim redigida: Diárias e gratificações para o pessoal: 300.000\$000. Sub-consignação n. 23, diga-se: Gratificação de 150\$ mensais aos encarregados das estações telegraphicas da Camara, do Senado e Chefatura de Polícia, e 100\$ mensais a tres estafetas que servem na estação telegraphica da Camara e dons na do Senado. 11.400\$000. Sub-consignação n. 25, em vez de 95.000\$ diga-se 145.000\$, relegend-se assim: "differença de vencimentos por substituições (§ 2º dos arts. 426 e 427 do regulamento) e gratificações de 300\$ mensais aos thesouriers dos districtos telegraphicos (ex-escripturarios pagadores), com as mesmas attribuições dos arts. 246 e 247 do regulamento". "Material" — (Material permanente). Sub-consignação n. 5, accrescente-se: "inclusive a ligação das linhas de Riachão a Carolina e de Barreirinhas a Miriliba, no Estado do Maranhão" e accrescente-se uma nova sub-consignação assim redigida: "Para conclusão de parte do 3º pavimento do edificio, sede da repartição, 250.000\$; para construção de um edificio destinado á instalação do Telegrapho Nacional, na cidade de São Salvador, capital da Bahia, 900.000\$; e para construção de um edificio destinado á instalação do Telegrapho Nacional, em Recife, capital de Pernambuco, 800.000\$, total, 1.950.000\$000." Sub-consignação n. 17, 250.000\$, supprime-se e accrescente-se sob o título circuito telegraphico Rio-Belem do Pará, uma nova sub-consignação assim redigida: Aquisição de electrogens, de accumuladores, etc., inclusive de uma casa em Barra do Bonito, sua adaptação ao serviço, mobiliario e transporte de pessoal e material: 290.000\$; accrescente-se sob o título — Para instalação e custeio das estações radio-telegraphicas destinadas ao serviço interior, uma nova sub-consignação assim redigida: Material ra-

dio-telegraphico: 700-000\$; accrescente-se a quantia de 550-000\$, para se applicada na installação do serviço interno e externo de telephone automatico entre o Palacio do Catete e todas as repartições publicas, no Districto Federal. Ficam descentralizados no The-souro Nacional e suas delegacias além dos pagamentos concernentes a pessoal os relativos as Sub-consignações ns. 9, 24, 25, 28, 29, 30 e 32 do titulo Material, me-diante distribuição de credito á Thesouraria da repar-tição aos respectivos districtos telegraphicos.....

4. *Subvenções* — Augmentada de 140-000\$, papel, feitas na ta-bella as seguintes alterações: Sub-consignação n. 10, em vez de 60-000\$, diga-se 70-000\$, ficando assim redigida: "Serviço de navegação de Belém a Soure ao municipio de Cachoira, decreto n. 16.741, de 31 de dezembro de 1924". Sub-consignação n. 11, em vez de 2.286-000\$, diga-se 2.276-000\$, ficando assim redigida: "Serviço de Navegação da Amazonia, a que se refere o art. 91, nu-mero XXVI, da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, com exclusão das tres linhas — Altos Tapajós-Autazes e Belém a Soure e ao municipio de Cachoira". Sub-consi-gnação n. 12, em vez de 30-000\$, diga-se 50-000\$000. Accrescente-se *in fine*: "Subvenção aos Estados de Goyaz e do Pará, 60-000\$ a cada um, para desobstrução dos rios Tocantins e Araguaia, nos termos do decreto n. 4.443, de 23 de janeiro de 1922: 120-000\$, papel",

5. *Garantia de juros*.....
6. *Estrada de Ferro Central do Brasil* — Augmentada de 4.760-100\$, feitas na tabella as seguintes modificações: "Pessoal". — Sub-consignação n. 8 — Trafego, etc. — Onde "se diz:" 25 feis de trem de 1ª classe, a 3.300\$, 82-500\$; 30 feis de trem de 2ª classe, a 3-000\$, 90-000\$; 40 feis de trem de 3ª classe, a 2-700\$, 108-000\$, total: 280-500\$, diga-se: 25 feis de trem de 1ª classe, a 8-400\$, 210-000\$; 30 feis de trem de 2ª classe, a 6-960\$, 208-800\$; 40 feis de trem de 3ª classe, a 5-400\$, 216-000\$, total 634-800\$000. Sub-consignação n. 20,

| | | | |
|--------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | 400-000\$000 | 11.085-240\$000 | 35.064-330\$000 |
| 152-222\$222 | | 7.640-000\$000 | |
| | 6.411-804\$554 | | 66-267\$530 |

pesas eventuaes, 100.000\$; 12. quota de contribuição para a Contadoria Central Ferroviaria, 95.000\$000. Total 8.066.240\$000.

8. *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil* — Aumentada de 395.000\$, feita na tabella a seguinte alteração: "Material" — Sub-consignação n. 3 A: Para aquisição de uma auto-motriz ambulancia do typo cirurgico hospitalar Ayres Barroso, ja approvada pela E. F. C. B. e Directoria Geral de Assistencia, 395.000\$000.
9. *Rêde de Vição Cearense*
10. *Estrada de Ferro de S. Luiz a Theresina*.
11. *Estrada de Ferro Central do Piahy*.
12. *Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte*.
13. *Estrada de Ferro de Petrolina a Theresina*.
14. *Estrada de Ferro Theresopolis* — Aumentada de 210.020\$, feitas na tabella as seguintes alterações: Substitua-se a tabella da proposta pela que vigorou até 1926, acrescentando-se o sub-titulo — Diversas despesas de material, as seguintes Sub-consignações novas: Quota de contribuição para a Contadoria Central Ferroviaria 10.000\$, e para o pagamento de frete de material, 207.020\$000.
15. *Estrada de Ferro de Goyaz*.
16. *Inspecdoria Federal das Estradas* — Aumentada de 1.039.400\$, feitas na tabella as seguintes modificações: "Material" — Sub-consignação n. 1: Aquisição, conservação, e reparação de moveis, etc., em vez de 24.500\$, diga-se: 40.000\$000. Sub-consignação n. 3 — Materiaes para o serviço de limpeza, etc., em vez de 5.600\$, diga-se: 10.000\$000. Sub-consignação n. 4 — Aluguel de casa, etc., em vez de: 40.000\$, diga-se: 45.000\$000. Sub-consignação n. 7 — Serviço Telephonico, em vez de

| | | |
|-------|----------------|-----------------|
| | 1.938.468\$000 | 16.663.400\$000 |
| | 2.094.684\$000 | 20.541.000\$000 |
| | 1.686.168\$000 | 9.968.810\$000 |
| | 468.552\$000 | 2.968.000\$000 |
| | 228.000\$000 | 857.500\$000 |
| | 267.780\$000 | 1.093.335\$000 |
| | 227.160\$000 | 569.450\$000 |
| | 558.020\$000 | 1.231.160\$000 |
| | 521.400\$000 | 3.386.350\$000 |

quena cabotagem, pedindo a União contractar com o Estado do Rio de Janeiro a execução desse serviço, 2.850.000\$000. Para melhoramentos do rio Cuyabá, 200.000\$000.....

..... 1.738.800\$000 17.652.480\$000
..... 243.960\$000 65.402\$500

18. *Inspectoria Federal de Navegação* 2.400\$000

19. *Inspectoria Federal de Obras contra as Secas* — Façam-se na tabella as seguintes alterações (segunda parte): "Pessoal e Material." Acrescente-se no final da Sub-consignação n. 1, o seguinte: "e acude de Quixeramobim, destacando-se para esse 3.000.000\$ da verba total". Sub-consignação n. 6, acrescente-se: sendo 50.000\$ para início da construção de uma barragem, munida de valvula de descárga, na valla Condurú, município de São Bento, Estado do Maranhão".....

..... 819.600\$000 25.000.000\$000

20. *Inspectoria de Aguas e Esgotos* — Augmentada de 2.198.080\$, feitas na tabella as seguintes alterações — 1ª parte — "Pessoal — Acrescente-se uma nova Sub-consignação assim redigida: "Almoço para despesas com o serviço externo dos fiscaes de hydrometros, a 60\$ por mez, para cada um, 10.080\$000. "Material" — Sub-consignação n. 1, redija-se assim: "canos e accessorios para canalizações, inclusive a do arraial da Pedra para Sepetiba e para o abastecimento á Barra de Guaratiba". 2ª parte — Estação de Ferro Rio d'Onco, Material, Sub-consignação n. 4, combustivel etc., onde se diz 590.000\$, diga-se: 906.000\$000. Sub-consignação n. 14, contribuição para a Contadoria Central Ferroviaria, onde se diz: 6.000\$, diga-se: 10.000\$000. — 4ª parte — Obras novas, Sub-consignação n. 1, onde se diz: 1.421.762\$, diga-se: 2.897.762\$000. Sub-consignação n. 3 indemnização de benfeitorias, etc., onde se diz: 1.322.670\$, diga-se: 1.714.670\$000.....

..... 3.614.936\$463 2.639.950\$000 11.502.495\$000

21. *Inspectoria Geral de Illuminação* — Augmentada de 113.900\$, papel, e 95.000\$, ouro, feitas na tabella as seguintes alterações: "Material — Sub-consignação n. 4, aquisição e concerto de moveis, onde se diz 1.000\$, diga-se:

Verbas

| | Ouro | | Papel | |
|---|----------------|--------------|----------------|----------------|
| | Fixa | Variavel | Fixa | Variavel |
| 22. <i>Eventuais</i> | 2.400.395\$000 | 145.000\$000 | 2.593.907\$000 | 233.800\$000 |
| 23. <i>Empreendimentos adidos</i> | | | | 50.000\$000 |
| 24. <i>Exercícios findos</i> -- Reduzida de 3.000.000\$000..... | | | 791.124\$000 | |
| 25. <i>Obras novas, ramais e prolongamentos nas Estradas de Ferro</i> : A executar por operações de credito, por meio de emissão de apolices e obrigações ferroviarias a que se refere o decreto n. 16.842, de 24 de Junho de 1925, sendo a distribuição dos creditos em titulo ferroviarios feita proporcionalmente as consignações orçamentarias para cada serviço, em relação ao total dos titulos emitidos, completando-se com apolices as mesmas consignações, quando necessario): 1. Estrada de Ferro Norte do Brasil..... 700.000\$000 2. Estrada de Ferro de Bragança, sendo 800.000\$ para a construção de um ramal..... 1.600.000\$000 | | | | 1.000.000\$000 |

2.000\$000. Sub-consignação n. 5, 3.000\$, substitua-se pela seguinte consignação e repartição, em moeda, 11.000\$000. Sub-consignação n. 8, 10.000\$, e todos os outros para "móveis", onde se diz : 28.100\$, diga-se : 35.000\$000. Sub-consignação n. 9, onde se diz 2.000\$, diga-se : 5.000\$000. Consignação "Suppletiva" (Ver artigo do "Gaz.", de 1925) a verba proposta para a iluminação de novas áreas, de accordo com o contracto, de 50.000\$, ouro, e 50.000\$, papel, para 145.000\$, ouro, e 145.000\$, papel, sendo 15.000\$, ouro, e 15.000\$, papel, para novas illuminações na illha do Governado.

23. *Empreendimentos adidos* -- Reduzida de 10.085\$, substitua-se da Sub-consignação n. 8, os seguintes nomes : Arthur Alfredo, Centro de Viagem, Francisco Joaquim de Souza e Luiz da França Imbassahy da Silva, de funcionarios fallecidos.

24. *Exercícios findos* -- Reduzida de 3.000.000\$000

25. *Obras novas, ramais e prolongamentos nas Estradas de Ferro* :

A executar por operações de credito, por meio de emissão de apolices e obrigações ferroviarias a que se refere o decreto n. 16.842, de 24 de Junho de 1925, sendo a distribuição dos creditos em titulo ferroviarios feita proporcionalmente as consignações orçamentarias para cada serviço, em relação ao total dos titulos emitidos, completando-se com apolices as mesmas consignações, quando necessario):

1. Estrada de Ferro Norte do Brasil..... 700.000\$000
2. Estrada de Ferro de Bragança, sendo 800.000\$ para a construção de um ramal..... 1.600.000\$000

| | |
|--|-------------------|
| 3. Estrada de Ferro S. Luiz a Therezina, trecho de <i>Cuararã</i> a <i>Pedreira</i> | 1. 000. 000\$000 |
| 4. Rede de Viação <i>Quarunse</i> , inclusive a de <i>Cratheus</i> a <i>Therezina</i> | 2. 000. 000\$000 |
| 5. Estrada de Ferro <i>Ceará</i> a <i>Parahyba</i> | 3. 000. 000\$000 |
| 6. Estrada de Ferro no Rio Grande do Norte (Central do Rio Grande do Norte e <i>Mossoró</i>) | 3. 000. 000\$000 |
| 7. Estrada de Ferro <i>Goyaz</i> | 2. 000. 000\$000 |
| 8. Linha de <i>Iguaba Grande</i> a <i>Cabo Frio</i> , autorizada pela lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 | 1. 000. 000\$000 |
| 9. Em <i>Alagoas</i> — Linha de <i>Victoria</i> a <i>Palmeira dos Indios</i> e de <i>Cajueiro</i> a <i>Propria</i> | 2. 000. 000\$000 |
| 10. Estrada de Ferro Central do Brasil, ramal de <i>Austin</i> e <i>Santa Cruz</i> , prolongamento de <i>Mangaratiba</i> a <i>Angra dos Reis</i> , duplicação e obras complementares do ramal de <i>S. Paulo</i> , prolongamento da linha de <i>Montes Claros</i> e <i>Tranvel</i> e obras complementares desde <i>Cavallo Prates</i> até <i>Montes Claros</i> , obras complementares de <i>Lavras Velhas</i> a <i>Ponte Nova</i> , ramal de <i>Lima Duarte</i> a <i>Bom Jardim</i> , prolongamento de <i>Pirapóra</i> a <i>Belém</i> e inclusive as desapropriações necessárias para esses serviços | 18. 000. 000\$000 |
| 11. Estrada de Ferro Oeste de Minas, ramos de <i>Uberaba</i> , de <i>Patos</i> , de <i>Entre Rios</i> , alargamento de bitola entre <i>Divinópolis</i> e <i>Aureliano Mourão</i> , prolongamento do ramal <i>Barbacena</i> de <i>Angra dos Reis</i> , com electrificação | |

| | |
|--|-----------------|
| 18. De Santo Angelo a Porto Lucena.... | 1.000.000\$000 |
| 19. De Alegrete a Quarahy..... | 2.000.000\$000 |
| 20. De Jaguary a Santiago, São Luiz e ramal de S. Borja..... | 3.000.000\$000 |
| 21. De Basilio a Jaguarão..... | 2.000.000\$000 |
| 22. Rêde Bahiana, inclusive ramal Jacú, Itará, Annapolis e Salgado á Estancia e Capella, e ponte de accesso á cidade de Jacobina, sendo os pagamentos feitos nos termos dos decretos numeros 14.068, de 19 de fevereiro de 1920 e 16.288. de 26 de dezembro de 1923, dependendo tudo da prestação de contas pela companhia constructora, ao Governo Federal, das quantias anteriormente recebidas por ellas..... | 16.000.000\$000 |
| 23. Para conclusão da Estrada de Ferro de Lagôa Grande a Patos..... | 2.000.000\$000 |
| 24. Para as obras de reparação e remodelação do ramal de Ribeirão a Barreiros, da Estrada de Ferro S. Francisco, Pernambuco, e aquisição de material fixo e rodante..... | 2.000.000\$000 |
| 25. E. F. Central do Piahy..... | 1.000.000\$000 |
| 26. E. F. de Petrolina a Therezina..... | 500.000\$000 |
| 27. Para prolongamento das obras que foram executadas pelo Governo do Piahy em virtude do contracto que lhe foi transferido pela Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão, nos termos do decreto n. 17.048, de 30 de setembro de 1925, mandado rever pelo decreto legislativo n. 5.046, de 28 de outubro de 1926, | |

| | Ouro | | Papcl | |
|--|------|----------|-------|----------------|
| | Fixa | Variavel | Fixa | Varia c. |
| inclusive os pagamentos, de contas e medições finais á primeira concessionária..... | | | | |
| 27. Servicos complementares da Linha Auxiliar de Alfredo Maia a S. Mateus, inclusive 5ª e 6ª linhas de Engenho de Dentro a S. Christovão, comprehendendo fechamento de patcos e construção de passagens superiores e inferiores e nova estação de passageiros para as linhas de bitola de 1m,00 da Central, Rio d'Ouro e Therezopolis, e construção de um viaducto sobre as linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Belo Horizonte..... | | | | 4.400.000\$000 |
| 29. Continuação do fechamento da linha nos subúrbios da bitola larga de D. Pedro II e Maritima a Bangü, construção de passagens e conclusão de duplicação do ramal de Santa Cruz entre Bangü e Mataclento..... | | | | 2.200.000\$000 |
| 30. Para prolongamento do ramal de Therezopolis á Vargem, na Rede Sul Mineira..... | | | | 1.500.000\$000 |
| 31. Para proseguimento da construção da Estrada de Ferro de Piquete a Hambü, que terá de tracção electrica..... | | | | 3.000.000\$000 |
| 32. Estrada de Ferro Central de Pernambuco, construção de um trecho que partindo das proximidades da estação de Francisco Glycyrio, siga pelo valle..... | | | | 2.000.000\$000 |

Veja-se

do rio Ip'yva até entrar com a linha actual em ponto próximo a estação de Gravatai

3.000.000\$000

33 Officinas e depósitos da Locomoção em trilhos de Bello Horizonte, melhoramento e aparelhamento de linhas, locações, residências de funcionários e operários, material de chumbo e de ferro, inclusiva instalação do Trator Diesel, linha na Estrada do Forno Central do Brasil, e melhorias de adreçamento nos trilhos para a construção das obras

11.000.000\$000

| | | | | |
|----------------|-----------------|-----------------|------------------|-------------------|
| | | | | 116.500.000\$000; |
| 2.555.017\$222 | 10.851.741\$017 | 82.206.415\$500 | 423.064.080\$034 | |

Art. 9.º Fica o Governo autorizado a abrir os créditos ou a fazer as operações de credito até trinta e cinco mil contos de réis para execução das obras complementares do abastecimento d'agua da Capital Federal, constantes da captação e canalização dos mananciaes Guapy, Surubhy e outros das serras de Therezopolis e de Petropolis e do Mazonha e outras, das serras de Itaguahy e Itacurussá, construção dos reservatórios necessários e obras accessorias, destinadas a reforçar a distribuição d'agua actual com cem milhões de litros diários, dispendendo no exercicio de 1927 a importancia maxima de dez mil contos de réis.

Art. 10. O Presidente da Republica é autorizado a despendar, no exercicio de 1927, pelo Ministerio da Fazenda, as quantias de 87.338.292\$224, ouro, e 272.287.880\$675, papel, com os servicos abaixo:

| Verbas | Papel | | Papel | |
|--|-------|----------|-------|-----------------|
| | Fixa | Variavel | Fixa | Variavel |
| 1. <i>Servico da dívida externa fundada</i> — <i>Augmentada de réis</i> 9.669.327\$881, ouro, para o servico de amortização e juros do empréstimo de \$60.000.000, realizado em 1926, nos Estados Unidos..... | | | | 86.746.592\$328 |
| 2. <i>Servico da dívida interna fundada</i> — <i>Augmentada de réis</i> 2.250.000\$, alterando-se de 3.750.000\$, para 6.000.000\$, | | | | |

| | Ouro | | Papêl | |
|-------|-------|----------|------------------|-----------------|
| | Fixa | Variavel | Fixa | Variavel |
| | | | 133.963.530\$000 | |
| | | | | 20.350.000\$000 |
| | | | 12.539.000\$000 | |
| | | | 22.432.000\$000 | |

Verbas

3. *Juros diversos*
4. *Inactivos* — Augmentada de 750-000\$, na Sub-consignação n. 1.....
5. *Pensionistas* — Augmentada de 3.000-000\$, na Sub-consignação n. 1.....
6. *Thesouro Nacional* — Augmentada de 774-800\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-consignação n. 1 (vencimentos do Ministro), em vez de 54-000\$, diga-se: 102-000\$, assim discriminados: vencimentos, 72-000\$, representação, 18-000\$, e condução, 12-000\$8000. Sub-consignação n. 9, em vez de 45 quartos escripturarios, 162-000\$, diga-se: 45 quartos escripturarios, ordenado, 2-800\$, gratificação, 1-400\$, total: 189-000\$8000. Sub-consignação n. 12, em vez de: 3-600\$, diga-se: ordenado, 3-000\$, gratificação, 1-800\$, 5-400\$; acrescente-se uma nova Sub-consignação, assim redigida: "Gratificações para servigos extraordinarios, subordinados ao Ministerio da Fazenda, nos termos do art. 399 do Regulamento Geral de Contabilidade, credito distribuido ao Thesouro, 160-000\$"; acrescente-se uma nova Consignação, assim redigida: "Para pagamento aos vencedores de sellos adhesivos e de contas assignadas, 500-000\$0000". "Material" — Sub-consignação n. 1, em vez de: 10-000\$, diga-se: 18-000\$, sendo 8-000\$ para o Gabinete do Ministro e 10-000\$ para a Directoria Geral. Sub-consignação n. 14, acrescente-se, depois das palavras "assessorios e serventes", o seguinte: "inclusive 3-000\$ para o gabinete dos solicitadores da Fazenda Nacional"; acrescente-se, para "Material permanente", uma nova Sub-consignação, assim redigida: "Para ac-

quisição e concerto de moveis, inclusive machinas de escrever, 30.000\$000.....

430.900\$000

3.277.704\$560

35.899\$896

56.400\$000

7. Tribunal de Contas — Augmentada de 137.400\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal" — Sub-consignação n. 2, em vez de sete auditores, diga-se oito elevando-se a dotação de 18.000\$000. Sub-consignação n. 12, em vez de 50.000\$, diga-se 100.000\$; accrescente-se uma nova Sub-consignação, assim redigida: "Aluguel de casa para o porteiro 1.800\$000". Sub-consignação n. 10, eleve-se de 19.200\$, para gratificação de um chefe. 7.200\$, e deus delegados do Tribunal de Contas a 6.000\$ cada um, no Estado do Rio de Janeiro. Material, accrescente-se: Material permanente — Sub-consignação n. 1, para compra e concerto de moveis, 10.000\$000. Sub-consignação n. 2, para compra e concerto de machinas de escrever e calcular, 5.000\$; no material de consumo, accrescente-se: expediente para as delegações, 20.000\$ e nas Diversas despesas, para publicações de editaes nos Estados e telegrammas para o exterior, 10.000\$; accrescente-se uma nova Sub-consignação, assim redigida: "Para aquisição de armarios e estantes para a bibliotheca, 3.400\$000".....

814.000\$000

2.063.700\$000

.....

48.400\$000

8. Contadoria Central da Republica — Augmentada de 21.600\$, ouro, e 51.600\$, papel, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal": Sub-consignação n. 1, transferidos para a dotação outro os vencimentos de 9.600\$, 7.200\$ e 4.800\$, respectivamente, de um guarda-livros, um auxiliar, tecnico e um praticante, reduzindo-se de igual quantia a dotação papel; accrescente-se uma nova Sub-consignação, assim redigida: "Sub-consignação n. 81, Delegacia Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, Sub-Contadoria Seccional: 1 guarda-livros encarregado 9.600\$, 2 auxiliares technicos a 7.200\$, 14.400\$, 4 praticantes a 4.800\$, 19.200\$, total 43.200\$"; accrescente-se uma nova Sub-consignação assim redigida: "Para occorrer á despesa com o contracto dos serviços Hollerith, destinados á operação mecanica do movimento de empenhos, regis-

metodo Hollerith, empregado na arrecadação dos impostos sobre a renda, estatística, etc., 75.000\$, somma: 158.000\$000.....

| | | |
|---|--------------|----------------|
| 10. <i>Caixa de Amortização</i> — Augmentada de 2.500\$, feitas na tabellella as seguintes alterações "Pessoal" — Sub-consi- gnação n. 1. elevouse de 2.500\$, o quantitativo des- tinado a quebras do thesourero da Divida Publica. Sub-consignação n. 2. redim-se assim "Gratificação" pela assinatura de notas a 68 o milheiro e pelo preparo do expediente para o pagamento de juros..... | 639.520\$000 | 795.600\$000 |
| 11. <i>Casa da Moeda</i> — Augmentada de 3.000.000\$ no Material (Diversas despesas) — "Para cunhagem de moeda"..... | 795.060\$000 | 100.360\$000 |
| 12. <i>Directoria de Estatistica Commercial</i> — Augmentada de 2.400\$, ouro, e de 120.480\$, papel, feitas na tablella as seguintes alterações: "Pessoal" substituida a 1.ª Sub-con- signação pela seguinte: | 851.354\$560 | 5.350.000\$000 |

1 director:

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 12.000\$000 |
| Gratificação..... | 6.000\$000 |
| | 18.000\$000 |

3 chaves de seção:

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 8.000\$000 |
| Gratificação..... | 4.000\$000 |
| | 36.000\$000 |

15 primeiros escripturarios:

| | |
|-------------------|--------------|
| Ordenado..... | 6.400\$000 |
| Gratificação..... | 3.200\$000 |
| | 144.000\$000 |

22 segundos escriptuarios:

| | |
|-------------------|--------------|
| Ordenado..... | 4.800\$000 |
| Gratificação..... | 2.400\$000 |
| | 158.400\$000 |

| Verbas | Ouro | | Papel | |
|------------------------------|------------|--------------|-------|----------|
| | Fixa | Variavel | Fixa | Variavel |
| 24 terceiros escripturarios: | | | | |
| Ordenado..... | 3.600\$000 | | | |
| Gratificação..... | 1.800\$000 | | | |
| | | 129.600\$000 | | |
| 20 quartos escripturarios: | | | | |
| Ordenado..... | 2.800\$000 | | | |
| Gratificação..... | 1.400\$000 | | | |
| | | 84.600\$000 | | |
| 1 porteiro: | | | | |
| Ordenado..... | 4.800\$000 | | | |
| Gratificação..... | 2.400\$000 | | | |
| | | 7.200\$000 | | |
| 1 correio: | | | | |
| Ordenado..... | 3.600\$000 | | | |
| Gratificação..... | 1.800\$000 | | | |
| | | 5.400\$000 | | |
| 7 serventes: | | | | |
| Ordenado..... | 2.400\$000 | | | |
| Gratificação..... | 1.200\$000 | | | |
| | | 25.200\$000 | | |
| 1 servente mecanico: | | | | |
| Ordenado..... | 2.400\$000 | | | |
| Gratificação..... | 1.200\$000 | | | |
| | | 3.600\$000 | | |
| Somma..... | | 611.400\$000 | | |

Sub-assignações ns. 3, 4 e 5, substituíam-se pelas seguintes: "3 — Para pagamento de operários extraordinários, 35:000\$000. 4 — Para pagamento de serviços extraordinários de estatística do commercio de cabotagem e do exterior, 80:000\$000. Somma, 115:000\$000". "Material" — Substitua-se a tabella pela seguinte:

MATERIAL

I. Material permanente:

| | |
|---|-------------|
| 1. Moveis, compras e concertos..... | 2:000\$000 |
| 2. Machinas, idem, idem..... | 8:000\$000 |
| 3. Machinas para typographia, idem, idem..... | 7:000\$000 |
| Somma..... | 17:000\$000 |

II. Material de consumo:

| | |
|--|-------------|
| 4. Expediente..... | 5:000\$000 |
| 5. Cartões para machinas Hollerith (ouro, variavel)..... | 3:000\$000 |
| 6. Materia prima para typographia..... | 30:000\$000 |
| Somma: { Papel..... | 35:000\$000 |
| { Ouro..... | 3:000\$000 |

III. Diversas despesas:

| | |
|--|-------------|
| 7. Aluguel de machinas Hollerith (variavel, ouro)..... | 13:400\$000 |
| 8. Consumo de gaz e electricidade..... | 8:000\$000 |
| 9. Despesas de prompto pagamento e outras..... | 7:000\$000 |
| Somma: { Papel..... | 15:000\$000 |
| { Ouro (variavel)..... | 13:400\$000 |

13. Imprensa Nacional e Diario Official.....

| | | | |
|-------|----------------|----------------|--------------|
| | 16:400\$000 | 633:000\$000 | 201:000\$000 |
| | 3:187:116\$000 | 2:326:940\$000 | |

3 segundos escripturarios :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 4:500\$000 |
| Gratificação..... | 3:400\$000 |
| | <hr/> |
| | 7:200\$000 |
| | <hr/> |
| | 21:600\$000 |

2 terceiros escripturarios :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 3:700\$000 |
| Gratificação..... | 1:800\$000 |
| | <hr/> |
| | 5:400\$000 |
| | <hr/> |
| | 10:800\$000 |

2 quartos escripturarios :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 2:400\$000 |
| Gratificação..... | 1:200\$000 |
| | <hr/> |
| | 3:600\$000 |
| | <hr/> |
| | 7:200\$000 |

1 archivista :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 3:200\$000 |
| Gratificação..... | 1:600\$000 |
| | <hr/> |
| | 4:800\$000 |

3. Serviço de inspecção :

11 fiscaes effectivos :

| | |
|-------------------|--------------|
| Ordenado..... | 6:400\$000 |
| Gratificação..... | 3:200\$000 |
| | <hr/> |
| | 9:600\$000 |
| | <hr/> |
| | 105:600\$000 |

13 fiscaes em commissão :

| | |
|-------------------|--------------|
| Gratificação..... | 9:600\$000 |
| | <hr/> |
| | 124:800\$000 |

5. Pessoal auxiliar :

| | | |
|--------------------|------------|------------|
| 1 porteiro : | | |
| Ordenado..... | 2:400\$000 | |
| Gratificação..... | 1:200\$000 | 3:600\$000 |
| 2 dactylographos : | | |
| Gratificação..... | 3:600\$000 | 7:200\$000 |
| 2 contínuos : | | |
| Ordenado..... | 2:000\$000 | |
| Gratificação..... | 1:000\$000 | 6:000\$000 |
| 2 serventes : | | |
| Salário..... | 2:160\$000 | 4:320\$000 |

Material :

I. Material de consumo :

| | | |
|--|------------|------------|
| 1. Expediente para a inspectoría..... | 3:000\$000 | |
| 2. Idem para as 6 de- legacias regionaes a 500\$000..... | 3:000\$000 | 6:000\$000 |

II. Diversas despesas :

| | | |
|---|----------|--|
| 3. Assignaturas de jornaes, revistas e livros sobre seguros | 600\$000 | |
| 4. Consumo de luz electrica..... | 400\$000 | |

8 segundos ditos :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 4.300\$000 |
| Gratificação..... | 2.400\$000 |
| | <hr/> |
| | 6.700\$000 |
| | <hr/> |
| | 48.000\$000 |

10 terceiros ditos :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 2.400\$000 |
| Gratificação..... | 1.200\$000 |
| | <hr/> |
| | 3.600\$000 |
| | <hr/> |
| | 36.000\$000 |

12 quartos ditos :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 2.900\$000 |
| Gratificação..... | 1.900\$000 |
| | <hr/> |
| | 3.000\$000 |
| | <hr/> |
| | 36.000\$000 |

1 thesoureiro

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 6.000\$000 |
| Gratificação..... | 3.000\$000 |
| Quelques..... | 900\$000 |
| | <hr/> |
| | 9.900\$000 |

3 fiéis :

| | |
|-------------------|-------------|
| Ordenado..... | 2.400\$000 |
| Gratificação..... | 1.200\$000 |
| | <hr/> |
| | 3.600\$000 |
| | <hr/> |
| | 10.800\$000 |

1 pagador :

| | |
|-------------------|------------|
| Ordenado..... | 4.800\$000 |
| Gratificação..... | 2.400\$000 |
| | <hr/> |
| | 7.200\$000 |

Verba:

| | Ouro | | Papel | |
|--------------------------|------------|------------|-------|----------|
| | Fixa | Variável | Fixa | Variável |
| 2 fitas : | | | | |
| Ordemado | 2.400\$000 | | | |
| Gratificação | 1.200\$000 | | | |
| | 3.600\$000 | | | |
| 1 capotórquio : | | 7.200\$000 | | |
| Ordemado | 2.400\$000 | | | |
| Gratificação | 1.200\$000 | | | |
| | 3.600\$000 | | | |
| 1 porteiro : | | | | |
| Ordemado | 3.600\$000 | | | |
| Gratificação | 1.800\$000 | | | |
| | 5.400\$000 | | | |
| 4 confínios : | | | | |
| Ordemado | 1.440\$000 | | | |
| Gratificação | 720\$000 | | | |
| | 2.160\$000 | | | |
| 5 serventes : | | 8.640\$000 | | |
| Salário mensal | 153\$000 | 9.360\$000 | | |

MATERIAL

I — Material Permanente

1. Moveis; compra e concertos 2.000\$000

II — Material de Consumo

2. Expediente 16.000\$000

III — Diversas Despesas

3. Iluminação, publicação de editaes, assignaturas do *Diario Official*, serviço telephonico e telegraphico, agua, ascio e conservação do prédio, despesas judicias, acondicionamento de remessas de numerario, sellos e despesas meudas de prompto pagamento.....

12:000\$00
261:000\$000 30:000\$000

Delegacia Fiscal do Estado do Pará: Sub-consignação n. 1 (gratificação até 20 % aos empregados), em vez de 33:480\$, diga-se 71:028\$000. Delegacia Fiscal do Estado de São Paulo: Material: sub-consignação n. 2, em vez de 30:000\$, diga-se 45:000\$, sub-consignação n. 4, em vez de 40:000\$, diga-se 55:000\$, acrescente-se uma nova sub-consignação, assim redigida: "Para organização do archivo da delegacia, no prédio novo, e que exige remoção de volumes, aquisição de armarios e outras despesas, 20:000\$000"

3.810:659\$000 463:700\$000

18. *Alfandega* — Augmentada de: papel, 337:200\$, e ouro, 13:000\$, feitas na tabella as seguintes alterações:

Pará — Pessoal — Sub-consignação n. 1, supprimidos:

| | | |
|------------------------------|------------|------------|
| 2 conferentes a..... | 3:800\$000 | 7:600\$000 |
| 2 segundos escripturarios a | 2:600\$000 | 5:200\$000 |
| 2 terceiros escripturarios a | 1:600\$000 | 3:200\$000 |
| 2 quartos escripturarios a | 1:300\$000 | 2:600\$000 |

| | Ouro | | Papal | |
|---|------------|----------|-------------|----------|
| | Fixa | Variavel | Fixa | Variavel |
| Verdes | | | | |
| 1 administrador das capta- luzes..... | | | 3.600\$000 | |
| 6 feis de armazem a..... | | | 15.600\$000 | |
| | | | 37.800\$000 | |
| Corumbá — Material — Substitua-se a con- signação, pela seguinte: | | | | |
| I — Material permanente: | | | | |
| 1. Moveis: compra e concertos | 500\$000 | | | |
| 2. Aquisição, reparo e conser- vação do material..... | 7.000\$000 | | | |
| 3. Idem de cavallhada e arreios | 3.000\$000 | | 10.500\$000 | |
| II — Material de consumo: | | | | |
| 4. Expediente | 8.000\$000 | | | |
| 5. Combustivel e lubrificantes.. | 7.500\$000 | | | |
| 6. Ferragens, forragens e cura- tivo de animacs..... | 7.000\$000 | | 22.500\$000 | |
| III — Diversas despesas: | | | | |
| 7. Illuminação, publicação de editaes, assignatura do <i>Diario Official</i> , serviço tele- graphico e outras despesas. | | | 3.000\$000 | |
| | | | 36.000\$000 | |

Despesas imprevisíveis e urgentes: Sub-consignação n. 2, em vez de: "ouro, 50.000\$, papel, 400.000\$", diga-se "ouro, 63.000\$, papel, 576.000\$000".

Courá — Material — Sub-consignação n. 2, em vez de 5.000\$, digase 95.000\$, acrescentando-se na inscrição o seguinte: "Inclui-se 90.000\$, para a compra de material flutuante para guarda-moeda, e de material rodante para o serviço de descarga na ponte metálica da mesma Alfandega.

Capital Federal — Material — Sub-consignação n. 3, em vez de 40.000\$ diga-se 50.000\$, e Sub-consignação n. 6, em vez de 500.000\$, digase 600.000\$000.

19. *Agências aduaneiras, casas de rendas, postos e registros fiscaes* — *Augmentada de 70.792\$250, feitas na tabella as seguintes alterações:* Matto Grosso, accrescente-se, após o n. XII, o seguinte: "Ponta Poran (decreto n. 16.587, de 5 de setembro de 1924) — Pessoal:

I — Da administração:

| | |
|---|------------|
| 1 administrador, gratificação annual..... | 1.200\$000 |
| 1 escrivão..... | 600\$000 |

1 sargento commandante:

| | |
|------------|------------|
| Soldo..... | 1.382\$400 |
| Etapa..... | 691\$200 |
| | <hr/> |
| | 2.073\$600 |

9 guardas:

| | |
|------------|-------------|
| Soldo..... | 1.382\$400 |
| Etapa..... | 691\$200 |
| | <hr/> |
| | 13.662\$400 |

11 trabalhadores, diaria 3\$750.....

| | |
|--|-------------|
| | 15.056\$250 |
| | <hr/> |
| | 37.592\$250 |

| | | |
|-------------|----------------|----------------|
| 63.000\$000 | 9.169.080\$152 | 5.028.146\$112 |
|-------------|----------------|----------------|

| Verbes | Ouro | | Papoi | |
|---|-------------|----------|-------|----------|
| | Pava | Variavel | Pava | Variavel |
| I — Material permanente: | | | | |
| Acquisição de moveis e material para instalação..... | 10.000\$000 | | | |
| II — Material de consumo: | | | | |
| Expediente..... | 1.000\$000 | | | |
| III — Diversas despesas: | | | | |
| Aluguel de casa..... | 1.800\$000 | | | |
| Outras despesas..... | 3.200\$000 | | | |
| | 16.400\$000 | | | |
| Porto Esperança — "Material" — Substi- tua-se a consignação pela seguinte: | | | | |
| I — Material permanente: | | | | |
| 1. Acquisição, reparo e conservação do material | 3.000\$000 | | | |
| II — Material de consumo..... | | | | |
| 2. Expediente..... | 1.600\$000 | | | |
| 3. Combustivel e lubrificantes..... | 1.400\$000 | | | |
| III — Diversas despesas: | | | | |
| 4. Aluguel de casa..... | 1.800\$000 | | | |
| 5. Iluminação, asseio e outras despesas..... | 1.700\$000 | | | |
| | 3.500\$000 | | | |
| | 9.300\$000 | | | |

N. XIV, em vez de Porto Acre, diga-se:

"Rio Branco, substituída a tabella "Material" pela seguinte:

| | |
|---------------------------------|------------|
| 1. Custeio das embarcações..... | 1.000\$000 |
| 2. Aluguel de casa..... | 3.000\$000 |
| 3. Expediente..... | 1.500\$000 |

N. XLVI — (Macau) — Acrescente-se:

"Material" — Para aquisição e custeio de escapel..... 6.000\$000

Repressão do contrabando — Sub-consignação n. 1, em vez de 30.000\$, diga-se: 42.000\$000.....

1.532.579\$641

612.932\$000

20 *Collectorias*: Augmentada de 8.012.360\$, feitas na tabella as seguintes alterações: "Pessoal", Sub-consignações n. 1 a 20:

| | |
|-----------------------------------|----------------|
| 1. Amazonas..... | 90.000\$000 |
| 2. Pará..... | 260.000\$000 |
| 3. Maranhão..... | 190.000\$000 |
| 4. Piahy..... | 130.000\$000 |
| 5. Ceará..... | 440.000\$000 |
| 6. Rio Grande do Norte..... | 200.000\$000 |
| 7. Parahyba..... | 320.000\$000 |
| 8. Pernambuco..... | 1.130.000\$000 |
| 9. Alagoas..... | 370.000\$000 |
| 10. Sergipe..... | 270.000\$000 |
| 11. Bahia..... | 1.050.000\$000 |
| 12. Espírito Santo..... | 400.000\$000 |
| 13. Minas Geraes..... | 3.000.000\$000 |
| 14. Paraná..... | 500.000\$000 |
| 15. Santa Catharina..... | 420.000\$000 |
| 16. Rio Grande do Sul..... | 1.050.000\$000 |
| 17. Matto Grosso..... | 160.000\$000 |
| 18. Goyaz..... | 150.000\$000 |
| 19. Estado do Rio de Janeiro..... | 1.120.000\$000 |
| 20. Estado de S. Paulo..... | 3.750.000\$000 |

15.000.000\$000

4.200\$000

15.000.000\$000

| | | |
|--|------------|-------------|
| Parahyba : | | |
| 25 Agentes fiscaes no inte- rior a..... | 1.200\$000 | 30.000\$000 |
| Pernambuco : | | |
| 14 agentes fiscaes na capi- tal a..... | 2.000\$000 | 28.000\$000 |
| 35 agentes fiscaes no inte- rior a..... | 1.600\$000 | 56.000\$000 |
| Alagoas : | | |
| 20 agentes fiscaes no inte- rior a..... | 1.200\$000 | 24.000\$000 |
| Espírito Santo : | | |
| 15 agentes fiscaes no inte- rior a..... | 1.200\$000 | 18.000\$000 |
| Rio de Janeiro : | | |
| 6 agentes fiscaes na capi- tal a..... | 2.000\$000 | 12.000\$000 |
| 59 agentes fiscaes no inte- rior a..... | 1.600\$000 | 94.400\$000 |
| Sergipe : | | |
| 14 agentes fiscaes no inte- rior a..... | 1.200\$000 | 16.800\$000 |
| Bahia : | | |
| 34 agentes fiscaes no inte- rior a..... | 1.600\$000 | 54.400\$000 |
| São Paulo : | | |
| 22 agentes fiscaes na capi- tal a..... | 2.400\$000 | 52.800\$000 |

Verbas

| | Ouro | | Papel | |
|---|------------|--------------|-------------|----------|
| | Fixa | Variavel | Fixa | Variavel |
| 53 agentes fiscaes no interior a..... | 1:800\$000 | 104:400\$000 | | |
| Paraná : | | | | |
| 20 agentes fiscaes no interior a..... | 1:600\$000 | 32:000\$000 | | |
| Santa Catharina : | | | | |
| 16 agentes fiscaes no interior a..... | 1:200\$000 | 19:200\$000 | | |
| Rio Grande do Sul : | | | | |
| 9 agentes fiscaes na capital a..... | 2:400\$000 | 21:600\$000 | | |
| 58 agentes fiscaes no interior a..... | 1:800\$000 | 104:400\$000 | | |
| Minas Geraes : | | | | |
| 5 agentes fiscaes na capital a..... | 2:000\$000 | 10:000\$000 | | |
| 60 agentes fiscaes no interior a..... | 1:600\$000 | 96:000\$000 | | |
| Sub-assignação n. 3, substitua-se pela seguinte : | | | | |
| Diarias : | | | | |
| Districto Federal..... | | | 56:000\$000 | |
| Amazonas..... | | | 8:000\$000 | |
| Pará..... | | | 8:000\$000 | |
| Maranhão..... | | | 8:000\$000 | |
| Piauí..... | | | 8:000\$000 | |
| Ceará..... | | | 8:000\$000 | |
| Rio Grande do Norte..... | | | 8:000\$000 | |
| Parahyba..... | | | 8:000\$000 | |
| Pernambuco..... | | | 24:000\$000 | |

| | |
|------------------------|--------------|
| Alagoas..... | 8.000\$000 |
| Sergipe..... | 8.000\$000 |
| Bahia..... | 24.000\$000 |
| Espirito Santo..... | 8.000\$000 |
| Rio de Janeiro..... | 45.000\$000 |
| São Paulo..... | 35.000\$000 |
| Paraná..... | 8.000\$000 |
| Santa Catharina..... | 8.000\$000 |
| Rio Grande do Sul..... | 30.000\$000 |
| Minas Geraes..... | 24.000\$000 |
| Matto Grosso..... | 8.000\$000 |
| Goyaz..... | 8.000\$000 |
| Total..... | 350.000\$000 |

..... 1.580.400\$000 3.250.000\$000

23. *Inspeção das Repartições de Fazenda e outros serviços extraordinários*.....

..... 500.000\$000

24. *Ajudas de custo* — Augmentada de 200.000\$, accrescentando-se a seguinte Sub-consignação :

Transporte para os inspectores e agentes do imposto de consumo, quando em serviço nas respectivas zonas e circumscripções de fiscalização — 200.000\$000.....

..... 700.000\$000

25. *Commissões e correlações*.....

..... 128.000\$000

26. *Despesas eventuales*.....

..... 200.000\$000

27. *Exercícios findos* — Accrescente-se á inscripção o seguinte :
"inclusive a quantia necessaria até 1.1.100\$, para o pagamento da differença de vencimentos a que tiver direito o archivista-conservador da Directoria do Patri-monio Nacional, Paulino Borchert, no periodo de 16 de outubro de 1916 a 30 de novembro de 1918, em que exerceu o cargo de continuo do Thesouro Nacional"; a "quantia a que tiver direito e official da Secretaria de Estado da Justiça e Negocios Interiores, Roberto Pires

DECRETO N. 5.254 — de 12 de setembro de 1927

Corrige os erros e omissões com que foi publicada a lei n. 5.156, de 12 de janeiro do corrente anno, que fixou a despesa para o exercício de 1927

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. A lei orçamentaria vigente será observada com as seguintes rectificações de erros e omissões existentes na publicação official:

§ 1º. Nas verbas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores: 1º, na de n. 12, para a sub-consignação n. 5 — Em vez de 62:220\$, consignado para o augmento do pessoal, leia-se: 68:940\$000;

2º, na verba n. 13, no total do material da Secretaria da Côrte do Appellação, em vez de 71:864\$118, leia-se 72:164\$118;

3º, na verba n. 15, em vez de reduzida de 8:400\$, leia-se: augmentada de 992:340\$000.

Em vez de sub-consignação n. 20, supprima-se, leia-se: consignação n. 29, supprima-se.

Na consignação n. 27, diligencias policiaes de character reservado, em vez de 800:000\$, leia-se: 1.200:000\$000.

No total da despesa variavel, em vez de 3.206:740\$500, leia-se: 3.212:308\$500;

4º, na verba n. 16 — Policia Militar — Total da despesa fixa, em vez de 9.792:216\$491, leia-se: 9.803:276\$857;

5º, na verba n. 18, em vez de madeiras, accessorios, etc., leia-se: machinas, accessorios; ferramentas, etc.;

6º, na verba n. 20, total da despesa fixa, leia-se: em vez de 1.517:467\$916, 1.533:667\$916. Total da despesa variavel, em vez de: 10.107:802\$290, 10.357:502\$298;

7º, na verba n. 21, total da despesa variavel, em vez de: 12.163:476\$, leia-se: 12.213:630\$000.

Em vez de "microscopistas", etc., leia-se: oito microscopistas, gratificações, 200\$, 19:200\$000.

8º, a verba n. 22, em vez de "Subvenção á Faculdade de Direito da Bahia", leia-se: "Subvenção á Faculdade de Medicina da Bahia".

A sub-consignação n. 2 — Aquisição de obras de arte, etc., será transportada para a rubrica — Escola de Bellas Artes, a que pertence.

No Instituto Nacional de Musica, sub-consignação n. 26, em vez de: 40 professores, leia-se: 42 professores.

